

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Curso de Doutorado

Práticas instituintes e experiências autoritárias.

O sindicalismo rural na mata pernambucana, 1950-1974.

Mauro Guilherme Pinheiro Koury

São Carlos
2010

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Curso de Doutorado

**Práticas instituintes e
experiências autoritárias**
O sindicalismo rural na mata pernambucana, 1950-1974

Mauro Guilherme Pinheiro Koury

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos como requisito parcial obrigatório à obtenção do título de Doutor em Sociologia, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva.

São Carlos
2010

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

K88pi

Koury, Mauro Guilherme Pinheiro.

Práticas instituintes e experiências autoritárias : o
sindicalismo rural na mata pernambucana, 1950-1974 /
Mauro Guilherme Pinheiro Koury. -- São Carlos : UFSCar,
2010.

370 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos,
2010.

1. Movimentos sociais rurais. 2. Sindicalismo rural. 3.
Injustiça social. I. Título.

CDD: 307.72 (20^a)



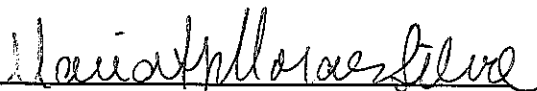
Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676
13565-905 São Carlos-SP - Fone/Fax: (16) 3351.8673
www.ppgs.ufscar.br - Endereço eletrônico: ppgs@ufscar.br

Mauro Guilherme Pinheiro Koury

Tese de Doutorado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovado em 10 de março de 2010

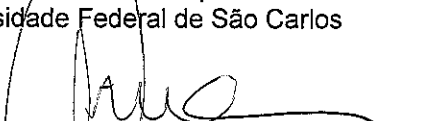
BANCA EXAMINADORA:



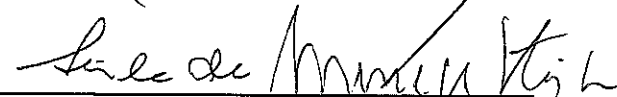
Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva
Orientadora e Presidente



Profa. Dra. Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio
Universidade Federal de São Carlos



Prof. Dr. Jacob Carlos Lima
Universidade Federal de São Carlos



Profa. Dra. Leila de Menezes Stein
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"



Profa. Dra. Marilda Aparecida de Menezes
Universidade Federal de Campina Grande

Para uso da CPG

Homologado na ____ª Reunião da CPG-
Sociologia, realizada em ____/____/____

Profa. Dra. Maria da Glória Bonelli
Coordenadora do PPGS

RESUMO: Este tese busca realizar uma história social do processo organizacional do movimento sindical rural no Brasil, tendo como foco analítico a Zona da Mata de Pernambuco. Tem por objetivo compreender as *práticas instituintes* dos movimentos sociais e do movimento sindical rural na região, e o seu processo de formação histórica, organização e consolidação, entre os anos de 1950 a 1974. Para tal, procurou apreender a dinâmica onde se enredam os liames possíveis da trama social e política que fez surgir um processo novo no país a partir dos anos cinquenta do século XX, onde os trabalhadores rurais, como novos atores, entram na cena política em busca de cidadania e inclusão social; e a dinâmica política dos partidos de esquerda interessados e engajados na prática organizacional do homem do campo e suas relações com forças institucionais do Estado e da Igreja. Por fim, discute as *práticas instituintes* dentro e fora da organização sindical rural no Brasil e, sobretudo, na mata pernambucana, no pós-1964, e suas relações com o Estado autoritário brasileiro e as *experiências autoritárias* e *disciplinadoras* produzidas nesta relação, com a versão ideológica de criação de um *sindicato dos associados*.

PALAVRAS-CHAVE: Sindicalismo Rural; Práticas Instituintes; Experiências Autoritárias; Relações Autoritárias.

ABSTRACT: This thesis makes a social history of the organizational process of rural syndical movement in Brazil, with analytical focus in the Zona da Mata of Pernambuco. It has as objective to understand the *instituting process* of social and syndical rural movements in the region, and its historical formation, organization and consolidation, between 1950 and 1974. In this direction, he looked for to apprehend the dynamics of the social and political nets, that made to appear a new process in Brazil from the 1950', where rural workers, as new actors, enter in the scene politics in search of citizenship and social inclusion; and the dynamic of the left parties interested and engaged in the practical organizational of rural man and its relations with institutional forces of the State and the Church. In the end, this study argues the practical *instituting process* for inside and outside of rural syndical organization in Brazil and, mainly, in the mata pernambucana, after-1964, and its relations with the Brazilian authoritarian state and the *authoritarian experiences* produced in this relation, with the ideological version of creation of a *syndicate of associates*.

KEYWORDS: Rural Syndicalism; Practical Process of Institutionalization; Authoritarian Experiences; Authoritarian Relations.

SIGLAS UTILIZADAS

ABC – Associação Básica Cristã

ACO – Ação Católica Operária

ACR – Ação Católica para o Meio Rural, depois denominada Animação dos Cristãos no Meio Rural, conservando a mesma sigla.

ADEP – Ação Democrática Parlamentar

AI-5 – Ato Institucional Nº 5

AI-9 – Ato Institucional Nº 9

ANL - Aliança Nacional Libertadora

AP – Ação Popular

AP-ML – Ação Popular Marxista Leninista

ARB - Associação Rural Brasileira

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CC – Comitê Central

CDDP – Centro de Defesa dos Direitos dos Pobres

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CEPLAR – Campanha de Educação Popular

CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores

CHESF - Companhia Hidroelétrica de São Francisco

CIA - Central Intelligence Agency

CLASSOP - Classe Operária (Jornal ligado ao PCdoB)

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CLUSA - Cooperative League of the United States of America

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNI - Confederação Nacional da Indústria

CNTA – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CODENO - Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste

CODESPAL - Comissão de Desenvolvimento Econômico e Social de Palmares

CONSINTRA - Conselho Sindical dos Trabalhadores

CONSIR - Comissão Nacional para o Sindicalismo Rural

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COPERBO – Companhia Pernambucana de Borracha

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRC - Companhia de Revenda e Colonização

CSUB - Confederação Sindical Unitária do Brasil
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DNOCS - Departamento nacional de Obras Contra a Seca
DNT – Delegacia Nacional do Trabalho
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
DRT – Delegacia Regional do Trabalho
ETR - Estatuto do Trabalhador Rural
FBT – Facção Bolchevique-Trotskista
FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco
FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FTACEP - Federação dos Trabalhadores e Assalariados Agrícolas e Camponeses do Estado de Pernambuco
FUNRURAL - Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural
GERAN - o Grupo de Especial para a Reforma Agrária do Nordeste
GREM – Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções
GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool
IADESIL – Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre
IAPI - Instituto de Aposentadoria e Previdência dos Industriários
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social
IOCS - Instituto de Obras Contra a Seca
IPES – Instituto de Pesquisa Econômico e Social
JCJ – Junta de Conciliação e Julgamento
MCP – Movimento de Cultura Popular
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEB – Movimento de Educação de Base
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MSTTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
MTPS - Ministério do Trabalho e Previdência Social
OEA - Organização dos Estados Americanos
PC - Partido Comunista do Brasil
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PCdoB - Partido Comunista do Brasil
PCR – Partido Comunista Revolucionário
PCUS – Partido Comunista da União Soviética
PDC – Partido Democrata Cristão
POC – Política Operária Comunista
POLOP – Política Operária
POR – Partido Operário Revolucionário
PRORURAL - Programa de Assistência ao Trabalhador Rural
PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
PRP – Partido de Representação Popular
PSD - Partido Social Democrático
PST – Partido Social Trabalhista
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
SAR – Serviço de Assistência Rural
SORPE – Serviço de Orientação Sindical de Pernambuco
STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
SUPRA - Superintendência para a Reforma Agrária
TRE – Tribunal Regional Eleitoral
TRT – Tribunal Regional do Trabalho
UDN - União Democrática Nacional
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil
USAID - United States Agency for International Development
USOM - United States Operation Mission
USTEP - União Sindical dos Trabalhadores do Estado de Pernambuco

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	12
METODOLOGIA	22
PARTE I - O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO SINDICALISMO RURAL (1950 – 1962)	41
CAPÍTULO 01 - O NORDESTE COMO ÁREA DE TENSÃO SOCIAL: O PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO POLÍTICA	42
O PROBLEMA SOB A ÓTICA REGIONAL	42
AS ELEIÇÕES DE 1958	49
O PROBLEMA SOB A ÓTICA NACIONAL.....	54
O PROBLEMA EM ESFERA INTERNACIONAL.....	66
NOTAS FINAIS	74
CAPÍTULO 02 - ORIGENS DO MOVIMENTO SINDICAL RURAL E A QUESTÃO NORDESTE	77
ORIGEM	78
ESFORÇOS DE SINDICALIZAÇÃO NO CAMPO.....	80
O PARTIDO COMUNISTA E AS LIGAS CAMPONESAS DE 1955.....	85
FORMAÇÃO E EXPANSÃO DAS LIGAS CAMPONESAS DE 1955.....	91
A IGREJA CATÓLICA E A SINDICALIZAÇÃO RURAL NO NORDESTE BRASILEIRO	97
O MEB E O SINDICALISMO RURAL CATÓLICO	100
NOTAS FINAIS	103
PARTE II - O PROCESSO DE EXPANSÃO DO SINDICALISMO RURAL	106
CAPÍTULO 03 - A EXPANSÃO DO SINDICALISMO RURAL	107
O SINDICALISMO RURAL CATÓLICO EM PERNAMBUCO	107
FONTES DE FINANCIAMENTO AO SINDICALISMO RURAL CATÓLICO	113
A EXPANSÃO DOS SINDICATOS RURAIS CATÓLICOS EM PERNAMBUCO	116
RUPTURA NO MOVIMENTO SINDICAL CATÓLICO	125
A CRIAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA - CONTAG	130
O MEB E OS GRUPOS PROGRESSISTAS DA IGREJA CATÓLICA.....	138
A CISÃO NO PARTIDO COMUNISTA	140
O PCB E OS SINDICATOS RURAIS EM PERNAMBUCO.....	144
NOTAS FINAIS	153
CAPÍTULO 04 - MOVIMENTOS SOCIAIS E A REAÇÃO PATRONAL	155
O GOVERNO ARRAES E A COMPOSIÇÃO DAS FORÇAS CONSERVADORAS EM PERNAMBUCO	156
O GOVERNO ARRAES, O SINDICALISMO INDEPENDENTE E A DEFESA DO SINDICALISMO CATÓLICO PELO SETOR PATRONAL EM PERNAMBUCO	161
A OPOSIÇÃO AO GOVERNO E O CLIMA DE TENSÃO EM PERNAMBUCO	167
RADICALIZAÇÃO DA AÇÃO PATRONAL NO GOVERNO ARRAES.....	173
OS MESES ANTERIORES AO GOLPE MILITAR	186
NOTAS FINAIS	200
PARTE III - O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO: O SINDICALISMO RURAL FRENTE AO ESTADO AUTORITÁRIO (1964 – 1974)	202
CAPÍTULO 05 - MOVIMENTO SINDICAL E PRÁTICAS AUTORITÁRIAS, 1964 A 1968 . 203	
O SINDICALISMO RURAL E O GOLPE	207
AS INTERVENÇÕES NOS SINDICATOS RURAIS.....	213
UM BREVE PARÊNTESE SOBRE A FETAPE.	218
CONFORMIDADE E RESISTÊNCIA	224
O COTIDIANO DO MOVIMENTO	234
RELAÇÃO CONTRADITÓRIA DO ESTADO AUTORITÁRIO EM RELAÇÃO AO SINDICALISMO RURAL ...	241

Práticas instituintes e experiências autoritárias: o sindicalismo rural na mata pernambucana

O MOVIMENTO DE GREVE NO MUNICÍPIO DO CABO NO ANO DE 1968	248
BREVE PARÊNTESE - O ESTATUTO DA TERRA E A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL PÓS 1964	253
1968, O APROFUNDAMENTO DA CRISE.....	259
NOTAS FINAIS	278
CAPÍTULO 06 - MOVIMENTO SINDICAL, ASSISTENCIALISMO E NOVAS FORMAS DE RESISTÊNCIA - 1969 A 1974	280
A EXTENSÃO DO PROGRAMA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL PARA O TRABALHADOR RURAL	281
O SINDICALISMO DOS TRABALHADORES RURAIS E O ASSISTENCIALISMO	286
SINDICATOS E TRABALHADORES RURAIS: ESTRATÉGIAS DA SOBREVIVÊNCIA INSTITUCIONAL	291
FORMAS DE RESISTÊNCIA	306
IGREJA, SINDICATO E TRABALHADORES RURAIS: O CASO DA ACR EM PERNAMBUCO.....	316
NOTAS FINAIS	327
CONCLUSÃO.....	332
BIBLIOGRAFIA	351
DOCUMENTOS	367
<i>Jornais</i>	367
<i>Revistas</i>	368
RELAÇÃO DE ENTREVISTAS UTILIZADAS NA TESE	369

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca realizar uma história social do processo organizacional dos movimentos sociais e do movimento sindical no Brasil, tendo como foco analítico a Zona da Mata de Pernambuco. Tem por objetivo apreender as *práticas instituintes* desses movimentos desde sua mais recente origem, na década de cinquenta do século passado, os caminhos de sua institucionalização e, após o golpe de 1964, suas relações com o Estado autoritário brasileiro e as *experiências autoritárias* produzidas nesta relação, com a versão ideológica de criação de um sindicato dos associados. Este trabalho abrange o período correspondente aos anos de 1950 a 1974.

Caminha, deste modo, no desenvolvimento de uma sociologia que tem a história como sua essência, procurando traçar as origens, ações, organização e relações dos movimentos sociais e do movimento sindical rural e entender as consequências desse processo no recorte temporal acima delimitado. Parte-se do princípio metodológico weberiano (Weber, 2003) de que só através do sentido, atribuído em um tempo-espaço singular, é que se pode entender a lógica de uma rede social, os diversos elos significativos de um processo específico de ação, e reconstruir esse processo como uma unidade que não se desfaz, pulverizando-se em atos isolados. Andar nessa direção é nada mais nada menos, que objetivar a reconstrução da teia de significados possíveis para a compreensão do sentido da ação social, no dizer Geertz (1978). Desta forma, toda explanação sociológica é necessariamente histórica (Smith, 1991), e a histórica é a “*essência da disciplina*” (Abrams, 1982, p. 2).

Para compreender e refletir tal intento, a pesquisa que deu origem a essa tese partiu de alguns objetivos específicos que ajudaram a conduzir a análise: o **primeiro**, diz respeito à necessidade de se compreender a resistência cotidiana dos trabalhadores rurais e o processo de formação do movimento sindical rural; o **segundo** buscou perceber a dinâmica política dos partidos de esquerda interessados e engajados na prática organizacional do homem do campo e suas relações com forças institucionais do Estado e da Igreja, sobretudo católica, no período estudado. O **terceiro**, por seu turno, procurou entender as relações do sindicalismo rural com o Estado autoritário brasileiro no período correspondente aos anos de 1964 a 1974.

Os três objetivos, em conjunto, assentados teórica e metodologicamente na sociologia compreensiva weberiana (Weber, 2003) e na sociologia processual eliasiana (Elias, 2005), permitiram ao autor entender o processo de constituição, desenvolvimento e institucionalização do movimento sindical rural no Brasil e na mata pernambucana, em particular, dentro de sua uma dinâmica configuracional. Isto é, no interior de uma teia de interdependências entre instituições e agentes em jogo, que vão moldando a cada movimento possibilidades de estruturação dinâmica e sempre relacional dos atores na conformação deste movimento. O que possibilita a construção de uma história, sempre em movimento, sempre dinâmica, e sempre no interior de um tempo e de um espaço delimitado.

O primeiro objetivo, assim, como já anunciado, remete para a necessidade de apreensão do processo de formação histórica dos movimentos sociais e do movimento sindical rural, dando ênfase aos anos de 1950 e os primeiros anos da década de 1960, quando se tem início a uma retomada dos movimentos sociais e aos esforços para organização sindical na região. O que sugere um olhar compreensivo para a dinâmica regional, nacional e internacional por onde se enredaram os liames possíveis da trama social e política que fez surgir um processo novo no país dos anos cinquenta do século XX, onde novos atores entram na cena política (Sader, 1988) em busca de cidadania e inclusão social: se fala, aqui, do *camponês* enquanto categoria política.

Esta categoria engloba no imaginário e campos identitários da época, tanto trabalhadores rurais assalariados quanto pequenos produtores, foreiros e posseiros. A bandeira de luta tradicional dos movimentos sociais no campo brasileiro assentou-se, desde o início do processo de organização camponesa nos anos cinquenta do século passado com as Ligas Camponesas e com o movimento pró-sindicalização, no binômio: luta pela terra, pela reforma agrária, e luta pelos direitos sociais e trabalhistas. Ambos confluindo, é bom frisar, na luta pela inclusão social dos camponeses às políticas de promoção da cidadania. Objetivo, por sinal, ainda não de todo alcançado.

É sob este rol identitário que se desenrola toda a discussão política dos anos cinquenta e sessenta do século XX nas diversas matrizes de organização política no campo e, principalmente, em torno do processo de organização sindical rural. O

Estatuto do Trabalhador Rural - ETR, de 1963, reforça este anel identitário, reafirmado em 1964, já no período autoritário, pelo *Estatuto da Terra* e, logo a seguir pelo *Ato Institucional N° 9*, em 1969. Este último define como trabalhador rural não apenas o assalariado, mas todo um elenco de pequenos produtores que complementavam sua renda com o trabalho assalariado, ou não, mas que viviam sob a ameaça da expropriação e exploração capitalista no campo. Este elemento identitário, e o binômio em que se assentam as bandeiras de luta, se estendem por todo o período de reorganização sindical rural nos anos pós-golpe, agora, principalmente, sob o implícito da necessidade de um sindicato único, sob a tutela da Igreja Católica na sua vinculação com o Estado autoritário em formação no país.

Alguns autores, como Palmeira (1979), Sigaud (1979, 1986) e mais recentemente Silva (1997) e Rosa (2004) discutem a questão da categoria *camponês* em Pernambuco, e no Brasil, dos anos sessenta, fazendo um recorte arbitrário em relação ao processo identitário e as bandeiras de luta dos trabalhadores rurais. Afirmam que no processo de identificação política as ligas camponesas ficaram com a bandeira de luta pela terra e os sindicatos rurais com a da luta pelos direitos salariais. Deixando de lado as demais categorias representativas de pequenos produtores, foreiros, e outros e, até, os trabalhadores temporários migrantes, que vinham de outra região do estado, a região Agreste, por exemplo, ou de outros estados na hora da colheita ou do plantio da cana. A luta pelos *direitos* (Sigaud, 1979 e 2001) trabalhistas, dentro de um recorte legal, isto é, dentro da lei, conforme a expressão usada pelo próprio movimento, deste modo, seria o grande mote organizacional lançado mão pelo movimento sindical rural, esquecendo ou subestimando as demais lutas.

Afirmam ainda que esta definição de luta teve um início de mudança no final dos anos setenta do século XX, com a busca de inclusão dos trabalhadores temporários e seus direitos na pauta das lutas sindicais. Iniciando uma divisão entre sindicatos e representantes sindicais mais combativos dos mais conservadores. A ampliação da luta sindical pela inclusão dos trabalhadores temporários caminharia, de um lado, para o fortalecimento do setor jurídico e do papel do advogado sindical no trabalho de articulação e ampliação das bases sindicais, com a tentativa de ampliar as lutas pelos direitos dos trabalhadores e da reivindicação desses direitos,

com a inclusão dos temporários. E, por outro lado, reforçaria uma divisão entre novos e velhos sindicalistas no seio do movimento sindical, que tenderia a se ampliar nos anos oitenta, no Brasil e noventa no sindicalismo rural da mata de Pernambuco, com a assimilação da bandeira de luta pela terra (Sigaud, 2000, 2004 e 2005 e Rosa, 2004).

Esta tese concorda com os autores que os sindicatos rurais em Pernambuco e no Brasil dos anos sessenta e setenta do século passado tenham seguido uma política de sobrevivência de defesa dos direitos trabalhistas dentro de um rígido entendimento da lei draconiana que regia os sindicatos durante a ditadura militar, deixando de lado as demais lutas por direitos dos temporários e pequenos produtores e foreiros, e mesmo, fechando-se em uma capa assistencialista que permitia o movimento estruturar-se e consolidar-se enquanto estrutura verticalizada e de mediação com os interesses do Estado, discorda, porém, de que a questão da luta pela terra tenha ficado para trás nas demandas do movimento sindical rural brasileiro e na mata pernambucana de forma particular.

A bandeira de luta pela terra era incorporada na questão dos dois hectares de terra para o trabalhador, tal como apresentado pelo *Estatuto da Terra* e defendido pela Igreja Católica conservadora que os tutelava, e pela questão dos loteamentos em terras não produtivas, seja pela falência de engenhos, ou como forma de pagamento das dívidas trabalhistas, quer pela política de migração e assentamento, ou colonização, para os estados do norte brasileiro. Assim, o binômio: luta pela terra e luta pelos direitos sociais, nunca deixou de fazer parte do rol identitário presente na organização sindical rural no Brasil, e em Pernambuco e Zona da Mata, em particular.

Embora não seja foco da análise da tese, vale à pena lembrar que esta identidade ampla do trabalhador rural no interior da categoria política *camponês* (Sigaud, 1989), ou do seu contrário, a de uma gama variada de categorias sociais e de trabalho na definição de trabalhador rural, desde o assalariado até pequenos produtores rurais, será mantida no novo sindicalismo pós-1978. Na sua análise sobre o início da participação dos sindicatos rurais na Central Única dos Trabalhadores – CUT, Favareto (2006, p. 36) afirma: “*esse conjunto de situações de conflito e de produção era articulado pela noção de trabalhador rural, numa referência à*

categoria 'instituída' com o Estatuto da Terra, consagrada pelo sindicalismo rural oficial, e adotada pelo sindicalismo urbano como pelo sindicalismo rural influenciado pela esquerda católica”.

Delicadas relações que parecem vir causando óbices e necessidades de reconsideração desse amplo espectro contido na noção ampla e geral de trabalhador rural, nas agendas dos que militam no processo organizativo deste trabalhador, como, por exemplo, as ambiguidades e contradições vividas no interior do departamento rural da CUT nos anos de 1980, 1990¹ e nos últimos sete anos do século XXI (Ricci, 2005, Oliveira, 2001). Como bem lembra Sigaud (2005), é importante indicar que os Sindicatos de Trabalhadores Rurais estão organizados, no Brasil e na mata pernambucana, a partir de uma base municipal.

Convém advertir, ainda, aliás, que na região trabalhada nesta tese, a mata pernambucana, a grande maioria dos associados aos sindicatos da região é composta por trabalhadores assalariados sem outros vínculos com a terra que não o assalariamento, normalmente recrutados nas periferias das cidades onde se situam as grandes propriedades e plantações canavieiras.

Estas periferias são conhecidas localmente como *pontas de rua*, locais de recrutamento de mão de obra temporária, principalmente a partir dos anos setenta e aprofundada nos anos oitenta do século passado, quando da grande expulsão de trabalhadores das lavouras canavieiras e o desemprego dela decorrente (Koury, 1976; Silva, 1996 e Palmeira et al, 2005). Muito embora, nos tempos da safra esta categoria seja engrossada com foreiros e pequenos proprietários vindos da região agreste de Pernambuco e de outros estados, como forma de ampliação de sua renda familiar, associados ou não aos sindicatos dos municípios procurados para trabalho no corte ou plantio da cana.

É importante advertir igualmente para as diversas oposições sindicais no campo que começam a aparecer no final da década de sessenta do século XX, capitaneadas por algumas alas da igreja católica no Brasil, assentadas em uma crítica ao engessamento burocrático da estrutura sindical e a luta pela terra. Por oposições

1 Para uma análise do sindicalismo no Brasil na década de oitenta do século passado ver, entre outros, a coletânea organizada por Boito Jr. (1991), e para os anos noventa ver a coletânea organizada por Dagnino (1994), principalmente os capítulos voltados para os movimentos sociais e de trabalhadores.

sindicais se entende todo um trabalho de resistência e de cunho organizativo junto aos trabalhadores rurais contrários à política oficial posta em prática pelo movimento sindical rural, ou que buscava ampliar as bases da estrutura sindical rural como forma de inclusão de novas demandas e de atores sociais não contemplados ou não inteiramente contemplados pela política sindical. Articulavam-se em torno de demandas específicas, a partir de movimentos de resistência dos trabalhadores, como foreiros ameaçados de expulsão, ou de trabalhadores temporários em busca de direitos trabalhistas.

Este trabalho de oposição se dava, na maior parte dos casos, a partir de um trabalho fora da estrutura sindical, mas, em outros, mesmo começados de fora, repercutiam no interior de alguns sindicatos e sindicalistas mais combativos, que procuravam incluir em sua pauta de reivindicações e de mobilização setores tradicionalmente excluídos, como os temporários, ou não de todo contemplados, como foreiros e pequenos proprietários. Ou mesmo, ampliar a luta pelos direitos trabalhistas dos trabalhadores permanentes sindicalizados, saindo da mera ação assistencialista a que parecia estar envolto toda a estrutura sindical rural no período.

Nesta tese se estuda o caso da ACR – Ação Católica para o Meio Rural, depois denominada Animação dos Cristãos no Meio Rural após sua adesão a Teologia da Libertação e seu trabalho de formação de oposições sindicais e luta pela terra na mata pernambucana no período de 1965 a 1974. A ACR desempenhou, como se verá mais adiante, no capítulo seis um papel importante na discussão sindical rural na mata pernambucana nos anos assinalados.

Os trabalhos da igreja católica a partir do final dos anos setenta e, sobretudo, oitenta do século passado geraram diversas diretrizes de novos movimentos, sobretudo, vinculados ao binômio reforma agrária e oposição ao sindicalismo oficial: como é o caso da criação da CPT – Comissão Pastoral da Terra e as origens do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e suas variações, e a novidade política por eles criada na forma de resistência e luta no campo. Estes novos movimentos e os trabalhos de oposição à estrutura sindical oficial assinalavam um estilo de luta, auto-assumidos como *autêntico* ou *combativo*, que contemplava um leque maior de demandas e indicava uma ruptura com o que consideravam a *velha*

forma de atuação política, sentida por eles como assistencialista e paternalista, dos sindicatos tradicionais. É conveniente assinalar, como se verá mais adiante, nesta tese, que tanto a CPT quanto e, principalmente, o MST só passarão a atuar na mata pernambucana a partir dos anos noventa do século passado, conforme pode ser visto em Sigaud (2004 e 2005) e Rosa (2006). Desde o final dos anos de 1970, porém, a CPT e o MST já tinham uma atuação grande junto ao movimento sindical brasileiro e pernambucano, em particular. Em Pernambuco, a atuação do MST e da CPT se fazia junto dos sindicatos sertanejos, principalmente, e do agreste. Em 1983, durante a criação da CUT, estiveram presentes representações rurais, de todo o Brasil, oriundas, sobretudo, de oposições sindicais ligadas à Igreja Católica (Favareto, 2006, p. 33-34), sejam elas associadas à ACR, à CPT, ao MST e outras.

Não se estudará aqui o período pós-1974, como já informado. São indicados nesta tese, para um mapeamento dos movimentos sociais rurais posteriores e sua relação com a ação pastoral católica, entre outros tantos estudos e análises com o foco discursivo voltado sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, os trabalhos de Stedile e Mançano (2000), e de Mançano (2000), que apresentam uma síntese sobre o processo de formação do movimento dos trabalhadores sem-terra no Brasil, apresentando uma análise *por dentro* do movimento. Estes trabalhos enfatizam a trajetória do MST, relacionando-a com a questão da luta pela terra no Brasil.

Diferente de Stedile e Mançano, Christine Chaves (2000), estuda o movimento dos sem-terra e a novidade deste movimento no cenário nacional através da análise da *Marcha do MST*, como ficou conhecida a ação política do movimento intitulada Marcha Nacional para Reforma Agrária, Emprego e Justiça. Ela discute a participação na *Marcha* como uma faceta no processo de formação dos sem-terra, desde a escolha dos participantes em assembléias em seus locais de origem até a matriz católica que orienta essa participação. Discute a noção de sacrifício, de participação, de disciplina e do sentido da *caminhada* na construção e gestão política e social dos movimentos de origem católica, via MST. Sua análise atualiza o leitor na ação católica e na metodologia e processos formativos por ela posta em prática. Embora sem uma referência explícita, para o leitor atento é possível fazer uma ponte nos processos da ação pastoral católica no Brasil para o campo, desde a sua gênese

até os dias atuais, bem como verificar esta metodologia, com pequenos matizes que dão o colorido político específico, às diversas tendências católicas em ação no meio rural.

Outra análise importante para uma compreensão da ação católica no meio rural pós 1974 é encontrada no trabalho de Maria da Glória Gohn (2000) sobre o processo de formação do cidadão nos cursos do MST. Neste trabalho a autora discute os processos educativos realizados pelo MST, com os filhos dos assentados e com jovens e adultos do movimento, analisando as balizas e limites referenciais criados pelo movimento no desenvolvimento de suas ações coletivas e de formação. Esta análise de Gohn é complementada pelo exame realizado por Maria Cecília Turatti (1999) sobre os acampamentos do MST. Neste estudo a autora analisa a construção da sociabilidade e o processo de passagem de uma condição de sem-terra para um estilo de vida coletivo.

O trabalho de Turatti faz uma análise dos elementos geradores de conflito e coesão no interior dos assentamentos do MST e, junto com os trabalhos de Chaves e Gohn, fornece um mosaico informativo para a compreensão do cotidiano organizativo e formador do MST. Estas três autoras, por sua vez, junto com os exames sobre a constituição e formação do movimento dos sem-terra realizados por Stedile e Mançano, provêm assim elementos necessários para a apreensão analítica do MST e, por conseguinte, da ação pastoral católica no Brasil pós 1974.

Ivo Poletto (1997), por sua vez, realiza uma boa análise e faz uma excelente proposta de releitura da luta pela terra no Brasil dos anos setenta até o final dos anos noventa do século passado, focalizando a sua análise a partir da ação da Comissão Pastoral da Terra. A análise realizada por Poletto, assim como a de Stedile e Mançano, é a visão de quem ajudou na construção e formas de caminhar da CPT, atualizando o leitor sobre os avanços e embates na luta pela terra através de uma discussão interna travada no interior da própria CPT. José de Souza Martins (1997) produz um excelente texto acadêmico e político sobre a importância e significado da CPT na história social do campo brasileiro, ampliando a análise de Poletto e ajudando o leitor no processo de entendimento e revisão dos últimos trinta anos de ação pastoral no campo. É indicado ainda ao leitor, para uma análise da pastoral católica rural pós-1974, o interessante estudo de Maria Silvana Ferreira (1999) sobre

a agricultura familiar como pressuposto político na CPT. Ferreira analisa a política agrária da Comissão Pastoral da Terra, e a instituição da agricultura familiar como ideal cristão, ajudando a entender a questão presente nos movimentos sociais e principalmente no movimento sindical rural brasileiro contemporâneo.

O conjunto desses trabalhos ajudará o leitor a um mergulho no processo analítico da pastoral rural católica no Brasil a partir dos anos de 1970, como ajudou no processo de escrita desta tese a compreender a dinâmica dos movimentos sociais e sindical rural e suas antefaces com a Igreja Católica no Brasil contemporâneo.

Antes de prosseguir a análise, contudo, cabe aqui uma ressalva importante, para o leitor, sobre o uso dos termos Movimento Camponês, Movimento Sindical Rural, Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, Sindicalismo Rural, Sindicato Rural ou Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR (atribuído pelo MTPS em 1966). Neste trabalho, o seu uso tem o significado, especificamente, político representacional. O seu uso, às vezes de forma simultânea, às vezes enfatizando um ou outro termo, busca traduzir para a academia, no melhor sentido geertziano (Geertz, 2001), os termos com que os próprios trabalhadores e movimentos se autodefiniram, em entrevistas, ou, na acepção do próprio sentir o movimento e a si próprios enquanto agentes.

O segundo objetivo deste trabalho tem como meta perceber a dinâmica política dos partidos de esquerda interessados e engajados na prática organizacional do homem do campo e suas relações com forças institucionais do Estado e da Igreja, sobretudo católica, no período estudado. Este intento tem por finalidade, como indicado no próprio título desta tese, situar e discutir as *práticas instituintes* dentro e fora da organização sindical rural no Brasil e, sobretudo, na mata pernambucana, e suas relações com as *experiências autoritárias* postas em prática na vivência e relações ditatoriais no que diz respeito ao sindicalismo rural brasileiro.

Através dela se busca compreender, de um lado, as redes políticas, sociais e econômicas envolvidas no *processo de formação histórica* dos movimentos sociais no campo, especificamente, o sindical, no Brasil e em Pernambuco, e na Zona da Mata pernambucana de forma particular, a partir dos anos cinquenta do século XX; e, de outro lado, entender *as relações do sindicalismo rural com o Estado autoritário brasileiro* no período correspondente aos anos de 1964 a 1974.

Um dos interesses desta tese é estudar o processo de gestação da resistência camponesa a partir dos anos cinquenta do século XX, quando os trabalhadores rurais entram na cena política brasileira em busca de inclusão social e cidadania, abrindo possibilidades de movimentos e organizações sociais que favorecem e ampliam à discussão política, cultural e social de modernização das relações sociais no campo. A mobilização camponesa deste período, que teve sua maior expressão nas Ligas Camponesas, em busca de justiça social e inclusão expõe o arcaísmo vivido pela estrutura agrária nacional e, sobretudo, do Nordeste brasileiro. O debate político e cultural que emerge desse fato social converge para a procura de contenção do movimento das Ligas, em processo de crescimento e radicalização, e afunila-se para caminhos que levam ao processo de institucionalização do movimento camponês: a discussão sobre a sindicalização rural amplia-se e o debate interno sobre a sua melhor forma de institucionalizar-se e a necessidade de institucionalização toma forma e ganha sentidos. Seja no sentido mais arcaico do termo, isto é, de manutenção da estrutura agrária tal qual se encontrava e com a destruição radical das Ligas, seja na busca de esvaziamento deste movimento com a alternativa sindical. Debate em que se situaram setores ligados à Igreja Católica, tanto quanto vários segmentos de esquerda, abrindo possibilidades e interpretações sobre a realidade nacional e a necessidade urgente de modernização brasileira que passava, necessariamente, pela inclusão dos trabalhadores à cidadania. Os anos sessenta do século XX, até o golpe de 1964, vão ser o palco desta expansão da necessidade de sindicalização e do debate sobre os caminhos possíveis da institucionalização do movimento camponês frente ao Estado e as formas de inclusão social daí advindas.

O golpe de estado de primeiro de abril de 1964 interromperia este debate democrático, mas não a necessidade de captação do movimento institucional para o sindicalismo do campo: na primeira década da ditadura se instituiu um caminho para o sindicato e o sindicalismo rural. **O terceiro objetivo** desta tese, assim, busca entender *as relações do sindicalismo rural com o Estado autoritário brasileiro* no período correspondente aos anos de 1964 a 1974.

Com a Igreja Católica como aliada, junto com setores mais técnicos da discussão da modernização brasileira e do campo no país, que apoiaram o golpe, através do IBAD e do IPES, um novo debate e embate começa a ser veiculado sobre

o papel do sindicato no Estado autoritário em vigor. Neste novo debate se coloca, de um lado, uma discussão interna no próprio movimento sindical e sua institucionalização, que envolve trabalhadores rurais, lideranças e assessores dentro e fora do sindicato. Este lado do novo debate aberto com a institucionalização sindical pós-golpe indica ao pesquisador a necessidade de compreender como as forças políticas no interior do movimento sindical se organizaram frente à repressão política e o novo modelo organizativo sindical do Estado autoritário brasileiro nos anos de 1964 a 1974. De outro lado, é alocado um embate político sobre o papel do sindicalismo e o caráter e extensão da modernização agrária e da inclusão social dos trabalhadores rurais. Patronato e tecnocratas jogam politicamente seus dados e medem força junto ao governo autoritário sobre a extensão e qualidade da modernização rural. Neste lado a análise aqui realizada foca este embate visto e sentido do lado do campesinato, durante toda esta década e, principalmente, no após a promulgação do Ato Institucional Nº 5 - AI-5 e do Ato Institucional Nº 9 - AI-9, quando, cessado o primeiro momento de fragmentação das forças organizativas de esquerda anteriores ao golpe de 1964, se afirma um caminho de institucionalização para os sindicatos e um novo modelo de relação entre sindicato e Estado no Brasil.

Metodologia

São dois os interesses na análise do sindicalismo rural na Zona da Mata de Pernambuco, nesta tese: de um lado, entender as redes políticas, sociais e econômicas envolvidas no processo de formação histórica dos movimentos sociais no campo, especificamente, o sindical, no Brasil e em Pernambuco, de forma particular. Processo de formação e expansão que caminha por toda a década de cinquenta e sessenta do século XX até o golpe; e, de outro lado, entender as relações do sindicalismo rural com o Estado autoritário brasileiro no período correspondente aos anos de 1964 e 1974.

O primeiro interesse, o de formação, ganha sentido através das discussões lançadas pelo segundo e, ao mesmo tempo, o segundo interesse, só obtém significado quando pensado através do processo de formação histórica e social dos movimentos sociais no campo que em alianças e dissensos das forças sociais neles envolvidas, o geraram, em primeiro lugar. E, em segundo, de sua conformação e alianças com o

Estado no período autoritário brasileiro, no pós-64, onde estas forças se tornaram fragmentadas e difusas pela repressão e instituição de um novo modelo sindical para o país.

Esta tese, deste modo, tem como objeto principal de estudo o movimento sindical rural brasileiro, especificamente, o da mata pernambucana, e busca entender o seu processo formativo, sua expansão e institucionalização deste os anos de 1950 até 1974. Seu formato de análise está dividido em três tempos: no primeiro se foca a formação dos movimentos sociais no campo, tendo as Ligas Camponesas como um marco no processo de resistência e luta pela cidadania camponesa no país, a mobilização para o seu refreamento e o debate sobre o sindicalismo e a institucionalização do movimento camponês, entre os anos de 1950 a 1960. No segundo, a análise é centrada no processo de expansão sindical rural no país, entre os anos de 1960 até o final de março de 1964. No terceiro tempo, enfim, centra-se a análise na relação entre o sindicalismo rural e Estado autoritário no Brasil pós 1964. O período coberto neste terceiro tempo analítico se situa entre os anos de 1964 (após o dia primeiro de abril) até o ano de 1974. 1974 é o ano que dá início à retomada do movimento sindical pelos trabalhadores e a emergência do que viria a ser o novo sindicalismo, pós-oitenta do século passado.

Convém recordar que, embora a resistência dos trabalhadores rurais e a luta por sua organização e seus direitos durante o período de ditadura no Brasil nunca tenham cessado, o ano de 1974 marca o início da retomada da mobilização político-trabalhista no sindicalismo rural, que chegará ao ápice com o novo ciclo de grandes greves na mata pernambucana e a retomada dos sindicatos por eleições diretas. O que acarreta o aparecimento de novas lideranças sindicais e a ampliação e visibilidade de novos caminhos e formas de olhares e mobilizações entre os trabalhadores rurais. O que pode ser visto, neste sentido, nos dois trabalhos escritos no calor da hora por Sigaud (1980 e 1986), que expressa muito o ponto de vista sindical da FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco e da CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura da época. Para uma visão mais crítica da ação sindical rural e o legalismo sindical, diferente da posição de Lygia Sigaud, se indica aqui os trabalhos de Novaes (1991) e Grzybowski (1987).

O interesse desta tese, assim, em resumo, é o de estudar o processo de gestação da resistência camponesa no Brasil e, sobretudo na Zona da Mata pernambucana desde a década de cinquenta do século XX; o caminho para o sindicalismo rural e sua expansão; e o processo de institucionalização deste movimento nos anos da ditadura, dentro e fora do sindicato. O conceito de resistência, aqui trabalhado, deve muito aos estudos desenvolvidos por James Scott² e Edward P. Thompson. Scott (1976, 1985, 1990), insiste na importância de compreender *as formas cotidianas de resistência*, atos e práticas instituintes que ele define como a luta constante entre os camponeses e os que dele procuram extrair trabalho ou outro tipo de exploração. Para ele, estas formas de resistência cotidianas acontecem no interior de um grande número de táticas e estratégias culturais, sociais e políticas, com o intuito de fazer face à opressão ou para tentar impedir o processo de proletarianização vivido em um tempo e um lugar específico por um indivíduo ou grupo. No processo de compreensão desta luta constante, assim, o pesquisador deverá estar atento para “*as armas simples dos relativamente desprovidos de poder*”, indo além de uma observação que privilegie apenas as manifestações clássicas de organização e as expressões institucionalizadas de resistência (Scott, 1985, p. XVIII).

Na maior parte das vezes, ainda seguindo a orientação de James Scott (1985, p. XVIII), as ações de resistência cotidianas exigem quase nenhum ou nenhum planejamento ou coordenação. No processo de ação os movimentos de resistência usam acordos implícitos e redes sociais informais e representam, com frequência, formas de auto-ajuda, procurando, sempre que possível, evitar confrontos diretos com o patronato ou autoridades. O que leva a uma série de implicações para pensar o conceito de resistência cotidiana e o próprio conceito de resistência em relação à noção de poder.

Para Abu-Lughod (1990) o conceito de resistência permite ao pesquisador uma forma mais densa de percepção e diagnóstico do poder, que é sempre relacional. Desta forma, é importante chamar a atenção para o papel da *etnografia* como o método que melhor se adéqua à análise da resistência, e da indissociação entre teoria

² Existem duas boas introduções aos estudos de James Scott no Brasil. São elas: Monsma (2000) e Menezes (2002).

e narrativa ou análise empírica. É necessário chamar a atenção, também, para a importância da microanálise nos estudos sobre o poder, a dominação e a resistência.

Antes de qualquer coisa, contudo, é preciso notar, como o faz Edward Thompson (1987) ao insistir no conceito de resistência política como uma construção social, que aquele que resiste expressa uma visão política, mesmo que desorganizada e aparentemente oculta e muda. No seu trabalho *A formação da classe operária Inglesa*, Thompson (1987) se utiliza de uma narrativa que atenta para o caráter coletivo da experiência da opressão e da exploração, embora abra espaço para as experiências individuais dos trabalhadores. Na análise de Thompson o micro e o macro conversam de forma constante, as narrativas individuais invariavelmente exemplificam a coletiva, e a experiência coletiva é embasada na percepção de identidades, construindo assim um entendimento sofisticado e complexo de resistência política. A experiência enquanto noção operante é a marca, a coluna vertebral, da obra thompsoniana. O processo de constituição do coletivo, assim, se encontra atado à experiência da exploração e da opressão, e igualmente às experiências de partilha e solidariedade, surgidas no embate cotidiano de sobrevivência, ajuste e no suportar da repressão e da exclusão social.

O que deve levar o pesquisador para a necessidade de encarar, reconhecer e compreender o processo de formação dos trabalhadores, enquanto movimento para a cidadania, como produto da experiência destes mesmos trabalhadores e de seus embates diários e de longa duração com outras esferas e grupos sociais. O que implica, deste modo, estar atento à noção de jogo enquanto processo tenso e figuracional de possibilidades organizacionais ou de resistências (Elias, 2005), e para a *polifonia* das ações de resistência e dos campos organizacionais que delas se processam, em forma de projetos afirmativos e caminhos institucionais, estando cauto para o lugar da fala: de quem fala e desde onde se fala. O que alude em compreender a ambivalência e a ambiguidade dos estilos e das atitudes seguidos e aceitos pelas formas da resistência observada e pelas formas menos institucionalizadas de ação e de relações de poder (Bhabha, 1986 e 1998). Bem como, para as relações destas formas fora do espaço institucional com o lugar institucionalizado e representacional que as engloba e aparentemente anula sua visibilidade.

Ao colocar a resistência cotidiana como uma linha de observação importante para a análise das formas onde se processam a luta simbólica ou real do trabalhador rural no Brasil dos anos cinquenta do século XX, - com o início da mobilização política do meio rural que ocasionou o movimento das ligas camponesas e o processo posterior de institucionalização dos trabalhadores com a contra-ofensiva para a sindicalização rural, - não se quer com isso justificar ou mesmo valorizar romanticamente a resistência simbólica enquanto tal, mas sim, este processo em sua *dimensão política*, uma vez que na resistência simbólica também se encontram as chaves para a interpretação da resistência real. O que se quer chamar a atenção é para o movimento silencioso e pouco visível da luta do camponês no processo de rejeição ou de adequação às formas de opressão e dominação a que estão submetidos.

É necessário, assim, chamar atenção para o conjunto de configurações sociais possíveis, se si utiliza o contexto teórico Eliasiano, que moldam ou vão construindo movimentos sociais, dentro de um espaço e de um tempo singular, e as diversas representações culturais, sociais e políticas a que eles respondem. Para Elias, uma configuração social não é nada mais do que um sistema de interações; é uma noção que designa qualquer situação concreta de interdependência, e se “*aplica tanto aos grupos relativamente restritos quanto às sociedades formadas por milhares ou milhões de seres interdependentes*” (Elias, 2005, p. 158). O que leva o pesquisador a ver e analisar as formas e as concepções de resistência, não como oposição política já dada, mas como um espaço de afirmação e de pertinência individual e societal, com uma dimensão espaço-temporal (Elias, 1998), frente a um estado de sujeição e opressão; e os conteúdos possíveis orquestrados ou fragmentados que vão intuindo um tom ou uma possibilidade de luta e de formação de um processo que pode levar ou não à inclusão social e para a construção da cidadania. O termo *resistência camponesa* utilizado neste trabalho tem a ver com o imaginário político da organização dos trabalhadores rurais, que utiliza para si como marco do movimento camponês como representação de força política, e não uma discussão sobre o campesinato em geral, como discutido acima.

Uma hipótese desenvolvida nesta tese é a de que o movimento de resistência camponesa pela cidadania do homem do campo, construído pelas Ligas Camponesas a partir dos anos de 1950, complexificou o debate sobre a modernização brasileira e a

do meio rural, em particular, convergindo o debate para a natureza e o formato desta inclusão social do trabalhador rural para o terreno da sindicalização. De 1960 até o golpe, este debate se expandiu e diversas formas e propostas de sindicalização rural e a natureza de sua institucionalização em relação ao Estado no Brasil veio à cena política e cultural de então. Os debates políticos e culturais sobre os projetos de modernização da sociedade brasileira e, aqui, principalmente, sobre a estrutura agrária e da inclusão camponesa ao social se expandiram e entraram em conflito no país, nestes primeiros anos da década de 1960. Mas, os caminhos do projeto modernizador a ser seguido pelo país, na maior parte dos formatos deste debate, traziam em seu seio a discussão da sindicalização rural e o processo e o caráter da institucionalização do movimento camponês como sindicalização.

O golpe militar de primeiro de abril de 1964 põe fim ao movimento das Ligas Camponesas, reprime forças de esquerda no movimento sindical e redefine o debate sobre a sua institucionalização. É bom frisar que, neste período, o papel do movimento sindical rural da mata pernambucana é importante como gestor desta redefinição e palco de experiências do governo autoritário para controle sindical rural e legitimação de sua política no seu interior. O que leva a uma segunda hipótese. Esta segunda hipótese é a de que no pós-1964 e, principalmente, entre os anos de 1968 a 1974, o movimento sindical rural no país e, no caso particular, na mata pernambucana, passa a viver um dilema entre ser órgãos de controle, vinculado ao Estado, ou veículos de representação dos trabalhadores.

Passado o período inicial de ajustamentos da estrutura sindical rural no país, nos primeiros quatro anos do golpe militar, o Estado autoritário molda e aplica uma política de controle e institucionalização sindical rural, tornando o sindicalismo em um agente de legitimação dele, e minando o poder de representação sindical, cada vez mais fechada e centrada em um caráter assistencialista. A maior parte dos trabalhos que estudam o sindicalismo rural, em seu processo formativo e de consolidação institucional, como Martins (1981), Palmeira (1979 e 1985), Sigaud (1977 e 1979), Medeiros (1989), entre outros, e sua relação com a instituição da previdência social rural, como os trabalhos de Coradine (1989), Matijascic (2002), Calsavara (2004), Cordero (2005) e Martins (2004), passa por cima desta questão: quando a sentem, coloca como uma bandeira de luta dos trabalhadores ou mostram a

forma de implantação durante o Estado autoritário sem ver as conexões sobre o assunto e a procura de um canal de legitimidade do regime autoritário brasileiro frente aos trabalhadores rurais através dos sindicatos, e dos caminhos de controle político através da assistência social. O que causa um óbice à compreensão das relações entre os sindicatos rurais e o Estado autoritário no Brasil. Este trabalho tenta avançar neste sentido, resgatando como foi utilizada uma bandeira de luta tradicional dos trabalhadores rurais, reivindicação já contida, inclusive, no *Estatuto do Trabalhador Rural* de 1963, como forma de contenção e controle sindical rural.

Sobre este processo, esta tese analisará o caso do início da Previdência Social Rural, em 1968, que tem o município do Cabo, em Pernambuco, como laboratório para sua implantação. Será discutida aqui, apenas, a resposta política do governo autoritário brasileiro a um momento de resistência sindical mais autônoma frente ao controle governamental, que utiliza uma reivindicação camponesa, a Previdência Rural, para aumentar o controle e as amarras políticas sobre o movimento sindical rural.

Com o início da locação da Previdência Social Rural no município do Cabo, enquanto laboratório de implantação para o nacional, a contradição e o dilema acima assinalado se aprofundam, tornando o sindicalismo rural em mero apêndice do Estado autoritário: como uma espécie de órgão assistencial para o trabalhador rural. E, como um desdobramento desta segunda hipótese, uma terceira: enquanto órgão de assistência social, os sindicatos vinculam os seus serviços apenas aos associados, contribuindo para difundir a idéia de que os sindicatos de trabalhadores rurais são dos associados e não do conjunto dos trabalhadores rurais.

Esta terceira hipótese se acredita, aqui, é o mote que mobiliza os trabalhadores rurais fora dos sindicatos em busca de representação. A resistência camponesa na Zona da Mata pernambucana, e no Brasil como um todo, portanto, se ocupa em debater o estreitamento representacional dos sindicatos no pós-golpe e, ao assim fazer, luta nas margens do sistema legal permitido para a ação sindical para ampliação da base de representação sindical. O sindicato é dos trabalhadores e não dos associados, é o *slogan* e mote organizativo e núcleo de organização e resistência camponesa, segundo Neves (1979) e Koury (2007).

Esta tese desenvolve, assim, uma discussão e uma análise sobre o processo de resistência, organização e formação dos trabalhadores rurais no Brasil, e os debates para a institucionalização dos movimentos rurais sob a forma de sindicalização do campo, no decorrer de toda a segunda metade do século XX até o ano de 1974. O seu desenvolvimento valeu-se de uma enorme pesquisa qualitativa e documental.

A pesquisa documental aqui desenvolvida é um dos instrumentos do método qualitativo. A análise documental se constituiu em uma técnica fundamental de abordagem de dados qualitativos, complementando as informações obtidas por outras técnicas ou mesmo, indicando novos aspectos de um tema ou de um problema abordado. Nesta tese, sua utilização se valeu de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico, como documentos institucionais conservados em arquivos; documentos institucionais de uso restrito; documentos pessoais; leis, projetos, regulamentos, registros de cartório; entre outros, ou de uma releitura de documentos, como entrevistas, *surveys*, feitos em momentos diversos e que fazem parte de um arquivo de dados do autor ou de uma instituição.

No processo de construção desta tese, principalmente, durante a elaboração de caminhos possíveis para a construção e uso de uma metodologia qualitativa e etnográfica e, em especial, para o uso das técnicas de pesquisa documental, bem como de histórias de vida, história oral, observação participante, entrevistas, conversas informais, biografias, leitura e cópia de escritos, diário ou arquivo pessoal (recortes de jornais, cartilhas para o trabalhador, entre outros) de informantes, foram consultados, Geertz (1978 e 2001), Emerson (1995, 2001), Pena (1990), Peneff (1990), Thompson (1992), D'Ancona (1996), Jessor (1996), Taylor e Bogdan (1996), Foddy (1996), Becker (1997), Garcia Jorba (2000), Berg (2001), Atkinson (2001), Seale (2003), Ferrarotti (2005), Duchesne e Haegel (2005), Gondim e Lima (2006), e Denzin e Lincoln (2007), entre outros, na vasta bibliografia sobre a questão. Para a análise do uso de documentos pessoais na pesquisa em Ciências Sociais, por outro lado, foram consultados três importantes trabalhos sobre o assunto: Thomas e Znanieck (1927), Blumer (1939) e Gottschalk, Kluckhohn e Angell (1945). Muitos autores atuais também se debruçaram sobre o assunto, mas a opção pela referência aos três estudos, contudo, se fez importante pela contribuição histórica ao campo metodológico qualitativo e etnográfico, principalmente, ao uso de documentos

pessoais na pesquisa em Ciências Sociais e, porque, os mesmos são referências indispensáveis a todos os estudiosos que lidam com a questão.

Para o período histórico de formação do movimento sindical rural no Brasil, além das fontes documentais: jornais, documentos de partido, de sindicatos, federações e confederação rurais, levantamento e catalogação de arquivos públicos e privados diversos, procurou-se passar em revista nesta tese toda uma literatura militante e acadêmica relacionada à formação histórica dos movimentos sociais e do movimento sindical rural brasileiro e da mata pernambucana. Bem como, da relação entre a Igreja, principalmente a Igreja Católica, com o Estado brasileiro e os movimentos sociais e o movimento sindical no campo, e sobre as mudanças na pastoral católica.

Esta literatura e discussões temáticas, deste modo, além de ajudarem na elaboração de cenários onde se desenrolou a ação social pesquisada, serviram como interlocutora e como fonte secundária, trazendo dados significativos para a história do movimento sindical e camponês no Brasil, no Nordeste e em Pernambuco em particular. A *construção de cenários na pesquisa sociológica*, segundo Hirano (1979) permite ao pesquisador observar os campos discursivos e de representação, de tensão e disputa, entre os diversos atores sociais no jogo social analisado. Possibilita, inclusive, perceber o imaginário e a representação de cada ator em um determinado processo interativo, as mudanças na cena armada e recuos e avanços em um processo de disputa e interação determinado. Tem assim um grande alcance analítico, pois trabalha com elementos essencialmente simbólicos e lugar onde a disputa social, política e econômica, isso é, histórica, se desenvolveu.

É bom lembrar que a literatura sobre movimentos sociais rurais e movimento sindical rural no Brasil é imensa e impossível passar todo em revista nesta tese, embora, o esforço neste sentido tenha sido grande. A bibliografia utilizada passou em revista uma grande parte do material produzido na época, seja em uma linguagem acadêmica, política ou jornalística, além de memórias posteriores de participantes dos eventos descritos, seja de uma visão dos camponeses, seja do Estado, seja ainda do patronato. A seguir, revisou uma literatura acadêmica dos anos de 1970 até o presente que discutia a questão específica tratada nesta tese, ou questões a ela pertinentes. Os dois conjuntos dialogam entre si, permitindo a construção dos

cenários através dos quais foram sendo elaborados os capítulos e os sentidos deste estudo.

A análise do processo político, social, cultural e econômico do Brasil e as inter-relações no plano internacional, regional e local são significativas para o entendimento de como se deu o processo formativo e organizacional do movimento sindical rural brasileiro e da Zona da Mata de Pernambuco, em particular. A visão do Nordeste e, sobretudo, da mata pernambucana, como um *barril de pólvora* – termo cunhado pela imprensa nacional e internacional, a partir das reportagens do jornalista Tad Szulc (Tadeuz Witold Szulc), publicadas no jornal *The New York Times* nos dias 31 de outubro de 1960, sob o título: "Pobreza do Nordeste gera ameaça de revolta"³, e 1º de novembro de 1960, sob o título: "Marxistas estão organizando camponeses no Brasil"⁴, e de uma reportagem saída na revista americana *Life* (New York, 1961) na edição em espanhol destinada ao público latino-americano; a atuação do IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática e do IPES – Instituto de Pesquisa Econômico e Social na desestabilização da ordem democrática nacional na década de sessenta do século passado; o processo de formação da SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste e as relações com a ‘necessidade’ do desenvolvimento da região para ‘sanar’ o *barril de pólvora* que parecia nela se armar; e as relações da região *versus* o panorama nacional e internacional, são elementos que este estudo se debruça para estabelecer uma discussão sobre as relações políticas, econômicas e sociais por trás do processo de organização e formação dos movimentos sociais e do movimento sindical rural brasileiro e da mata pernambucana. Buscou-se, assim, traçar cenários que iluminassem a identificação e compreensão da questão regional e, sobretudo, da Zona da Mata de Pernambuco, através de suas relações com as questões nacionais e internacionais direcionadas e pautadas com a história social e política brasileira do século XX, e o papel dos partidos políticos de esquerda nesse processo constitutivo.

A pesquisa para levantamento de dados foi desenvolvida em várias frentes. Primeiro, foi realizado um levantamento e mapeamento documental. Foi passada em revista toda uma literatura que trata da questão no período estudado. Produções

3 "Northeast Brazil Poverty Breeds Threat of a Revolt".

4 "Marxists are organizing peasants in Brasil".

acadêmicas, arquivos públicos e privados, bibliotecas, mapeamento e análise das notícias dos jornais diários da grande imprensa e dos jornais e documentos ligados à prática sindical, à ação da Igreja Católica, aos partidos políticos envolvidos, entre outros, foram levantados, trabalhados e fichados. Assim como foi realizada uma grande revisão e discussão bibliográfica, principalmente, no que diz respeito aos anos em que se debruça a análise aqui realizada, isto é, os anos de 1950 a 1974⁵.

Vários arquivos foram pesquisados no Brasil. Neles, documentos significativos da vida política nacional foram levantados, seja através de mapeamentos de jornais, seja na análise de documentos de vida política de militantes e personalidades brasileiras. Entre os arquivos visitados encontram-se: o Museu Nacional, a Biblioteca Nacional e o CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação no Rio de Janeiro; o Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP – Universidade de Campinas – São Paulo; o Arquivo Público do Estado de Pernambuco; os Institutos Históricos e Geográficos dos estados de Pernambuco e da Paraíba; os Arquivos do DOPS – Departamento de Ordem Política e Social em Pernambuco; os Arquivos da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco; os Arquivos do Diário de Pernambuco e do Jornal do Comércio em Pernambuco e, nos jornais União, O Norte e Correio da Paraíba, em João Pessoa - Paraíba.

Foram levantados, também, diversos arquivos da Igreja Católica relacionados ao sindicalismo rural no Brasil e em Pernambuco, como o Nordeste II; a ACR – Ação Católica para o Meio Rural, posteriormente denominada Animação Cristã para o Meio Rural; o SORPE – Serviço de Orientação Sindical de Pernambuco; o SAR – Serviço de Assistência Rural, do Rio Grande do Norte; o MEB – Movimento de Educação de Base, assim como o MCP – Movimento de Cultura Popular, em Recife, e a CEPLAR – Campanha de Educação Popular na Paraíba (Scocuglia, 1994), entre outros.

Foi levantada e analisada, ainda, uma vasta quantidade de jornais e revistas para confecção desta tese. Entre os jornais pesquisados encontram-se, entre outros, o *Diário de Pernambuco*, (Recife, 1950 a 1980); o *Jornal do Comércio* (Recife, 1950 a 1980); o jornal *Última Hora*, (Recife, 1960 a 1964); o *Diário da Noite* (Recife, 1960

5 Para uma análise do sindicalismo rural a partir dos anos de 1975 se indica, entre outros, Favareto (2006), Ricci (1999), Novaes (1991) e Rosa (2004 e 2004a).

a 1964); a *Folha do Povo* (Recife, 1962); o jornal *A Hora* (Recife, 1961 a 1964); *A Liga* (Rio de Janeiro, 1962 a 1964); *A Classe Operária – Classop*, (Rio de Janeiro, 1962 a 1964); o *Grito no Nordeste* (Recife, 1966 a 1980); o *Pasquim*, (Rio de Janeiro, 1979 e 1980); o jornal *Opinião* (Rio de Janeiro, 1976); *Em Tempo* (São Paulo, 1978 a 1981); a *Folha de São Paulo* (São Paulo, 1979 a 1984); *O Semanário* (Rio de Janeiro, 1960); o *Correio da Manhã* (Rio de Janeiro, 1961); o *Diário Oficial da União*, (Brasília, 1961); entre outros. Entre as revistas pesquisadas encontram-se, entre outras, *Estudos Sociais* (Rio de Janeiro, 1960 a 1964); *Revista Brasiliense* (São Paulo, 1959 a 1964); *Life* (New York, 1961); *The New York Times* (New York, 1960); *Novos Rumos* (Rio de Janeiro, 1961 a 1964); *Isto É* (Rio de Janeiro, 1979) e o *Boletim Iadesil* (Rio de Janeiro, 1968 a 1975).

Teve-se, ainda, acesso aos questionários e ao relatório parcial (Souto Maior, 1970) de uma pesquisa inédita encomendada à UFPE - Universidade Federal de Pernambuco pelo IADESIL – Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre e pela FETAPE nos anos de 1968/1969, bem como longas conversas informais com o coordenador desta pesquisa. Esta pesquisa encomendada a UFPE teve por finalidade a execução de um diagnóstico das aspirações e carências dos organismos sindicais dos trabalhadores rurais do Estado e dos assalariados em relação aos sindicatos.

Este trabalho, também, se valeu de várias outras pesquisas realizadas pelo autor sobre a organização camponesa no Brasil e na mata pernambucana, em particular, como a pesquisa realizada na Zona da Mata de Pernambuco, no início dos anos de 1970, para a sua dissertação de mestrado (Koury, 1976). Nesta dissertação discutiu a resistência dos trabalhadores rurais na mata pernambucana e suas relações conflituosas com o Estado autoritário e com o sindicalismo rural de então, com ênfase no processo de proletarianização vivido e a ampliação da expulsão de foreiros e moradores dos engenhos e usinas locais. Do material colhido em campo para a confecção da dissertação de mestrado, esta tese serviu-se de entrevistas, conversas informais, histórias de vida e história oral com líderes sindicais e militantes de partidos com atuação na mata pernambucana, bem como de entrevistas com trabalhadores rurais sem filiação ao sindicato e filiados; com moradores, foreiros e pequenos proprietários; com presidentes de sindicatos de trabalhadores rurais da

mata pernambucana e de alguns municípios do agreste e sertão; com advogados sindicais, entre outros. Valeu-se, também, de uma pesquisa nos arquivos da FETAPE e de um *survey* realizado pelo autor em 1980 com os sindicatos de trabalhadores rurais de Pernambuco. Este *survey* teve por finalidade apreender os sentidos e significados das lideranças sindicais sobre sua origem e prática sindical, associada ao processo formativo e institucional sindical (Koury, 1981). A elaboração desta tese se amparou, também, nas entrevistas e dados documentais coletados para uma pesquisa desenvolvida no Institute of Latin American Studies da Universidade de Glasgow, Escócia, entre os anos de 1977 e 1980, sobre as relações entre o Estado e o sindicalismo rural no Brasil (Koury, 1982). Utilizou, ainda, material recolhido em diversas incursões a campo com a finalidade de compreensão da questão da organização política sindical e dos movimentos sociais, bem como da resistência cotidiana dos trabalhadores rurais, entre os anos de 1980 a 2008, que podem ser vistos, como alguns resultados, no rol dos trabalhos do autor na bibliografia geral no final deste trabalho.

Por uma questão ética e por solicitação de muitos entrevistados que se dispuseram a falar com o autor sobre suas experiências no decorrer dos vários processos e das várias incursões a campo, acima relatados, grande parte deles aparece sem o registro do nome próprio, sendo anotados e referidos, quando de sua utilização na tese, por sua função ou papel representacional para o qual dispuseram a falar e narrar suas versões e experiências. Os que são grafados com seu nome próprio são aqueles que autorizaram o uso do seu nome na tese e, em sua maioria, que possuíam uma vida pública visível e ocupavam posições políticas e institucionais determinadas, como presidentes de sindicatos, personalidades políticas e outras, na época aqui trabalhada, entrevistados diretamente pelo autor ou por revistas, jornais ou outros pesquisadores. Uma *relação de entrevistados* se encontra no final deste trabalho.

Apesar de ter sido realizada um número muito maior de entrevistas durante todos os momentos de campo que serviram a elaboração desta tese, se encontra aludidos na relação apenas os entrevistados que foram utilizados e referidos como fontes diretas em seu corpo. Nesta relação constam, também, entrevistas utilizadas, mas, não realizadas diretamente pelo autor, porém, constantes em arquivos, ou

publicadas em jornais e revistas locais, nacionais e internacionais, ou constantes em teses, dissertações e relatórios acadêmicos. Em cada entrevista constará a fonte e o ano de sua realização, bem como o nome do entrevistado ou, no caso dos entrevistados que não deram autorização, o cargo, a função ou o papel representacional para o qual se dispuseram a narrar sua versão.

Arquivos da CONTAG, da FETAPE e de diversos sindicatos de trabalhadores rurais de Pernambuco foram pesquisados, principalmente em relação ao período de 1960 a 1974 e, quando possível, as experiências anteriores aos anos sessenta.

Foram consultados, também, arquivos e bibliotecas internacionais com material sobre o Brasil, principalmente, os Arquivos sobre Movimentos e Organização dos Trabalhadores, como: o *Internationaal Instituut voor Sociale Geschiedenis* (Instituto Internacional de História Social), localizado em Amsterdã, Holanda, bem como os setores para a América Latina e Brasil, especificamente, das Universidades de Londres, Oxford, Glasgow e Edinburgh no Reino Unido e as bibliotecas do Congresso e de importantes centros de estudos brasileiros das universidades americanas sobre a questão. Neles se coletou uma série de documentos importantes para confecção e entendimento dos cenários da época estudada, principalmente, ligados a documentos e aos jornais de partidos e de movimentos, como a AP – Ação Popular; o jornal Classe Operária - CLASSOP, do PCdoB; A Liga, do movimento das Ligas Camponesas; Revistas, como a revista Estudos Sociais, do Partido Comunista e a revista Brasiliense; bem como jornais operários anarquistas e comunistas brasileiros em microfilmes.

A utilização permanente de um diário de campo foi importantíssima como possibilidade de registro de acontecimentos, impressões, esboço de cenários, criação de mapas sínteses por entrevistados ou acontecimentos e comparações entre as diversas ‘épocas’ em que se processou esta pesquisa. Para uma discussão da importância e sobre o uso do diário de campo na pesquisa etnográfica e qualitativa, foi consultado, neste trabalho, entre outros, Garcia Jorba (2000), Brandão (1982) e Cardoso (1986).

Do mesmo modo que o diário de campo ajudou significativamente ao processo de depuração dos dados e análise, a pesquisa valeu-se da fabricação de uma série de fichas gerais onde eram anotados uma síntese e recortes específicos de cada

documento pesquisado, uma referência ao local onde se encontravam e características próprias de cada fonte. Cada *ficha geral* recebia uma numeração de 000001 em diante e entravam em um arquivo comum, construído no interior do programa ACCESS do Windows. Junto a este fichário, onde se colocavam todas as fichas construídas da leitura de cada documento, foi construído um segundo *fichário temático* onde eram associadas todas as fichas gerais que tratavam de um determinado assunto, como, por exemplo, ‘ligas camponesas’, ‘luta pela terra’, ‘formação sindical’, ‘resistência camponesa’, ‘oposições sindicais’, ‘novos movimentos’, ‘igreja’, ‘partidos políticos’, ‘condições de vida’, ‘condições de trabalho’, ‘greves’, ‘expulsões’, ‘assassinatos’, ‘violência no campo’, ‘passeatas’, ‘mobilizações’, ‘periodizações (datas, anos, décadas)’ e inúmeros outros. Este fichário temático foi também construído a partir do ACCESS e cruza com o fichário geral a partir de cada assunto ou tema trabalhado. Este fichário temático, assim, contém, apenas, os números de cada ficha do fichário geral cadastrado em uma temática específica. Desta maneira, uma ficha geral pode estar contida em várias fichas temáticas: por exemplo, a ficha temática *Formação Sindical Rural*, ao ser acionada, trazia à vista do pesquisador todas as fichas gerais que tratavam da problemática inquirida. Do mesmo modo, a ficha *Igreja No Meio Rural*, acionava todas as referências existentes sobre a temática constante no fichário geral.

Este modo de inferência dos documentos no processo de pesquisa não é original. Ele foi utilizado pela primeira vez no projeto “Indústria e Trabalho no Brasil” da Universidade de Campinas - UNICAMP durante os anos de 1978 a 1985, e na pesquisa “História da Indústria e do Trabalho no Nordeste” realizada pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica – NDIHR da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, financiada pela FINEP e coordenada pelo autor deste trabalho, durante os anos de 1980 a 1986. A novidade desta técnica, nesta pesquisa, é a sua digitalização.

No formato original utilizado pela UNICAMP e pela UFPB, os dois fichários, o do fichamento *geral* e o *temático*, eram realizados em papel, em fichas no formato de 20 x 12 cm, contendo em cada ficha geral: o nome do projeto, o número da ficha, tipo de documento (entrevistas, jornais, fonte bibliográfica, arquivo eclesial, e outros), categorias envolvidas, local e data, referência sobre o documento (onde,

quando, como e para que foi originalmente pesquisado), resumo do documento, comentários e local de acesso ao documento. Cada ficha temática, por sua vez, continha, o assunto ou recorte temático e uma série de pequenos retângulos onde eram inseridos os números de cada ficha geral que possuísse alguma referência ao assunto da ficha temática. Um mesmo assunto poderia ter várias fichas temáticas, dependendo do montante das fichas gerais que o continham.

Ao passar para o programa ACCESS conservou-se o mesmo critério das fichas manuais em papel. Cada documento lido estava contido em uma mesma ficha geral numerada, com os mesmos indicadores acima assinalados e, por sua vez, cada ficha temática continha um único assunto e nela estavam registrados todas as fichas gerais que dele tratavam direta ou indiretamente. A digitalização de todas as fichas permitiu dois avanços significativos: primeiro, a agilidade no acesso as fichas e aos temas que se queria trabalhar; e o segundo, a diminuição do espaço ocupado pelo volume dos fichários em papel, melhorando sensivelmente a qualidade do trabalho e de arquivamento e de sua utilização.

Vale ainda comentar que este tipo de arquivamento permitiu a formação de um banco de dados onde todas as pesquisas do autor ou de uma instituição, como o GREM – Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções da UFPB, coordenado pelo autor, pudesse ser inserido e fazer parte de um mesmo processo de arquivamento. Assim, as releituras de documentos vários podem ser feitos com todo o material acumulado que, por sua vez, é enriquecido com novas informações a partir de novas pesquisas e das novas reinterpretações sobre cada nova leitura das fichas contidas.

Convém lembrar, igualmente, que o fichário temático pode ser constantemente atualizado, não só por inclusão de novas fichas gerais, mas por novos temas ou problemas perseguidos nas novas análises e preocupações de um autor ou de um grupo de pesquisadores. As fichas gerais, assim, são constantemente revisitadas e novas fichas temáticas são construídas de cada revisita. O que facilita o trabalho de pesquisa e a vida do pesquisador, bem como, democratiza o uso das informações do banco de dados para diversos outros pesquisadores que o utilizam e, ao mesmo tempo, o complementam com novas informações.

Esta tese, por fim, discutirá sociologicamente o movimento sindical rural da mata pernambucana, e brasileiro, desde a sua mais recente gênese na década de cinquenta e sessenta do século passado, até o final do regime ditatorial no Brasil e início da abertura. Período que remonta a importantes discussões sobre as possibilidades de afirmação do novo movimento sindical brasileiro, a partir da segunda metade da década de 1970 e, principalmente dos anos de 1980 e dos movimentos sociais rurais dele diretamente ou indiretamente motivados.

Consta de três partes divididas em seis capítulos. A primeira parte cobre o processo de formação do sindicalismo rural (1950 – 1962) e consta de dois capítulos. O primeiro capítulo, intitulado, “*O Nordeste como Área de Tensão Social: O Processo de Mobilização Política*” discute os cenários e os principais fatores sociais, políticos e econômicos que levaram o Nordeste, sobretudo o estado de Pernambuco, durante o período correspondente as décadas de 1950 e 1960, até o golpe de 1964, a converter-se em uma área de tensão social, supostamente ameaçando a paz e a segurança internacional. O segundo, intitulado “*Origens e Expansão do Movimento Sindical Rural no Nordeste Brasileiro*” busca compreender os esforços de sindicalização no campo entre os anos de 1950 e 1960. A segunda parte trata do processo de expansão do sindicalismo rural (1962 - 1964), e consta de dois capítulos: o terceiro, denominado, “*A Expansão do Sindicalismo Rural*” discute os embates entre Igreja conservadora e progressista, o do Partido Comunista, no processo de expansão do movimento sindical, e o quarto, intitulado, “*Movimentos Sociais e a Reação Patronal, 1962 a 1964*”, que discute o processo de expansão e fortalecimento político dos movimentos sociais e sindicais rural, durante o primeiro governo de Miguel Arraes em Pernambuco, enfocando, principalmente, o embate político e ideológico das forças patronais em busca de controle e, mesmo, extinção dos movimentos rurais.

A terceira parte desta tese, por fim, discute o processo de institucionalização: o sindicalismo rural frente ao Estado autoritário (1964 – 1974). Esta terceira parte contém, igualmente, dois capítulos: o quinto capítulo, “*Movimento Sindical e Práticas Autoritárias, 1964 a 1968*”, que discute o desmonte dos movimentos sociais e do movimento sindical rural em Pernambuco, após o golpe militar de 1964. Nele é enfocado o processo de intervenções nos sindicatos rurais, a prisão e o clima de

medo que se estabelece no Brasil e, principalmente, na mata pernambucana, o cotidiano de conformidade e resistência do campesinato, até as greves de 1968 acontecidas no município do Cabo e as relações contraditórias estabelecidas entre o sindicato, a igreja e o Estado autoritário. E o sexto capítulo, intitulado: “*Movimento Sindical, Assistencialismo e Novas Formas de Resistência, 1969 a 1974*”, que procura discutir as relações sindicalismo rural e Estado autoritário no Brasil, através da leitura do processo de extensão do Programa de Previdência Social para o Trabalhador Rural. Discute a estranha relação do sindicalismo rural com o assistencialismo e a sua contradição exposta ao máximo em ser um sindicato para os associados ou um sindicato para os trabalhadores rurais como um todo. O capítulo procura, ainda, entender como vão se dando as práticas instituintes e as formas de resistências invisíveis, que começam a se estabelecer como uma ação política de oposição à experiência autoritária a que estão submetidos.

Esta pesquisa em sua *Conclusão*, por fim, faz um resumo e passa em revista todo o conteúdo da tese e estabelece uma discussão e uma distinção entre a instituição do *legal* e do *legítimo*. O *legal*, como instrumento de representação, embora apareça como resultado e acompanhe o movimento de cooperação com o poder, cria possibilidades de uma leitura do *legítimo* pelo alcance de formas de cumprimento da lei. O que o leva a forçar ranhuras, utilizar silêncios e estabelecer aos poucos novas leituras e re-interpretações que abrem espaço para o novo sindicalismo. Processo que começa a se esboçar já na metade dos anos setenta do século passado. Para uma discussão nesta direção utilizou-se, nesta pesquisa, como referência, os trabalhos de Barrington Moore Jr (1987), Axel Honneth (2003) e Koury (2003).

Para finalizar, o autor agradece à orientadora Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva, por sua acolhida amiga, generosa e competente. Um agradecimento, também, é dado ao corpo docente do PPGS da UFSCar, pelo amparo amistoso e aberto durante a estada na instituição e, de modo particular, aos amigos Jacob Carlos Lima e Teíta, pela amizade e apoio, institucional e na vida.

Um agradecimento importante se faz, aqui, as diversas pessoas que permitiram e muitas vezes guiaram o autor no garimpo das informações, nos arquivos particulares e públicos do Brasil e do exterior por onde andou e fez amigos.

Um muito obrigado, também, aos diversos entrevistados que dedicaram um espaço do seu tempo, às vezes enorme, para narrarem, discursarem e, às vezes, discutirem suas idéias e visões.

Grato, enfim, e, sobretudo, aos trabalhadores e militantes do movimento camponês no Brasil, e em Pernambuco, em particular, que dedicarem horas preciosas onde narraram suas experiências e sonhos, às vezes em momentos terríveis de tensão e medo, nos períodos obscuros da ditadura no país. A eles este trabalho é dedicado.

PARTE I
O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO SINDICALISMO RURAL (1950 – 1962)

CAPÍTULO 01

O Nordeste como Área de Tensão Social: O Processo de Mobilização Política

O aparecimento e a subsequente expansão do movimento camponês no Nordeste, no final dos anos 50, extrapolarão os limites regionais e tornar-se-á um problema nacional e internacional, posteriormente, com a interferência dos Estados Unidos na política brasileira, no início dos anos 60. Este capítulo se inspira na sociologia processual e, principalmente, no conceito de configuração eliasiano (2005 e 1994), que tende a entender os embates sociais como uma teia de interdependência entre forças relativamente autônomas que se unem ou se chocam ou se provocam em alianças, disputas e conflitos, forjando cenários e caminhos políticos, sociais e culturais que inscrevem e reinscrevem permanentemente possibilidades processuais através das quais vai se delimitando uma história social específica. Neste capítulo se busca analisar os principais fatores políticos e econômicos que levaram o Nordeste, sobretudo o estado de Pernambuco, durante os anos de 1955 a 1964, a converter-se em uma área de tensão social, supostamente ameaçando a paz e a segurança internacional.

O problema sob a ótica regional

As relações de produção no cinturão canavieiro nordestino estiveram assentadas desde a sua formação em um alto grau de violência. Violência explicitada nos ardis para a submissão da força de trabalho, pela classe dominante local, que se processavam sob variadas formas: desde a utilização de salários não monetários, passando pela sujeição da força de trabalho com a estipulação de dias de trabalho gratuito, formas de sujeição pessoal do trabalhador ao patronato, e a subjugação da vontade do trabalhador a vontade do patrão através do mecanismo da *lealdade* (Palmeira, 1977 e Comerford, 2003).

Os chamados *currais eleitorais* podem ser tomados como exemplo desse tipo de sujeição, onde os trabalhadores de uma determinada propriedade são obrigados a sujeitarem os seus votos ao candidato do patrão. Outro exemplo de sujeição e submissão encontra-se na total insegurança à manutenção dos sítios de subsistência e do trabalho, e as ameaças de violência física por *capangas* ou milícias privadas dos

proprietários de terra. Formas de submissão que mantêm o campo de força por onde se nutre o poder local, entre artifícios ou artimanhas clientelísticos de violência simbólica ou de violência pura.

Do mesmo modo que podiam pressionar para baixo o salário real pago, sem maiores reações dos trabalhadores, porque disfarçado sob formas não monetárias de pagamento e como gesto paternal do patrão à lealdade do trabalhador, podiam, também, caminhar para formas de violência pura. A empresa agroindustrial açucareira, como contradição inerente à organização de uma economia agroexportadora que vive de conjunturas ora excelentes, ora péssima para o seu produto, tendia a ir de encontro com a manutenção da prática clientelística e barata da mão de obra, expulsando-as das terras em épocas de recessão do mercado do açúcar, como já analisaram, entre outros, Andrade (1964 e 1974), Furtado (1964), Prado Júnior (1996), Perruci (1978) e Wolf (1975).

Já em 1954, Manuel Diegues Júnior afirmava que o exclusivismo açucareiro tornou-se senhor absoluto, e

"na sua dependência vivem as populações. Esta dependência contribui para o empobrecimento geral; os antigos moradores, que ao lado da plantação da cana de açúcar, possuíam igualmente sua roça de feijão, de milho, de mandioca, estão desaparecendo. Não é só a expansão do plantio de cana, é igualmente a incerteza de morar na terra que não é sua. A própria mão de obra da área açucareira tende a proletarização, distanciando-se cada vez mais da propriedade da terra. (...). Tal distancia se agravou com o crescimento da usina" (Diegues Júnior, 1954, pp. 163-4).

O medo de ser expulso dos sítios cedidos ou arrendados às margens dos canaviais, sempre foi uma fonte contínua de tensões entre os trabalhadores. As formas de persuasão variavam das artimanhas clientelísticas para a violência pura. Concomitante ao grau de descontentamento provocado aumenta a violência dos proprietários e seus capangas sobre os trabalhadores.

A violência institucionalizada como exercício de dominação acompanharia todo o processo de organização dos trabalhadores rurais na região, limitando e, de certa forma, fazendo fracassar as diversas tentativas de organização dos trabalhadores entre os anos de 1945 a 1954, no Nordeste, conforme as análises de Moraes (1970), da CIDA (1966) e de Julião (1962). Convém lembrar aqui, que não só no Nordeste, mas no Brasil como um todo, até próximo à década de sessenta,

havia uma reação muito forte à organização dos trabalhadores, particularmente, quanto à sindicalização no meio rural, por parte dos proprietários de terras. Em 1954, por exemplo, de acordo com o jornal *Diário de Pernambuco - DP*, de 09 de janeiro de 1954, a ARB - Associação Rural Brasileira realizou "*estudos visando combater intensamente a sindicalização dos trabalhadores rurais no Brasil*".

O trabalho desenvolvido pela ARB tinha por finalidade combater os esforços do Ministério do Trabalho, em mãos de João Goulart, através de uma campanha junto às forças armadas contra o que chamava de infiltração comunista na campanha de sindicalização do Ministério. O conteúdo da campanha posta em prática pela ARB pode ser notado, por exemplo, nas manchetes das notícias veiculadas no *DP*: "*Infiltração vermelha no sindicato rural*" (notícia do dia 05.02.1954), ou "*De inspiração bolchevista o primeiro sindicato rural instalado por Jango*" (notícia do dia 19.02.1954), entre outras mais.

A campanha será encerrada com um memorial, enviado ao Ministro da Guerra, denunciando a "*invasão do campo por elementos veiculados ao Ministério do Trabalho e Previdência Social*" e solicitando providências ao Conselho de Segurança Nacional contra o processo de sindicalização dos trabalhadores rurais. Considerado pela Associação como "*contrária aos interesses e segurança da Pátria*", segundo reportagem do *DP* de 24 de fevereiro de 1954.

Agregada aos esforços de Carlos Lacerda, no seu jornal *Tribuna da Imprensa*, acusando Goulart "*de pretender, com Vargas, implantar no Brasil uma República Sindicalista*" (Bandeira, 1977, p. 31), a campanha da ARB iria colher seus primeiros frutos no documento conhecido como o *manifesto dos coronéis*. De acordo com as notícias publicadas no *DP* dos dias 23 e 24 de fevereiro de 1954, o manifesto assume as campanhas acima referidas, proclama-se contrário e repudia a infiltração comunista no interior dos setores trabalhista da nação e patrocinada pelo Ministério do Trabalho. A repercussão desse manifesto ocasiona a renúncia de João Goulart.

Em sua carta renúncia, João Goulart teria se referido, segundo o *DP* do dia 24 de fevereiro de 1954, a favor da sindicalização imediata do trabalhador rural, e pela melhoria dos salários dos trabalhadores, principalmente, os do meio rural. A situação do trabalhador rural brasileiro é definida, na carta renúncia, como de extrema miséria.

Com a renúncia de Jango, o movimento contrário à sindicalização rural sai, mais uma vez, vitorioso. As tentativas de organização rural só serão reativadas com o aparecimento das Ligas Camponesas em 1955, e os caminhos de sindicalização dos trabalhadores rurais só serão retomados com o chegar dos anos 60.

Em Pernambuco foi, também, no ano de 1954, que se concentraram os esforços e as tentativas para legalização do movimento sindical dos trabalhadores rurais. Neste ano são criados no estado os sindicatos rurais de Barreiros (o primeiro sindicato rural fundado em Pernambuco) e de Escada, ambos na Zona da Mata. Ainda neste ano, o Partido Comunista organiza o *Primeiro Congresso Nordestino dos Trabalhadores Agrícolas*, no município de Limoeiro, na Zona Agreste do estado. O Partido Comunista no Brasil convém lembrar aqui, antes de prosseguir a análise, surgiu no cenário político como Partido Comunista do Brasil – PC do B e, nos anos sessenta do século XX cindiu, uma parte prosseguindo com o nome e sigla original e a outra adotando o nome e a sigla PCB – Partido Comunista Brasileiro. Os dois novos partidos disputam o legado e a continuidade do original. Para não confundir as siglas, optou-se, nesta tese, para chamar o partido, nesta primeira fase, de Partido Comunista - PC, usando as siglas PCdoB e PCB, apenas, a partir de sua diferenciação e rompimento.

Este Congresso foi dissolvido sob forte repressão policial, havendo, porém, resistência por parte dos delegados presentes (Koury, 1986, p.8). Segundo Jover Telles (1962, p. 60), neste mesmo ano de 1954 houve, só na zona canavieira de Pernambuco, 43 greves de trabalhadores assalariados agrícolas, com um cálculo aproximativo de mais de 30 mil trabalhadores parados.

A violenta reação patronal, amparada no aparato policial do Estado, faz o movimento redefinir suas estratégias de ação em Pernambuco. Em setembro de 1955 é realizado, na cidade do Recife, o *Primeiro Congresso de Camponeses de Pernambuco*, sob organização do PC. Esse congresso teve a participação de três mil trabalhadores rurais, os quais, no final do encontro, saem às ruas da capital com *slogans* reivindicando o direito de livre associação e reforma agrária, de acordo com Sigaud (1981, p.4) e Koury (1986, p. 9). A discussão presente no decorrer do Congresso foi a da necessidade de redefinição das estratégias organizativas dos trabalhadores rurais. Com a impossibilidade imediata de prescrição de uma

campanha pró-sindicalização no campo, opta-se pelo apoio a um tipo de associação livre, registrada em cartório civil, aparecida em Pernambuco nesse ano, no Engenho Galiléia, no município de Vitória de Santo Antão, na Zona da Mata do estado, de onde ressurgiria o movimento das Ligas Camponesas.

Os debates que orientariam o apoio e a participação do PC no movimento das Ligas Camponesas buscavam traçar um quadro de novas possibilidades para realização de um trabalho sistemático de organização dos trabalhadores do campo. O caráter legal assumido pelo movimento das Ligas, em sua origem recente, na forma de Sociedade Civil de Ajuda Mútua, com fins beneficentes poderia, na avaliação do partido, permitir a retomada organizacional dos trabalhadores. As condições de um desenvolvimento de uma campanha para criação e legalização do movimento sindical no campo podendo, também, desde então, ser pensada, segundo entrevista de Gregório Bezerra ao autor, em 1980.

No entender do PC, o recurso legal das Associações de Ajuda Mútua, permitiria o desenvolvimento do movimento organizativo dos trabalhadores. O caráter legal, por um lado, ajudaria a atrair a simpatia e, principalmente, a adesão dos trabalhadores rurais, pelo caráter assistencial e de defesa jurídica (Borges, 1962, pp. 254-56). Por outro lado, o caráter legal possibilitaria entraves e serviria de proteção mínima à progressiva violência dos proprietários de terra ao movimento. Como personalidade jurídica, as Ligas Camponesas teriam condições de reagir judicialmente, abrindo processos contra os agressores, além de sensibilizar a opinião pública (Julião, 1962).

Claro que o partido tinha consciência de que nem sempre esses processos judiciais seriam ganhos pelas Ligas. O caminho escolhido, porém, possibilitaria uma propaganda mais disseminada do movimento, e geraria adesões em outros setores da sociedade, como intelectuais, estudantes e operários. O que ampliaria as bases de suporte ao desenvolvimento e expansão do movimento, desmistificando os interesses dos grupos latifundiários na denúncia conjunta dos atos violência.

Grande parte da opinião pública, desse modo, poderia ser sensibilizada em favor da causa dos trabalhadores. Além de permitir a politização dos diversos e fragmentados momentos da luta, transformando o movimento, gradativamente, em

uma força política significativa. O que poderia vir a pesar substancialmente no processo político local e do Brasil, como um todo.

Na avaliação do PC, o desenvolvimento das Ligas Camponesas deveria possibilitar aos trabalhadores rurais as condições de visualização do espaço mais amplo de suas reivindicações. Desse modo, enquanto consciência possível (Goldmann, 1972, p. 10), deveria encetar uma atuação política mais disseminada e mais sistemática, ultrapassando os limites de espontaneidade e esporadicidade que caracterizavam as ações no campo.

Os "*frouxos limites organizatórios*" e a "*ênfase organizatória em apenas um segmento do proletariado rural: os pequenos produtores*", segundo avaliação de Fragnom Carlos Borges (1962), fizeram com que, um pouco mais tarde, em 1961, o PC retirasse o apoio ao movimento das Ligas Camponesas em Pernambuco, retomando a luta pela sindicalização dos trabalhadores rurais, através das novas possibilidades de atuação abertas pela Igreja Católica.

A retirada do apoio começa a se dar, na realidade, no momento em que o movimento das Ligas ousa lançar uma proposta independente de organização, que fugia do controle do partido. As desavenças começam a surgir e se ampliam *pari passu* a radicalização da tomada de posição do movimento das Ligas frente à questão da revolução brasileira. O jornal *A Liga*, órgão oficial do movimento, em seu número de 06 de novembro de 1962, denuncia as alianças com o aparelho de Estado como contrárias aos "*interesses do povo*", e visualizam o processo revolucionário no Brasil como um processo que viria do campo para a cidade. O PC, por seu lado, no decorrer do seu V Congresso Nacional, reforça as teses de aliança com a "*burguesia nacional*", contra o imperialismo e os resquícios feudais no campo do Brasil (Gorender, 1960, p. 9), como etapas necessárias à revolução brasileira.

Os modos diferentes de olhar o processo revolucionário brasileiro aceleraram a dissensão entre o PC e as Ligas Camponesas.

O processo revolucionário no Brasil, para o partido, deveria retomar os caminhos da sindicalização rural, ao qual historicamente esteve ligado, e cujo caráter de reação moderada (Ianni, 1973, p. 196) delimitava os estreitos limites de sua independência ao aparelho estatal. As Ligas Camponesas, por seu lado, ao radicalizar a compreensão de revolução a partir do campo, defenderia uma proposta de reforma

agrária "na lei ou na marra", buscando impor as condições de pressão consumadas em formas de resistência à expulsão das lavouras, invasão de terras, e outras, e demonstrando para o Estado e para os setores dominantes da sociedade o seu papel como força política independente. Adquiria, dessa forma, as condições políticas de disseminação nacional do movimento, juntando-se a outros movimentos reivindicatórios no campo brasileiro, como os dos posseiros de Goiás, do Pará, do Paraná e do Rio Grande do Sul, ou dos resquícios do colonato no Rio de Janeiro e São Paulo. Como pode ser visto, por exemplo, no manancial de notícias publicadas no semanário *A Classe Operária* sobre o movimento de resistência de ex-colonos e posseiros em quase todos os estados brasileiros, e os contatos mantidos com o movimento das Ligas Camponesas durante os anos de 1962 a 1964, e, também, no semanário *A Liga*, durante o mesmo período.

A ruptura entre o PC e o movimento das Ligas Camponesas se consolidará com a aprovação da tese das Ligas: *Reforma Agrária na Lei ou na Marra*, durante o Congresso Camponês, em Belo Horizonte, no ano de 1961. Esta tese se contrapunha a de sindicalização imediata defendida pela ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil, vinculada ao partido, que possuía a grande maioria dos delegados presentes ao Congresso, por ele organizado, segundo as análises políticas de Barreto (1963, pp. 127-135), Vera (1962), Chasin (1962), e as resoluções do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (1962). Sobre o assunto, dentro de uma abordagem acadêmica da história dos movimentos sociais no Brasil, também, Koury (1983), Medeiros (1989) e Andrade (1989).

O PC passa, logo após a derrota de suas teses no Congresso de Belo Horizonte, a se contrapor abertamente ao movimento das Ligas, buscando esvaziá-lo, e disputa com a Igreja Católica a formação e o controle do movimento sindical rural. Esta política de contraposição aberta e a busca de esvaziamento das Ligas Camponesas ficam mais evidenciadas no cenário político de Pernambuco, onde o movimento mais se expandiu e estava sob controle do deputado Francisco Julião, segundo Câmara (1978), Azevedo (1983), Rugai Bastos (1986) e Aued (1987). Este conjunto de autores analisa as Ligas, especificamente, com a vantagem, para o leitor, de se situarem metodologicamente em pontos de partida diferentes sobre o

movimento, sua origem e expansão. O movimento das Ligas, nesta tese, é tratado, apenas, através dos vínculos com o movimento sindical e como uma instância importante no processo de resistência e organizacional e da luta pela cidadania do camponês brasileiro e da mata pernambucana, aqui, de modo específico, compondo os caminhos que deram origem e constituíram as vertentes que compuseram o processo de formação recente do sindicalismo rural.

As eleições de 1958

A ameaça representada pela emergência do movimento camponês no cenário político local, regional e nacional, forçava o Estado e segmentos do bloco dominante no poder a adotarem medidas concernentes a uma política de distribuição de terras, como forma de apaziguar as tensões sociais no campo (Furtado, 1958 e Prado Júnior, 1960). Embora, tais medidas, por seus alcances efetivos, tivessem mais o sentido de apressadas concessões defensivas do que um programa concreto para solução dos problemas reivindicados pelos trabalhadores. Exemplos destas medidas podem ser encontrados no *Semanário*, nº 236, de 12 a 18 de novembro de 1960 e, também, nas experiências em cooperativas no Nordeste (Callado, 1964), e nos projetos de colonização, inclusos no relatório final, sob a coordenação geral de Celso Furtado, do GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (1967).

A busca de construção de um pacto político era assim intencionada, sob comando de uma facção das elites dominantes locais, maquiada com um discurso reformista, junto ao Estado e tendo o apoio de representantes da esquerda organizada, principalmente o PC.

A eleição de 1958, durante a disputa eleitoral para o Governo do estado de Pernambuco, foi ganha por Cid Sampaio, representante da UDN - União Democrática Nacional. Cid Sampaio, usineiro e industrial em Pernambuco, apresentou uma plataforma reformista em contraponto ao candidato do PSD - Partido Social Democrático, representante da oligarquia tradicional agrária no estado (Cohn, 1976, p. 93). A plataforma reformista de Cid Sampaio ganha o apoio da *Frente do Recife*, formada por uma coligação de partidos: a UDN, o PTB - Partido Trabalhista Brasileiro e o PC (Hirschman, 1963, p. 71). Um dos blocos de sustentação do

movimento das Ligas em sua fase de expansão, o PC angaria o apoio do movimento a candidatura Cid Sampaio.

O aprofundamento da crise do sistema partidário local, evidenciada com a morte de Agamenon Magalhães e ampliada com a indicação de Etelvino Lins para completar os últimos dois anos do Governo Agamenon, com o apoio de uma coligação de partidos, - PSP, PDC, PC e UDN, - acirra o espírito conservador do PSD. Principalmente, dos pedessistas do interior do estado, que se sentem traídos com a inclusão de novas forças políticas no Governo Etelvino, e das concessões que tiveram de ser feitas para garantia do apoio parlamentar. Esse espírito de traição recrudesce as insatisfações internas ao PSD, enfraquecendo as bases partidárias do partido no interior.

Com a indicação de Cordeiro de Farias como candidato suprapartidário a sucessão estadual, a crise partidária em Pernambuco agrava-se. A UDN nacional, embora veja com bons olhos a indicação de Cordeiro, enfrenta uma batalha interna com o estímulo direto da Presidência da República a uma candidatura dissidente, em nome de João Cleofas. Segundo Dulce Pandolfi (1984, p. 60), *"a seção estadual da UDN, lançando candidato próprio, aproximava-se bem mais de Vargas e do PSD nacional. Também com o PSD local acontecia processo semelhante. Esse estava bem mais identificado com a UDN nacional do que com o PSD nacional"*.

O Governo Cordeiro de Farias aprofunda uma crise política no estado, que já vinha em desenvolvimento desde a morte de Agamenon. Crise que afetava não apenas o PSD, mas, também, a UDN, com repercussões graves no interior do estado, com a perda de importantes chefes políticos locais, que detinham o controle clientelístico do voto em importantes cidades pernambucanas.

Dentro dessa desagregação partidária, resultado de uma crise de hegemonia entre as frações de classe que detinham o controle político local (Gramsci, 1976, p. 196), ressurgiu com intensidade o movimento camponês, denunciando as péssimas condições de vida e trabalho no campo. Nesse contexto se alicerça, também, o novo sistema de alianças partidárias no estado, a partir de 1955.

O Congresso de Salvação do Nordeste, realizado na cidade de Garanhuns, no agreste pernambucano, em 1955, denúncia as formas brutais de exploração do trabalho no campo e aponta para a necessidade de reforma agrária. Indica também à

importância do estabelecimento de uma política de incentivos aos pequenos produtores e à definição de uma política de industrialização que garantisse o fluxo de capitais para a região e contivesse a emigração da força de trabalho para outras regiões do país (Soares, 1982)

Ao orientar suas conclusões para uma análise dos caminhos para a modernização econômica do estado de Pernambuco, o Congresso de Salvação do Nordeste faz realçar os alicerces para um novo marco de alianças políticas. A crise hegemônica vivida pelos partidos no estado, a emergência do movimento camponês e os apelos à modernização vindos do Congresso de Salvação do Nordeste, inaugura um cenário de possibilidades políticas, sociais e econômicas que terminam por se viabilizarem através da velha fórmula do populismo de direita (Bradley, 1986, p. 184, Ferreira, 2001, Gomes, 1996, Weffort, 1986, e Andrade, 1979).

Pacto político articulado sob a orientação de uma das frações político econômicas, a plataforma reformista de Cid Sampaio ao Governo do estado, feita sob forte apelo popular, gira em torno da recuperação social e econômica de Pernambuco. A plataforma de Cid, se por um lado buscava legitimar-se junto ao *povo*, pensado enquanto entidade abstrata e manipulável (Bollème, 1986), por outro lado, tentava forjar instrumentos de contenção aos movimentos populares, buscando evitar contestações e reivindicações que ousassem transgredir os limites da ordem, necessária para o desenvolvimento do plano modernizador.

O binômio *povo*, - enquanto instância de legitimação e movimentos, - e movimentos populares em emergência, - enquanto necessidade de controle, - firmará os frágeis limites de sustentação da frente partidária organizada a volta de Cid Sampaio, para o Governo de Pernambuco. Cid ganha a eleição com o apoio da Frente do Recife.

A vitória de Cid Sampaio representou uma saída à direita para a crise hegemônica vivenciada pelos partidos e blocos econômicos em Pernambuco. Ao acenar para a modernização econômica e social do estado, em forte apelo popular, incorporava no seu discurso as conclusões do Congresso de Salvação do Nordeste, sob influência do PC, recodificando suas mensagens para uma linguagem de cunho estritamente populista. Calcada em instrumentos de controle e exclusão dos movimentos populares.

Agracia o PC através de um discurso modernizador e de apelo popular e, consegue penetrar nos espaços de ressentimentos dos velhos coronéis do interior, rompidos ou insatisfeitos com o PSD e, com isso, traça um novo mapa eleitoral em Pernambuco. Deste modo, a disputa político eleitoral, comumente representada pelo mandonismo local e nas expressões dos *currais eleitorais* e *votos de cabresto*, as quais determinavam, em última instância, o atlas eleitoral no estado, se encontra alterada, em 1958, seguindo o mesmo espaço e fórmulas do poder local. Rompidos nacionalmente e com ressentimentos na política estadual, os chefes políticos locais liberam os *currais*, ou os agilizam, com a indicação de voto para o candidato da Frente do Recife.

No episódio da candidatura Cid Sampaio, alguns analistas da Frente do Recife, vêem o processo como uma ruptura profunda na política do mandonismo local, rompendo as fortes amarras que ligava o campesinato ao latifúndio, com a quebra do *voto de cabresto*, facilitando, assim, a emancipação das *massas camponesas* como força política autônoma (Soares, 1982). Ao se considerar, por outro lado, o pano de fundo onde se processou a consolidação da candidatura Cid Sampaio, oriunda de uma crise política interna às frações dos grupos econômicos em Pernambuco, o que se vê é uma articulação à direita capaz de viabilizar saídas para a instauração de um novo bloco hegemônico entre os grupos econômicos locais. A incorporação de um discurso modernizador, com forte dose moralizante, diga-se de passagem, buscava reaver a herança política de um Agamenom Magalhães e conquistar o apoio dos chefes políticos do interior cuja estrutura de apoio se encontrava em processo de fragmentação pela desagregação pessedista no estado.

A vitória de Cid Sampaio em 1958 coloca em ação uma experiência centrada em uma dualidade cujo traço fundamental é a possibilidade do uso da repressão. Os compromissos com planos modernizantes, de apelo popular, convivem com uma política voltada à consolidação de um novo bloco de poder sob hegemonia de um setor de classe urbana. O populismo envolto na roupagem discursiva que elegeu Cid Sampaio, nesse sentido, procura desenvolver interpelações de apelo popular, mantendo as reivindicações dentro de certos limites, definidos pelo novo bloco no poder no estado (Laclau, 1969, p. 180).

Saída para uma crise de hegemonia em Pernambuco, as eleições de 1958 teve como eixo de articulação à esquerda, a atuação do PC local. Dentro de uma concepção aliancista, o PC buscava refletir o processo como uma etapa necessária à revolução proletária no Brasil (Koury, 1985, p. 68). Em declaração oficial, publicada no jornal *Folha do Povo*, de 06 de julho de 1958, o partido informa que estaria privilegiando uma política antiimperialista e contra as sobrevivências feudais do latifúndio, e que o problema principal a ser atacado no momento não era o capitalismo, mas sim, a ausência dele.

A articulação e o apoio à eleição de Cid Sampaio, assim, circunscrevia a tática do PC ao colocar a luta política em um patamar onde só a união entre as forças populares e as classes proprietárias seria capaz de realizar a etapa fundamental ao processo revolucionário brasileiro. Não era apenas circunstancial o papel e a importância do PC ao campo de articulações em que se desenvolveu a Frente do Recife. A inclusão do partido, além de possibilitar a legitimação necessária ao novo pacto hegemônico em formação, *pelo povo*, serviria como interlocutor privilegiado no interior dos movimentos organizados. O PC, deste modo, desempenharia o papel de intermediador entre a nova força hegemônica em consolidação e a sociedade civil. Orientador de uma luta de resultados, onde a solução dos conflitos deveria passar, necessariamente, pelo *Estado Provedor* (Rosanvallon, 1981), o partido serviria de suporte para a neutralização de propostas políticas mais radicais no seio dos movimentos populares.

Cid Sampaio, ao assumir o Governo de Pernambuco, utiliza o PC como instrumento de contenção dos conflitos emergentes, ao mesmo tempo em que o exclui de qualquer participação na elaboração da política governamental. Em 1959, cedendo a pressões do movimento das Ligas Camponesas, desapropria as terras do engenho Galiléia, berço do movimento das Ligas em Pernambuco. Em contrapartida, porém, como contrabalanço, cria a CRC - Companhia de Revenda e Colonização, cuja direção foi entregue nas mãos de representantes de grupos latifundiários do estado e, em seus estatutos, estavam assentados instrumentos que impossibilitavam iniciativas de desapropriações semelhantes ao utilizados no engenho Galiléia.

Todo o período do Governo Cid Sampaio estrutura-se como palco de um longo e penoso processo de violência policial, de protecionismo político, de prisões

políticas, de corrupção administrativa e de perseguição aos movimentos populares. Mesmo assim, o PC continua apoiando formalmente o seu Governo. Apenas em 1962, enfim, último ano do Governo Cid, o partido, em "*Carta Aberta ao Sr. Cid Sampaio*", publicada na *Folha do Povo* de 13 de outubro de 1962, rompe com o Governo e busca consolidar as bases da candidatura de Miguel Arraes de Alencar, então na Prefeitura do Recife, ao Governo do estado.

A candidatura Miguel Arraes explicita uma atuação mais consequente no processo de organização popular na cidade do Recife, iniciada durante a gestão como prefeito da capital. Atuação que se contrapõe às diretrizes governamentais do Governo Cid no estado.

Na gestão da cidade do Recife, Miguel Arraes lança as bases do MCP, que inovará a problemática educacional para crianças e adultos, e levanta uma discussão sobre cultura popular e participação organizada dos setores populares, privilegiando um novo conceito de política educacional que se convencionou chamar de uma "*política da revolução*". Não cabe neste trabalho discutir a questão do MCP, já tratada por Souza (1984), Weber (1984) e Batista Neto (1986), entre outros. Basta lembrar que, ao assumir o Governo do estado em 1963, Arraes procurou expandir o movimento para o âmbito do estado.

O MCP, ao utilizar o universo simbólico dos diversos segmentos de trabalhadores do campo e da cidade no estado, como fundamento e inspiração da própria pedagogia utilizada, possibilitou a construção de um ambiente crítico sobre a realidade vivida pelos trabalhadores, contribuindo para a constituição e para assegurar caminhos para a participação popular, em longo prazo, na vida política local e nacional. A proposta do MCP reforçaria, sem sombra de dúvidas, os instrumentos de organização dos trabalhadores, a partir de uma prática pedagógica que rediscutia as bases do processo de formação da cidadania no Brasil.

O problema sob a ótica nacional

Dois fatos viriam a ter importância capital na identificação do Nordeste não apenas como *área problema* - como tradicionalmente a região era identificada, por sua extrema pobreza e crises periódicas de secas, - mas, principalmente, como necessidade de intervenção modernizadora por parte do governo federal, na segunda

metade dos anos cinquenta. Estes fatos seriam a seca e as eleições para governo nos estados da região. Ambos os fatos no ano de 1958.

O governo federal decretou *estado de calamidade pública* para a região do polígono das secas, para a seca de 1958 e, como costumeiramente acontecia devido à periodicidade e ferocidade do fenômeno, para lá foram destinados investimentos a fundo perdido com o objetivo de sanar os males por ela causados, repetindo o gesto, ou atitude, como em quantas outras que lá ocorreram, desde a grande seca de 1877. Nesta seca calcula-se que pelo menos 500 mil pessoas morreram, apenas no ano de 1877. Um dos estados mais atingidos foi o Ceará. O imperador Dom Pedro II em viagem ao Nordeste para ver de perto o estado de calamidade, prometeu levantar recursos, "*até a última jóia da coroa*", para amenizar o sofrimento das populações atingidas. O que não aconteceu. Outras grandes secas ocorreram no ano de 1915, onde foi reestruturado o IOCS - Instituto de Obras Contra a Seca, que passou a construção de grandes açudes na região atingida e nos anos de 1934 a 1936. A partir desta última, as secas no sertão nordestino passaram a ser encaradas como *flagelos nacionais*.

Os recursos a fundo perdidos, na seca de 1958, foram entregues ao DNOCS - Departamento nacional de Obras Contra a Seca, antigo IOCS, órgão federal destinado a combater o problema na região. Como de costume, também, o DNOCS abriu *frentes de trabalho* com o objetivo de amenizar os males e o sofrimento das populações atingidas e tentar, através do trabalho emergencial, reter a mão de obra nos locais atingidos, pela garantia do mínimo de subsistência as populações flageladas. Deter o curso migratório era uma das finalidades das *frentes de trabalho*, evitando que um grande contingente humano perambulasse pelos campos e principalmente cidades da região, e dos grandes centros econômicos, como São Paulo e Rio de Janeiro, em estado de extrema miséria, após perderem tudo o que tinham no percurso da estiagem.

As *frentes de trabalho* funcionavam como contratação emergencial de grande número de flagelados para execução de trabalhos pesados em troca de um reduzido salário mensal. Às vezes essas populações retidas nas *frentes* abriam estradas, ou conservavam as já existentes, trabalhavam na construção de açudes ou barragens, porém, na maioria das vezes, serviam apenas como canteiros ou currais de mão de

obra. Cujas únicas finalidades eram a de retenção da força de trabalho na região (Singer, 1985, p. 11).

Os trabalhos eram executados em uma imposição de árduas atividades físicas aos beneficiários (Marx, 1974), com pagamento reduzido pelo trabalho executado, para não encorajarem simuladores e para combater a vadiagem e diminuir a migração da força de trabalho. Ou seja, como força disciplinadora e de retenção da mão de obra atingida pelas secas. Grande parte dos recursos à fundo perdido era aplicado para tal fim.

Segundo Albert Hirschman (1963, p. 68): "*Em 1968 o DNOCS empregou cerca de 400 mil pessoas e o Departamento Nacional de Estradas outras 140 mil. (Mesmo assim) houve muita emigração, particularmente para Brasília: é possível que a nova capital não pudesse ter sido concluída com a velocidade que foi se não tivesse havido o influxo espontâneo da mão de obra nordestina*"⁶.

As construções de estradas e açudes e os reservatórios de mão de obra das *frentes de trabalho* beneficiavam, sobretudo, os grandes proprietários das áreas atingidas pela seca na região. As *frentes de trabalho* além de impor um regime disciplinar à força de trabalho atingida pelo flagelo da seca, e separar vagabundos e outros tipos de simuladores dos trabalhadores, tinham por objetivo, quase determinação, o beneficiar propriedades de proprietários da ou ligados às oligarquias locais ou braços políticos regionais no plano nacional.

A escolha de uma área para a construção de um açude ou de uma estrada, por exemplo, era realizada de tal modo que a delimitação da área a ser realizada a obra beneficiasse sempre os grandes proprietários ou políticos. Se uma área deveria ser inundada por um açude, esta área sempre cobria as terras de minifúndios e as terras irrigáveis pela nova barragem, nas grandes propriedades.

De acordo com Antônio Callado (1960, p. 16), os grandes proprietários e políticos da região moravam nas grandes cidades brasileiras, e viviam dos financiamentos estatais a fundo perdidos e da valorização das terras pelos

⁶ "In 1958 DNOCS employed at times almost 400,000 persons and the Federal Highway Bureau another 140,000". Mesmo assim, "there was much emigration, particularly towards Brasília: it is quite possible that the new capital would not have been completed with such speed had it not been for the spontaneous influx of Northeastern labor".

beneficiamentos nos períodos de seca. A desapropriação das terras inundáveis a baixos custos eram quase sempre áreas de minifúndios, com dois benefícios aos grandes proprietários: as terras irrigáveis cobriam terras até então improdutivas, valorizando-as, além de um aumento da mão de obra local a partir dos minifúndios expropriados.

Na seca de 1958, um dos grandes investimentos aprovados foi à construção de um grande açude, o Orós, com capacidade de armazenamento de 4 bilhões de metros cúbicos de água, capazes de perenizar o Rio Jaguaribe, no estado do Ceará (Callado, 1960, p.14). A construção do Orós ficou a cargo do DNOCS. Junto à verba destinada ao Orós foi também aprovado recursos para construção de uma rodovia ligando os estados do Nordeste a Brasília, como um incentivo a emigração espontânea das populações expropriadas ou vítimas do flagelo da seca para a construção da capital do país. A esse respeito ver a carta do diretor geral do DNOCS, José Cândido Castro Parente Costa, publicada no jornal carioca *Correio da Manhã*, e republicada na íntegra em Callado (1960, pp. 66 a 68).

A construção do Orós foi motivo de acirradas discussões entre os membros da oligarquia rural, o DNOCS e os técnicos do recém criado CODENO - Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste. O CODENO, coordenado pelo economista Celso Furtado, foi criado pelo Governo federal a partir das resoluções do GTDN, também sob coordenação do citado economista. A sua função era a de programar as bases do planejamento regional para o Nordeste, enquanto transitava no Congresso Nacional o projeto de lei que fundaria a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste, a SUDENE.

Com o CODENO em funcionamento, uma de suas primeiras resoluções foi a de encaminhar ao governo federal um novo projeto de lei sobre irrigação. O projeto proposto encontrou acirrada oposição dos representantes dos estados nordestinos no congresso nacional, principalmente os do estado do Ceará. Estado este a ser beneficiado pelas águas do açude Orós.

O motivo principal da oposição tinha por referência os itens que tratavam das possibilidades e viabilidades de desapropriação total ou parcial para fins sociais das terras irrigáveis pelos açudes, nos casos de "a) tais áreas pertencerem a proprietários que não exerçam a agricultura como atividade preponderante; b)

*quando maiores forem do que dois lotes agrícolas do sistema; e, c) quando a área irrigável da propriedade for menor do que aquela considerada econômica no sistema", de acordo com o artigo 28 da Lei da Irrigação, cuja cópia integral encontra-se no jornal *Correio da Manhã*, de 03 de abril de 1959.*

As eleições para Governo do estado aconteceriam também neste ano de 1958. O DNOCS participou ativamente do processo eleitoral, utilizando o dinheiro investido pelo Governo federal para sanar os problemas da seca na campanha de candidatos ligados à oligarquia rural. As frentes de trabalho também foram utilizadas como instrumentos de pressão para garantia de votos aos candidatos apoiados pelo DNOCS - grandes proprietários (Roett, 1972, p. 29).

Fato corriqueiro ao DNOCS, que desde a sua fundação esteve dominado pela Oligarquia agrária nordestina e suporte principal do PSD-PTB na região, foi motivo de acirrada polêmica nas eleições de 1958, por uma série de denúncias de fraude eleitoral. Polemica movida pelos candidatos de plataformas reformistas, em alguns estados da região, os quais angariariam apoio dos movimentos de trabalhadores rurais e urbanos, sob o comando do PC.

As denúncias de fraude e de utilização do dinheiro público na campanha, associado com a emergência do movimento de trabalhadores rurais e urbanos sob a égide do PC, apoiando plataformas reformistas na região, levou a oligarquia agrária a sofrer considerável derrota no Nordeste como um todo, com a vitória de candidatos independentes a deputado federal e estadual, além da perda da eleição majoritária nos dois principais estados da região: Pernambuco e Bahia. Sobre a questão da modernização no Brasil e as propostas nacional-desenvolvimentistas das décadas de 1950 e 1960, recomenda-se o leitor o trabalho de Maria Emília Prado (2008). Neste trabalho a autora faz uma revisão analítica sobre o modo como as noções de desenvolvimento e integração nacional foram discutidas no Brasil ao longo do século XX e em especial no decênio de 1950 e início da década de sessenta, quando a temática do desenvolvimentismo ocupou o primeiro plano da arena política e intelectual, que foi de grande valia para a composição dos cenários aqui trabalhados.

Estes três fatos conjuntos, as denúncias de fraude e corrupção eleitoral, a emergência dos movimentos dos trabalhadores na cena política e os resultados das eleições, orientariam os contornos das ações federais na região a partir de então.

Preocupado com o escândalo nacional causado pelas denúncias de fraude e corrupção nos diversos estados do Nordeste, principalmente, após a publicação e repercussão junto à classe média nacional de uma série de reportagem no jornal carioca *Correio da Manhã*, pelo jornalista Antônio Callado, e a quebra do pacto oligárquico na região com a derrota PSD-PTB nos estados de Pernambuco e Bahia, o governo federal determinaria medidas concernentes a averiguação da situação política no Nordeste. Para tal, foi enviado em missão confidencial o Coronel Orlando Ramagem, para realização de estudos na região.

Os resultados da missão especial, conhecido como *Relatório Ramagem*, foram encaminhados à presidência da república e permaneceu em estado confidencial durante todo o Governo de Juscelino Kubitschek. Liberado no Governo seguinte de Jânio Quadros, o relatório foi publicado na íntegra pelo *Correio da Manhã*, em sua edição de 11 de fevereiro de 1961.

A principal conclusão desse relatório foi a de que a crise política e moral por que passava o Nordeste "*afeta a segurança nacional, com tendência de agravamento, caso medidas enérgicas e oportunas não forem tomadas pelo Governo*". Ao pintar em termos alarmantes o clima de corrupção existente na região e sentir no ar algo como "*um complot contra o Governo, (uma espécie de ameaça separatista), pelas classes produtoras e fornecedoras das frentes de trabalho, a fim de agravar uma situação que já é grave por sua natureza*", o referido relatório informa que, se alguma medida enérgica não for tomada pelo governo federal na região, "*os opositores do Governo muito em breve utilizar-se-ão desses fatos (a seca, a corrupção eleitoral, o desinteresse político pelo flagelado, entre outros) para, tirando deles partido, lançar ainda mais confusão no panorama reinante, ameaçando a segurança interna do país*" (Grifos existentes no original consultado, *Correio da Manhã* de 11 de fevereiro de 1961).

O Coronel Ramagem, em seu relatório, estava se referindo, em outras palavras, por um lado, particularmente, a crescente tensão social existente no meio rural do Nordeste. Tensão agravada pela seca de 1958, que expunha em seus limites a miséria e o desamparo da população atingida, em ondas crescentes de flagelados. Por outro lado, indicava a emergência dos trabalhadores rurais na cena política regional, através das Ligas Camponesas. Diagnosticava, assim, a expansão do

movimento nacional das Ligas Camponesas, saindo do cinturão canavieiro pernambucano para os demais estados nordestinos e nacionais. Além de sua interiorização, a partir da zona costeira.

Celso Furtado, comentando alguns anos depois a situação, analisa os receios desta expansão e do percurso ao interior do movimento das Ligas Camponesas em Pernambuco, aos olhos dos governantes, dos técnicos que buscavam uma solução planejada para o desenvolvimento regional e dos grupos dominantes locais. Para ele, a região Agreste é vista como o espaço potencialmente apto para acolher o movimento das Ligas. Devido, por um lado, à sua estrutura de minifúndios, dos quais a maior parte constituída de pequenos arrendamentos ou posse e, por outro lado, cuja população formada em sua maior parte de posseiros, pequenos arrendatários e pequenos proprietários, não viviam apenas da terra, mas serviam, também, como mão de obra complementar na agroindústria açucareira.

Conhecidos como *corumbas* na região, estes trabalhadores eventuais emigravam temporariamente para a Zona da Mata para se empregarem no plantio e no corte da cana, períodos onde se requer grande quantidade de mão de obra agrícola, como forma de complementarem os custos de sobrevivência. De volta ao Agreste, segundo Celso Furtado (1964, pp. 143 a 181), deveriam trazer as sementes de organização das Ligas. Sementes que encontrariam um espaço potencialmente apto para seu crescimento e expansão, numa região de minifúndios composta de posseiros e pequenos arrendatários.

A análise de uma região de graves tensões sociais ameaçando a segurança nacional, advindas do descaso das autoridades para com ela, e a possibilidade de emergência dos trabalhadores na política conturbando ainda mais as relações de poder regional no Brasil, afirmada pelo *Relatório Ramagem*, está presente nas conclusões do *Encontro de Salgueiro*, realizado em 1958 e patrocinado pela Comissão da Área das Secas da Assembléia Legislativa de Pernambuco. Está presente, também, no discurso pronunciado na Assembléia Legislativa de Pernambuco em 06 de março de 1959, denominado a *Oração de Despedida*, de um dos responsáveis pelo *Encontro de Salgueiro*, José Antônio Barreto Guimarães (1974, pp. 23-25), na época, deputado pelo PSD.

Elementos desta análise encontram-se, ainda, nos documentos das Associações Empresariais do Estado de São Paulo (Cohn, 1976, p. 105), e em diversos pronunciamentos presidenciais, onde se clama pela necessidade de homogeneização do processo de desenvolvimento nacional, para a nação não vir "*a correr o risco de, por um desenvolvimento desigualmente processado, agravar os contrastes de riqueza e de penúria entre as diferentes regiões do País*" (Brasil, 1958, 22). Não vindo, conseqüentemente, a "*permitir que se formem no território nacional sistemas econômicos semi-autônomos, erigidos de interesses adversos, onde germine o ressentimento político ou até mesmo antagonismo ideológico, pondo em perigo a unidade nacional*", conforme pronunciamento oficial publicado no *Jornal do Comércio* de 04 de fevereiro de 1959.

A mistura de tensões em ebulição com os resultados das eleições de 1958 apontava para os diversos olhares da dominação (governo, elites dominantes, técnicos) à necessidade de se repensar o processo de desenvolvimento regional, integrando o Nordeste ao processo de desenvolvimento nacional. O *Encontro de Salgueiro* conclui com um manifesto "*contra a política discriminatória, antieconômica, antinacional, sem sentido humano, sem conteúdo social, que vinha reduzindo o mercado interno, atrofiando o Nordeste e limitando a capacidade do nordestino... em decorrência mesmo do abandono em que o Governo Central deixou esta região do país*" (Barreto Guimarães, 1974, pp. 24-25).

A realização do *Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste*, em 1959, patrocinado pela CNI - Confederação Nacional da Indústria reforça mais uma vez esta tecla. O seminário, realizado na cidade de Garanhuns, agreste de Pernambuco, contou com as presenças e participação do economista Celso Furtado, do Governador Cid Sampaio, e do Presidente da República Juscelino Kubitschek. Das conclusões deste seminário, - de acordo com os *anais* publicados pela revista *Desenvolvimento e Conjuntura*, de 1959, - saíam as diretrizes básicas de planejamento regional para o desenvolvimento, conhecido como *Operação Nordeste*. Metas e programa de ações que seriam postas em execução de forma imediata pelo Governo federal, no decorrer do ano de 1959 (Brasil, 1960, p.120).

Retornando um pouco ao ano de 1957, a convite das diversas federações da indústria dos diversos estados nordestinos e da CHESF - Companhia Hidroelétrica de

São Francisco, vem à região uma comissão de representantes da FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, com o objetivo de debater os grandes problemas do desenvolvimento nacional e a questão nordestina. Os debates, mais uma vez, tem como foco a crise regional e os perigos para o desenvolvimento harmônico nacional, "*se o Nordeste não vir a sofrer um impulso desenvolvimentista*". Discute-se também a questão do Estado Nacional como único indutor desse desenvolvimento.

Segundo a análise feita por Amélia Cohn (1976, p.102), os empresários paulistas presentes no debate estavam preocupados por um lado, com a possibilidade de um excesso de investimento estatal na economia nordestina e, por outro lado, em garantir para si a liderança no setor de investimentos à economia do Nordeste. Tentavam assim descartar a atuação unilateral, paralela e concorrente do capital estatal nesse movimento em prol ao descolamento da economia nordestina para o desenvolvimento nacional.

Defendiam as teses da restrição da intervenção do Estado Nacional, da garantia de uma abertura de mercado na região e do acomodamento dos setores mais tradicionais e mais resistentes da economia nordestina. Caberia ao capital privado, assim, a primazia dos investimentos na região. A Comissão de representantes do empresariado paulista durante a visita ao Nordeste, assim, tinha por objetivo uma aliança com o empresariado local no debate travado nacionalmente sobre o desenvolvimento do país e as políticas de integração do Nordeste, com o objetivo de redirecionar o papel interventor do Estado na economia regional em benefício próprio.

Outra força presente no debate sobre o desenvolvimento do Nordeste era a Igreja Católica. Em 1956, na semana de 12 a 17 de maio, realizou-se na cidade de Campina Grande, Paraíba, sob a orientação de Dom Hélder Câmara, o Primeiro Encontro dos Bispos do Nordeste. O Relatório Final do Encontro (Brasil, 1960a) diagnostica reformas na estrutura de produção e relações sociais, sobretudo no meio rural e toma posições referentes ao contexto de reformulação política de que necessitava o Nordeste.

O objetivo político do Encontro, na meta de um *caminhar junto* dos poderes espiritual e temporal em defesa do indivíduo (Brasil, 1960a, p. 64), estava

caracterizado basicamente na tentativa de um posicionamento frente ao clima de tensão social existente na região e, também, frente à crescente onda de politização que ameaçava invadir o campo nordestino via Ligas Camponesas.

O posicionamento político frente ao Estado em relação à problemática do Nordeste, embora a Igreja Católica procurasse se caracterizar como força política independente, dava-se em formas de pressão para a execução de reformas sociais garantidoras de uma possível harmonia ou paz social no campo. Ao diagnosticar o clima de tensão no meio rural, o Relatório do Encontro conclui nos seguintes termos: "... vemos, sabemos, sentimos que o povo já não suporta mais ilusões" (Brasil, 1960a, p. 61).

Para efeito de uma atuação sistemática na região a Igreja Católica arcará com a tarefa de sindicalização dos trabalhadores, pequenos arrendatários, posseiros e pequenos proprietários rurais, com o objetivo explícito de esvaziamento do movimento das Ligas Camponesas, afastando, desse modo, o campo do *perigo comunista*.

As pressões e as recomendações do Primeiro Encontro dos Bispos do Nordeste ao Estado influenciarão de modo decisivo a política governamental para a região. É importante aqui salientar a presença do presidente da república na sessão final do Encontro, além da facilidade burocrática e técnica no fornecimento e sistematização de dados sobre o Nordeste e sua situação para fundamentar as teses e discussões em andamento, dispensada pela presidência da república aos bispos da região (Brasil, 1960a, p. 7).

Para comprovar ainda mais a atenção da presidência da república ao Encontro dos Bispos do Nordeste, quinze dias após o término do evento Juscelino Kubitschek assina quinze (15) decretos-lei claramente baseados nas recomendações episcopais. Os decretos se consubstanciaram em programas de suprimento de água à população rural, em estudos de políticas de colonização, crédito rural e outros. Mais que tudo, porém, o encontro episcopal serviu como *gota d'água* às pressões que estavam sendo orquestradas por diferentes grupos junto ao Governo federal em favor de nova fórmula de políticas públicas para a região Nordeste.

Como resposta a essas pressões foi criado em 14 de dezembro de 1956, pela presidência da república, o GTDN. Os objetivos deste Grupo de Trabalho era o de

formular um diagnóstico para a região e propor elementos para definição de uma política de desenvolvimento. O relatório final do GTDN intitulado: *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste* (GTDN, 1967) serviu como peça preliminar para posterior concepção e criação da SUDENE.

A importância da SUDENE em relação às demais políticas econômicas federais para o Nordeste até então, centrava-se no fato de apresentar-se como uma proposta de intervenção planejada do Estado na região, enquanto necessidade de integração do Nordeste ao processo de desenvolvimento industrial brasileiro (Oliveira, 1993).

O período que vai da criação do GTDN à criação da SUDENE corresponde, de outra parte, ao processo de formação e expansão das Ligas Camponesas na região. É importante ressaltar, nesse contexto, que a necessidade de uma intervenção planejada no Nordeste provinha da exploração pela mídia e pelo discurso político nacional e internacional da região como área de tensão social acentuada. Fato preocupante por aparentemente causar óbices à segurança nacional.

Fica claro no conjunto dos discursos de Celso Furtado, economista designado para coordenar o GTDN e principal articulador do projeto que deu origem a SUDENE, a necessidade de demonstrar nacionalmente o deslocamento para a industrialização do Nordeste como única saída possível de sanar o crescente desequilíbrio econômico entre essa região e as demais no Brasil. Através de uma ótica modelada por um paradigma estrutural dualista, Celso Furtado defende no âmbito regional as teses de um deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste como forma de absorção do excedente populacional existente. Defende, também, uma transformação da economia agrícola na faixa úmida nordestina (Zona da Mata), concentradora de mão de obra pela monocultura da cana, para uma cultura agrícola de alimentos que proporcionaria uma maior oferta de trabalho além de uma oferta adequada de alimentos aos centros urbanos regionais e nacionais. Para ele, estas duas teses em desenvolvimento seriam capazes de amainar em curto prazo o crescente foco de tensão social no Nordeste (GTDN, 1967, pp. 14 e 49; Furtado, 1959, pp. 9-39, e 1958, pp. 52-59, e Carneiro, 1963).

Ao indicar essas duas teses como diretrizes básicas para a ação de uma política econômica no âmbito regional, Celso Furtado, no GTDN, buscava oferecer

mecanismos aplicáveis à amortização das tensões sociais no campo e ao problema da expansão do movimento das Ligas Camponesas. Em vez de atrair para a SUDENE, em formação, com esse discurso o apoio dos grupos oligárquicos regionais, porém, aguçou ao contrário toda uma reação conservadora. Acostumados ao tipo de dominação tradicional (Weber, 1944, p. 224), onde os fatores concentração de terra e *curral* ou concentração de mão de obra eram determinantes, os grupos oligárquicos reagiram, com toda a força, contrários à criação da SUDENE.

Esta reação contrária fica mais aguerrida quando se tem em mente a terceira diretriz básica do plano de ação proposto pelo GTDN que previa quebrar o poder do DNOCS passando sua ação a ser coordenada pela SUDENE em formação, e a transformação da economia semi-árida: tornando-a mais resistente às secas através da irrigação e da elevação média da produtividade da terra, possibilitando a emergência de médios proprietários locais (GTDN, 1967, p. 14). As forças da oligarquia se unirão em um só bloco contra a idéia da SUDENE.

Durante a votação para a aprovação no Congresso Nacional do projeto de lei sobre a criação da SUDENE, os votos contra e toda a reação a aprovação do projeto de lei viria principalmente do âmbito dos parlamentares oriundos ou ligados a oligarquia agrária da região. Como nota Amélia Cohn (1976, pp. 147 a 148), porém, "*... nunca se levantaram, nos debates federais, obstáculos ou contestações à criação (em si) da SUDENE, mas o que se fez foi tentar modificar o projeto de lei, propondo sua criação no sentido de fazer com que ela não adquirisse controle sobre a oligarquia agrária local, que se centrava essencialmente em torno do DNOCS*".

O projeto SUDENE será apoiado, porém, pelo movimento das Ligas Camponesas. Sob influência do PC as Ligas darão apoio ao projeto de uma intervenção planejada do Estado via SUDENE no Nordeste. O projeto de uma modernização das relações de produção local e a quebra das oligarquias agrárias obterá apoio das Ligas, apesar do mesmo manter-se crítico a algumas diretrizes propostas, como por exemplo, a que dizia respeito à questão da irrigação e ao sistema de propriedade e uso da terra no semi-árido.

Este processo é bem exemplificado em um documento elaborado pelo *Conselho das Ligas Camponesas* no Recife. Diz o documento:

"... com referência a zona semi-árida é de destacar o projeto de lei de irrigação preparado pela SUDENE, com o qual podemos concordar no tocante à desapropriação das terras beneficiadas pelos açudes públicos, mas não na forma de utilização da terra em moldes individualistas. Quando as condições de cultivo e produtividade são criadas por investimentos públicos, é inadmissível a organização da produção em base estritamente privatista, impondo-se a adoção de um sistema de associação e cooperação. Nesse particular, o regime de Fundação parece ser mais adequado, como fundadores ao lado dos agricultores, de instituições como a SUDENE e o Banco do Nordeste, que se incumbiriam da assistência técnica e financeira. É flagrante a contradição entre a política da SUDENE para as terras úmidas do Maranhão, prevendo uma concessão em longo prazo, e aquela relativa às terras dos açudes, com o regime de propriedade privada..." (Trecho contido em Lemos, 1961, p. 326).

O apoio crítico ao movimento pró-SUDENE pelas Ligas Camponesas pode ser explicado assim, por um lado, pela política de alianças com setores da burguesia nacional seguida pelo PC no Brasil, como meta para a modernização da economia brasileira via industrialização e o fim dos *resquícios feudais* de dominação, na avaliação do partido e das Ligas, ainda existentes no país. Por outro lado, pela visão política das Ligas, onde o *inimigo imediato* estava localizado nos grupos agrários dominantes locais e não na estrutura político-econômica dominante em esfera nacional.

A SUDENE deste modo, segundo Hirschman (1963, p. 88), seria a única agência de planejamento econômico a receber, em seu suporte, um movimento de protesto. Afinal, seria a partir de uma manifestação popular na cidade do Recife que contou com a participação de estudantes, operários e trabalhadores rurais militantes das Ligas, que o Congresso Nacional sentir-se-ia pressionado o suficiente para aprovar o Primeiro Plano Diretor do referido órgão, após o mesmo encontrar-se engavetado por um ano e meio (Koch-Waser, 1973, p.13 e Ianni, 1975).

O problema em esfera internacional

A vitória da revolução cubana no dia primeiro de janeiro de 1959 serve aqui como o marco à política de intervenção direta do Governo dos Estados Unidos da América nos países da América Latina. Já em 1958, quando as forças revolucionárias de Cuba se encontravam com um controle quase total da Ilha, - até então um oásis de

investimento e lazer americano, - o então senador John F. Kennedy, em um discurso em San Juan de Puerto Rico, insistia na necessidade de um novo caminho político para a América do Sul pelos Estados Unidos, como possibilidade de estabilizar e aprimorar suas relações com os governos locais (Szulc, 1966, p. 235).

John F. Kennedy, em 1961, já então presidente da república dos Estados Unidos da América, colocou em prática as bases da ação da nova política proposta em seu discurso de 1958. As bases desta *nova política* se assentavam no programa da *Aliança para o Progresso*, inspirada no programa de sua predecessora *Operação Pan-Americana*. Desde 1958, Juscelino Kubitschek, então presidente do Brasil, advogava ao também então presidente dos Estados Unidos, Eisenhower, a implantação da Operação Pan-Americana no território brasileiro, contudo só iniciada em setembro de 1960 através do *Ato de Bogotá* (Szulc, 1966, p. 234).

Em março de 1961, o presidente Kennedy convoca os embaixadores dos países da América Latina à Casa Branca e, através deles convida os Governos por eles representados a juntarem-se aos Estados Unidos em "... *um vasto esforço, incomparável em magnitude e notabilidade de propósitos, para satisfazer as necessidades básicas do povo americano por lares, trabalho e terra, saúde e escolas*" (Szulc, 1966, p. 233). Com esta convocação nasce oficialmente a *Aliança para o Progresso* como conceito e idéia política.

Em agosto do mesmo ano os propósitos da convocação são reforçados através de um novo discurso de Kennedy no Uruguai, durante a Conferência de Punta Del Este. Nesta conferência encontravam-se representantes de todos os países da América Latina.

A emergência da Aliança para o Progresso se dá concomitantemente à aproximação do novo regime cubano ao comunismo. A Aliança para o Progresso começa a formar-se como um programa político de ação, quando as relações entre Cuba e Estados Unidos atingem o ponto crítico de saturação e rompimento. Como uma tentativa dos Estados Unidos fazer frente e buscar a destruição do novo regime político iniciado em Cuba com a vitória da revolução.

O programa político de ação da Aliança para o Progresso, nesse sentido, teria como meta inicial pressionar os países latino-americanos com a finalidade de angariar apoio e cobertura internacional à política de boicote e tentativas de

destruição do regime cubano. Cinco semanas após o anúncio oficial da Aliança para o Progresso pelo Governo dos Estados Unidos, teve início a frustrada invasão americana a Baía dos Porcos, em Cuba, sob a coordenação da CIA - Central Intelligence Agency e direitistas cubanos exilados nos Estados Unidos (Szulc, 1966, p. 237).

O fracasso da invasão da Baía dos Porcos dirigiria as ações da Aliança para o Progresso para pressões junto aos países aliançados no sentido do isolamento de Cuba dos demais países do hemisfério. Este isolamento deveria efetivar-se com a instalação de um bloqueio econômico e a posterior exclusão de Cuba da Organização dos Estados Americanos - OEA (Chaves Neto, 1961 e Prado Júnior, 1961). As pressões através da Aliança para o Progresso se dariam sob a alegação de que o regime marxista e leninista cubano era incompatível com o princípio de democracia dos demais países hemisféricos (Chaves Neto, 1962, p. 39).

Na nova política de isolamento de Cuba proposta pelos Estados Unidos aos países da América Latina através do programa da Aliança para o Progresso, era tentado resolver dois problemas de uma só vez ou, segundo o ditado popular, buscava-se "*matar dois coelhos de uma cajadada só*". O primeiro coelho encontrava-se expresso na possibilidade de destruição da revolução cubana e da ameaça trazida por ela aos Estados Unidos, através do bloqueio econômico imposto. O segundo coelho, na possibilidade de uma intervenção direta na política dos países latino-americanos, sob a alegação de uma ameaça permanente de revolução comunista de inspiração cubana no interior de cada país. Os dois coelhos estariam recobertos com o aceno concomitante de um elenco de reformas e ajudas econômicas para o desenvolvimento latino-americano através do programa da Aliança para o Progresso.

É dentro deste contexto que se dará a *descoberta* da região Nordeste do Brasil pelos Estados Unidos, como uma área de crescente tensão social, e com a possibilidade de vir "*a por em perigo a paz do hemisfério*" (segundo a revista *Life*, edição em espanhol, de 10 de junho de 1961). O processo desta *descoberta* teve

início entre os anos de 1959 e 1960 quando, segundo Page (1972, p. 12)⁷, John F. Kennedy começou a ouvir falar do Nordeste brasileiro como uma *área problema*.

Neste mesmo período, a imprensa americana e estrangeira começa a dar destaque e se interessar pelos problemas da fome, da seca e do subdesenvolvimento do Nordeste do Brasil e, um pouco mais tarde, com a formação, crescimento e desenvolvimento das Ligas Camponesas. A primeira matéria jornalística significativa a esse respeito foi um artigo publicado em 31 de outubro de 1960, na primeira página do *The New York Times*, seguido por outro, publicado no mesmo jornal, no dia seguinte, isto é, primeiro de novembro de 1960, escritos por Tad Szulc, correspondente estrangeiro do jornal. Estes artigos alarmantes puseram o Nordeste brasileiro, segundo Albert Hirschman (1963, nota 171), na ordem do dia para o público americano. O Nordeste, desde então, tornou-se um ponto de parada obrigatório para jornalistas em viagem. Das diversas matérias saídas uma delas, muito comentada na época, apareceu em forma de documentário sob o título *The Troubled Land*, editado final do ano de 1960, e veiculado pela Rede ABC de Televisão, que fazia um histórico alarmante sobre o perigo da comunização dos camponeses nordestinos. Outra reportagem foi publicada na revista *Life* em 1961, chamando a atenção para o Nordeste brasileiro como um *barril de pólvora*.

É importante deixar claro que essa *descoberta* se deu concomitante a vitória e virada para o comunismo da revolução cubana e da proposta política aos países da América Latina contida no programa da Aliança para o Progresso. Na busca de mobilização da opinião pública interna dos Estados Unidos para a política de intervenção na América Latina, cada país latino-americano era caracterizado em um quadro de constante ebulição e ameaça de converter-se ao comunismo, *se* não tivessem a ajuda e o apoio dos Estados Unidos.

Buscava-se justificar perante a opinião pública nacional o programa da Aliança para o Progresso e os crescentes gastos em *ajudas* àqueles países. Foi nesse clima interno de mobilização da opinião pública que a revista *Time*, em sua edição de 21 de abril de 1961, publicou uma reportagem sobre as Ligas Camponesas do Nordeste brasileiro.

⁷ Utilizo nesta pesquisa a versão original em inglês, embora, seis meses após a publicação original, neste mesmo ano foi publicada uma versão para o português, com tradução de Ariano Suassuna,

Esta reportagem pinta inicialmente o quadro de miséria em que vegeta a população do Nordeste, como fundo para descrever as bases de formação das Ligas surgidas na região sob a liderança do deputado socialista Francisco Julião e sua crescente radicalização política. Como fato comprobatório do processo de radicalização mostra uma fotografia da capa de um panfleto que, segundo a reportagem, teria sido *espalhado por todo o Nordeste*, sobre a guerrilha tática de Mao Tsé Tung.

De acordo com a revista *Time*, este panfleto foi trazido e traduzido por Francisco Julião em sua última viagem à China, tendo começado a circular pela região três meses após o seu retorno. A organização e o treinamento de guerrilhas entre os trabalhadores rurais e camponeses nordestinos seria o principal objetivo das Ligas Camponesas e do seu comandante Francisco Julião, para a implantação de um regime comunista na região e no país. A reportagem mostra, a seguir, as Ligas e Francisco Julião com fortes e íntimas relações políticas com os regimes de Cuba, da Rússia Soviética e da China.

Com a apresentação desses fatos *aterrorizantes* a revista *Time* revela o principal objetivo da reportagem: a justificativa de um empréstimo de dez milhões de dólares através do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BIRD para a região Nordeste do Brasil, em virtude do estágio avançado de tensões sociais na região. Os recursos do empréstimo serviriam para por em prática um plano de recuperação dos estados nordestinos ameaçados pela expansão das Ligas Camponesas, traçado pela Presidência da República do Brasil, com o aval americano.

Em 15 de junho de 1961, três meses após o lançamento oficial do programa da Aliança para o Progresso, o presidente Kennedy declara ao *The New York Times* que "*não existe região com mais urgência de atenção que o extenso Nordeste brasileiro*"⁸. A região Nordeste foi colocada assim como área prioritária de atuação da Aliança para o Progresso na América Latina.

Um mês após o pronunciamento do Presidente Kennedy ao *The New York Times*, a edição em espanhol da Revista *Life*, de 10 de julho de 1961, publica uma

ver Page (1972a).

⁸ No area is in greater or more urgent need of attention than Brazil's vast northeast".

reportagem procurando demonstrar que Julião e as Ligas Camponesas formam a combinação revolucionária potencialmente mais explosiva da América Latina.

As primeiras providências práticas sobre a atuação da Aliança para o Progresso no Nordeste começam a ser tomadas pelo Governo dos Estados Unidos nesse período. Em julho de 1961, após dois contatos preliminares com membros da United States Operation Mission - USOM no Nordeste, o economista Celso Furtado, então superintendente da SUDENE, embarca para os Estados Unidos a convite da Casa Branca, com o objetivo de discutir os termos de ajuda daquele país a região, e o conteúdo das propostas da Aliança para o Progresso para a SUDENE.

O Governo dos Estados Unidos afirma, nesse encontro, o seu interesse em ajudar o Nordeste, ficando determinado o envio de uma missão especial a região com o objetivo de analisar as necessidades da área e elaborar uma proposta de um programa de ajuda externa à consideração de Washington (Roett, 1972, p. 71). Em outubro de 1961, uma equipe de técnicos sob a coordenação de Merwin L. Bohem chega ao Brasil. Bohem já havia trabalhado no país, anteriormente, como membro de uma Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

A missão tinha a finalidade de estudar a situação e as necessidades do Nordeste. Após alguns meses de pesquisa, percorrendo toda a região, é elaborado um relatório intitulado *The Northeast Brazil Survey Team Report* (US Department of State, 1962). Este relatório ficou conhecido pelo nome de *Relatório Bohem*.

Pronto o relatório foi encaminhado a Presidência da República do Brasil para aprovação, e discutido com o *staff* da SUDENE, antes de ser enviado para apreciação do Governo dos Estados Unidos. Segundo Francisco de Oliveira (1993, pp. 106-107) ex-membro da equipe técnica fundadora da SUDENE, "*a redação original do Relatório Bohem... fazia recomendações tão claras no sentido de conter o Movimento das Ligas Camponesas, de uma forma tão descarada, que o Governo Brasileiro não tinha condições de aceitá-la; a segunda redação, com as correções e supressões solicitadas pelo Governo Brasileiro, é a que é reconhecida como o programa da Aliança para o Progresso*".

O relatório reformulado, embora sem alterações de conteúdo, é entregue ao Governo dos Estados Unidos em fevereiro de 1962. No mês de abril deste mesmo ano Celso Furtado embarca mais uma vez para os Estados Unidos, com o objetivo de

assinar o *Northeast Agreement*, dando início ao programa da Aliança para o Progresso na região.

O orçamento global do programa, avaliado em quinhentos e quarenta e dois milhões de dólares pela Missão Bohem, estava previsto para uma duração de cinco anos, estando dividido em dois planos básicos de ação. O primeiro, - um plano de emergência, - com um custo de cerca de trinta e três milhões de dólares; o segundo, - de caráter mais global, - continha as diretrizes de um plano quinquenal de desenvolvimento (US Department of State, 1962, p. 2).

O plano de emergência, com uma duração prevista para dezoito (18) meses, deveria funcionar através de ações de impacto junto à população, priorizando os seguintes aspectos: Redes de distribuição de água para as zonas faveladas das principais cidades litorâneas e do interior, e construção de *cacimbas* (poços artesianos) para as pequenas comunidades rurais; Promoção de postos volantes de saúde; Formação de Centros Operários e de Centros de Ajuda Mútua nas comunidades rurais, principalmente na Zona da Mata de Pernambuco e nas zonas açucareiras da região; Programa de eletrificação rural, com geradores móveis; Programa de assistência a mão de obra, com cursos técnicos intensivos, recreação, entre outras atividades educacionais e de lazer (US Department of State, 1962, pp. 2-4 e 6).

O plano quinquenal, por sua vez, teria sua ação concentrada prioritariamente em quatro pontos: Melhoramento nos recursos hídricos e de distribuição de água na região; Criação de uma infra-estrutura econômica que permitisse o rápido escoamento populacional para outras regiões do país; Suprimento alimentar, dentro da campanha *Alimentos para a Paz*; Aprimoramento do potencial de mão de obra local através da transmissão de técnicas agrícolas mais modernas, entre outros aspectos (US Department of State, 1962, pp. 10-12).

Uma rápida análise dos planos básicos de ação do documento-programa da Aliança para o Progresso a ser aplicado no Nordeste, acima citados, demonstra os objetivos intrínsecos do mesmo em tentar descaracterizar o *político* nos movimentos sociais em expansão na região, sobretudo no campo, transformando os focos de tensão política em *simples aspectos técnicos* (Habermas, 1973; Thompson, 1979 e Linebaugh, 1983) resolvidos através de uma ação impactante de cunho

modernizador. Tanto no plano de emergência quanto no quinquenal dá-se prioridade as ações que poderiam facilitar um declínio das tensões sociais na região, principalmente, nas áreas de atuação do Movimento das Ligas Camponesas.

São dadas ênfases, assim, a programas assistenciais e de treinamento de mão de obra (itens 1, 2, 4 e 5 do plano de emergência, e 1, 2, 3 e 4 do plano quinquenal); a programas de formação de Centros Operários e de Ajuda Mútua nas comunidades rurais, sobretudo na Zona da Mata e áreas açucareiras da região (item 3 do plano de emergência); e a políticas de migração e assentamento das populações potencialmente migrantes (item 2 do plano quinquenal). O documento programa da Aliança para o Progresso, desse modo, privilegiava explicitamente os fatores que poderiam ajudar na contenção, redução e bloqueio do movimento político em ascensão dos trabalhadores rurais, sob a liderança das Ligas Camponesas. Reforçava, ao mesmo tempo, o paliativo técnico de sua atuação, com a preocupação constante de realização de "*programas sociais de natureza demonstrativa*" (Portella, 1963, p. 158).

Planos de ação, enfim, que chamassem a atenção e a adesão da população alvo, permitindo retirá-la da influência de outros movimentos. Era o que se esperava em curto prazo. Por isso, eram usadas campanhas assistenciais junto a áreas consideradas potencialmente *explosivas*, acompanhadas por uma forte campanha publicitária. Como a utilização, por exemplo, de marcos permanente da presença da Aliança para o Progresso, como forma de documentação e fundamentação da Aliança, indicados no Relatório Bohem como sendo "*necessários e extremamente importantes aos objetivos da Aliança na região*" (US Department of State, 1962, p. 4).

Como observou César Guimarães (1963, p. 81), "*... o que vai por trás do Plano Bohem é, na verdade, o conceito de que a solução para os problemas de uma região 'explosiva' (o Nordeste foi considerado assim em Punta Del Este) está em desenvolver com rapidez uma reorientação da opinião pública, afastando-a de soluções mais radicais, ao mesmo tempo em que se preparam para 'desarmá-la' (por exemplo, levando emigrantes para outras regiões) e 'assisti-la' (alfabetização, educação profissional)*". Em outras palavras, significa que o programa da Aliança

para o Progresso no Nordeste tinha, apenas, o interesse específico de contenção de uma área de tensão social.

Não havendo assim tempo ou necessidade de programas de desenvolvimento de base para a região. Mesmo porque um programa semelhante teria que vir necessariamente acompanhado de uma profunda reforma político-econômica, o que não interessava em absoluto a Aliança. Primeiro, por que um apoio a metas desenvolvimentistas de base significaria, necessariamente, apoiar a coligação de forças à esquerda, que se aproximava da presidência da república, na época em mãos de João Goulart. Com o qual não concordavam e tinham por objetivo minar o mais rapidamente possível as bases de sua sustentação (Bandeira, 1977). Segundo, como bem notou Francisco de Oliveira (1993, p. 109), “*não interessava aos norte-americanos hostilizar a burguesia industrial nordestina*”, de onde retiravam apoio e facilidades de penetração e atuação na região como um todo.

O programa da Aliança para o Progresso tratou assim de implantar um plano de ação apoiado na teoria do desenvolvimento de comunidades (Aman, 1978), cuja ideologia e metodologia intrínseca consistiam no isolamento das áreas consideradas *explosivas*, buscando absorvê-las através de um conjunto de trabalhos e práticas demonstrativas de caráter estritamente assistencial. Buscou, também, envolver as áreas e populações trabalhadas em uma massiva e consistente campanha publicitária, com a finalidade de isolá-las politicamente da influência dos movimentos sociais, sobretudo das Ligas Camponesas, em emergência na região.

Notas Finais

Este capítulo teve por objetivo analisar os principais aspectos políticos e econômicos que converteram o Nordeste, no final dos anos cinquenta e início dos sessenta, em uma área potencialmente *explosiva*. Buscou-se demonstrar que a visão de um Nordeste tornado problema político-econômico, inclusive em escala internacional, surgiu no contexto da emergência das forças sociais ligadas ao trabalho na região e, principalmente, pela expansão das Ligas Camponesas.

A expansão e a novidade das Ligas Camponesas, associado à emergência dos trabalhadores, sobretudo do campo, à cena política brasileira, tornou-se um ponto

crítico (e de apoio) por onde diferentes forças de cunho regional e nacional dirigiram suas vozes e apelos no sentido de uma intervenção federal na região.

O conceito de configuração, de Norbert Elias (2005, p. 18 a 22 e 141 a 144) permitiu uma análise adequada do contexto analisado, ao indicar a construção social como um jogo onde instâncias relativamente autônomas interagem, criando teias de interdependência e uma abrangência relacional. O conceito de configuração eliasiano como conceito analítico no interior da sociologia processual, assim, é visto nesta tese, sempre como um espaço de síntese, como uma concepção demonstradora dos embates provisórios de forças sociais na constituição de uma figuração social específica, sempre dinâmica e em constante movimento, e como o modo como diferenciam e integram as suas posições a cada novo embate do mesmo jogo configuracional (Elias, 1994, p. 250).

No caso da construção simbólica do Nordeste como área potencialmente *explosiva*, o conceito de configuração social permitiu ao pesquisador demonstrar a autonomia relativa e a interdependência das várias forças sociais (movimentos sociais rurais; igreja; partidos políticos; instituições locais, nacionais e internacionais; ; oligarquia; empresários, entre outros) que se coadunaram em alianças ou de forma conflitual, unindo, misturando e incorporando ações, sempre relacionais e sempre tensas às relações sociais estabelecidas a cada movimento do jogo interacional e que foram constituindo provisoriamente a cada ação metas, caminhos, ordenamentos e regras ao conjunto. A cada movimento do jogo, as forças interacionais se reinscreveram e a cada reinscrição foram compondo pontos críticos e cenários, e neles e através deles nomeando situações onde a história social e local se re-fundava e se forjava como processo.

A composição de pontos críticos quando, por exemplo, por um lado, a presença dos trabalhadores, sobretudo rurais, como um movimento político, provocava cenários que ajudavam a nomear e a por a descoberto a deterioração econômica e política da estrutura agrária e oligárquica nordestina. Principalmente em seus aspectos clientelísticos e de corrupção, evidenciados na seca e nas eleições de 1958, mas tendo as Ligas e a emergência dos trabalhadores na cena política como o pano de fundo de ostentação. Por outro lado, por possibilitar, através destes pontos críticos nomeados a partir da presença do camponês na cena política, o surgimento

de líderes eminentemente populistas, ligados a setores empresariais locais, como no caso de Cid Sampaio em Pernambuco ou, com compromissos com os trabalhadores, sobretudo os do campo, como no caso de Miguel Arraes de Alencar, também em Pernambuco, modificando a política eleitoral e do *voto de cabresto* na região.

Os cenários armados na configuração do jogo acima mencionado serviram também como ponto de apoio para algumas forças ligadas a segmentos dominantes nacionais e da região, enquanto justificativa de alianças para delinear novas políticas federal de consolidação de um novo pacto oligárquico, embora redefinido e baseado em novas estratégias aliancistas na região. O que ampliou a tensão relacional ao jogo, através dos cenários figurados, e isso se fez ampliando os limites possíveis de ameaça das Ligas Camponesas e dos trabalhadores na cena política nacional, transformando a SUDENE, de uma agência de planejamento regional, em um projeto político de importância *angustiosa* à salvação do Nordeste. Ao lado do movimento sindical dos trabalhadores rurais, patrocinado pela Igreja Católica, e da Aliança para o Progresso, em esfera internacional.

A cada movimento do jogo, a cada ação interativa de nomeação e conflito, a configuração complexificava os cenários e aumentava a tensão presente entre as forças em jogo. Alianças e dissensos eram armados e a busca de controle sobre a situação nova trazida à tona pelas Ligas Camponesas e pelo trabalhador rural como agente político em busca de um espaço social na modernização do país era reconstruída sobre novos parâmetros.

Nesta complexificação, a SUDENE foi transformada em projeto político de forças econômicas regionais e nacionais e, deste modo, junto com o movimento sindical rural católico e os Estados Unidos, através da Aliança para o Progresso, buscou o objetivo explícito de contenção e canalização dos anseios e aspirações populares na região Nordeste, sobretudo rural, para porem fim à ameaça de uma área definida como *a área mais potencialmente explosiva do hemisfério*, na definição do Presidente John F. Kennedy, em seu discurso anteriormente citado na reunião de Punta Del Este, no Uruguai.

É sobre esse panorama que se inicia a análise a seguir.

CAPÍTULO 02

Origens do Movimento Sindical Rural e a questão Nordeste

A segunda metade da década de cinquenta serve como marco para a análise de mudança da visão técnica-política da problemática do Nordeste brasileiro no conjunto da economia nacional, como foi visto no capítulo anterior. De uma ótica onde o *atraso* da região era explicado por razões puramente climáticas, passa-se a uma nova forma de olhar, onde as visões do atraso não eram buscadas prioritariamente nas intempéries da natureza, mas, como consequências de questões políticas e sociais.

Este período serve como marco para a compreensão do processo de intervenção planejada do Estado no Nordeste. No estabelecimento de diretrizes político-econômicas indicativas da necessidade de reformulação das relações de produção na região, e na abertura de caminhos e políticas para a industrialização regional. Intervenção planejada como fundamento para o desenvolvimento regional, e como parte do processo para o desenvolvimento nacional *integrado*.

Esta mudança no olhar técnico-político sobre o Nordeste, - como necessário ao desenvolvimento das forças produtivas locais através de uma intervenção planejada do Estado nacional, - se processou no pensamento de alguns setores das elites dominantes locais e nacionais durante o aprofundamento da crise da política oligárquica na região e na emergência do movimento dos trabalhadores rurais na cena política. Foi diagnosticada a necessidade de articulação de um novo e sistemático controle da região através de uma política de *integração nacional*, proposta pelo governo federal, e de uma política de desenvolvimento regional, proposta pelos técnicos que compunham o GTDN.

Ambas as propostas visavam reforçar a economia regional para sua possível incorporação, através da industrialização, ao processo de desenvolvimento nacional. O que deveria satisfazer a dois objetivos: o primeiro, de neutralizar os grupos oligárquicos enquanto força política, através de uma "*reestruturação do poder, particularmente quanto às decisões e técnicas relativas ao funcionamento e expansão da economia*" (Ianni, 1975, p. 107). O segundo, de neutralizar as forças populares em expansão, através de políticas integrativas e de alocação, e através de

um novo movimento (o sindicalismo católico), que canalizasse a atuação das *massas* para pressões de caráter institucional. O que favoreceria, assim, a nova política de integração e centralização do governo federal em curso.

O objetivo deste capítulo é analisar as origens e a expansão do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais no Nordeste brasileiro, especialmente na Zona da Mata de Pernambuco, tendo como pano de fundo a crise político-econômica regional (e nacional) e a emergência dos trabalhadores do campo na cena política do país.

Origem

A origem mais recente do movimento sindical rural no Nordeste tem que ser buscada, de um lado, no papel desempenhado pela Igreja Católica no Brasil dentro do contexto de reformulação política e econômica regional. Por outro lado, tem que ser verificada no acirramento dos conflitos entre classes no meio rural brasileiro e, sobretudo, nordestino, visto na época como em processo acelerado de radicalização.

Esta visão levou o governo federal a acatar e dar apoio institucional ao movimento de sindicalização rural proposto pela Igreja Católica nos últimos anos da década de cinquenta, como forma de contenção e controle das *massas* rurais a caminho da radicalização política. O sindicalismo dos trabalhadores rurais proposto pela Igreja e aceito pelo Estado, nesse sentido, deveria assumir as funções de um contra movimento ao movimento político em processo.

O interesse em financiar a Igreja Católica e apoiá-la nesse tipo de empreendimento pode ser compreendido sob a ótica de que, cooptando o movimento às malhas do sindicalismo católico, o Estado disporia de uma força institucionalizada que poderia ser mobilizada favoravelmente para vencer resistências dos setores mais conservadores da oligarquia agrária. Ao mesmo tempo em que, através do caráter moderador do sindicalismo católico, orientar as possíveis ações e pressões para o apoio da política desenvolvimentista integracionista e centralizada no Estado.

Nesse cenário é possível perceber as condições em que se processou a abertura do Estado, nos anos finais da década de 1950, à possibilidade de um Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais. Sem as condições prévias referidas, - isto é, o emergir de um movimento de trabalhadores rurais como movimento político significativo a partir do Movimento das Ligas Camponesas, e a definição pelo Estado

de uma política de integração nacional e desenvolvimentista, impondo-se aos setores oligárquicos regionais mais conservadores, - a organização do campo em sindicatos teria encontrado as mesmas resistências nos núcleos governamentais, e não passaria ainda de uma *letra morta* no conjunto da legislação trabalhista no país, como o era até então.

Voltar um pouco atrás na história na tentativa de compreensão deste fato se faz necessário. Embora seja de 10 de novembro de 1944 o Decreto Presidencial n. 7038 autorizando a formação de sindicatos rurais por grupos econômicos diferenciados no país, o sindicalismo no campo enquanto movimento só terá possibilidades de organização e crescimento no início da década de sessenta. Convém lembrar também que houve outro Decreto Presidencial anterior ao de novembro de 1944, que tratava da criação de sindicatos rurais no Brasil.

O Decreto Presidencial n. 979, de 06 de janeiro de 1903, contudo, elaborado pela necessidade de mão de obra imigrante e por imposição da mesma (Cesarino Júnior, 1964, p. 236), não fazia distinção por grupos econômicos na formação de sindicatos. A organização sindical, assim, se processava através da formação de sindicatos mistos, de patrões e trabalhadores, sob o controle patronal.

De acordo com Mary E. Wilkie (1964, pp. 5 e 6), apenas "*... treze sindicatos foram fundados sob esta lei, seis deles em Pernambuco: no Cabo, Palmares, Goiana, Escada, Amaraji e Gameleira. Estes sindicatos foram dominados pelos proprietários de terras, e seus propósitos principais consistiam em representar para o governo suas necessidades de crédito e de núcleos experimentais agrícolas. Estes sindicatos tiveram vida curta*"⁹.

O Decreto Presidencial de novembro de 1944, porém, vindo como uma extensão posterior ao Decreto Lei n. 5452, de 01 de maio de 1943, - conhecido como Consolidação das Leis do Trabalho, - embora realçasse a formação de sindicatos de trabalhadores na agricultura, constituir-se-á na prática em *letra morta*, pela reação dos grupos oligárquicos rurais. Em termos nacionais, com fortes pressões e contra pressões dirigidas ao Estado, e em termos locais e regionais, com impedimento direto

⁹ "(Only) ... thirteen syndicates were founded under this law, six of them in Pernambuco in Cabo, Palmares, Goiana, Escada, Amaraji and Gameleira. These syndicates were dominated by de landowners and their chief concern was to represent to the government their need for credit and agricultural experimental stations. These syndicates were short lived".

a qualquer tipo de organização dos trabalhadores, pois detentores do poder político e econômico.

Quase todos os esforços de sindicalização desenvolvidos por vias legais, através do aparelho do Estado, ou por vias clandestinas, pela atuação dos partidos políticos no campo, conheceram o fracasso.

No período correspondente aos anos de 1945 a 1960, apenas cinco sindicatos rurais conseguiriam ser organizados e reconhecidos em todo o Brasil. Um deles em Pernambuco, no município de Barreiros. Fundado em 1954, foi reconhecido formalmente pelo MTPS no ano de 1956, segundo Gregório Bezerra em entrevista concedida ao autor em 1980.

Esforços de Sindicalização no Campo

No período correspondente a primeira metade dos anos trinta, o Partido Comunista já esboçava preocupações com o trabalho de organização dos trabalhadores rurais no Brasil. A ANL - Aliança Nacional Libertadora lançava manifesto à nação, publicado no jornal *Folha do Povo*, - órgão oficial do Partido no estado de Pernambuco, - de 12 de julho de 1935, exigindo "*imediate entrega das grandes propriedades territoriais aos trabalhadores, que as fertilizam com o suor do seu rosto*". Em Pernambuco, Manoel de Souza Rolim, Secretário Geral da Federação das Classes Trabalhadoras de Pernambuco, sob influência do Partido Comunista, declarava ao jornal *Folha do Povo*, de 27 de julho de 1935, que "*os operários urbanos precisam ter o apoio do campo... No sul, a Confederação Sindical Unitária do Brasil (CSUB), iniciou a penetração no campo... Aqui em Pernambuco, a Federação está trabalhando para dentro do mais breve tempo, arregimentar o campo*".

Esta predisposição dos anos trinta será adiada, contudo, pela forte repressão advinda da montagem do *Estado Novo* no Brasil. Período de dez anos onde a nação brasileira ficou submetida à ditadura varguista. Reaparecerá de modo sistemático a partir de 1945, com o processo de redemocratização do país.

De modo sistemático, o Partido Comunista iniciará a sua atuação no meio rural, a partir de 1945. Esta atuação teria por objetivo, estender aos trabalhadores do campo e outros segmentos da população rural o movimento de sindicalização.

As tentativas de sindicalização rural encontrarão forte resistência dos grupos oligárquicos e patronais agrários. A violência administrada em alta dosagem, com a utilização inclusive do aparato de repressão policial do estado, pressionavam os diversos segmentos de trabalhadores rurais para uma não adesão às organizações sindicais em formação. Como consequência, todos os esforços organizacionais de sindicalização rural no período sucumbiram às pressões e à violência patronal (Julião, 1962, p. 23, e CIDA, 1966, p. 352).

Paralelo ao uso direto da violência, o patronato agiria junto ao Estado buscando formas de bloqueio de esforços para aprovação de novas leis que pudessem vir a favorecer a organização dos trabalhadores rurais. Além de pressionarem para extinguirem ou tornar *letras mortas* às leis e decretos já existentes. Para isso contavam com boa parte dos deputados estaduais e federais e Ministros, por eles eleitos ou indicados.

Mesmo tendo conseguido sobreviver à repressão policial e para-policial local, os sindicatos encontrariam toda uma série de obstáculos para o seu reconhecimento. Nas pastas do arquivo do DOPS – Departamento de Ordem Política e Social existe uma série de referências a prisões e formas de repressão à ação sindical, em Pernambuco, entre a segunda metade dos anos quarenta e toda a década de cinquenta do século passado. Entre outras formas de repressão encontram-se as prisões de trabalhadores e militantes envolvidos com a questão agrária, e as repressões diretas ou indiretas, burocráticas, às tentativas de formação de congressos camponeses e de sindicalização rural em Jaboatão (1946), Palmares (1950), Limoeiro (1954), Paudalho, Carpina, São Lourenço (1956), Maraiial, Catende (1956), Água Preta (1957) que englobava 21 municípios, entre outros, apesar de seguirem as normas constantes do decreto-lei n. 7038.

O reconhecimento, ou melhor, o registro formal no Ministério do Trabalho e Previdência Social, tornava-se uma ação quase impossível de ser realizado, por excesso de burocracia ou por simples descaso administrativo, o que ocorria sempre, com relação ao decreto n. 7038, de 10 de novembro de 1944.

Dos cinco sindicatos criados e que conseguiram sobreviver à forte reação patronal no período de tempo assinalado, apenas três obteriam o reconhecimento do

MTPS: um, no ano de 1955; outro, no ano de 1956¹⁰, e o terceiro no ano de 1957 (Wilkie, 1964, p. 6).

Pelas dificuldades de trabalhar o campo via sindicalismo, o Partido Comunista optou por uma atuação organizativa independente do Estado, através de associações civis, na forma de ligas de assistência e auto defesa. Nas páginas do seu jornal *Folha do Povo* (2ª fase, n. 70, de 12 de fevereiro de 1946; n. 73, de 15 de fevereiro de 1946, e n. 105, de 27 de março de 1946), por exemplo, encontram-se denúncias sistemáticas de assassinatos de trabalhadores, e de processos de expulsão de famílias inteiras das terras de fazendas e usinas (*Folha do Povo*, 2ª fase, n. 70, de 12 de fevereiro de 1946; n. 73, de 15 de fevereiro de 1946, e n. 105, de 27 de março de 1946).

As associações em Pernambuco ganharam o nome de Ligas Camponesas e atuaram inicialmente junto às cidades e vilas fronteiriças a cidade do Recife, espalhando-se depois por vários municípios da Zona da Mata. O período de atividade dessas primeiras Ligas Camponesas corresponde aos anos de 1945 a 1947, isto é, ao período de vida legal do Partido Comunista.

Em momento posterior as atividades de formação das ligas de assistência e auto defesa, entre os anos de 1950 a 1954, o Partido Comunista daria apoio a várias revoltas camponesas em solo brasileiro. Envolveu-se com envio de homens e apoio organizacional no levante armado de *Porecatú*, na divisa entre os estados do Paraná e São Paulo; na *Revolta de Dona Noca*, no estado do Maranhão; e no *Território Livre de Formoso*, no estado de Goiás. Estes levantes armados tiveram por base a questão da posse e do uso da terra, envolvendo posseiros em luta contra grileiros, ou o sistema de parceria ou colonato (Moraes, 1970, pp. 459-460, Medeiros, 1989 e Cunha, 2007).

A presença do Partido Comunista nas revoltas acima assinaladas, dando suporte armado e organizacional, é significativa. Após o breve período de legalidade o Partido, a partir do seu V Congresso, deu uma brusca virada à esquerda. Como uma das consequências imediatas convocou todas as associações civis sob o seu controle

¹⁰ Jaccoud (1990, p. 35) indica o sindicato de Barreiros, fundado sob influência do PC em 1954, como reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social em 01 de março de 1956.

para tornarem-se *células* oficiais do Partido, além de endossar as lutas e resistências armadas no campo brasileiro.

O Partido Comunista alcançará nas áreas de resistência em que atuou, - coordenando e organizando revoltas camponesas, - uma maior e mais forte penetração, controle e poder de arregimentação de suas bases. É a partir dessas revoltas que assentará, em 1954, os alicerces de fundação da ULTAB - União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil. O que ocorrerá, efetivamente, durante a realização da II Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas.

No estado de Pernambuco, nesse mesmo ano de 1954, o Partido Comunista realiza o I Congresso Nordestino de Trabalhadores Agrícolas, na cidade de Limoeiro. Este congresso marca também a última tentativa de organização de um movimento sindical rural no estado na década de cinquenta.

Em 1955 ajuda a organizar a liga camponesa nascida de uma associação de auto-ajuda criada no engenho Galiléia, no município de Vitória de Santo Antão, no estado de Pernambuco. A partir desse envolvimento, sistematizará sua atuação no campo nos estados de Pernambuco e, logo a seguir, no vizinho estado da Paraíba.

Durante toda a década de cinquenta do século passado a ULTAB não terá uma penetração significativa no meio rural de Pernambuco. Sua ação ficará restrita aos estados de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro (Silva, 1961, pp. 56 a 62). No Nordeste, posteriormente, controlará os estados do Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte (Camargo, 1973, p 188).

Durante os primeiros anos de expansão do Movimento das Ligas Camponesas em Pernambuco, contudo, as bases de sustentação desse movimento concentravam-se no suporte organizacional oferecido pelo Partido Comunista. As Ligas, desse modo, se não se subordinavam ao controle nacional da ULTAB, também não entravam em conflito com ela.

Apenas no final dos anos de 1950, correspondente ao processo de radicalização vivenciado pelos quadros do movimento das ligas, e do afastamento gradativo e simultâneo do Partido Comunista como um dos suportes do movimento, que se ampliará o leque de divergências abertas entre as duas organizações. O

Partido retoma o caminho da sindicalização rural em Pernambuco, absorvendo parte significativa dos quadros das ligas.

O ano de 1954 marca, também, o esforço do MTPS de tentar revigorar o decreto lei 7038, através de uma campanha pública em favor da sindicalização dos trabalhadores rurais. Esta tentativa encontrará forte resistência dos proprietários rurais, através da ARB - Associação Rural Brasileira. Junto às forças armadas a ARB patrocinará uma campanha contra o movimento de sindicalização proposto pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social. Campanha esta que culminará com a publicação de um documento público das forças armadas, que ficou conhecido como *Manifesto dos Coronéis*.

Ao assumir a campanha liderada pelos proprietários agrícolas, - o de infiltração comunista no MTPS, conforme notícias publicadas no *Diário de Pernambuco* nos dias 23 e 24 de fevereiro de 1954 - o Manifesto desestabilizará as já não tão sólidas bases do segundo governo de Getúlio Vargas. De imediato consegue a renúncia do ministro do trabalho da época, João Goulart.

O episódio da renúncia de João Goulart marca, também, o último passo do governo federal na década de 1950, na busca de estender aos homens do campo o direito de organizarem-se em um movimento sindical. Porém, o argumento dos grupos dominantes agrários sobre a inconstitucionalidade do decreto lei 7038, e, por conseguinte, a ilegalidade do processo de sindicalização rural proposto pelo MTPS (Wilkie, 1964, p. 6), foi posto em xeque no governo seguinte de Juscelino Kubitscheck, com o reconhecimento dos três sindicatos rurais já citados.

Ao iniciar da década de 1960, com a multiplicação e o aprofundamento dos conflitos sociais no campo, o governo federal tomará para si o desafio da sindicalização rural. Assume a proposta elaborada pela Igreja Católica, como uma forma de cooptar e conter os movimentos sociais em expansão no país. Data de junho de 1959 a Instrução Ministerial nº 126, que instrui o decreto lei 7038. Esta Instrução do MTPS irá abrir o caminho para a sindicalização dos trabalhadores rurais no Brasil, durante o período de 1960 a 1964.

O Partido Comunista e as Ligas Camponesas de 1955

Apesar da importância do Movimento das Ligas Camponesas, inclusive para a cultura política e social do movimento camponês em Pernambuco e no Brasil, este trabalho não irá fazer uma análise minuciosa do problema da formação e da expansão deste movimento de 1955. O movimento das Ligas será discutido na sua articulação com o movimento de sindicalização rural: este de fato, objeto de análise desta pesquisa. O movimento das Ligas Camponesas, por outro lado, já foi objeto específico de análise de muitos trabalhos acadêmicos, entre os quais, se destaca, aqui, as pesquisas de Câmara (1978), de Azevedo (1983), de Rugai Bastos (1986), de Lins (1987), e de Aued (1987), entre tantos outros.

O objeto desta tese é o movimento sindical dos trabalhadores rurais na mata pernambucana, seu processo formativo, sua expansão e consolidação no cenário político e institucional brasileiro. Para estudá-lo, porém, a pesquisa teve que se deter no processo de mobilização social e política camponesa na região e no Brasil, nos processos de resistência cotidiana dos trabalhadores rurais contra a violência patronal, direta e indireta a que estavam submetidos, e nos esforços de organização, como sociedades civis, levadas a efeito pelo processo organizativo e mobilizador do movimento das Ligas, a partir de seu aparecimento no engenho Galiléia em 1955. Estes elementos importantíssimos ao estudo da mobilização e resistência camponesa, como já se vem discutindo até então, são fundamentais para a constituição do cenário onde se desenrolará os mecanismos que impulsionarão várias frentes, como o Estado, a Igreja, o Partido Comunista e as próprias Ligas, para a organização e direcionamento dos trabalhadores rurais para campo sindical.

Para facilitar o entendimento do cenário complexo do movimento sindical dos trabalhadores rurais, no momento de sua formação e expansão, é necessário discutir, em linhas gerais, a questão da orientação política e ideológica do movimento das Ligas. E, nesse caminho compreensivo, discutir as relações do movimento das Ligas com outras forças políticas atuantes na região, principalmente, o Partido Comunista.

Para melhor entender as relações entre as ligas e o Partido Comunista, se faz necessário nesse sentido iniciar o debate através da atuação do Partido Comunista no meio rural brasileiro, a partir de 1945. Entre os demais partidos políticos

representativos dos trabalhadores na época, era o Partido Comunista que possuía uma estrutura organizacional mais elaborada, sendo os demais, com exceções, fruto de dissidências entre os seus quadros.

A análise tomará como base o ano de 1945 por um lado, por ser nesse ano, com a democratização do país, que tem início a breve mais profícua legalidade do Partido Comunista. A ação do Partido Comunista no campo brasileiro, por outro lado, se estabelecerá de modo mais sistemático, e com consequências fundamentais para o processo organizativo do homem rural.

As primeiras Ligas Camponesas no Brasil são fundadas em 1945. O seu trabalho organizativo e o seu desenvolvimento fizeram-se pela impossibilidade, na época, de uma sindicalização rural. No quadro de violência institucionalizada contra a ação sindical no campo, orquestrada pelos proprietários rurais, "*a única solução encontrada (pelo Partido Comunista) foi a criação de organizações dentro do código civil, que permitia o surgimento de associações que não fossem formalmente organizações trabalhistas*" (Moraes, 1970, p. 456).

Apareceram como iniciativas autônomas dos trabalhadores, como associações de ajuda mútua e auto defesa. Em Pernambuco foram organizadas em bairros periféricos da cidade do Recife, com o objetivo declarado de defesa dos interesses dos trabalhadores locais, "*... contra os proprietários de terrenos urbanos na medida em que estes empreendem a construção e expansão da cidade*" (Camargo, 1973, p. 163).

A avaliação de resultados satisfatórios das primeiras ligas levou o Partido Comunista a investir no movimento. Esta ação possibilitou o surgimento de várias associações em municípios como Paudalho, São Lourenço da Mata, Escada, Goiana, Vitória de Santo Antão, entre outras. A formação destas associações serviu para aprimorar as resistências cotidianas e dispersas em que se encontravam os trabalhadores rurais, e constituir, portanto, segundo o jornal *Folha do Povo* (2ª fase, n. 58, de 29.01.1946; n. 66, de 07.02.1946; n. 76, de 19.02.1946; n. 79 de 22.02.1946; e n. 80, de 23.02.1946), um sistema de autodefesa contra as ameaças de expulsão de moradores e da proibição de plantação de lavouras permanentes pelos proprietários de terras, no cinturão canavieiro de Pernambuco.

Para o Partido Comunista, a organização das primeiras ligas tinha por objetivo estratégico a ampliação de seus quadros (em número de militantes e ou mesmo de eleitores potenciais), no período de legalidade em que vivia, além de lançar as bases para a constituição e formação de uma aliança operário-camponesa (Moraes, 1970, p. 457). As ligas camponesas desse modo foram consideradas como a forma elementar de organização dos trabalhadores rurais. Sobre elas, o "*proletariado, através de sua vanguarda, em particular os comunistas, contribuíam para que as massas camponesas tomassem consciência dos seus direitos*" (Borges, 1962, p. 250).

A atuação de José dos Prazeres foi importante na formação das primeiras ligas. Ele iniciou sua vida política no anarcosindicalismo, aproximadamente em 1901, quando trocou o trabalho rural pelo de operário na Great Western Railway. Lutou nos quadros do movimento anarcosindical até 1924 quando, discordando da secção nordestina do movimento em não apoiar a Coluna Prestes, abandona-o e, posteriormente, se filia nos quadros do Partido Comunista.

Com grande experiência na organização de quadros, durante o período de 1945 a 1947 foi encarregado pelo Partido da organização dos camponeses no Nordeste, particularmente no estado de Pernambuco¹¹. Com o retorno a ilegalidade, o Partido Comunista relega para segundo plano o trabalho organizativo no meio rural e vem apoiar revoltas armadas e aparelhar os movimentos já organizados (Borges, 1962, p.253).

No período correspondente aos anos de 1948 a 1954 o Partido Comunista deu uma volta à esquerda apoiando alguns levantes armados entre posseiros. Em Porecatú, por exemplo, na divisa entre o Paraná e São Paulo, o Partido ofereceu suporte armado aos posseiros da região, enviando quinze homens para lutar entre eles. Em Goiás, onde posseiros proclamaram o Território Livre do rio Formoso, o movimento armado estava também sob a orientação do Partido Comunista. Após 1954 o Partido inclina-se para a direita, apoiando a política populista do segundo governo Vargas (Moraes, 1970, p. 460, e Amado, 1980).

¹¹ Dados de entrevista com um ex-militante do PC, concedida ao autor em 1995, sobre a atuação do partido no campo brasileiro e pernambucano, em particular, durante o período da legalidade pós-segunda guerra mundial.

José dos Prazeres entra em discordância com o Partido Comunista e tenta, com dificuldade, dar continuidade a mobilização política no meio rural¹². Reintegra-se ao processo produtivo agrícola e, em 1955, se encontra entre os organizadores da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, no Engenho Galiléia, dando suporte e condições de organização aos seus associados (Callado, 1960, pp. 33 a 51 e Moraes, 1970, pp. 462 a 465).

Várias greves aconteceram no meio rural de Pernambuco, sobretudo na região da agroindústria açucareira, nos anos de 1948 e 1949. No município do Cabo, por exemplo, os trabalhadores dos engenhos Pitimbú e Setúbal realizaram um movimento grevista reivindicando o dia de domingo como dia de descanso. Segundo informe do *Correio sindical* v.1, n.1, de fevereiro de 1949, conseguindo vitória.

O mesmo acontece no município de Palmares. Os trabalhadores rurais das usinas Pirangi, Pumati e 13 de Maio realizam uma parede reivindicando o pagamento de salários atrasados em dinheiro e não mais em *vales* para o *barracão*¹³. Segundo o número 2 do *Correio Sindical* acima citado, também vitoriosa. Entre outros tantos movimentos reivindicatórios no período na região assinalada.

Esses movimentos dispersos e em sua maior parte espontâneos atraem a atenção do Partido Comunista que passa a acompanhar e a publicar através do jornal *Correio Sindical*, editado no Recife, uma série de denúncias sobre a situação de violência, miséria e superexploração da "*massa camponesa*", e dar cobertura aos movimentos reivindicatórios que começam a eclodir no meio rural.

As notícias buscavam alertar os trabalhadores do campo para a questão da organização, "*como única saída para obterem e garantirem os seus direitos*", nas palavras do *Correio Sindical* (v.1, n.3, de março de 1949). O jornal recomendava a união dos trabalhadores em associações, ligas camponesas, comissões nos locais de trabalho, como forma de criar organismos que possibilitassem o fortalecimento de sua organização. Buscando conseguir assim, nas palavras do editorial do *Correio Sindical*, v.1, n.6, de junho de 1949, "*vitórias rápidas e decisivas de suas reivindicações mais sentidas*".

¹² Dados de entrevista com um ex-militante do PC, citada na nota anterior.

¹³ Armazém sob controle da propriedade rural.

Mesmo tendo colocado em segundo plano o processo de organização dos trabalhadores rurais, o Partido Comunista não descarta de todo a possibilidade de ampliação dos seus quadros no campo. Estando atento às manifestações nesse meio e se fazendo presente como porta voz de denúncias e ampliação das conquistas dos movimentos rurais.

Ainda no ano de 1949, busca organizar o I Congresso Camponês de Pernambuco, devendo ser realizado entre os dias 18 e 19 de dezembro, na cidade de Palmares. O principal objetivo deste congresso, segundo o *Correio Sindical*, v.2, n.9, de janeiro de 1950, seria o de "*organizar os camponeses e assalariados do campo em uma associação que pudesse unificar a luta por seus direitos*". A associação deveria intitular-se Federação dos Trabalhadores e Assalariados Agrícolas e Camponeses do Estado de Pernambuco - FTACEP, com sua primeira diretoria eleita no transcurso do congresso.

Não foi possível a realização do congresso por motivos de ordem financeira, sendo transferido para o mês de fevereiro de 1950. No decorrer do congresso estiveram presentes delegações dos municípios de Vitória de Santo Antão, Jaboatão, Goiana, Carpina, Correntes, També (hoje, Itambé), entre outros, além da Liga Camponesa de Iputinga (fundada em 1945), representada por vinte delegados. O teor e o Regimento Interno do I Congresso Camponês de Pernambuco foram publicados na íntegra no v.1, n. 8, do *Correio Sindical*, de dezembro de 1949.

Ainda no ano de 1950, setores organizados do meio rural de Pernambuco participam como delegados na Primeira Conferência Sindical dos Trabalhadores do Estado de Pernambuco. Evento realizado no dia 09 de abril na cidade do Recife e convocado pela USTEP - União Sindical dos Trabalhadores do Estado de Pernambuco, sob influência do Partido Comunista.

É permanente, deste modo, a busca de contatos entre o movimento operário e o de setores organizados do campo pelo Partido Comunista, no afã de dar concretude à aliança operário-camponesa. No ano de 1952, uma comissão composta por associados da Liga Camponesa da Iputinga visitou o Sindicato dos Operários Têxteis de Pernambuco, durante a eclosão de um movimento grevista nesse setor, levando gêneros alimentícios e apoio político (Telles, 1962, p.61).

Realiza-se, no ano de 1954, o Primeiro Congresso Nordestino de Trabalhadores Agrícolas, na cidade pernambucana de Limoeiro. Coube a organização deste evento ao Partido Comunista, sob a liderança do operário Pedro Renaux Leite. Segundo Clodomir Moraes¹⁴ (1970, p.460), o congresso foi dissolvido sob forte repressão policial, havendo resistência por parte dos delegados presentes e algumas centenas de trabalhadores rurais.

Em meio a uma série de paralisações desencadeadas no Brasil sob a influência do Partido Comunista, em apoio a Vargas, durante o ano de 1954, em Pernambuco entram em greve, em vários movimentos de paralisações, os operários das usinas de açúcar. A eles juntando-se, alguns dias depois, um grande número do contingente de trabalhadores rurais da lavoura canavieira. Embora não fosse comum aos jornais diários da época cobrir movimentos sociais, o *Jornal do Comércio* (nos dias 29.01; 19.03 e 03.04.1954) e o *Diário de Pernambuco* (12.09.1954) fazem referência a algumas paralisações na região do açúcar.

Segundo Jover Telles (1962, p.70), no ano de 1954, na zona canavieira de Pernambuco, houve quarenta e três (43) greves de operários das usinas de açúcar e trabalhadores rurais. Jover Telles faz um cálculo da participação de mais de trinta e cinco mil trabalhadores durante os movimentos paredistas.

O Partido Comunista ao dar suporte organizativo e político ao movimento das Ligas Camponesas de 1955, apenas sistematizou uma política de ação no meio rural. Interrompida em 1947 e prosseguida de modo aleatório nos anos subsequentes, até o de 1954.

A dificuldade imposta pela reação conservadora à ação sindical dos trabalhadores rurais seja na violência aberta aos esforços organizativos dos trabalhadores do campo, ou enquanto demonstração de força política, como no caso da renúncia forçada do ministro do trabalho do segundo governo Vargas, fez o Partido Comunista modificar a sua política para o campo. Essa modificação fez o partido optar por dar suporte ao movimento das Ligas Camponesas.

Dois elementos o levaram a essa reflexão e ação junto às ligas. Primeiro, devido ao *caráter legal* de organização de uma liga: onde cada liga obtinha registro

¹⁴ Embora consulte nesta tese a edição original em inglês, este artigo foi editado em forma de livro no Brasil com pouquíssimas modificações: ver, Moraes (1997).

em cartório civil como sociedades autônomas de fins beneficentes; e, segundo, a facilidade do processo de legalização do movimento, já que as ligas adquiriam rapidamente personalidade jurídica, ao contrário dos sindicatos rurais de então. Estes últimos precisavam de um longo processo burocrático para a sua legalização, com esforços não totalmente compensados, diferente das ligas. Estas, aprovadas em assembléia com um número qualquer de associados, obtinham, rapidamente, seus estatutos registrados em cartórios: "e, segundo Fragmom Carlos Borges (1962, p. 255), *pronto*", mais uma liga estafa formada e legalizada como uma sociedade civil.

Esta facilidade, em contraponto com outras formas de organização do meio rural, como o movimento sindical de então, veio servir aos propósitos do Partido Comunista para o reassentamento das suas bases para um trabalho sistemático de organização do *campo*, em Pernambuco.

Formação e Expansão das Ligas Camponesas de 1955

A Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco surge no engenho Galiléia em 1955, com fins beneficentes e de ajuda mútua. A sua criação segue uma dramaturgia, onde a resistência e a dominação mantêm-se em um jogo constante, estabelecendo passos e sequencias das relações de poder envolvidas. A este jogo de interações em situações de poder James Scott chama de transcrição pública (1990), que consiste em reproduções e representações de poderes gerados em relações sociais cotidianas diretas entre dominantes e dominados. Neste jogo interacional a representação de poder é instituída sob formas rituais, onde os trabalhadores buscam adequar a sua conduta às expectativas das pessoas e das instituições que parecem deter poder sobre eles.

Nesta tentativa ritual de adequação, que Scott (1990, p. 47) e Moore Jr. (1987, pp. 118 e 119) chamam de *etiqueta*, no interior do processo cerimonial, os trabalhadores oferecem signos de deferência e respeito ao poder instituído ou para aqueles que o detêm, como no caso do engenho Galiléia, onde os moradores e foreiros ofereceram a presidência de honra da Sociedade recém criada ao proprietário, e por ele foi aceita, em um primeiro momento. Nesta deferência pública, segundo Scott (1990, p. 2), os trabalhadores conformam-se à prática de poder instituída, para se amparar e se proteger das expectativas tornadas visíveis ou

públicas pelos seus atos: no caso a criação de uma sociedade de ajuda mútua. Assim o fazendo, comprometiam ou buscava comprometer os que detêm o poder sobre eles, no caso o proprietário do engenho Galiléia, através dos rituais de deferência e de respeito à sua autoridade.

A Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco tinha por objetivo imediato conseguir uma escola primária para os filhos dos foreiros e ajuda mortuária aos associados. Visava também à criação de um fundo comum para o financiamento de produtos agrícolas aos associados, assistência técnica e ajuda governamental (Julião, 1962, p. 24).

O proprietário do engenho Galiléia convidado para presidente de honra da sociedade, aceitou a deferência e, de fato, assumiu o cargo nos primeiros anos do funcionamento da sociedade agrícola. O proprietário do engenho figurava, então, como presidente de honra da associação, nos primeiros anos de sua fundação. Segundo Scott, acima citado, neste jogo interativo de poder, onde os subalternos usam da deferência junto aos que julgam serem os detentores de poder em uma situação dada, - no caso, a formação de uma sociedade de ajuda mútua em terras de um engenho particular -, os que detêm esse poder, - no caso, o dono do engenho, - são constrangidos pela reverência feita pela transcrição pública dos seus trabalhadores, no instante que acedem ao apelo ritual proposto por eles, isto é, tornar-se presidente de honra da sociedade de ajuda mútua criada em suas terras.

O que a análise de Scott ajuda a perceber, neste jogo interacional de poder entre dominantes e dominados, é que no uso de transcrições públicas de deferência e respeito, práticas rituais são postas em prática pelos dominados com o intuito de garantir o comprometimento dos dominantes e com isso valer-se para consecução de objetivos específicos. No caso, a fundação e consolidação da sociedade de ajuda mútua. Por outro lado, porém, e de forma concomitante, é usada com o intuito de disfarçar a resistência e a oposição existentes na relação entre dominantes e dominados, pelos que detêm o poder: para legitimar, ou para dar uma aparência de legitimidade, as relações de poder estabelecidas.

A análise aqui proposta, por outro lado, pode ser visualizada, também, através do conceito de economia moral de Thompson (1979 e 1995), onde é possível perceber e ler, através do alcance conceitual thompsoniano, a ambiguidade das

práticas sociais entre patrões e trabalhadores como um jogo de dissimulação da resistência cotidiana, no sentido de concretizar meios que possam comprometer o patronato as estratégias e objetivos dos trabalhadores. Ou como um jogo de ambivalência dos patrões, no sentido de evitar desordens ou alterações que pudessem romper as margens do consenso em que se assentava o modelo de dominação vigente nas práticas até então constituídas entre as partes.

Toda situação de legitimação do poder, em uma situação dada, porém, sempre se encontra sujeita a um referendo de outros grupos de poder mais amplos. O que fez um proprietário aceitar ser presidente honorário de uma sociedade de ajuda mútua, em um momento específico, como uma forma de dominação legítima (Weber, 1999) em uma situação dada, isto é, ampliando o controle social sobre os trabalhadores de seu engenho, em um segundo momento pode ser fonte de inadequação, quando o ato de aceitação da deferência dos trabalhadores torna-se motivo de alerta, quando confrontado com os seus pares, local, regional ou nacional. Foi o que aconteceu. O proprietário do engenho Galiléia começou a receber pressão dos demais proprietários contrários a ele ter aceitado a presidência de honra da sociedade de ajuda mútua em funcionamento em suas terras, e, foi advertido de que com essa atitude estava ajudando a fomentar a rebelião em seu engenho. Assustado, abdicou da presidência honorária e exigiu a extinção da entidade. Ameaçou os moradores e foreiros de despejo, caso não cumprissem a determinação (Julião, 1962, p.25).

Com a resistência dos foreiros contra o que consideraram um ato arbitrário, liderados pelo ex-administrador do engenho, José Francisco de Souza, - conhecido depois pelo cognome de *Zezé da Galiléia*, - começou o processo de expulsão e intimidação dos mais rebeldes. Esta ação tardia do proprietário do engenho Galiléia foi considerada arbitrária pelos membros da sociedade de ajuda mútua: primeiro, pela forma desatenciosa de recusa da presidência de honra, que já havia aceitado e ocupava a função, segundo, pelo desagravo da intimidação para a extinção da sociedade e da ameaça de expulsão dos moradores e foreiros se não cumprissem a determinação. Estas duas considerações foram sentidas como arbitrariedade e como ofensa moral contra os trabalhadores.

Barrington Moore Jr discute, em seu livro *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta* (1987), os motivos que levam grupos sociais a se conformarem e manterem um jogo ritual de aceitação do poder em determinadas circunstâncias, e a se rebelarem em outras, e conclui que as atitudes de aceitação ou de rebeldia estão ligadas ao sentimento de injustiça. E, que, entre as motivações principais do sentimento de injustiça, se encontra a ofensa moral.

Para Moore Jr a noção de ofensa moral diz respeito, principalmente, à quebra de um contrato social formal ou informal estabelecido entre as partes em jogo. O que leva a categoria que se sentiu injustiçada a resistir e procurar a garantia dos direitos estipulados no acordo. A quebra do contrato pelo proprietário do engenho Galiléia, e a forma como foi realizada, criou um óbice nas relações entre os membros da sociedade de ajuda mútua e o proprietário. Óbice que levou a sociedade dos *galileus*, - isto é, da sociedade formada pelos foreiros e moradores do engenho Galiléia, como foi chamada pelo jornalista Antônio Callado (1960), - a se rebelar contra a ofensa e o desmando de poder do patrão, e a buscarem meios de manterem a sociedade funcionando, e, ao mesmo tempo, de se conservarem nas terras do engenho. A associação de ajuda mútua procura, então, um advogado para defender seus interesses: chega a Francisco Julião que aceitou o patrocínio da mesma (Julião, 1962, p. 25).

Após intensa luta, em 1959 a Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco aprova um projeto de lei desapropriando o engenho Galiléia. Foi uma batalha ganha pelos *Galileus*. Vitória que logo entraria em recesso: "(...) não tardou que o mesmo governo que sancionara a lei, incorporasse as terras da 'Galiléia' a uma Companhia de Revenda e Colonização, criada especialmente para combater as ligas, ao invés de entregá-las aos camponeses, dispostos a explorá-las por meio de uma cooperativa. A batalha judiciária reiniciou-se" (Julião, 1962, p.28).

A Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, nesse ínterim, recebia pela imprensa local o cognome de *Liga Camponesa*, numa tentativa de assemelhá-la as organizações fundadas em 1945 pelo Partido Comunista (Julião, 1962, p.29). "*Os membros da Sociedade aceitam o novo nome e revivem o movimento, reconstituindo o núcleo das primeiras ligas*" (Camargo, 1973, p. 165).

O movimento político no campo toma novo impulso com o aparecimento das Ligas Camponesas. Amplia-se rapidamente e em pouco tempo estendem-se por todo o Nordeste. Em Pernambuco, na década de sessenta, existiam entre trinta a trinta e cinco mil adeptos espalhados através de vinte e seis sedes municipais (Andrade, 1964, pp. 247 e 248).

O crescimento rápido do movimento das Ligas Camponesas pode ser explicado por um lado, pelo caráter legal (ter personalidade jurídica) dado ao movimento por Julião, associado ao apoio organizativo oferecido pelo Partido Comunista. Por outro lado, pode ser explicado também graças ao relativo sucesso da batalha parlamentar, na Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, para desapropriação do engenho Galiléia. O que possibilitou ao movimento ganhar credibilidade entre os trabalhadores rurais, além da relativa propaganda regional e nacional, levada à frente por jornalistas e estudantes simpatizantes do movimento. Como foi o caso da série de reportagens sobre o Nordeste, realizada por Antônio Callado para o jornal carioca *Correio da Manhã*¹⁵.

O sucesso do movimento das Ligas Camponesas, para Fragmom Carlos Borges (1962, pp. 254 a 256), se deveu, também, a preocupação estratégica das lideranças, em situar nas cidades cada nova associação criada. As sedes das ligas nas cidades permitiam uma maior proteção ao movimento em relação às forças repressivas ligadas aos grandes proprietários. Nos núcleos urbanos, também, se tornava mais fácil mobilizar manifestações de apoio e de solidariedade de setores simpatizantes, como operários, estudantes e intelectuais.

Outro fator apontado por Borges para o sucesso do movimento foi o caráter assistencial das ligas. Fator citado como muito importante para o desenvolvimento inicial do movimento.

Um terceiro aspecto apontado por Borges foi com relação à presença de um advogado no processo de formação de cada liga e ter uma voz parlamentar. O que reforçou junto aos associados à legalidade do movimento e a defesa jurídica e parlamentar contra as reações dos proprietários de terra.

O fato de as ligas nos anos de 1955 a 1960 serem as únicas a possuírem, além de um estatuto legal, a capacidade de rapidamente poderem legalizar quantas novas

associações surgissem, frente a outras formas de organização dos trabalhadores rurais, contribuiu para a rápida expansão do movimento. Até os anos sessenta, por exemplo, só existiam cinco (05) sindicatos rurais reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social em todo o Brasil (Wilkie, 1964, p.6).

A filiação às ligas era uma das poucas opções legal existentes. Além de fornecer uma cobertura jurídica e uma ajuda assistencial aos associados, dava suporte político e organizacional às reivindicações e lutas dos trabalhadores.

Nas discussões cotidianas do movimento com os pequenos proprietários, posseiros, foreiros, moradores e assalariados, segundo Francisco Julião (1972) e vários editoriais do jornal *A Liga* (órgão oficial do movimento das Ligas Camponesas), eram avocadas como principais as seguintes demandas: 1) A luta pela posse da terra. Transformada em bandeira principal das ligas desde a sua fundação e credenciada junto aos trabalhadores através da vitória parcial conseguida no ato de desapropriação do engenho Galiléia; 2) A luta pela permanência dos foreiros e posseiros em suas lavouras; 3) A luta pela proibição do plantio de lavouras permanentes nos sítios dos moradores, foreiros e posseiros; 4) A luta contra formas arcaicas de trabalho, como o *cambão* e outras; e, 5) As lutas pelos direitos sociais do trabalhador, como salário mínimo, assistência social do Estado e outros benefícios em prol dos assalariados rurais.

O fato das Ligas Camponesas no momento de sua criação e expansão se encontrarem situadas mais próximas dos segmentos dos trabalhadores rurais com algum vínculo com a terra e frente à luta contra o processo de expulsão de moradores, foreiros e pequenos proprietários no cinturão canavieiro e em algumas áreas do agreste nordestino, aumentará sua fama e influência junto ao conjunto dos trabalhadores rurais. Isto, principalmente, por a maior parte dos trabalhadores rurais do cinturão canavieiro, no período assinalado, não possuírem o trabalho assalariado como o elemento principal, ou serem recém egressos de algum vínculo a terra.

As demandas eleitas pelo movimento das Ligas Camponesas, deste modo, no final da década de cinquenta, segundo avaliação do Partido Comunista, estavam em sintonia com as expectativas de todo, ou quase todo, conjunto dos trabalhadores

¹⁵ Estas reportagens depois foram reunidas em dois livros: ver Callado, 1960 e 1964.

rurais. O que facilitava a sua penetração no campo e a organização e desenvolvimento político dos setores dominados rurais (Borges, 1962).

A Igreja Católica e a Sindicalização Rural no Nordeste Brasileiro

As atividades e preocupações da Igreja Católica no Brasil com o meio rural nordestino datam do final da década de quarenta. Em 1949, Dom Eugênio Sales, Bispo de Natal, funda no Rio Grande do Norte o Serviço de Assistência Rural - SAR (Price, 1964, p. 48). A fundação do SAR pode ser considerada como uma obra isolada de um bispo do estado do Rio Grande do Norte preocupado com os problemas do meio rural da região. Ao se olhar um pouco mais de perto, porém, ver-se-á a experiência do Rio Grande do Norte como uma espécie de experiência-piloto da Igreja Católica a ser levada à prática posteriormente em todo Brasil.

De fato, em 1951, o esforço de implantação do SAR foi assimilado pelo conjunto da Igreja Católica no Brasil, durante a realização da "*pastoral conjunta sobre os problemas rurais do Rio Grande do Norte*" (Ireland, s.d., p. 8), patrocinada pelos bispos brasileiros e representantes do Vaticano. Leila Stein (2008, pp. 190 a 192), faz uma articulação interessante das experiências do SAR e, principalmente, do SORPE, ao *circulismo*, como era conhecido o movimento dos círculos católicos no Brasil. Esta articulação aponta para uma integração da pastoral católica no Brasil em relação às formas de preocupação e os formatos de atuação da Igreja Católica com o e no *social* no país, sobretudo, rural, na época, e as possibilidades de cenários locais oriundos dessa atuação.

Após a *pastoral com junta sobre os problemas rurais*, o SAR ganhará a estabilidade que precisava para dar continuidade aos trabalhos que vinha desenvolvendo. No decorrer dos anos cinquenta se dedicará a um tipo de trabalho essencialmente assistencialista, desenvolvendo pequenos projetos de desenvolvimento de comunidades e de educação para as áreas rurais (Kadt¹⁶, 1970, p. 109), com o apoio financeiro de instituições religiosas alemãs (Ireland, s.d., p. 9).

A Igreja Católica demonstrará a sua preocupação pelo Nordeste, na década de cinquenta, em mais dois encontros. O primeiro realizado em 1952, com a Reunião do

¹⁶ - Nesta tese se utiliza o texto original em inglês. Existe, porém, uma versão em português deste livro com tradução de Maria Valentina Rezende e Maria Valéria Rezende, editada em 2007, como número 17 da Coleção Educação para Todos do MEC / UNESCO (Kadt, 2007).

Clero Católico no Vale do São Francisco (Ireland, s.d., p. 8), concomitante com a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB. O segundo, em 1956, com a realização do I Encontro dos Bispos do Nordeste, na cidade de Campina Grande, estado da Paraíba.

Este último encontro foi realizado na semana de 12 a 17 de maio de 1956. No relatório final a Igreja Católica sugere reformulações políticas para o Nordeste, diagnosticando a urgência de reformas na estrutura da produção e relações sociais e de trabalho, sobretudo no meio rural (Novaes, 1997). Muitas das recomendações propostas no encontro de Campina Grande foram incorporadas pelo governo federal em forma de decretos presidenciais. A SUDENE, por exemplo, é considerada como produto desse encontro, como idéia e como impulso inicial.

Sobre a questão da sindicalização dos trabalhadores rurais no Nordeste, contudo, o SAR virá desempenhar a função de uma espécie de *unidade núcleo* de propagação deste tipo de organização, no interior de Igreja Católica. O pioneirismo do SAR nos quadros da Igreja Católica no Brasil abrirá caminho para uma atuação mais concreta da Igreja junto com as populações rurais nos anos cinquenta.

Sua ação pioneira objetivou o interesse da Igreja Católica para a assistência e a educação aos trabalhadores rurais, redefinindo a esfera de ação no campo dentro de uma política de intervenção ao nível temporal, como forma de reconquista e ampliação do plano espiritual junto às comunidades rurais (Ireland, s.d., p. 9). A entrada do SAR no movimento de sindicalização dos trabalhadores rurais, no início da década de sessenta, apoiado em seu relativo sucesso no campo assistencial e educacional, indicará, também, para a Igreja Católica no Brasil, o significado e o alcance de sua atuação no meio rural. O que a leva a incorporar o trabalho de sindicalização rural como uma de suas prioridades.

Ao assumir o trabalho de sindicalização no meio rural, iniciado pelo SAR, como uma de suas principais metas de atuação no campo, a Igreja Católica foi motivada, segundo depoimento do Padre Paulo Crespo a Alberto Tamer (1968, p. 130), "*não somente... pelo sentimento simplesmente cristão de minorar a miséria toda daquela população, mas pelo interesse de impedir a comunização do Nordeste*". Ou seja, de tentar esvaziar politicamente o movimento das Ligas Camponesas em processo de crescimento e radicalização.

A Igreja Católica, deste modo, agia no sentido de interferir e controlar o movimento político no meio rural no Nordeste, visando orientá-lo à moderação e legalidade de suas reivindicações. Neste objetivo a Igreja angariará o apoio estatal imprescindível, para que a interferência e o controle do movimento das Ligas fossem possíveis e se tornassem realidade.

No ano de 1960 o SAR parte para uma atuação mais explícita no processo de sindicalização rural. Durante os últimos anos da década de cinquenta o SAR tinha começado a se interessar pelo problema de formação de lideranças rurais, organizando alguns cursos de treinamento com fins à sindicalização ((Kadt, 1970, p. 109). Em novembro de 1960, segundo Price (1964, p. 48), funda o seu primeiro sindicato, no município de Serra Caída, no Rio Grande do Norte.

O esforço de sindicalização rural desenvolvido pelo SAR foi acompanhado pela Igreja Católica no Brasil, nos últimos anos da década de cinquenta, como observadora participante em todos os seus passos. Foi acompanhado também com um conjunto de pressões dos diversos meios católicos ao governo federal, para que o mesmo viesse a apoiar os esforços de sindicalização no campo desenvolvidos sob sua tolerância.

O esperado apoio para a sindicalização rural pela Igreja Católica do governo federal virá ao iniciar o segundo semestre do ano de 1959. Veio através de um Instrumento Ministerial, sobre a urgência e a necessidade da sindicalização dos trabalhadores rurais no país, reforçando o Decreto 7038.

Com o apoio indispensável do Estado e com o relativo sucesso no campo da sindicalização rural do SAR, a Igreja Católica enquanto instituição reforçará o apoio aos trabalhos pastorais com objetivo de sindicalização do homem do campo. Em 1961, divulgará um documento, através da CNBB, dando apoio integral ao movimento de sindicalização rural e aconselhando a criação de novas equipes de sindicalização nas diversas paróquias espalhadas pelo Brasil. Segundo o documento, contido em Calazans (1969, p. 161), “... a sindicalização rural é digna de ser estendida a todos os demais centros católicos rurais”.

A disposição da Igreja Católica para o trabalho no campo do sindicalismo dos trabalhadores rurais é reafirmada, nesse mesmo ano de 1961, com o Congresso de Trabalhadores Rurais realizado na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte,

congregando vários líderes da JAC - Juventude Agrária Católica e padres de diversos estados do Nordeste. No Congresso é reafirmada a principal tese do sindicalismo católico de então e da CNBB. Para eles, a tarefa mais importante dos sindicatos rurais católicos deverá ser a de combater o comunismo no campo através dos seus dois principais agentes: as Ligas Camponesas e o Partido Comunista. Conquistando as *massas rurais* e controlando o seu movimento.

Essa tese dispõe que "*o comunismo não pode se predispor a promover o homem, porque ele destrói a liberdade, semeia o ódio e a vingança entre os homens e contra Deus*" (SAR, 1961, p. 170). Só a Igreja e os sindicatos rurais católicos, lutando por seus direitos "*... na ordem e na união... conseguiriam a promoção humana, na defesa do aprimoramento das leis sociais e trabalhistas em vigor*" (SAR, 1961, p. 170).

Esta mesma tese será posteriormente ampliada para os diversos setores da sociedade civil, ou seja, "*... às famílias, aos estudantes e aos operários das cidades e dos campos...*" (CNBB, 1961, p. 3), através da *Mensagem da Comissão Central* da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, com data de 14 de julho de 1961. Nesta mensagem a CNBB convoca a opinião pública nacional para participar do *Plano de Emergência* lançado pela Igreja, explorando dois aspectos centrais à tese anticomunista por ela defendida:

"... primeiro, para que ninguém se deixe iludir ou influenciar pela calculada agitação dos que nada querem além do agravamento indefinido dos males que nos atingem. Segundo, no sentido da união das forças vivas do país, numa ação vigilante e enérgica pela restauração dos pontos fundamentais que asseguram a estabilidade da ordem social, isto é, respeito às pessoas e instituições, moralidade dos costumes, senso de responsabilidade. Mais do que nunca vale o princípio que já um dia nos deu vitória: é preciso que cada um cumpra com o seu dever, no lugar e dentro da missão que lhe compete!" (CNBB, 1961, p. 4).

O MEB e o Sindicalismo Rural Católico

Antes da divulgação desta *Mensagem* e, ainda, no ano de 1961, a CNBB entra em entendimentos com o governo federal sobre a criação de um programa de educação de base para o meio rural. Os entendimentos resultarão no Decreto Presidencial 50.370, de 21 de março de 1961, publicado no *Diário Oficial da União*

de 23 de março de 1961. Este decreto dispõe "*sobre um programa de educação de base e adotando medidas necessárias a sua execução, através de escolas radiofônicas, com recepção organizada, nas áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro Oeste do país*" (CNBB/MEB, 1961, p. 5).

Este programa educativo receberá o nome de Movimento de Educação de Base - MEB e foi inspirado nos trabalhos de educação de base realizados pelo SAR no Rio Grande do Norte. Segundo o Relatório Anual do MEB para o ano de 1961 (CNBB/MEB, 1961, p. 11): "*A Arquidiocese de Natal é a pioneira no ensino radiofônico no Brasil. Iniciou a experiência em vinte e oito de setembro de 1958, circunscrevendo-a, naquela época, a cinco municípios do estado*". Em 1961, época de implantação do MEB, o SAR possuía um total de 1.083 escolas radiofônicas (Rolim, 1969, p. 102).

A Igreja Católica possuía três objetivos principais quando buscou assimilar e dá prosseguimento nacional, com apoio do Estado, à experiência pioneira do SAR em educação de base para o meio rural. Os três objetivos seriam a *razão de ser* do MEB, conforme as *Instruções Gerais* que serviram de regulamento para o funcionamento do movimento. O primeiro objetivo seria o de "*ministrar educação de base às populações rurais das áreas subdesenvolvidas do país... através de programas radiofônicos especiais com recepção organizada, visando a valorização do homem integral no soerguimento das comunidades*".

O segundo se encontraria no "... *suscitar em torno da escola radiofônica a organização da comunidade, despertando-lhe o espírito de iniciativa e preparando-a para as indispensáveis reformas de base, como a da estrutura agrária do país*" (CNBB/MEB, 1961, p. 32).

O terceiro objetivo, contudo, expressa, de forma mais clara, a ideologia que impulsionava a Igreja Católica na época para o movimento de educação de base. O terceiro objetivo do MEB, como exposto nas *Instruções Gerais* do movimento, seria o de "... *velar pelo desenvolvimento espiritual do povo, preparando-o para o indispensável soerguimento econômico das regiões subdesenvolvidas e ajudá-lo a defender-se de ideologias incompatíveis com o espírito cristão de nacionalidade*" (CNBB/MEB, 1961, p. 32, *grifos do autor*).

Ao lado do movimento sindical dos trabalhadores rurais católicos, o MEB seria, nesse sentido, um caminho a mais na busca de influência e controle da Igreja sobre os movimentos sociais no campo. O MEB já desempenharia funções, no primeiro ano de atividade, próximas, se não integradas, ao movimento católico de sindicalização rural.

Segundo os dados do *Relatório Anual* para o ano de 1961, o MEB desenvolveu suas atividades "... através de aulas pelo rádio e de atuação direta nas comunidades, a saber: cursos para clubes agrícolas; semanas ruralistas; atividades sindicalistas rurais; clubes de mães; clubes de jovens; clubes cooperativistas; e treinamentos de líderes rurais (atuando) nos seguintes Estados: Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Goiás" (CNBB/MEB, 1961, p. 5, 8 e 9).

Sua atuação na maior parte dos estados, porém, circunscrevia-se a tarefa inicial de implantação da infra-estrutura necessária ao funcionamento das escolas radiofônicas.

Ao se fazer uma análise do trabalho do MEB no Rio Grande do Norte, em 1961, constata-se os pontos de contato entre este movimento e o de sindicalização dos trabalhadores rurais, católico. O exemplo da atuação do MEB no Rio Grande do Norte no primeiro ano de atividade como movimento nacional, é tomado para análise pela simples razão da existência, nesse estado, de uma experiência em educação de base em andamento, anterior e que serviu de inspiração ao próprio MEB. Suas atividades puderam processar-se com mais desenvoltura que nos estados citados, por já possuir toda uma infra-estrutura no campo da educação radiofônica, inexistente ou a ser criada nos demais.

Durante o ano de 1961, o MEB, através da Divisão de Educação de Base do SAR, no Rio Grande do Norte, de acordo com o *Relatório Anual* citado anteriormente neste trabalho: "... além de supervisionar as atividades de 552 líderes... promoveu: dois Cursos de Líderes, em regime de internato, de duração de 15 a 60 dias; três Encontros de Líderes, em regime de internato, de duração de cinco dias; e um Congresso de Trabalhadores Rurais". Concomitante as atividades citadas acima, foram ainda iniciadas "... as atividades relativas ao sindicalismo: formação de líderes sindicais e organização de sindicatos rurais" (CNBB/MEB, 1961, p. 11 e 12).

Os movimentos de educação de base e de sindicalização dos trabalhadores rurais iniciados e desenvolvidos pela Igreja Católica no início dos anos sessenta processavam atividades complementares, ou atuavam segundo os mesmos objetivos. Entre as finalidades orientadoras de suas fundações aparecia, com certa primazia, a busca de constituição de algo como uma frente ideológica capaz de impedir a expansão política da esquerda junto aos movimentos sociais no campo.

Coube ao MEB a tarefa inicial de criação de núcleos sindicais de trabalhadores rurais nos estados que ainda não dispunham de um serviço de sindicalização ligado a Igreja Católica, prévio, para o meio rural. Como por exemplo, no estado de Sergipe, onde foi iniciado "*... o trabalho de sindicalismo rural, o qual se apresentou como uma imperiosa necessidade no Programa de Educação de Base*" (CNBB/MEB, 1961, p.13). Segundo Kadt (1970, p. 162 -163), "*... com suas escolas radiofônicas, monitores e supervisores cobrindo as áreas onde os sindicatos rurais podiam ser fundados, o MEB representou para a hierarquia católica um excelente meio para introduzir no campo a doutrina social cristã. Os camponeses com quem já tinham estabelecido contatos eram, também, educados para as atividades sindicais, e preparados para quando os sindicatos cristãos pudessem ser assentados*"¹⁷.

A orientação do MEB para o campo do sindicalismo dos trabalhadores rurais foi facilitada pela infra-estrutura que dispunha como a do programa educacional, de fácil penetração no campo, para abrir caminho às primeiras discussões com os trabalhadores e para o estabelecimento de núcleos onde se fundariam, posteriormente, unidades sindicais.

Notas finais

A Igreja Católica não confiou apenas ao MEB o papel de formação e organização de sindicatos rurais nas áreas onde os conflitos sociais ameaçavam atingir limites, motivados pela emergência e força política dos movimentos sociais no campo. Criou, também, organismos paralelos e independentes, cujo objetivo

¹⁷ "... with its radio schools, monitores, and supervisors covering much of the area in which rural trade unions should be fostered, MEB represented for the (Catholic) hierarchy an excellent means to ensure the penetrations of the countryside by Christian social doctrine. The peasant with whom they had already established contacts were to be educated by the Movement for trade union activities, and prepared for the time when sindicatos of Christian orientation could be set up".

central era o de sindicalização. Em Pernambuco, por exemplo, foi criado o Serviço de Orientação Rural - SORPE.

A criação de organismos especializados em sindicalização dos trabalhadores rurais atacava de frente o problema de penetração nas áreas consideradas *explosivas*, com conflitos sociais crescentes e sob liderança hegemônica da esquerda. A Igreja Católica, através dos seus serviços especializados, lograria obter o impacto necessário à criação de um movimento paralelo e contrário aos então existentes. Utilizava, para tal, as mesmas *bandeiras* dos outros movimentos: a da *reforma agrária* e a dos *direitos trabalhistas* à população rural, apenas, com o enfoque diferenciado.

Para a doutrina social lançada pela Igreja Católica na época, a luta seria ganha não através de um processo radical de luta, como o defendido pelas Ligas Camponesas. Seria sim, através de uma atuação moderada e conciliatória, de retorno e respeito à ordem social.

Os órgãos especializados em sindicalismo, acoplados a outros movimentos católicos como o MEB, nesse sentido, teria possibilidade de uma melhor divulgação de sua ideologia, além do poder de arregimentação de quadros para o movimento, muitas vezes superior ao dos demais movimentos com atuação no campo, a eles contrários. A penetração nas áreas consideradas *explosivas* só seria ganha, em termos táticos, no entender da Igreja Católica, através da utilização de ações de impacto junto aos trabalhadores rurais, pelos diversos organismos católicos em conjunto.

O MEB deveria elaborar uma intensa campanha pró-sindicalização no campo, assim, motivando os trabalhadores para o sindicalismo, ao mesmo tempo em que as entidades especializadas em sindicalização rural implantariam sindicatos e orientariam suas ações. A atuação em duas frentes *independentes* deveria estabelecer, desse modo, condições concretas de ampliação dos movimentos sociais de orientação católica no campo, em relação às demais organizações atuantes.

Nessa primeira parte da tese, portanto, se procurou traçar os cenários que levaram diversos atores políticos em atuação no campo brasileiro, entre as décadas de cinquenta e sessenta do século XX, a optarem pela sindicalização dos trabalhadores rurais. No primeiro capítulo se discutiu os cenários de mobilização política e institucional que possibilitaram enxergar o Nordeste, e a mata

pernambucana, aqui, em particular, como uma área de crescente tensão social e com necessidade urgente de intervenção planejada. No segundo capítulo, se debateu, por sua vez, os cenários que levaram ao processo de formação do sindicalismo rural na região. Nele foram analisadas as origens do movimento sindical rural no Brasil, e no Nordeste, como resposta ao crescimento dos movimentos sociais rurais, sobretudo, o movimento das Ligas Camponesas, e a atuação dos partidos de esquerda, da Igreja Católica e do Estado nesse processo.

A segunda parte desta tese discutirá a expansão do movimento sindical rural e os embates políticos e ideológicos das forças políticas nele presentes, ou a ele contrapostas.

PARTE II
O PROCESSO DE EXPANSÃO DO SINDICALISMO RURAL

CAPÍTULO 03

A Expansão do Sindicalismo Rural

Este capítulo trata da expansão do movimento sindical rural na mata pernambucana, a partir da década de sessenta do século passado. Discute o papel da Igreja Católica na ação sindical rural, em contraposição as Ligas Camponesas e as forças de esquerda em ação no campo da região Nordeste e no Brasil. Busca compreender, também, a ação sindical do Partido Comunista no campo e sua opção pela sindicalização rural. Discute, ainda, o papel do Estado brasileiro e o de Pernambuco, em particular, na política pró-sindicalização rural.

Os cenários analisados, por fim, denotam a mobilização e a expansão da rede sindical rural no Brasil. Conota, também, o debate no interior do sindicalismo rural, em um panorama tenso e rico de conflitos e anseios pró-cidadania e reformas sociais no agrário brasileiro, na região Nordeste, e na Zona da Mata de Pernambuco, em particular.

O Sindicalismo Rural Católico em Pernambuco

O estado de Pernambuco foi um dos principais palcos no país do processo de expansão das Ligas Camponesas. Fato acompanhado com preocupação pela Igreja Católica, que via o meio rural pernambucano como o centro da agitação comunista, ameaçando espalhar-se por todo o Nordeste e Brasil. A fazendo decidir-se por um programa de impacto junto aos trabalhadores rurais do estado, com o objetivo de desviar os rumos da *radicalização* para caminhos mais moderados, de integração à ordem estabelecida.

Por ordem direta do Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Carlos Coelho alguns padres foram designados durante o ano de 1961 para o trabalho exclusivo de sindicalização e cooptação dos trabalhadores rurais no estado. O modelo proposto para a atuação dos sacerdotes foi o do SAR. O qual tinha sido previamente estudado por membro da Juventude Agrária Católica - JAC de Pernambuco, em visita especial a pedido de Dom Carlos Coelho.

Com o relatório dos membros da JAC sobre o SAR, os sacerdotes partiram para a criação de um serviço similar em Pernambuco. Foi programada uma semana de estudos sobre a problemática agrária nordestina, como um primeiro passo à

criação de um serviço de sindicalização rural. A semana de estudos teve início no dia 25 de julho de 1961 e reuniu vinte e cinco padres pernambucanos.

O padre Paulo Crespo, da paróquia da cidade de Jaboatão foi um dos encarregados pelo Arcebispo de Olinda e Recife para o trabalho de sindicalização rural. Foi o principal organizador da semana de estudos. Para ele, o encontro teve por objetivo despertar a colaboração e a consciência do clero pernambucano para o combate ao movimento das Ligas Camponesas e a melhor forma de *ganhar*¹⁸ os trabalhadores rurais, até então a ela sujeitos.

Segundo as próprias palavras de Paulo Crespo em depoimento ao jornalista Alberto Tamer (1968, p. 130),

“... depois de uma semana de estudos do problema nordestino, depois de constatar diante de vários depoimentos dos homens da Igreja, que a miséria daquela gente era o verdadeiro empecilho ao desenvolvimento espiritual, surgiram três caminhos: 1) a criação de obras de assistência social, médica e dentária, distribuição de roupas e alimentos, etc.; 2) criação de Ligas Camponesas que se opusessem às já existentes; e 3) criação de sindicatos rurais. A primeira sugestão... foi rejeitada por significar simples paliativo temporário que disfarçaria a verdadeira situação, e não uma solução para o problema. A segunda também porque se prestava a confusões. Decidiu-se aceitar a terceira, pois um sindicato rural poderia ser legalmente reconhecido e teria a possibilidade de êxito”.

Com o apoio de grande parte do clero à causa da sindicalização no campo em Pernambuco, em 1961 foi organizada uma central de serviços sob a orientação do Padre Paulo Crespo que recebeu o nome de Serviço de Orientação Rural de Pernambuco - SORPE. O SORPE tinha por objetivo coordenar a ação sindical no estado e o treinamento de pessoal para o trabalho de sindicalização e formação de lideranças. Nesse sentido, de acordo com Wilkie (1964, p. 8), *"foram organizados cursos sobre o sindicalismo cristão para candidatos selecionados por sua capacidade potencial de liderança. Em muitos casos, a capacidade de liderança era observada nas atividades desenvolvidas pelos candidatos em sociedades católicas ou afazeres paroquiais havendo, por conseguinte, outros poucos modos de organização*

¹⁸ - Jargão empregado na época, com o sentido de conquistar para si.

nos quais os camponeses pudessem ter a capacidade de exercitar ou desenvolver os seus talentos" ¹⁹.

Nos cursos do SORPE, ao lado das explicações básicas sobre o que era um sindicato de trabalhadores rurais e do direito dado por lei a todas as categorias econômicas do país para se organizarem em sindicatos, transmitia também as linhas fundamentais, doutrinárias, do movimento sindical católico para o meio rural. Ou, seguindo as palavras de Mary Wilkie (1964, p. 8): *“que o sindicato poderia prover instrumentos de pressão para a aplicação da lei e demandar justiça, e que o sindicato, defendendo os interesses dos camponeses, poderiam promover a paz e a harmonia social, em oposição à luta de classes”* ²⁰.

Um trabalhador entrevistado em 1999 pelo autor, ligado ao SORPE desde a época de sua fundação, revela que os camponeses que frequentavam o curso sindical saíam dele com *“uma vontade danada de ação”*. Essa ação, porém, se tornava difícil pelo medo dos trabalhadores de uma possível repressão patronal e policial: *“o sindicato aparecia quase como a besta fera nas idéias do povo, que ficava todo assombrado quando se falava até a palavra”*. Mas mesmo assim, *“nós não desanimava não e, já no final de 1961, tínhamos vários sindicatos”*. De fato, segundo Mary Wilkie (1964), entre junho a dezembro de 1961 a SORPE já possuía mais de oito sindicatos em funcionamento e vários outros em processo de organização.

O SORPE tinha liberdade também para contratar e treinar, no interior de sua doutrina, toda a chamada *equipe de fora* do sindicato. O termo *equipe de fora* era usado para designar todos os profissionais recrutados fora do campo, e que eram necessários para o funcionamento de um sindicato. Dentre estes, o advogado era visto como o profissional mais importante para a máquina sindical, pelo seu entendimento da legislação brasileira e sindical, facilitando o processo de legalização da entidade, bem como, pelo seu entendimento administrativo do cotidiano sindical, ajudando a organizar demandas e resolvê-las junto as instâncias necessárias.

¹⁹ - "Courses were held in Christian syndicalism and attended by candidates selected for their leadership potential. In most cases the capacity for leadership would have been observed in the candidates activities in Catholic societies or parochial affairs, there being little else in the way of organizations in which the peasant would have the opportunity to exercise or develop his talents".

²⁰ "That the syndicate would provide that way for pressing for the application of the law and demanding justice, and that syndicate in upholding the right of the peasant would promote social peace and harmony as opposed to class war" .

Fundado um sindicato, o advogado deveria assumir as funções de coordenação da entidade. O serviço de orientação às lideranças sindicais, as funções educativa e doutrinária sobre o papel do sindicato católico junto aos setores sindicalizados e, também, junto aos setores patronais (Wilkie, 1964, p. 8), o trabalho de defesa dos interesses dos sindicalizados na justiça do trabalho, faziam parte do cotidiano do advogado sindical. Daí sua importância para a ação católica rural.

Ao assumir todas essas funções o advogado substituiu o padre no trabalho do dia a dia de cada sindicato, liberando-o para o serviço de evangelização ou da política formativa mais geral, ao mesmo tempo em que oficializava o trabalho do leigo, tão caro a Igreja, dentro do movimento sindical. Nas mãos do clero ficariam, contudo, o trabalho de assessoramento e a definição das diretrizes políticas para o conjunto do movimento no estado.

Além das funções citadas de treinamento de pessoal, de liderança e assessoria ao movimento como um todo, o SORPE procurava angariar suportes e financiamentos necessários ao funcionamento da máquina sindical católica em Pernambuco. Entre outras agências que deram apoio financeiro e institucional ao SORPE se encontravam entidades norte-americanas como a Cooperative League of the United States of America - CLUSA, e a United States Agency for International Development - USAID, através do programa da Aliança para o Progresso.

Padre Antônio Melo, então pároco do município do Cabo, foi outro padre encarregado das funções de organização dos trabalhadores rurais em Pernambuco pelo Arcebispo de Olinda e Recife. O seu trabalho teve início também no ano de 1961, de forma mais ou menos independente do trabalho do SORPE, coordenado pelo Padre Paulo Crespo. Embora trabalhassem de forma mais ou menos independente e, de certo modo, rivais, os dois padres citados situavam-se em um pano de fundo comum: o do combate as Ligas Camponesas e da busca do controle político do movimento dos trabalhadores rurais em Pernambuco.

A estratégia utilizada pelo Padre Antônio Melo, porém, era diferente da utilizada pelo Padre Paulo Crespo. Padre Crespo dirigia sua ação explicitamente para o combate ao movimento das Ligas Camponesas em Pernambuco, e procurava criar a infra-estrutura necessária ao funcionamento de uma organização sindical dos trabalhadores rurais católicas através do SORPE, capaz de sobrepor-se as Ligas e

cooptar suas bases. Padre Antonio Melo, com seu temperamento mais expansivo, vestia uma imagem mais radical no desenvolvimento do seu trabalho. Com isso tentando disputar pelo carisma, a liderança do movimento dos trabalhadores rurais de Pernambuco, em mãos do Partido Comunista e de Francisco Julião.

O Padre Antônio Melo tornou-se conhecido em todo o Brasil através de reportagens nos principais jornais e revistas do país, no ano de 1961 quando, sob ordens de Dom Carlos Coelho, saiu de sua paróquia para defender alguns foreiros e pequenos proprietários ameaçados de expulsão pelo governo estadual. O governador do estado, Cid Sampaio, havia adquirido "... 2 500 hectares das terras pertencentes à antiga usina José Rufino, anexas ao Distrito Industrial, localizadas no município do Cabo" (Pernambuco, 1962, p. 191), para implantação da Companhia Pernambucana de Borracha - COPERBO, e movia uma ação de despejo da população lá residente. Padre Antonio Melo protesta contra a ação de despejo e encoraja os foreiros a resistirem à ação de expulsão.

Para ele, "*os foreiros só deveriam sair para novas terras. Não seria possível retirá-los para o nada. Se o governador insistisse, ele, Padre Antônio Melo e os foreiros resistiriam à expulsão*", de acordo com o depoimento dado ao autor, em 1973, por José Maria Andrade, ex-seminarista e assessor na época do Padre Antônio Melo.

A ação de defesa do Padre Antonio Melo ganhou noticiário nacional, chamando a atenção da opinião pública para o problema. O que faz o governador recuar e aceitar uma contra proposta por ele elaborada. Na proposta dava-se garantia a permanência dos foreiros nas terras desapropriadas para a instalação da COPERBO até que o governo, através da Companhia de Revenda e Colonização - CRC conseguisse outro local para movê-los.

Com a projeção nacional conseguida no processo de defesa dos foreiros, o Padre Antônio Melo consolida o seu trabalho no meio rural de Pernambuco de forma mais independente em relação aos quadros do SORPE. No interior do movimento sindical rural católico o seu papel seria o de despertar a opinião pública, em atitudes de impacto, para a existência de outro movimento paralelo e contrário aos de esquerda já existente. O SORPE, por seu turno, se dedicaria ao trabalho paciente de estruturação do novo movimento.

O Padre Antonio Melo utilizava a tática do "... *homem de falar desabusado, que vai dizendo o que pensa em grande velocidade...*" (Callado, 1964, p. 49), despertando a opinião pública com a ajuda da imprensa para o movimento católico rural. Confundia, ao mesmo tempo, a mesma opinião pública sobre a sua pessoa. Foi chamado de comunista, por setores mais atrasados dos grupos dominantes agrários do estado de Pernambuco, e de homem dedicado ao bem estar dos trabalhadores rurais, por setores da opinião pública (Callado, 1964, p. 48 e 49).

No início de sua atuação conseguiu manter a imagem de um padre radical e bem intencionado no interior do movimento social rural como um todo. O próprio Francisco Julião foi congratulá-lo pelo episódio da ex-usina José Rufino e mantinha com ele relações cordiais (Page, 1972, p.152).

O seu verdadeiro papel no movimento dos trabalhadores rurais em Pernambuco, contudo, foi revelado à opinião pública nacional posteriormente, no depoimento de Miguel Arraes de Alencar, então Governador de Pernambuco, à Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI sobre a atuação do Instituto Brasileiro de Ação Democrática - IBAD. O Padre Antonio Melo não passava de um homem do IBAD: o "*abade do IBAD*" como o chamou Antônio Callado (1964, p. 50 a 53). Sobre o IBAD e sua atuação em Pernambuco e no Brasil, ver entre outros, Dutra, (1963) e Dreifuss, (1981).

A Igreja Católica no Brasil e na mata pernambucana em especial, como já se viu anteriormente, procurava minar o trabalho organizacional do movimento das Ligas e das forças de esquerda no campo. A sua política sindical previa uma ação planejada para uma modernização do campo na região, e no Brasil como um todo, através de uma política de paz social, onde trabalhadores e patrões dessem as mãos em prol de uma melhoria das condições de vida e de trabalho, bem como da reestruturação da produção no campo.

Mesmo no interior desta política de conciliação, os padres ligados ao movimento de sindicalização no campo foram, inúmeras vezes, acusados, de insuflar os trabalhadores. Como pode ser visto, por exemplo, nas matérias assinadas em tons acusatórios a ação pastoral sindical em Pernambuco publicadas no *Jornal do Comércio*, de 15 de janeiro, 08 de fevereiro e 02 de março de 1963. Segundo Abreu e Lima em sua tese de 2003 (p. 59), depois publicada em livro (Abreu e Lima, 2005),

os artigos assinados só deixaram de existir quando a igreja, através do vigário de Vitória de Santo Antão pediu e escreveu um direito a resposta (*Jornal do Comércio*, 02 de março de 1963), ameaçando entrar com uma ação judicial contra o autor das matérias.

Fontes de Financiamento ao Sindicalismo Rural Católico

Para desenvolver os trabalhos de organização dos trabalhadores rurais a Igreja Católica angariou apoio financeiro e ideológico de vários organismos nacionais e internacionais. Entre outras muitas entidades que financiaram o movimento católico rural se destacaram como as mais importantes: a *USAID - United States Agency for International Development*, através do programa da *Aliança para o Progresso*.

A ação da USAID teve início após a estada de uma delegação norte-americana chefiada pelo embaixador Mervin L. Bohlen no Brasil, no ano de 1961. Esta delegação estava encarregada de executar, em cooperação com o governo brasileiro, a Aliança para o Progresso.

No intervalo de tempo passado no Brasil em busca de dados para execução do programa, o embaixador Bohlen e sua delegação visitaram vários estados nordestinos. Ficaram impressionados com os esforços da Igreja Católica para implantação de uma infra-estrutura sindical e de educação de base no meio rural.

O relatório da missão conhecida como *Relatório Bohlen* trata especificamente da questão do trabalho sindical católico no Nordeste. Trata também da importância e da urgência da assistência dos Estados Unidos para o trabalho desenvolvido pela Igreja no campo da sindicalização rural.

Nas palavras do relatório: “... *devemos igualmente prestar atenção ao problema central de assistir os elementos democráticos entre os trabalhadores agrícolas e industriais, para que eles se organizem em instituições sindicais estáveis, único modo de combater a influência não democrática do setor instável da sociedade. Um dos esforços mais prometedores a este respeito é aquele feito pela Igreja Católica nos estados do Nordeste*” (apud Calazans, 1969, p.175).

Recomenda, assim, urgência no envio de um conselheiro técnico dos Estados Unidos para a região, com o objetivo de “... *avaliar a extensão e o tipo de assistência*

nesse setor" (apud Calazans, 1969, p.174). Enfatiza, ainda, adiante, que "... trabalhando nesse programa (de sindicalização rural católica), a Aliança para o Progresso poderia estabelecer alguns escritórios em pelo menos quatorze municípios de Pernambuco, quatro municípios da Paraíba e dois em Alagoas" (apud Calazans, 1969, p. 174 e 175).

Ao tentar assegurar através de ajuda financeira e suporte 'técnico' os esforços da Igreja Católica de sindicalização dos trabalhadores rurais do Nordeste do Brasil a USAID buscava assegurar o controle de diversos municípios nordestinos, particularmente os de Pernambuco e Paraíba, onde as Ligas Camponesas eram mais ativas. O *Relatório Bohem* veio assim oficializar enquanto programa da Aliança para o Progresso, o suporte financeiro e humano ofertado pelos Estados Unidos aos esforços de sindicalização dos trabalhadores rurais promovidos pela Igreja Católica no Nordeste, e pelo SORPE, de modo particular, em Pernambuco.

Outra instituição norte-americana a manter contatos com o movimento católico de sindicalização dos trabalhadores rurais no Nordeste do Brasil foi a *Cooperative League of the United States of America - CLUSA*. De acordo com Page (1972, p. 155 e 169) a CLUSA funcionou no Brasil como um organismo ligado a Central Intelligence Agency - CIA com o objetivo principal de dar suporte ao movimento católico no campo nordestino.

A CLUSA manteve estreitos contatos com o SORPE, dando apoio financeiro para pagamento dos salários dos assessores e demais despesas da instituição. Ofereceu também recursos humanos, desenvolvendo programas de treinamento em cooperativismo para os membros dos sindicatos ligados ao SORPE (Page, 1972, p. 174 e 175).

Outro organismo norte-americano dedicado a formação de liderança sindical em países em desenvolvimento, o *Instituto Americano de Defesa do Sindicalismo Livre - IADESIL* foi outra instituição a manter estreitos contatos com o SORPE. Contatos iniciados no ano de 1963, de acordo com dados de entrevista ao autor com um ex-assessor do SORPE em 1990, embora sua atuação junto aos sindicatos rurais de Pernambuco só tenha se intensificado após o golpe militar de 1964.

A *Confederação Internacional de Sindicatos Cristãos* foi outra entidade, através de sua filial para a América Latina, que ajudou financeiramente o movimento

de sindicalização católico (Camargo, 1973, p.191). Esta confederação desenvolveu, também, esforços junto ao movimento sindical internacional, para reconhecimento do movimento católico no Brasil, e ofereceu ao mesmo suporte doutrinário em forma de cursos sobre sindicalização e de treinamento de lideranças.

O *Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD* foi outra instituição que atuou junto ao sindicalismo católico. O principal objetivo do IBAD em Pernambuco foi o de tentar impedir a ascensão dos grupos de esquerda ao governo do estado. Investiu, nesse sentido, muito dinheiro na campanha eleitoral a favor do candidato apoiado pelas forças da direita, João Cleofas (Dutra, 1963). Miguel Arraes de Alencar era o candidato apoiado pela frente de esquerda ao governo de Pernambuco.

Durante a campanha os ibadeanos pintaram Pernambuco de vermelho, configurando a ameaça do '*comunismo ateu*' invadindo o estado. O IBAD traçou, assim, o perfil de Arraes como o do representante legítimo dos comunistas.

Os ibadeanos conseguiram a adesão do clero católico à campanha pregação contra as esquerdas nas eleições para governador. Entrou também em contato estreito com o movimento sindical católico no meio rural de Pernambuco, principalmente através da adesão do Padre Antônio Melo a causa ibadeana.

Segundo Antônio Callado (1964, p. 51), o IBAD iniciou os contatos com o pároco do Cabo no ano de 1962, em plena campanha eleitoral para o governo de Pernambuco. Contou o Instituto com a intermediação de Cid Sampaio, na época governador do estado e pertencente aos quadros do IBAD.

Foi criado um serviço de assistência médica-odontológica e farmacêutica para o meio rural de Pernambuco com suporte financeiro do IBAD, contando com o apoio do governo estadual e sob a coordenação do Padre Antônio Melo. Através deste serviço de assistência o IBAD sistematizou seus contatos com o campo, e financiou o movimento católico como um todo. Fortaleceu financeiramente os quadros do movimento como forma ou possibilidade de vir a *estancar* a crescente influência das forças de esquerda no meio rural do estado.

O núcleo central do serviço de assistência para o meio rural do IBAD funcionava na casa paroquial do município do Cabo, alugada pelo Padre Melo à entidade. Servindo assim de *quartel general* ibadeano para contatos e contra propaganda no meio rural pernambucano (Callado, 1964, p. 51 e 52).

O *Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais - IPES* foi outra entidade em território nacional que ajudou o movimento sindical católico. Secção mais intelectualizada do IBAD, o IPES buscou elaborar uma contraproposta à bandeira de reforma agrária levantada pelas esquerdas. Propunha-se, também, a pensar alternativas mais modernas para o desenvolvimento capitalista no campo brasileiro. Influuiu indiretamente no pensamento reformista conservador da Igreja Católica ligada ao movimento rural.

A Expansão dos Sindicatos Rurais Católicos em Pernambuco

Após a Semana de Estudos sobre a Problemática Nordestina e a criação de um serviço de sindicalização dos trabalhadores rurais, o SORPE, tem início o processo de fundação de sindicatos no interior de Pernambuco. O clero ligado ao setor de sindicalização rural cria, ainda em 1961, oito sindicatos rurais no estado. Estes primeiros sindicatos situavam-se nos municípios de Timbaúba, Quipapá e Vitória de Santo Antão, na Zona da Mata, e nos municípios de Limoeiro, Panelas, Lajedo, Caruaru e Vertentes, na Zona Agreste do estado. Os municípios onde foram fundados os primeiros sindicatos católicos foram escolhidos por serem municípios de larga penetração do movimento político das Ligas Camponesas.

No processo de fundação de um sindicato, a sede de cada paróquia era utilizada como local de reunião. Alguns membros leigos da JAC assumiam o papel da *animação* e arregimentação dos trabalhadores para filiação e apoio ao sindicato emergente.

Reuniões de esclarecimento sobre o porquê e o como, e sobre a necessidade de um sindicato no município ou microrregião eram realizadas com frequência, como forma de sensibilizar a população. Normalmente, essas reuniões eram organizadas com o apoio, ou sob o controle, do pároco local. Após algumas reuniões preparatórias elaboravam-se os estatutos e era eleita uma diretoria provisória por aclamação dos primeiros associados. Com os estatutos e uma diretoria provisória prontos, o SORPE registrava o novo sindicato e iniciava o processo para o seu reconhecimento.

Os oito primeiros sindicatos católicos no meio rural de Pernambuco foram fundados entre os meses de agosto a novembro de 1961. Em 1962, Franco Montoro,

membro de um pequeno partido, o PDC - Partido Democrata Cristão²¹ e então Ministro do Trabalho, atende as pressões da Igreja Católica e reconhece vinte e três sindicatos rurais no país (Montoro, 1966). Dos 23 sindicatos reconhecidos, cinco encontrava-se em Pernambuco, nos municípios de Limoeiro, Vitória de Santo Antão, Lajedo e Caruaru, com cartas de reconhecimento pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, datadas de 13 de maio de 1962, e o de Timbaúba, reconhecido em 25 de junho de 1962, de acordo com os dados fornecidos pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco - FETAPE ao autor, em 1978.

O reconhecimento dos vinte e três sindicatos rurais no país estimulará o trabalho de sindicalização desenvolvido pela Igreja Católica. Dará impulso e orientará também para o trabalho sindical no campo outras forças que não as da Igreja Católica. Grupos políticos à esquerda da Igreja Católica como o Partido Comunista, grupos Trotskistas e outros priorizarão e nortearão as suas atividades de mobilização e organização no campo para a fundação de sindicatos rurais.

O Partido Comunista, principalmente, se afasta gradativamente da atuação junto as Ligas Camponesas. Funda *comissões sindicais* independentes delas e, ao mesmo tempo, nas áreas de influência onde possuíam o controle de grupos no interior de uma liga, os intitulam de *comissões sindicais*, e os incentivam a tornarem-se independentes e autônomos em relação ao movimento das Ligas.

Desvinculadas das Ligas, ou criadas de imediato como autônomas, as *comissões sindicais*, logo a seguir, serão transformadas em sindicatos. O passo seguinte, contíguo, é o registro dos sindicatos criados a partir das *comissões* e a solicitação de reconhecimento junto ao Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Gregório Bezerra (1979), membro do Partido Comunista e um dos encarregados do trabalho de organização do campo brasileiro, principalmente no estado de Pernambuco, em sua entrevista ao semanário *Pasquim*, narra sobre como se efetuou o processo de transformação de *comissões sindicais* em sindicatos no meio rural. Segundo ele, "... a ala mais conservadora do clero passara também a organizar sindicatos que eram reconhecidos imediatamente pelo governo. Tínhamos

²¹ Sobre a história do PDC e sua relação com a questão agrária e sindical rural no país, ver Stein (2008, pp. 77 a 80).

centenas de comissões sindicais e quando o Ministério do Trabalho e Previdência Social modificou a portaria permitindo a organização na prática de sindicatos rurais, transformamos estas comissões em verdadeiros sindicatos..." (Bezerra, 1979).

Segundo dados recolhidos da FETAPE, em 1978 e 2003, complementados com os dados contidos no trabalho de Mary Wilkie (1964), no ano de 1962 foram fundados pela Igreja Católica em Pernambuco os sindicatos de São Lourenço da Mata, Escada, Cabo, Moreno, Jaboatão, Olinda e Barra de Guabiraba, na Zona da Mata. E, Angelim, Correntes, Surubim e Orobó, na Zona Agreste. Nesse mesmo tempo, as forças de esquerda, principalmente o Partido Comunista, fundam os sindicatos rurais de Igarassu, També (hoje, Itambé) e Palmares, todos na Zona da Mata.

Abreu e Lima (2003, p. 54) em sua tese, afirma que o sindicato de Palmares era “*originalmente de Água Preta, (porém), ficou conhecido como sindicato de Palmares, que era a cidade mais importante da região*”. Segundo a literatura e entrevistas com um militante do PCB, feita pelo autor em 1978, outra versão é possível, não podendo ser confirmada a afirmação constante em Abreu e Lima, já que desde os primeiros anos da década de 1950 o PCB tinha uma base sindical no município. Sendo o de Palmares um dos sindicatos por ele organizado em 1953, em 1962 retoma as bases e refunda o sindicato. Chegando o mesmo a ser um dos principais sindicatos rurais independentes antes de 1964, como se verá adiante.

Aumenta, assim, o espaço de tensão e disputa entre o movimento católico, nas mãos do clero conservador, e as forças de esquerda, principalmente, o Partido Comunista no meio rural. A ação da Igreja não visava apenas deter o avanço das Ligas Camponesas, mas disputar também palmo a palmo o espaço sindical no campo: por ela recentemente iniciado e onde se pensava hegemônica.

Ainda no ano de 1962, possuindo mais de cinco sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, a Igreja Católica funda em Pernambuco uma federação dos sindicatos rurais. Sua criação foi fruto das metas traçadas em Itabuna, Bahia, pelo Congresso de Lavradores e Trabalhadores Rurais do Norte e Nordeste do Brasil, organizado pelo movimento sindical católico em maio de 1962.

De volta para Pernambuco, em um encontro com os cinco sindicatos reconhecidos da base do SORPE, segundo dados da entrevista de Paulo Crespo em

1978 ao autor, funda a Federação. Esses sindicatos foram: Vitória de Santo Antão (Zona da Mata); Timbaúba (Zona da Mata); Limoeiro (Agreste); Lajedo (Agreste) e Caruaru (Agreste). A federação é criada em 06 de junho de 1962 e reconhecida, quatro meses após sua criação, pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, em 17 de outubro de 1962. Intitula-se Federação dos Trabalhadores Rurais e tem como presidente Manoel Gonçalo Ferreira, da base do sindicato de Pannels ligado ao SORPE. Um pouco mais tarde, Manoel Gonçalo aproxima-se da AP – Ação Popular e coloca a federação próxima dos sindicatos independentes liderados pelo PCB. É destituído do cargo após o golpe militar.

A recém criada federação será controlada diretamente pelo SORPE. No ano de 1964 contará com a representação de trinta e dois sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social e outros trinta e seis postulantes ao reconhecimento. Tendo um número aproximado de vinte mil membros. (Camargo, 1973, p. 247). Segundo dados fornecidos pela FETAPE ao autor em 10 de julho de 2008, ela é atualmente constituída por 178 Sindicatos de Trabalhadores Rurais, distribuídos nas seguintes regiões do Estado: 73 Sindicatos na região do Agreste, atingindo 343.260 trabalhadores rurais sindicalizados; 53 Sindicatos na região do Sertão, atingindo 183.569 sindicalizados; 50 na região da Mata, atingindo 174.766 sindicalizados.

A expansão da Igreja no campo em Pernambuco, por um lado, foi facilitada pelo apoio do Ministério do Trabalho e Previdência Social ao seu trabalho de sindicalização. Os sindicatos rurais católicos assim que fundados eram logo reconhecidos, em uma agilidade pouco comum à burocracia inerente ao Ministério (Bezerra, 1979). O que propiciou o primeiro grande impulso ao movimento católico e aos sindicatos rurais por ele fundados.

O movimento das Ligas, por outro lado, passava por uma intensa luta interna. Um grande debate acontecia no seu interior, entre as diversas tendências existentes no movimento, sobre o melhor encaminhamento a ser dado às lutas e reivindicações dos trabalhadores e se as lutas deveriam processar-se de forma mais reformista, com resultados imediatos, ou de forma radical. Este debate possibilitou a veiculação de uma imagem do movimento das Ligas Camponesas no cenário nacional como a de um movimento pulverizado.

A esta imagem foi acrescida a idéia de desorganização e fragilidade do movimento, lançada nacionalmente pela imprensa (Callado, 1964) na época, por sua forma autônoma de estruturação. Forma essa que fazia com que cada Liga assumisse um papel independente no fazer-se cotidiano e no interior dos espaços local e regional de sua atuação. Associando-se como movimento geral de forma descentralizada e mais preocupada com os avanços e mobilizações de suas bases locais.

A veiculação das imagens de pulverização, desorganização e fragilidade das Ligas contrastavam com a idéia de organização e estruturação vertical e hierarquizada e da ligação com o Estado, do movimento sindical. O que possibilitava a utilização de uma idéia sobre o movimento sindical como o de um sistema mais eficiente na defesa dos direitos dos trabalhadores, afetando, assim, em um primeiro momento, o trabalho de mobilização e arregimentação dos quadros da Ligas. O que servia, por tabela, de esteio à ampliação dos sindicatos católicos.

A utilização desses mesmos argumentos pelo Partido Comunista, no momento de sua ruptura com o movimento das Ligas Camponesas (Borges, 1962), aprofundaria a crise vivida pelo movimento, ampliando, conseqüentemente, o espaço para a sindicalização no campo. A opção do Partido Comunista pelo trabalho de sindicalização no campo brasileiro, e em Pernambuco, particularmente, por um lado, acelerou a crise dos quadros das Ligas Camponesas, ao ponto de Francisco Julião intervir, declarando que as Ligas e os sindicatos eram irmãos, e sindicalizar-se não devia significar rompimento com as Ligas, mas, reforçar o processo de organização no campo (Julião, 1962). Por outro lado, porém, retirou a possibilidade do movimento sindical rural católico apresentar-se como força hegemônica no movimento sindical rural.

Cada espaço sindical era disputado palmo a palmo, a partir de então, pelos católicos e pelo Partido Comunista. E, um pouco mais tarde, pelos demais grupos presentes no campo, inclusive as Ligas Camponesas, que ampliariam o campo de disputa do movimento sindical.

A luta tomava corpo e literalmente *pegava fogo*, na expressão pular da época. De um lado, o movimento sindical católico de cunho conservador. Do outro lado, o

conjunto das forças de esquerda, em alianças em momentos determinados e de ação própria e fragmentária em outros.

No ano de 1963 foram fundados em Pernambuco pela Igreja Católica quarenta e cinco sindicatos rurais. Dez sindicatos na Zona da Mata, nos municípios de Aliança, Carpina, Condado, Paudalho, Macaparana, Bonito, Nazaré da Mata, Vicência, Goiana e Maraiá. No Agreste são fundados vinte e três sindicatos nos municípios de Bom Jardim, João Alfredo, Glória do Goitá, Brejo da Madre de Deus, São Caetano, Bezerros, Agrestina, Riacho das Almas, Altinho, Gravatá, Camocim de São Felix, Jurema, São Bento do Una, Cachoeirinha, Brejão, Palmeirinha, Alagoinha, Canhotinho, Lagoa do Ouro, Garanhuns, São João, Bom Conselho e Jupi. No Sertão, enfim, foram fundados os onze sindicatos restantes, nos municípios de Tabira, Triunfo, Afogados de Ingazeira, Petrolina, São José do Egito, Águas Belas, Carnaíba, Itaíba, Salgueiro, Serra Talhada, Petrolândia e Araripina. Segundo dados da FETAPE fornecidos em 1978 e 2003 ao autor, complementados com os dados extraídos do artigo de Mary Wilkie (1964).

No ano de 1964, até o final do mês de março, mais dois sindicatos rurais foram fundados nos municípios de Ferreiros e Ponte dos Carvalhos, ambas na Zona da Mata de Pernambuco, de acordo com os dados da FETAPE fornecidos em 1978 e 2003 ao autor, comparados com os dados extraídos do artigo de Mary Wilkie (1964).

A Igreja Católica possuía o controle sobre sessenta e oito sindicatos rurais espalhados por todo o interior de Pernambuco. Sobre eles recaíam a orientação doutrinária cujos objetivos imediatos consistiam em dar encaminhamento a uma política de conciliação entre classes, e a um combate exaustivo aos quadros das Ligas Camponesas e sindicatos rurais ligados a partidos, grupos e movimentos de esquerda, chamados no jargão da época, de *independentes*.

Os sindicatos chamados *independentes* eram assim intitulados por não fazerem parte ou não estarem associados à federação sindical criada pelo movimento católico. Eram independentes em relação à federação.

Os sindicatos associados à Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco, fundada em 06 de junho de 1962, pelo movimento católico, por seu turno, eram chamados de *federados*. Esta federação, como observado um pouco acima nesta tese, nasceu a partir de cinco sindicatos ligados ao SORPE: dois da

região Agreste (Caruaru e Lajedo) e três da Zona da Mata (Vitória de Santo Antão, Timbaúba e Limoeiro) pernambucana. No início de 1963, outros treze já se encontravam filiados, e outros tantos se filiariam no decorrer do ano de 1963, segundo informou Paulo Crespo em entrevista a Fundação Joaquim Nabuco, em 1985.

A política conciliatória proposta doutrinariamente pelo movimento católico consistia em tentar vencer a resistência dos setores patronais do meio rural para as reformas na legislação trabalhista e do uso da terra. O que, segundo o movimento católico, permitiria amainar as tensões sociais no campo.

O movimento católico, neste sentido, trabalhava com o argumento da necessidade de se promover uma *mudança de mentalidade* dos setores patronais, segundo expressão utilizada no interior do movimento, vencendo a resistência à modernização das relações capital trabalho no campo. Negava assim as bases estruturais dos conflitos, conforme a leitura efetuada pelas esquerdas, encarando a tensão no campo com causada por efeitos de *atrasos* na mentalidade empresarial rural.

De acordo com essa linha de pensamento, *a mudança de mentalidade empresarial* levaria a estabelecer relações de trabalho cordiais entre patrões e trabalhadores. Quando o patronato rural "*evoluir para o século XX*" (Tamer, 1968, p.149 a 160), transformando-se e transformando as relações de trabalho no campo em relações de trabalho *nitidamente capitalistas* (Callado, 1964, p. 137), passaria necessariamente a manter *relações amigáveis e pacíficas* com os seus subordinados.

Tornar-se-ia cumpridor da legislação do trabalho e se empenharia pela sua melhoria. Transformar-se-ia, enfim, na terminologia própria do movimento sindical católico de então, em um *bom patrão*. Isto é, o que paga os salários em dia, cumpre com todos os dispositivos do contrato de trabalho, preocupa-se com a melhoria da condição de vida e trabalho dos trabalhadores, não entrando desse modo em conflito com eles.

A filosofia política de conciliação proposta pela Igreja Católica ao movimento sindical rural por ela controlado pressupunha a constituição de bases onde deveriam assentar-se relações de trabalho mais harmônicas entre trabalhadores e o patronato rural. Esse deveria ser o objetivo imediato do movimento sindical.

No cotidiano sindical o SORPE dividia doutrinariamente o patronato, para facilitar a visualização dos sindicatos a ele atrelados, em duas categorias: os *bons* e os *maus* patrões. Os *maus patrões* eram aqueles com quem os trabalhadores viviam em conflito por motivos diversos, pelo não cumprir os dispositivos dos contratos de trabalho, expulsão da propriedade sem indenização, entre outros tantos (Wilkie, 1964, p. 5).

No relato de uma visita aos sindicatos *federados* Mary Wilkie (1964, p. 13) informa que na opinião da maioria das direções e lideranças sindicais por ela entrevistadas, as relações entre sindicatos rurais e patronato haviam melhorado sensivelmente. Essa melhora para eles devia-se, principalmente, ao conteúdo das ações encaminhadas pela Federação dos Trabalhadores Rurais em Pernambuco, no sentido de diluir a reação negativa dos proprietários aos sindicatos. Reação determinada em grande parte pela experiência do patronato com as Ligas Camponesas.

O sindicalismo católico em Pernambuco lutava, assim, por uma *mudança na mentalidade* do patronato rural através da modernização capitalista no campo, e por uma legislação trabalhista que promovesse a melhora das relações capital trabalho. A *paz social* era o objetivo a ser atingido. A modernização capitalista proporcionaria relações harmônicas entre o capital e o trabalho, através do amadurecimento dessas relações refletidas no respeito e consolidação de uma legislação trabalhista *justa*.

O conceito de justiça estava relacionado ao do atraso de mentalidade empresarial. Era conjuntural. Mudando-se as mentalidades promovia-se o desenvolvimento capitalista e haveria uma melhora significativa das relações trabalhistas no campo.

Não era necessária uma mudança no modo de produção, ou mesmo uma reforma profunda no regime de propriedade. A reforma agrária, aspecto importantíssimo no conjunto de reivindicações do movimento político rural de então, para o movimento católico, deveria ser realizada gradativamente. Na lei. Através de mecanismos institucionais previstos por uma legislação específica.

É importante ressaltar que outra corrente do movimento católico presente no movimento, achava que o processo de aplicação de uma política agrária voltada para o trabalhador deveria tomar a forma de *cooperativas*. Para essa corrente, os

trabalhadores organizados em cooperativas, arrendariam terras de uma propriedade não produtiva, através de um financiamento do Banco do Brasil especialmente criado para esse fim.

Com os lucros futuros poderiam, eventualmente, comprar as terras a eles arrendadas, chegando a tornarem-se proprietários através de seus próprios esforços (Callado, 1964, p.137 a 150). Segundo o Padre Antônio Melo, principal articulador e formulador desse corrente em Pernambuco, em uma conferência ministrada no *Simpósio sobre o Problema Agrário na Zona Canavieira de Pernambuco* (IJNPS, 1965, p. 87), em 1963, em longo prazo, “*a cooperativa dos próprios camponeses iria fazê-los proprietários de cana e eles não seriam, então, empregados da usina, mas proprietários da cana; seriam fornecedores de cana*”.

A reforma agrária através da criação de cooperativas no meio rural se realizaria, então, sem conflitos, contribuindo para a fundamentação e consolidação da justiça e da harmonia social em Pernambuco. Não sendo necessário, deste modo, modificar a estrutura fundiária existente.

As terras não sairiam das mãos dos seus proprietários, seriam por eles arrendadas ou negociadas segundo as regras de mercado vigentes. Para Rui Cardoso (apud Callado, 1964, p. 144 e 145), usineiro que arrendou as terras do engenho Tiriri a SUDENE para a formação de uma cooperativa agrícola, “*... as cooperativas... seria a melhor solução capitalista para os usineiros. Ou as usinas demitiam o excesso de mão de obra, agravando o perigo de comoções sociais, além de aumentar a conta das indenizações a pagar, ou guardaria esse excesso de braços, aumentando os custos de produção*”.

As cooperativas, assim, ajudariam as usinas com problemas de caixa e excesso de mão de obra, mantendo o domínio sobre os trabalhadores pelo fornecimento obrigatório da cana. Essa política de cooperativas agrícolas assumida por padre Antonio Melo em Pernambuco, seria a mesma política mais tarde aprofundada pelo IBAD (1961) e pelo IPES (1964) nas recomendações sobre a reforma agrária, que serviram de base para a política para o meio rural do regime militar implantado no país em 1964.

A resistência de grande parte do patronato rural em Pernambuco, sobretudo na Zona da Mata, porém, de acordo com o Padre Paulo Crespo, “*... deu oportunidade*

aos comunistas de fazerem certa liderança em alguns sindicatos..." (Tamer, 1968, p. 135), dificultando o cumprimento da lei.

A liderança comunista cresceria, gradativamente, é verdade, entre os trabalhadores do campo em Pernambuco, chegando a tornar-se, no ano de 1963, uma ameaça concreta aos planos de ação conciliatória do movimento sindical católico sob a coordenação do Padre Paulo Crespo. A liderança do Partido comunista no movimento sindical atingiu em certos momentos os próprios sindicatos cognominados de *federados*, os quais chegaram a se rebelar contra as orientações do movimento católico, seguindo a dos sindicatos ditos *independentes*. Como foi o caso, por exemplo, da greve canavieira ocorrida em 1963, pelo pagamento do décimo terceiro salário aos trabalhadores do campo.

Essa greve, sob a liderança dos sindicatos *independentes*, chegou a paralisar todas as categorias dos trabalhadores agrícolas na mata pernambucana. Conseguiu, inclusive, a adesão dos operários das usinas de açúcar. No relato do Padre Paulo Crespo sobre o movimento, pode-se ter uma idéia da ameaça representada pelo movimento sindical *independente* ao movimento católico. Segundo Padre Crespo:

"... de fato... havíamos feito um acordo para que o décimo terceiro salário fosse pago até o dia vinte e oito de fevereiro, senão haveria greve. Os comunistas, porém, foram mais espertos e decretaram a greve antes do novo prazo. Era o que eu temia e disso adverti as autoridades e patrões. Mas tudo foi em vão. Daí em diante os sindicatos que levantaram a greve do décimo terceiro mês com a liderança agressiva dos comunistas tomaram o prestígio diante das massas. Nós ficamos em posição inferior por culpa dos patrões que, apesar de já terem recebido empréstimo do Banco do Brasil, até aquela data não haviam pago os seus trabalhadores. Começa aí a luta surda das várias lideranças no campo. O Partido Comunista com suas várias frentes ... bafejado pelas autoridades e pelo jornal 'Última Hora', contra o movimento sindical iniciado pela Igreja. Lutávamos agora sozinhos, tendo contra nós as forças do Partido Comunista, as forças do governo e da Delegacia Regional do trabalho" (apud Tamer, 1968, p. 136).

Ruptura no Movimento Sindical Católico

A ruptura entre católicos progressistas e conservadores acontece no Brasil durante o ano de 1963. Processo iniciado em 1961, é significativo para o estudo por

ter levado ao isolamento político os setores mais conservadores da Igreja Católica ligados ao meio rural.

O crescimento do movimento progressista católico na vida política nacional aconteceu paralelo ao rompimento gradativo dos movimentos leigos, como a Juventude Estudantil Católica - JEC, a Juventude Universitária Católica - JUC, entre outros, com a hierarquia eclesial católica. Entre o último trimestre de 1961 e o primeiro semestre de 1962 surgiu como fruto da discussão interna na JUC sobre o problema do engajamento político e a realidade nacional, a idéia de estruturação de um movimento político independente da hierarquia católica. Esse movimento foi chamado de Ação Popular - AP. Não cabe, nesta tese, aprofundar a história da AP, a não ser nos entrecruzamentos com o movimento sindical rural aqui estudado. Para uma história da Ação Popular, são indicados ao leitor os trabalhos de Lima e Arantes (1984) e Oliveira Jr. (2000).

Enunciar os atributos essenciais e específicos da Ação Popular, diferenciando-os dos contidos nos demais movimentos católicos, se faz, contudo, necessário. A definição aqui utilizada foi encontrada no *Documento Base* da organização.

No documento a AP é enunciada como: "... a expressão de uma geração que traduz em ação revolucionária as opções fundamentais que assumiu como resposta ao desafio de nossa realidade e como decorrência de uma análise realista do processo social brasileiro na hora histórica que nos é dado viver" (Ação Popular, s.d., p. 3).

As *opções fundamentais* assumidas pela AP eram traduzidas analiticamente a partir da idéias de *Consciência Histórica*. Conceito filosófico que propunha encontrar na superação do materialismo histórico e do idealismo o meio termo que permitiria o engajamento político do cristão na *realidade concreta*. De acordo com o Documento Base da Ação Popular:

"... a partir da concepção realista da consciência, a noção de *consciência histórica* insere na dimensão do tempo humano a articulação dialética do homem e do mundo. Supera a concepção materialista da história que não escapa à coisificação da consciência pela sua sujeição aos determinismos do mundo. Não incide na concepção idealista que atraiçoa as responsabilidades históricas concretas pela fuga para o abstrato. Assim, a forma

própria do existir histórico do homem em determinada época e dentro do contexto de determinada cultura manifesta-se nos indivíduos desta época e desta cultura como a sua *consciência histórica*. Ela implica exigências autênticas de realização humana dos homens de tal época e de tal cultura; e descobre o sentido em que as opções concretas destes homens são chamadas a se inserir na linha destas exigências" (Ação Popular, s.d., p. 36).

A AP formula, a partir desta reflexão, sua opção pelo socialismo, visto como "... *um estágio importante na luta contra o processo de dominação e na busca da conciliação das consciências*" (Ação Popular, s.d., p. 47).

Isto é, "... a consciência histórica do mundo moderno tem como características fundamentais a descoberta do indivíduo que marcou os inícios de um novo ciclo cultural a partir da Renascença e da expansão do capitalismo, e a descoberta do social e do histórico que se liga ao processo de aceleração da dominação técnica-científica da natureza e da organização social e assinala a crise do capitalismo e do seu mundo cultural e a emergência do socialismo" (Ação Popular, s.d., p. 38 grifo constante do texto da AP).

Situa a *vivência de consciência histórica* da AP nesse quadro, enquanto movimento e enquanto opção de seus membros, e parte para a busca de identificação do contexto sobre o qual irá desenvolver a sua ação. Para tal, (re)informa as opções fundamentais do movimento face ao contexto da realidade brasileira como espaço de subdesenvolvimento, e define sua presença no processo revolucionário em curso no país.

Para o *Documento Base* da AP, nesse sentido, o contexto imediato definido pela organização

"... é o da relação de dominação que o sistema capitalista estabelece nas áreas subdesenvolvidas cujas populações se marginalizam e se retardam face ao ritmo da socialização e das exigências da consciência histórica do nosso tempo. É, pois, na direção do movimento que marca a passagem histórica para as estruturas de uma civilização socialista que nossa opção se situa e nossa ação se orienta. Tal direção define nossa presença ativa no processo revolucionário brasileiro. Presença que repele todo o oportunismo, todo o empirismo de curta visão. Que parte de uma concepção realista da história, tendo como *sujeito* o homem a ser reconhecido, como *objeto* o mundo a ser humanizado, *como fim* a comunidade das pessoas na transparência e na solidariedade de um mundo

autenticamente humano" (Ação Popular, s.d., p. 38 e39, grifos do autor).

Após definir a *consciência histórica do nosso tempo* como a opção e a ação orientadas para a transformação da realidade brasileira da época e para a constituição das *estruturas de uma civilização socialista* a AP faz uma análise da situação dos trabalhadores brasileiros buscando identificar os segmentos principais para onde deveria orientar a sua ação. Chega à conclusão que "... a prioridade do nosso trabalho referir-se-á às organizações operárias e, sobretudo, camponesas" (Ação Popular, s.d., p. 63). Outros setores não definidos como prioritários, porém, que "... apresenta(ssem) condições de um trabalho eficaz" (Ação Popular, s.d., p. 65), como, por exemplo, o movimento estudantil, deveriam ser também trabalhados pelo movimento.

A AP, enfim, deveria dirigir sua ação e se mobilizar "... no sentido de levar a massa às organizações sindicais, fortalecer a sua vanguarda política, criar condições do seu aparecimento onde elas não existam e, sobretudo, conduzir o processo de conscientização através de uma crítica constante do sistema capitalista e da apresentação da perspectiva socialista" (Ação Popular, s.d., p. 64). Tal esforço deveria ser levado adiante através de "... um trabalho de agitação a partir de problemas concretos e a atuação através dos movimentos de cultura popular (MCPs), alfabetização..." e outros, os quais "... tem demonstrado sua validade como instrumento dessa conscientização" (Ação Popular, s.d., p. 64).

Para concretização dessas metas a AP achava imprescindível "... no momento atual da realidade brasileira (levar em conta) a possibilidade e a conveniência de uma participação comum com outros movimentos ou organizações de esquerda, evitando-se qualquer espírito sectário ou discriminatório. (Embora afirmando) *nossa atuação em uma integridade da luta político-ideológica e de procurar situar nossa militância na vanguarda do trabalho revolucionário*" (Ação Popular, s.d., p. 66, grifos do autor).

O surgimento da AP é resultado do afastamento dos movimentos leigos, principalmente estudantis, da rígida hierarquia da Igreja Católica. Esse fato veio abalar o conjunto das forças conservadoras do clero, engajadas na organização dos trabalhadores rurais.

No procurar *um modo independente de participação na realidade concreta* e se afirmar como um movimento político (revolucionário), a dissidência católica progressista criou óbices a ansiada hegemonia do clero conservador junto ao movimento sindical rural. Aumentou também o isolamento político dessas forças ao tentar explicar para si esse processo de independência no interior de uma reflexão sobre a possibilidade de participação comum com outros movimentos de esquerda.

O processo de afirmação de um movimento católico de esquerda se fez, assim, através do questionamento dos modelos de atuação do clero conservador e do papel do laicato na vida política nacional. A revolta dos leigos por uma maior participação política no país e no interior da instituição igreja punha a nu a ambivalência entre o discurso e a prática católica. O que os fez emergir para o *real*, através de uma crítica a rigidez hierárquica da igreja e sua opção conservadora de engajamento na realidade nacional.

Rompe com a Igreja Católica institucionalizada e opta por uma ação independente no plano político. Sem, contudo, abdicar da utilização dos veículos institucionais da prática da Igreja *no mundo*, como, por exemplo, o MEB.

A atuação crítica à Igreja e seus setores conservadores e a atuação junto dos próprios mecanismos institucionais da ação prática da Igreja fez a AP avançar no sentido da desestabilização do trabalho das demais forças católicas, principalmente as conservadoras, presentes, sobretudo, no mundo rural.

A crítica a ação conservadora do clero engajado na organização dos trabalhadores, sobretudo no campo, demarcaria os limites de uma atuação conjunta, e ampliaria o clima de disputa e desconfiança mútua entre os diversos movimentos católicos. Definiria também o espaço próprio de atuação da AP, desde a sua fundação, no interior do bloco católico, além de orientar sua vivência política enquanto movimento, no sentido de formação de alianças e de sua consolidação junto aos demais grupos de esquerda no trabalho de sindicalização rural. O que, sem sombra de dúvida, ajudou a ampliação e o fortalecimento da liderança sindical *independente* em Pernambuco, frente ao conjunto do movimento sindical.

A Criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG

Em uma perspectiva nacional, o movimento da Ação Popular desempenhará o papel de *fiel de balança* no processo de construção e controle do órgão máximo de representação dos trabalhadores rurais no Brasil. O aprofundamento das divergências com o clero conservador e a política pastoral adotada para o campo serão responsáveis pelo distanciamento da AP do trabalho pastoral da Igreja, adotando uma linha política independente de ação e construção de alianças.

Em junho de 1963 foi criada a Comissão Nacional para o Sindicalismo Rural - CONSIR pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, durante o governo de João Goulart. A direção da CONSIR deveria ser composta, em termos institucionais, por três representantes do Ministério do Trabalho e Previdência Social, três representantes da Superintendência para a Reforma Agrária - SUPRA e um trabalhador rural ocupado por cada federação existente. Em termos políticos, porém, esta representação institucional deveria ser estruturada com igual divisão de membros entre o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, então o partido do presidente no poder, e o PC, mais um membro representante da AP e um representante do clero conservador.

Por ter chegado atrasado, após a elaboração do plano de trabalho para o semestre da entidade, o representante do sindicalismo católico conservador, na prática, ficou sem qualquer influência nas atividades da CONSIR, ganhando uma representação formal, quase decorativa (Kadt, 1970, p. 116). A distribuição dos cargos da diretoria da CONSIR foi entendida pelo clero conservador como um golpe dos comunistas à ação sindical católica. Principalmente, por deixar o clero conservador sem qualquer ascendência ou poder em relação ao plano de trabalho da Comissão. Plano de trabalho que previa a criação de hum mil e setecentos sindicatos rurais no país durante o primeiro semestre de atividade.

Com o sentimento de exclusão da CONSIR, com um representante apenas decorativo em sua diretoria, o movimento sindical católico se encaminhou para uma ação mais ousada, na busca de recuperar o controle do movimento sindical no Brasil. Foi planejado um encontro sindical com o objetivo de criação de condições para

fundação de uma confederação nacional dos trabalhadores na agricultura, sob o controle do movimento católico.

Outro fator que precipitou a decisão do movimento católico conservador para a organização de um encontro nacional e para a fundação de uma confederação sindical rural foi o da busca de reunificação do próprio movimento católico. A tentativa de trazer de volta para si o movimento da Ação Popular que fugia do seu controle.

A AP vinha assumindo posições contrárias ao movimento sindical católico, adotando atitudes de independência cada vez mais abertas em relação à hierarquia católica, embora sem deixar de utilizar sua rede institucional e de serviços. O que, para o clero conservador, punha em risco a unidade do movimento católico no campo, enfraquecendo o movimento, principalmente, quando a posição política assumida pela AP a fazia aproximar-se das posições defendidas tradicionalmente pelas forças de esquerda.

O risco de uma ruptura entre progressistas e conservadores dentro do movimento católico no campo que vinha se processando gradualmente no decorrer do ano de 1962, devia ser superado. As dissensões aconteciam desde o processo de treinamento de lideranças e organização dos sindicatos rurais até a orientação política e ideológica no interior do movimento sindical católico como um todo. Os católicos progressistas ligados a AP ou próximos dela criticavam abertamente a política de *paz social* dos conservadores e orientava suas ações em oposição a ela, o que causava óbices às diretrizes assumidas pelo movimento sindical católico no campo, sob controle conservador.

O sentimento de exclusão da CONSIR, a urgência de uma discussão que unificasse o movimento sindical católico e a busca da hegemonia sobre o movimento dos trabalhadores no campo no Brasil, acelerou a convocação da I Convenção Brasileira de Sindicatos Rurais. Esta convenção foi realizada na cidade de Natal, Rio Grande do Norte, no período de 15 a 20 de junho de 1963. Este encontro ficou conhecido como a Convenção de Natal.

A Comissão Coordenadora da Convenção foi pensada e estruturada de maneira que possibilitasse à mesma uma representação nacional que pudesse tornar-se *permanente* após a realização do encontro. A Comissão Organizadora seria,

assim, uma espécie de '*diretoria provisória*' de uma possível confederação sindical rural a ser criada no decorrer da Convenção.

A composição da Comissão era a seguinte: um presidente, cinco vice-presidentes, um secretário assistente, cinco vice-secretários assistentes e cinco suplentes sem cargos definidos. A presidência da comissão ficou com o Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte, José Rodrigues Sobrinho, e a vice-presidência com Manoel Gonçalo Ferreira, Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco.

A convenção foi representada por delegações dos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Sergipe (Convenção de Natal, 1963, p. 5 e 6). Durante o encontro foram tratados os temas da reforma agrária, do estatuto do trabalhador na agricultura, da previdência social e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CNTA.

Em relação ao último tema a Convenção de Natal chegou às seguintes conclusões: 1) Da necessidade e urgência de criação de uma confederação, "*... pois, com essa entidade, unificar-se-á a luta em todo o território nacional...*"; 2) Da constituição de uma comissão composta pelos presidentes das federações presentes ao conclave, "*... com a finalidade de encaminhar o problema do reconhecimento da confederação...*"; 3) Da solicitação junto ao MTPS do "*... reconhecimento imediato de todas as federações que estão com os seus processos em tramitação naquele Ministério*"; 4) "*... que os dirigentes da confederação deverão ser autênticos trabalhadores do campo e não camponeses do asfalto, evitando-se assim qualquer peleguismo...*"; 5) De que a sede da entidade deverá ser no Distrito Federal - Brasília; 6) De "*... que as representações dos trabalhadores rurais em comissões ou órgãos públicos... sejam escolhidas pelas entidades sindicais, e sua nomeação se efetive sem qualquer processo político partidário*"; e, 7) De "*... que será de 5% sobre a renda das federações a contribuição para a CNTA*" (Convenção de Natal, 1963, p. 9 e 10).

É interessante notar que os itens 5 e 6 refletem o pensamento do movimento sindical católico sobre o problema da aproximação do partido do presidente da república, o PTB, com as forças de esquerda no campo. O PC principalmente. Em

uma espécie de crítica velada a atuação deste último, e como resposta também ao sentimento de sua exclusão da CONSIR.

A Comissão Coordenadora da Convenção de Natal ficou encarregada da tramitação junto ao MTPS para o registro e reconhecimento da CNTA. Na prática, assumiu o papel de diretoria provisória da entidade recém estruturada.

A Convenção de Natal se conseguiu compor de forma embrionária a CNTA, no entanto não obteve, porém, os resultados esperados para um dos objetivos principais do conclave: a reunificação do movimento católico no campo. Emmanuel de Kadt, um dos estudiosos do movimento católico no Brasil, chega a afirmar o rompimento definitivo dos dois grupos católicos - os conservadores e os progressistas, - durante a Convenção (Kadt, 1970, p. 195).

Porém, embora tenha sido difícil o entrosamento entre os dois grupos católicos aprofundando a crise por que passava a Igreja no campo, não aconteceu em Natal a ruptura definitiva no interior do movimento católico. Aumentaram sim as reservas entre os dois grupos, conseguindo, porém, manterem-se juntos no processo de estruturação da CNTA contra a ação solitária da ULTAB, representada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná.

Em junho de 1963 existiam no Brasil apenas cinco federações de trabalhadores rurais organizadas e reconhecidas pelo MTPS. Uma delas no Paraná era controlada pela ULTAB e as quatro restantes situadas nos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Bahia e São Paulo, pelo movimento sindical católico (Kadt, 1970, p. 116 e 117).

Segundo o artigo 131 § 2º da Lei n. 4214, de 02 de março de 1963, conhecida como o *Estatuto do Trabalhador Rural - ETR*, a “... *Confederação Nacional se constituirá de, pelo menos, três Federações*” (ETR, 1963, p. 47). Possuidor do maior número de Federações Sindicais Rurais reconhecidas pelo MTPS no país, o movimento católico convoca logo após a Convenção de Natal uma nova reunião da diretoria provisória da CNTA, convidando os cinco presidentes das federações reconhecidas. A pauta do encontro versava sobre a elaboração dos estatutos da CNTA e o pedido de urgência no processo de reconhecimento junto ao MTPS.

A reunião aconteceu na cidade de Recife, Pernambuco, na sede da Federação estadual. Contou com a presença das quatro federações sob controle do movimento católico. Apesar de ter sido convidada, a Federação do Paraná não participou do encontro. Justificou por um telefonema a ausência, alegando ter o convite chegado com atraso (Kadt, 1970, p. 117).

O início do processo burocrático de reconhecimento da CNTA junto ao MTPS se dá logo após a reunião de Recife. A CNTA enfrentará, porém, uma série de obstáculos políticos no processo de tramitação de reconhecimento junto ao MTPS. Tendo por fim seu registro negado sob o argumento de que a Confederação não era representativa das diversas tendências atuantes no sindicalismo rural de então.

O processo que resultou no não reconhecimento pelo MTPS da CNTA acirra a discussão política entre as forças atuantes no movimento sindical rural. A Igreja Católica é acusada de dar um golpe no conjunto do movimento, ao buscar compor uma Confederação passando por cima da CONSIR.

A CONSIR, enfim, era o órgão representativo das diversas tendências dentro do sindicalismo rural brasileiro e encarregado do processo de organização e reconhecimento das diversas instâncias sindicais dos trabalhadores no campo no país. O movimento sindical católico, ao mesmo tempo, é acusado também de ter realizado eleição ilegal e tendenciosa para formação da diretoria provisória da CNTA, beneficiando apenas os membros do movimento sindical de orientação conservadora.

A maior parte das críticas parte da ULTAB. Refletem nas posições dos grupos progressistas católicos, fundamentam os argumentos que apóiam o indeferimento do pedido de reconhecimento da CNTA pelo MTPS e mina o campo de disputa, comprometendo o projeto de hegemonia do movimento sindical católico conservador.

A CONSIR apoiará a ULTAB na crise gerada pela tentativa de organização e reconhecimento da CNTA e pede explicações aos organizadores da dita Confederação. Marca uma reunião com os representantes do movimento sindical católico, realizada no mês de novembro de 1963, na cidade de Brasília.

Esta reunião teve um único ponto de pauta: a CNTA. Nela se encerra o episódio da tentativa de criação de uma confederação sindical no campo sob hegemonia católica.

Finda a questão da CNTA a CONSIR programa a organização de um evento nacional para o mês de dezembro de 1963. No encontro deveriam ser avaliados os trabalhos de sindicalização desenvolvidos no semestre pela Comissão e discutir a questão da necessidade de construção de uma Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

O encontro é realizado na cidade do Rio de Janeiro sob o nome de *I Congresso Nacional de Trabalhadores na Agricultura*. Deste Congresso, em 22 de dezembro de 1963, nasce a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG. Nele, também, é eleita sua primeira diretoria.

É interessante salientar que o ritmo nos processos de reconhecimento das federações e sindicatos rurais no país pelo MTPS, entre os meses de julho a dezembro de 1963, acelerou-se bastante. No mês de julho existiam apenas cinco federações reconhecidas em todo território nacional, no mês de dezembro este número salta para dezesseis. Com outras dez em processo de reconhecimento.

Na abertura do I Congresso se cadastraram e dele participaram delegações de vinte e seis federações de dezenove estados brasileiros. Somando-se as dezesseis já reconhecidas. Participaram também do I Congresso 743 sindicatos rurais. 263 deles já reconhecidos pelo MTPS e os demais em processo de reconhecimento (Moraes, 1970, p. 494).

Das vinte e seis federações, dez eram controladas pela ULTAB, oito pelos grupos católicos conservadores, seis pela AP e, duas delas com posições independentes. No processo de discussão e conversas de bastidores do congresso duas das oito federações controladas pelos católicos conservadores passam a apoiar a linha política da Ação Popular, votando com ela na eleição para a escolha da diretoria da recém criada CONTAG (Kadt, 1970, p. 117).

A contenda interna entre os grupos conservadores e progressistas do movimento sindical católico prossegue nos bastidores do I Congresso. Uma união dos votos das federações sob controle do movimento sindical católico em conjunto teria permitido o controle político da CONTAG, além de possibilitar a costura da tão sonhada hegemonia do movimento sindical rural nas mãos do movimento católico.

A formação de uma frente política entre os dois grupos tornou-se, porém, impossível. As posições de cada um deles tornavam-se mais distante a cada nova

discussão. A ruptura entre os dois grupos é eminente, tornando-se clara em posições radicais pelas divergências profundas ideológicas e de encaminhamento.

Se na Convenção de Natal ainda tinha sido possível uma saída conjunta, apesar das divergências que marcaram as posições entre progressistas e conservadores, no Congresso do Rio até uma aliança simbólica pela ou através da fé católica comungada pelos dois grupos tornou-se impossível. Qualquer ponte tornou-se impossível de ser construída no fosso aberto separando os dois grupos do movimento sindical católico. As divergências radicalizaram-se levando ao rompimento definitivo.

A ruptura aproximou os católicos progressistas sob a hegemonia da AP do PC. No rompimento da frente entre os dois grupos católicos a AP passou a defender posições convergentes com as da ULTAB. Uma aliança foi formada entre as duas forças, possibilitando a definição da primeira diretoria eleita da CONTAG em favor do Partido Comunista.

Sem a aliança AP-PC dificilmente a ULTAB teria conseguido chegar a preencher os postos mais importantes da recém criada Confederação. Até porque os dois grupos católicos reunidos detinham um número maior de federações sob o seu controle, quatorze federações, do que o PC e independentes reunidos, 12 federações.

A ruptura entre conservadores e progressistas no movimento sindical católico levará a quase exclusão ou, melhor dizendo, a marginalização dos conservadores no interior da CONTAG. Reduzidos à delegação de apenas seis federações representadas no I Congresso, os conservadores tiveram de contentar-se com uma presença insignificante, quase simbólica, na composição dos membros da primeira diretoria da entidade.

Fato este denunciado em uma *carta aberta*, assinada pelo Padre Paulo Crespo, no final do Congresso do Rio. Na carta o SORPE condena a atuação dos católicos progressistas, principalmente, a Ação Popular, no movimento sindical rural. Acusa-os de usarem os organismos vinculados a Igreja Católica e, não apenas isso, mas, principalmente, de os utilizarem para o boicote do movimento católico. Além de se coligarem com forças políticas contrárias, como o Partido Comunista (Kadt, 1970, p. 162).

A primeira diretoria da CONTAG, eleita após as eleições realizadas no final do Congresso do Rio ganhou a seguinte estrutura política: a presidência e a tesouraria ficaram nas mãos da ULTAB, sendo eleitos para os cargos os nomes de Lyndolpho Silva e Nestor Vera, - que também ocupava o cargo de vice-presidente da ULTAB (Price, 1964, p. 65). A secretaria geral ficou com a AP. A ULTAB e os católicos progressistas também ficaram com mais dois cargos cada. Os católicos conservadores, por seu turno, tiveram que contentar-se com a terceira vice-presidência e a segunda secretaria da entidade (Kadt, 1970, p. 117-118).

De uma diretoria composta por nove membros, a AP e o PC conquistaram sete cargos. Os católicos conservadores além de colocados marginalmente na diretoria, com cargos decorativos e de pouca influência política, ficaram reduzidos a apenas dois cargos na atual diretoria da CONTAG.

O processo de reconhecimento da CONTAG teve uma tramitação rápida no MTPS. Em 31 de janeiro de 1964, através do decreto presidencial n. 53 517, a entidade é reconhecida oficialmente.

O rápido processo de reconhecimento pelo MTPS simbolizou, por um lado, os compromissos aliançados pelo governo federal, através da presidência da república de então e seu partido, o PTB, com as forças de esquerda no país, principalmente o Partido Comunista. Compromissos esses já indicados no processo que originou a regulamentação da CONSIR.

A tentativa de formalização de uma entidade nacional que comandasse verticalmente o movimento sindical rural de então, por outro lado, se fazia necessária ao governo federal naquele momento da vida nacional, principalmente, se pudesse vir a privilegiar a atuação sindical nos espaços institucionais de ação e de colaboração com o Estado. Espaços estes já constantes, inclusive, da rígida legislação trabalhista nacional, que subordinava a estrutura sindical brasileira ao Estado, e prevista na Constituição Nacional em vigor, conforme Simão (1966), Rodrigues (1966) e Rodrigues (1966).

A institucionalização da CONTAG tinha um sentido a mais, de acordo com Aspázia Camargo (1973, p. 195), que era o da tentativa de exclusão gradativa do movimento sindical católico conservador e o movimento das Ligas Camponesas do movimento social no campo em seu conjunto. Pois, considerados como dois grupos

em crescente radicalização à direita e à esquerda, os dois movimentos poderiam fugir ao controle político da prática sindical rural brasileira da União.

O MEB e os Grupos Progressistas da Igreja Católica

O gradual crescimento da influência dos católicos progressistas no meio rural brasileiro atingirá grande parte do Movimento de Educação de Base. O MEB sofrerá um processo radical de mudanças durante o ano de 1963. A orientação política e ideológica da AP influenciará os rumos do movimento. Em sequências de reuniões e discussões internas o MEB passa a trabalhar e assumir para si o conceito de *consciência histórica* elaborado pela AP, pondo-a em prática, segundo depoimento de um ex-dirigente do MEB ao autor deste trabalho em 15 de março de 1981, "... *na busca de conscientização das massas rurais, e em prol de uma sindicalização independente*". Passa assim a defender a *frente única* entre a AP e o PC, e afasta-se da orientação e do controle político dos católicos conservadores.

A equipe nacional do MEB aproveitando-se da ausência dos bispos brasileiros que se encontrava em Roma para uma reunião do Conselho do Vaticano programou uma semana de estudos para os coordenadores de todos os sistemas de educação de base em funcionamento no país. A semana de estudos, que tomou o nome de *I Encontro de Coordenadores* (MEB, 1963), realizou-se na cidade do Recife, colocando pela primeira vez todos os coordenadores do movimento em contato direto. Como ponto inicial de pauta: a discussão interna dos problemas do movimento.

Os modelos e os métodos seguidos pelo MEB foram postos em discussão, com uma série de questionamentos políticos e práticos sobre a orientação até então seguida. Como conclusão da semana de estudos, os coordenadores do MEB propõem manter uma posição crítica, discordante e de combate a orientação em vigor.

Um segundo ponto de pauta, após o balanço crítico do programa e da orientação político pedagógica do MEB, foi o da rediscussão e reinterpretação do papel histórico e político do movimento (Kadt, 1970, p. 152 e 153, e Rolim, 1969). A descoberta da realidade brasileira é realizada, então, pelos quadros do MEB.

De maneira efetiva a descoberta da realidade nacional no MEB acontece durante a semana de estudos. Porém, na realidade, a reinterpretação do papel do

movimento frente à realidade nacional, de forma crítica, vai tomando corpo no movimento desde o surgimento da AP.

A Ação Popular surge do processo crítico de discussão entre os membros do laicato católico no Brasil sobre o papel da Igreja frente à realidade nacional. Os quadros do MEB são constituídos *grosso modo* por esses setores do laicato, sofrendo assim desde o seu nascedouro influência no encaminhamento político que geraria a AP.

Essa mão dupla permitiu um salto qualitativo à esquerda dos quadros do MEB, ao mesmo tempo em que se realizava um processo de ruptura gradativa com a rígida estrutura católica. O Movimento de Educação de Base se torna independente da CNBB, nesse processo, embora continuasse a conviver e fosse suportado pela Igreja.

As conclusões do *I Encontro de Coordenadores* são bastante esclarecedoras para a compreensão da nova direção política, ou *tomada de posição*, no jargão da época, do movimento. A primeira conclusão é a de que o MEB não pode ser compromissado com a burguesia, como até então vinha sendo. Como consequência da primeira, sua segunda conclusão afirmava que a linha de ação do MEB a partir de então seria a revolucionária.

A *razão de ser* do movimento e o que pautaria sua ação a partir de então seria a de se "... *postar ao serviço da transformação do mundo*" (MEB, 1963, p.10). Inicia-se no conjunto do movimento, a partir do I Encontro de Coordenadores, na cidade do Recife, a discussão sobre o novo papel do MEB e sobre a reinterpretação do conceito de consciência histórica e conscientização, através dos pressupostos analíticos e práticos contidos no Documento Base da Ação Popular.

A transformação sofrida nos significados, objetivos e linhas de ação do MEB encaminhou os quadros do movimento à identificação de três campos fundamentais para o desenvolvimento do trabalho no meio rural. O primeiro levaria o movimento a um aprofundamento de suas atividades no campo da *Cultura Popular*. O segundo, a uma verticalização da proposta de uma *educação transformadora* do mundo e dos homens.

Este segundo caminho encontra sua expressão na elaboração e lançamento de uma *cartilha de alfabetização* intitulada *Viver é Lutar*. O novo método de educação

de base seguido pelo MEB está presente nessa cartilha: nela se procura mostrar o Homem como a fonte e o fundamento de transformação de sua própria realidade. Como construtor, em potencial, de um mundo melhor e igualitário.

O terceiro campo de prioridades definido para a atuação do MEB levou o movimento a adentrar-se, de forma mais sistemática, nas atividades de organização sindical rural. Nesse campo, o MEB privilegiará e concentrará suas atividades exclusivamente nos aspectos educacionais do sindicalismo. O inter-relaciona aos outros dois campos no sentido de uma *conscientização sindical* dos trabalhadores.

A partir dessa reviravolta, em 1963, o MEB dirigirá o seu trabalho, prioritariamente, para a organização e educação sindical no Brasil, principalmente na região Nordeste.

A Cisão no Partido Comunista

O ano de 1962 é significativo para a história do Partido Comunista no Brasil. Nele acontece a primeira grande cisão no interior do partido desde a sua fundação em 25 de março de 1922, por um grupo de intelectuais de diferentes tendências sob a influência da revolução socialista de 1917 na Rússia. São as mudanças de orientação ocorridas no âmbito do movimento comunista internacional, - a partir do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética - PCUS, - e as diferentes interpretações sobre o que viria a ser e como viriam a se processar a revolução brasileira, que fornecem o substrato político onde puderam se expressar as divergências internas do partido. O que finaliza com o radical rompimento entre as partes envolvidas.

A *Declaração sobre a Política do Partido* lançada pelo comitê central - CC do Partido Comunista em março de 1958 tem o efeito explosivo no interior do partido. Na declaração, conhecida como *Declaração de Março de 1958*, o partido advoga as teses do *caminho pacífico* da revolução brasileira, da democratização crescente da vida nacional e da formação de uma política de frente única nacionalista e democrática, através da aliança dos trabalhadores do campo e da cidade com a burguesia nacional. Propõe, assim, "... *uma atuação dentro da legalidade democrática e constitucional, com a utilização de formas legais de luta e organização das massas*" (PCB, 1980, p. 22 e 23).

Essa posição é contestada por membros do próprio CC. Minoritários, fundam no interior do partido uma “... *oposição à linha de 1958... que assume maiores proporções na preparação e no curso do V Congresso realizado em 1960*” (PCdoB, 1975, p. 53).

Nas discussões realizadas no curso do V congresso do partido, o CC consegue neutralizar a oposição interna, segundo Jacob Gorender em entrevista ao autor em 1976, e faz aprovar as teses contidas na *Declaração de Março de 1958* (PCB, 1980a). Este processo é questionado pelo grupo de oposição, que denuncia a 'manipulação' do processo de discussão e voto durante o V congresso, tenta resistir à orientação política adotada e acaba sendo afastado do quadro de membros efetivos do comitê central.

O grupo de oposição mesmo afastado do CC continua a resistir às resoluções políticas aprovadas no V congresso do partido, o que faz aprofundar a luta ideológica no seu interior. Esta luta interna acontece simultaneamente ao preparo do PC para a vida legal, como consequência das teses aprovadas no V congresso sobre o caminho pacífico da revolução brasileira, sobre o aprofundamento do processo democrático no país e sobre a natureza e prática das lutas legais e constitucionais no cenário da política brasileira de então.

Enquanto trava uma batalha interna, o PC encaminha o nome do partido para um novo registro junto ao Tribunal Regional Eleitoral - TRE, em meados de 1961. No suplemento do jornal *Novos Rumos*, órgão oficial do PC, de 11 de agosto de 1961 é publicado o *Estatuto do Partido Comunista Brasileiro*, junto com uma declaração de Prestes sobre o seu encaminhamento ao TRE para o registro partidário.

A publicação do novo estatuto e a busca de registro eleitoral, porém, radicalizam as divergências internas no partido. A oposição chama o CC de "oportunista" e de negar o "... *partido revolucionário do proletariado em troca de uma hipotética legalidade*", conforme editorial publicado em abril de 1962 intitulado *Em defesa do Partido*, publicado no número 419 d' *A Classe Operária - Classop*, órgão oficial do PCdoB.

Discorda também da proposta de mudança do nome do partido de *Partido Comunista do Brasil* para *Partido Comunista Brasileiro*, e do "programa reformista" que "eliminou as formulações mais radicais que se pode ainda encontrar nas

resoluções políticas do V Congresso" (Classop, n. 419). Ergue, enfim, "*a bandeira de defesa do Partido*" (PCdoB, 1975, p.54) e convoca uma *Conferência Nacional Extraordinária*, que se realiza na cidade do rio de Janeiro no dia 18 de fevereiro de 1962.

Nesta Conferência se discute o "*revisionismo do PCB*" (PCdoB, 1975a, p.18) e funda-se um novo partido, ou, na definição dos fundadores, "*se reorganiza o antigo Partido*" (PCdoB, 1975, p. 54). Entre os fundadores ou *reorganizadores do Partido Comunista do Brasil - PCdoB* encontram-se, entre outros, João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Elza Monnerat e Ângelo Arroio. Desde então os dois partidos disputam no Brasil a herança do passado (comum).

Como grupo de oposição no interior do PC ainda e após a sua desvinculação e reorganização em novo partido, o PCdoB mantém uma postura crítica às posições consideradas reformistas do governo de João Goulart e sobre a política de frente única proposta pelo agora PCB. Assume também uma posição ortodoxa nas questões teóricas do socialismo, defendendo a linha estalinista anterior ao XX Congresso do PCUS. No que é criticado não apenas pelo PCB, mas, também, pelos grupos trotskistas no Brasil, particularmente pelo grupo Política Operária - POLOP.

Com quadros reduzidos e "... *débeis vínculos com as massas*", o novo partido se esforça para demonstrar "... *a falácia das soluções reformistas*" (PCdoB, 1975, p. 55), - sobretudo no que diz respeito à questão da organização e formas de lutas legais do movimento sindical no campo. Busca assim difundir o *verdadeiro* sentido e caminho para a revolução no Brasil.

Nas páginas do seu jornal *A Classe Operária*, conhecido por *Classop*, no período de 1962 a março de 1964, mantém um sistemático debate ideológico tendo por alvo o PCB, e contra os princípios reformistas de organização dos trabalhadores do campo e da cidade a ele imputados. Nas folhas do seu jornal abrem-se também grande espaço para divulgação do movimento social no campo, principalmente para divulgação do movimento das Ligas camponesas, e para denúncias de processos de expulsão de moradores, posseiros e pequenos proprietários, assassinatos de lideranças sindicais e camponesas, entre outros assuntos.

O PCdoB aproxima-se gradativamente do movimento das Ligas Camponesas e de sua proposta de uma reforma agrária radical no país, conforme pode ser visto no

seu editorial "*As Ligas Camponesas se dirigem ao Povo*", publicado no número 428, de 15 de outubro de 1962, da *Classop*. Continua sua denúncia da pouca eficiência dos reformistas e se rebela contra o que chama de *invasão branca* dos Estados Unidos da América no Brasil.

No número 422 da *Classop*, de 15 de julho de 1962, por exemplo, no artigo intitulado "A ocupação do Nordeste pelos Ianques", afirma que esta invasão branca vem sendo realizada através do "... *abastecimento de armamentos leves norte americanos... aos latifundiários*", através da "... *presença, cada vez maior, de militares norte-americanos na região Norte e Nordeste do país*", e de toda uma "... *ação subterrânea (que) visa criar as condições para realização de uma guerra antiguerrilhas, no caso dos camponeses do Norte e Nordeste levantarem-se em luta pela efetivação de suas legítimas reivindicações para uma reforma agrária radical*".

O PCdoB, deste modo, nos dois primeiros anos de sua fundação ou reorganização partidária, isto é, durante os anos de 1962 a 1964, parece ter uma presença mais discursiva - através da *Classop*, - do que prática. O próprio partido reconhece as dificuldades dos primeiros anos de vida, seja pelo "... *enfrentamento das calúnias revisionistas*" do PCB e grupos trotskistas, seja, pela debilidade momentânea de ação "*concreta junto às massas*" (PCdoB-ML, 1974, p. 10). Mesmo assim, o partido procura se impor de todas as formas no cenário político nacional e na defesa do que considera a verdadeira revolução.

Revolução que deveria ter início, no caso brasileiro, através dos movimentos políticos do campo e, principalmente, através da radicalização da bandeira principal desses movimentos: a da reforma agrária. Encontra assim no seio do movimento das Ligas Camponesas o lugar onde poderia aprofundar os laços com os trabalhadores do campo. Busca aproximar-se desse movimento na tentativa de mobilizar os camponeses para a revolução em processo.

Faz assim o percurso inverso do PCB. O qual, em 1961 rompe com o movimento das Ligas e busca ganhar terreno no campo do sindicalismo rural, desenvolvendo um trabalho de legalização do movimento sindical junto ao Estado.

O PCB e os Sindicatos Rurais em Pernambuco

O afastamento do PCB do movimento das Ligas Camponesas concretiza-se durante o *I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas*, realizado na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, em novembro de 1961. O motivo mais visível da cisão foi a aprovação pelo Congresso, com uma larga maioria de votos, da “... *decisão inabalável de lutar por uma reforma agrária radical*” (I CNLTA, 1962, p. 433), proposta pela delegação das Ligas Camponesas. A decisão se opunha a proposta apresentada pelos delegados da ULTAB. Esta proposta tinha por objetivo oferecer apoio aos esforços do governo federal para a realização do seu projeto de reforma agrária, ao mesmo tempo em que pressioná-lo para o cumprimento no menor prazo de tempo possível.

A proposta de ULTAB é um dos primeiros frutos da *Declaração de Março de 1958*, aprovada como linha política no *V Congresso do PCB* em 1960. As estratégias legais de organização e luta dos trabalhadores, o significado e o papel dos trabalhadores agrícolas no interior do processo revolucionário brasileiro, a visão sobre o caráter da revolução brasileira, - na época, que priorizava o fim dos resquícios feudais no campo através de uma revolução democrático burguesa, - e a consequente política direcionada para o estabelecimento de uma frente única nacionalista e antiimperialista, que deveria ser o motor dessas conquistas, são as diretrizes integrantes da nova orientação seguida pelo partido.

De uma posição mais radical frente à reforma agrária assumida na carta política aprovada em 1954 durante o *IV Congresso Nacional* do partido, - onde se previa o confisco das terras dos latifundiários, - passou o partido para propostas mais moderadas de ação. Não mais se falava em *confisco*, mas, em *desapropriação com indenizações*. Essa nova orientação visava articular a luta camponesa a uma ação ampla, com objetivo de alcançar a revolução democrático-burguesa, nacionalista, que deveria se alastrar no cerne de uma frente única.

A posição defendida pelo movimento das Ligas, ao contrário, radicalizava a proposta de reforma agrária e colocava a luta dos trabalhadores agrícolas e lavradores em primeiro plano no processo da revolução brasileira. Denunciava as 'manobras burguesas do reformismo proposto pelo governo Goulart' e lutava pelo estabelecimento de uma Assembléia Nacional Constituinte onde seria possível criar

mecanismos para a expropriação de terras não aproveitadas de latifúndios com mais de quinhentos hectares.

Em uma entrevista concedida a revista argentina *Che*, realizada durante o congresso de Belo Horizonte em 1961, Francisco Julião declara que “... o movimento em favor da organização de uma nova sociedade toma corpo e impulso e parte, precisamente, da luta por uma reforma agrária radical”. E prossegue: “... estas massas que desejam uma reforma agrária radical... sensibilizam por sua vez outras camadas da população, especialmente o proletariado e os estudantes, indicando que não basta a reforma agrária, e que também são necessárias outras reformas”.

Para ele, “... a reforma agrária tem se convertido na espinha dorsal, a coluna mestra... para liquidar as instituições capitalistas e instaurar um regime socialista que acabe com a exploração do homem pelo homem” (Julião, 1968, p. 27). Conclui afirmando que a reforma agrária proposta pelo governo federal “... e outras o mesmo tipo, não estão de acordo com a nossa forma de pensar, porque não encaramos o problema como reformistas e sim como revolucionários” (Julião, 1968, p. 22).

As posições expressas acima por Francisco Julião, porta voz autorizado do movimento das Ligas Camponesas, são também as assumidas pelo grupo de oposição ao partido comunista, - depois PCdoB, - que condena o processo de cisão do partido com as Ligas. A declaração oficial do partido sobre o episódio, por sua vez, é dada em forma de artigo assinado por Fragmon Carlos Borges, com data de maio de 1962. Neste artigo Borges discute o *sectarismo* e o *esquerdismo* das Ligas Camponesas em contraponto a orientação política do partido (Borges, 1962).

Borges historia o episódio afirmando que “... a partir de 1960, principalmente em consequência de uma avaliação falsa do nível de consciência das massas camponesas e de sua organização, e de uma apreciação incorreta da experiência da Revolução Cubana, o deputado Francisco Julião passou a adotar posições que o levariam, num processo, a se isolar do movimento camponês e a perder a sua liderança efetiva. Essas posições tinham e têm um conteúdo profundamente sectário e esquerdista” (Borges, 1962, p. 258).

Para ele, o caráter sectário e esquerdista das posições assumidas pelas Ligas Camponesas enquanto movimento estava presente e ligado a três equívocos difíceis de contornar. O primeiro equívoco situava-se na “... subestimação pela organização

e pelo caráter legal do movimento". O segundo equívoco encontrava-se na "... subestimação pela luta por pequenas reivindicações, - melhores condições de arrendamento, abolição da meia e da terça, extinção do cambão²², aumento de salários, etc., - subordinando a solução dessas questões à conquista de uma reforma agrária radical". O terceiro equívoco, por fim, defrontava-se com a "... superestimação do papel dos camponeses na revolução brasileira, e (na) incompreensão do caráter mesmo dessa revolução em sua etapa atual" (Borges, 1962, p. 259).

Para o partido comunista, o *esquerdismo* das lideranças das Ligas Camponesas encaminhou o movimento para o sectarismo e para a radicalização do conteúdo ideológico e das ações políticas no campo. O esquerdismo também, na análise do partido, levou a um esvaziamento do movimento, por se ter relegado para segundo plano o trabalho de organização das *massas rurais*.

Mais do que em outros lugares, em Pernambuco, local de origem e expansão das Ligas Camponesas, o esvaziamento do movimento era visível. Para Borges, esse processo se encontrava vinculado a debilidade organizacional das Ligas no estado.

Embora local de maior influência de Francisco Julião, as Ligas Camponesas em Pernambuco como movimento, subestimava o caráter legal de sua organização. Inúmeras Ligas surgiam espontaneamente sem que o movimento buscasse organizá-las e fortalecê-las politicamente (Borges, 1962, p. 259).

A subestimação do caráter legal e organizacional do movimento teria levado também, no entender de Borges, ao abandono da tática de combinar lutas parciais com a luta geral pela reforma agrária. Para Borges (1962), porta voz do partido comunista, desse modo, ao subordinar as lutas parciais à luta pela reforma agrária radical o movimento das Ligas Camponesas apenas aprofundou o seu esquerdismo. Através da "*... utilização de formas de lutas que não unificam e não ampliam o movimento, mas o dividem e o restringem, quando não desmantelam completamente a organização existente*" (Borges, 1962, p. 259).

²² Meia, terça e cambão são formas de exploração do trabalho comum na época no campo brasileiro, principalmente do Nordeste. Para uma definição sobre cada um deles ver Julião (1962).

Por esse motivo o partido comunista retirava naquele momento o seu apoio ao movimento das Ligas Camponesas. Discordava, sobretudo, com a análise política do movimento que elegia os *camponeses* - os diversos segmentos dos trabalhadores agrícolas e lavradores, no jargão político da época, - como principal força política da revolução brasileira. Segundo Borges (1962, p. 259), a posição política das Ligas chocava-se com as do partido comunista, o que levava “... *inevitavelmente, à subestimação do papel do Partido Comunista e a restrições à participação dos comunistas na direção (do) movimento*”.

A elaboração de um “*programa agrário*” pelo partido tornava-se assim “... *indispensável e urgente...*”. Elaborado a partir de “... *um estudo profundo e sério do problema agrário nordestino e da atividade dos comunistas na região...*”, o programa realizava uma “*revisão radical*” da atuação dos comunistas no movimento rural até então e uma “*correção de sua política*” frente a ele. Tornando-se um instrumento indispensável para a atuação dos comunistas no meio rural (Borges, 1962, p. 171).

A cisão com o movimento das Ligas deixou o partido livre para o desenvolvimento de uma prática independente no campo. A sua ação volta a se concentrar no processo de “... *sindicalização dos trabalhadores agrícolas, autônomos e pequenos proprietários*”, segundo depoimento de um militante do partido ao autor em 1979. Em 1962, o partido (re)funda os sindicatos de Palmares, Igarassu e Tambémé, na mata pernambucana.

O sindicato rural de Palmares já existia como núcleo base do partido desde o ano de 1953. Logo após a modificação da legislação trabalhista facilitando a fundação e o registro legal dos sindicatos rurais no país, o partido solicita junto ao MTPS o seu reconhecimento como sindicato. À frente do processo encontrava-se Gregório Bezerra (Callado, 1964, p. 75).

O sindicato rural de Palmares no ano de 1962 converte-se em um dos maiores sindicatos rurais do estado de Pernambuco. Conta com uma média aproximada de trinta e cinco a quarenta e cinco mil associados, e mantém delegacias sindicais espalhadas por dezessete municípios. Água Preta, Barra de Guabiraba, Belém de Maria, Bonito, Catende, Gameleira, Joaquim Nabuco, Palmares, Quipapá, e Ribeirão, na Zona da Mata; e Angelim, Bezerros, Camocim de São Félix, Cupira, Gravatá, São

Caetano, e São Joaquim dos Montes, na Zona Agreste, eram municípios sedes de delegacias sindicais vinculadas ao sindicato rural de Palmares (Wilkie, 1964, p. 1 e 2 do apêndice).

Alguns dos municípios acima citados possuíam também sindicatos fundados pela Igreja Católica. Como nos casos de Barra de Guabiraba, Bonito, Angelim, Bezerras e Camocim de São Félix, - com núcleos sindicais em processo de reconhecimento pelo MTPS. Além de Quipapá, Gravatá e São Caetano, com sindicatos rurais católicos já reconhecidos pelo MTPS.

Chama-se, aqui, a atenção para este fato por o mesmo ser demonstrativo do intenso processo de luta pelo controle eficaz do movimento sindical rural em cada município pernambucano, entre os grupos católicos e comunistas. A ação do clero católico no campo era considerada pelos comunistas como uma ameaça concreta a ser combatida no movimento político brasileiro e nordestino, em particular. O clero católico era considerado, utilizando o jargão da época empregado por Borges (1962, p. 258), como "*inimigo de classe*" e, "*nesses termos, combatido*". Para Borges (1962, p. 258), "*... a tendência direitista (no movimento rural) é encabeçada pelo Clero reacionário, inimigo jurado do camponês, e está abertamente a serviço dos latifundiários. Como tal deve ser tratada*".

No ano de 1963, o PCB consegue sobrepor-se ao trabalho de sindicalização rural da Igreja Católica em Pernambuco. Fortalece a sua liderança junto aos *camponeses* sindicalizados. De acordo com o jornal *Novos Rumos*, órgão oficial do PCB, de 21 a 27 de fevereiro de 1964, o partido controlava no conjunto dos seus sindicatos rurais reconhecidos pelo MTPS no estado, - isto é, os sindicatos rurais de Palmares, Barreiros, Jaboatão, També, Goiana, Igarassu e Paulista, - "*... uma massa de mais de sessenta mil trabalhadores rurais, dos noventa e cinco mil e quinhentos sindicalizados*".

Esses dados sem contar o intenso trabalho desenvolvido e a disputa palmo a palmo sob a anuência das autoridades federais e estaduais, no interior das áreas abrangidas pelos sindicatos rurais católicos. Como, por exemplo, a dura concorrência fixada pelo PCB para a conquista da liderança entre os *camponeses* nas áreas de forte influência católica, como as dos municípios de Escada, Moreno, Vitória de Santo

Antão, São Lourenço da Mata, Timbaúba, Condado, Nazaré da Mata e Carpina (Price, 1964, p.52).

Com a renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República no final do ano de 1961, parece se estabelecer uma nova etapa na vida nacional. Esta nova etapa é iniciada através da forte manifestação popular pela posse do seu vice, João Goulart, ao governo da nação. E, um pouco mais tarde, pelo plebiscito sobre a adoção do regime parlamentarista no país.

Em Pernambuco, começa a despontar o nome de Miguel Arraes de Alencar ao governo do estado. A candidatura Arraes tem o apoio do movimento comunista e das demais forças políticas de esquerda local.

A nova fase, entre os anos de 1961 a 1964, será marcada de um lado pela expansão dos movimentos sociais de cunho popular no país. Os movimentos passam a pressionar o governo Goulart buscando ora a adoção de uma linha nacionalista popular, - assentada no conjunto de reformas de base necessárias para o desenvolvimento das forças produtivas no país, na visão do PCB. De outro lado, o período convive com o processo de radicalização à esquerda e à direita do governo federal.

Os grupos à direita se esforçam pela desestabilização política do país, através da radicalização de um discurso ideológico anticomunista, além de alertarem no bojo deste discurso os perigos para o cidadão comum em relação ao processo de '*comunização*' em curso no Brasil. Encontra-se em andamento acelerado a estruturação de um plano golpista que viria a vingar em abril de 1964.

Após o lançamento do nome de Miguel Arraes em Pernambuco para candidato ao governo do estado, tem início uma intensa e radicalizada disputa eleitoral. Os grupos conservadores no estado através do IBAD unem-se ao nome de João Cleofas para tentarem a derrota do candidato da *Frente do Recife*.

Um tom radical e anticomunista marca a campanha do candidato conservador. "*O povo*", porém, segundo Barros (1965, p. 61), "*não abandonaria seu encanto pelo administrador Arraes, apenas porque ele era considerado comunista*", e promove a sua vitória.

Para Soares (1982, p. 90), contudo, a vitória da *Frente do Recife* foi possível apenas pelo acordo aliançado pelo candidato do PSD. Pois, apesar de mobilizado e

combativo, o "*eleitorado urbano ainda não era suficientemente forte para anular os currais do interior*".

Após a vitória de Miguel Arraes ao governo de Pernambuco, os grupos conservadores intensificarão ainda mais o antagonismo e a pregação anticomunista no estado. Unem em um só bloco os proprietários de terra, fornecedores de cana, usineiros, representantes do comércio e indústria urbana e o clero conservador.

O governo eleito por seu turno não se sentia apenas representante do povo, mas o próprio povo no poder (Soares, 1982, p. 89) assumindo a gestão de um *Estado Popular*. O movimento dos trabalhadores por sua vez, era estimulado a caminhar para uma integração com o Estado, em Pernambuco, confundindo-se com ele e perdendo sua autonomia, na opinião de alguns analistas, como Soares (1982), por exemplo, ou ganhando expressão através dele, na opinião de outros. Como por exemplo, Cavalcanti (1978), Barros, (1965) e Callado (1964).

Pensando o caso dos movimentos sociais no campo, o esforço político para a tendência de integração ao estado é evidente. As análises políticas do PCB sobre a necessidade de uma revolução democrático burguesa no Brasil, sobre o aprofundamento das lutas legais e sobre os compromissos assumidos com o governo Goulart, nacionalmente, e com o governo Arraes localmente, o fazia entender que, - através do investimento no processo de institucionalização do movimento dos trabalhadores, sobretudo do campo, - aprofundaria as bases democráticas no país. O que favoreceria o florescimento da revolução burguesa necessária ao amadurecimento das forças produtivas da nação.

Fortalecer o movimento político no campo era institucionalizá-lo. Ou melhor, o fortalecimento do movimento rural viria como consequência da política de compromissos e legalidade institucional do partido com o Estado.

A cidadania do trabalhador rural, no entender do partido, não seria produto de sua conquista, mas resultado de sua integração institucional ao Estado. Nos sindicatos legalmente reconhecidos fundamentava-se a garantia da cidadania popular e das conquistas dos trabalhadores. Essa posição legalista creditava os avanços sociais para o trabalhador ao processo de institucionalização sindical. Via principal por onde deviam prosseguir as reivindicações e lutas trabalhistas.

Esta posição estava relacionada também a uma compreensão do processo revolucionário que subordinava criticamente os interesses dos trabalhadores à burguesia nacional. Principal condutora no momento da revolução nacionalista e democrática, antiimperialista e antifeudal, brasileira.

Ao apostar na revolução burguesa no Brasil, o PCB buscou unir-se ao Estado procurando comprometê-lo com as reformas sociais significativas para o conjunto dos trabalhadores. E com o reforço institucional para a organização do campo, estendendo até lá a legislação trabalhista.

A *república sindicalista* de 1954 parecia assim refazer-se nos anos sessenta através do CONSIR. Como produto de um pacto político entre o PCB e o PTB a nível nacional.

A *república sindicalista* em Pernambuco, durante o governo Arraes, ganha um colorido próprio. Crítico do governo Goulart, Arraes estabelece novas bases de entendimentos e alianças que, se em momento algum exclui o PCB como aliado, não o deixa, contudo, completamente à vontade para agir livremente. A organização dos trabalhadores, sobretudo rurais, torna-se um produto do governo Arraes, auspiciada por ele.

É a *marca de Arraes*. Ou como se diz localmente, *a cara dele*. O PCB assim se maquia com Arraes de governo popular, embora, às vezes, também se sinta de quando em vez à margem. Sobre essa ambiguidade, esse sentimento de pertença e rejeição entre o PCB e o governo Arraes, vê o interessante depoimento de Cavalcanti (1978).

O sentimento mesclado do PCB com relação à plena aceitabilidade no governo Arraes não o impede, porém, de aproveitar o amparo legal às lutas trabalhistas, principalmente no campo, proporcionada pelo governo Arraes. Através dessa brecha tenta consolidar a hegemonia no movimento sindical rural.

Combate o radicalismo das Ligas Camponesas e de outros grupos a sua esquerda, como os trotskistas e o PCdoB. Alia-se a AP e tenta impedir a qualquer custo o crescimento da influência dos grupos conservadores católicos no movimento sindical rural.

Disputa, deste modo, palmo a palmo, o espaço político de atuação no movimento sindical rural, usando para isso o amparo legal do governo federal, nas

mãos de João Goulart, e o fascínio exercido por Arraes no plano estadual, junto aos *camponeses*.

A institucionalização do movimento, seu reconhecimento pelo e através do Estado, buscava convergir o campo conflitual trabalhista para interesses e formas de lutas definidos constitucionalmente. O estratégico papel assumido pelo PCB, nesse sentido, no processo de institucionalização, embora criticado à sua esquerda e disputado à sua direita, é usado em seu favor nas contendas entre as forças políticas com atuação no movimento social rural.

Ao buscar conciliar o interesse dos trabalhadores do campo com o do patronato, o movimento sindical com sua política de paz social sucumbe sob as estratégias legalistas da luta comandada pelo PCB. Perde quadros e lideranças para o movimento sindical *independente* que se desenvolvia na desmistificação da política de conciliação com o patronato enfocada pela Igreja Católica, e na pregação de um movimento institucional forte como fundamento da cidadania do trabalhador.

A influência do PCB no movimento sindical dos trabalhadores do campo em Pernambuco e no Brasil, nos anos sessenta anteriores ao golpe militar cresceu e caminhou amplamente para a sua consolidação como força hegemônica. O fortalecimento de sua liderança assentava-se, sobretudo, no uso estratégico da legislação trabalhista no campo e através da organização e encaminhamento das lutas e reivindicações dos trabalhadores via sindicatos rurais, de um lado. De outro lado, através da arte de amoldar-se ao poder, - vestia-se de Arraes, ou compromissava-se com Goulart, por exemplo, - romper com o que considerava *esquerdismo* no movimento político rural, e usar e procurar ampliar os interstícios legais que pudessem favorecer os seus objetivos.

Ao por a luta legal em primeiro plano, na sua concepção de revolução nacionalista e democrática, o PCB buscava orientar a sua ação no sentido de ampliar a cidadania do trabalhador rural. Seja através da institucionalização de seu movimento, seja através da aplicação da legislação trabalhista no campo.

Para o PCB, enfim, o fortalecimento da organização sindical rural aumentava o seu poder de barganha dentro dela. O que poderia significar, em amplos termos, a aceleração do fim dos *resquícios feudais* da estrutura agrária brasileira que impediam

o desenvolvimento das forças produtivas no país, possibilitando assim a preparação para a revolução burguesa e a posterior passagem para o socialismo.

Notas Finais

Neste capítulo se buscou trabalhar a expansão do movimento sindical rural na Zona da Mata de Pernambuco, a partir da década de sessenta do século passado. Nele, foram apresentados alguns cenários e instituições importantes no processo de configuração e nas formas em que emergiu e se expandiu o sindicalismo rural na região, principalmente, o papel da Igreja Católica e do Partido Comunista. A primeira com uma ação sindical contraposta as Ligas Camponesas e as forças de esquerda em ação no campo da região; e a segunda, a partir de sua opção pela sindicalização rural. Neste capítulo se discutiu, ainda, a política pró-sindicalização rural do Estado brasileiro e do Governo de Pernambuco, em particular, e o seu papel no processo de desenvolvimento do sindicalismo da região da Mata.

Como vem sendo trabalhado em toda esta tese, neste capítulo, também, as relações entre as instâncias micros e macros permitiram uma visão da complexidade, da estruturação, do encadeamento, dos conflitos, das alianças e do intenso debate no processo de origem e expansão sindical rural no Brasil, e na mata pernambucana em particular. A rede de interdependência e de relativa autonomia de que fala Elias (2005, pp. 141 e 142), quando apresenta e discute o conceito de configuração social, onde diversos agentes figuram e configuram cenários e onde as instâncias micro e macro o tempo todo se comunicam, se intercambiam e se aliam ou se conflituam, forjando e possibilitando caminhos e caminharas que dão formato a uma história local e a um processo histórico determinado, impregnados que estão desta relação, é a tônica deste capítulo. Seguir os caminhos teóricos e metodológicos traçados por Elias em sua sociologia processual possibilitou ao autor a ampliação da análise e a compreensão dos processos sociais que deram origem às configurações sociais que movimentaram e deram colorido local, estadual e nacionalmente, e até internacionalmente, o conjunto de ações interdependentes que deram significado ao processo de desenvolvimento do sindicalismo rural da mata pernambucana.

Os cenários analisados permitiram, por fim, o entendimento da teia de relações interdependentes e relativamente autônomas que possibilitaram o processo

de mobilização e expansão da rede sindical rural no Brasil e em Pernambuco. E, ao mesmo tempo, permitiu ao autor acompanhar e compreender o debate no interior do sindicalismo rural, em um panorama tenso e rico de conflitos e anseios pró-cidadania e reformas sociais no agrário nacional, na região Nordeste, no estado de Pernambuco e na mata pernambucana, em particular.

O próximo capítulo continua a etnografia, de base histórica, proposta na introdução desta tese. Aprofunda, também, as redes de significado e as teias de interdependência e conflito já lançadas nos primeiro e segundo capítulos ao focar a análise da expansão e crescimento do movimento sindical rural na mata pernambucana no período correspondente aos anos de 1962 até o golpe de estado em 1964.

Estes anos foram anos ricos de articulações, de projetos, de idéias, de pressões e contrapressões sobre a questão dos rumos do desenvolvimento brasileiro, e, aqui, principalmente, da modernização no campo e das formas de inclusão dos trabalhadores rurais à política, como atores e como cidadãos. Momento caracterizado por tensões, tecendo, por um lado, alianças de forças econômicas e políticas diversificadas e à direita em um projeto de oposição ao governo constitucional do Brasil; e, por outro, um elenco de proposições para o aprofundamento democrático no país e para o alargamento e aumento da cidadania plena, especialmente para o meio rural brasileiro, e pernambucano, aqui, em especial. Período, enfim, marcado pelas pressões dos movimentos sociais para a sua inclusão e ampliação de sua participação na política do país.

Estes elementos urdirão a tecedura analítica e compreensiva de base etnográfica disposta no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 04

Movimentos Sociais e a Reação Patronal.

Este capítulo, como já anunciado, versa sobre o processo de crescimento e expansão dos movimentos sociais no campo e, principalmente, do movimento sindical rural em Pernambuco, no período que corresponde aos anos de 1962 a março de 1964. Período marcado por articulações à direita, aliançando um conjunto de forças econômicas e políticas em um projeto de oposição ao governo constitucional do Brasil. Época, também, onde se teciam propostas de aprofundamento democrático e de ampliação da cidadania plena, sobretudo para o mundo rural em todo Brasil, e em Pernambuco, aqui, em especial. Fase também do desenvolvimento de pressões crescentes dos movimentos sociais à participação na política nacional, em que pese o arcabouço corporativo que os suportava.

O tecido desse processo orienta a construção do campo conflitual onde os seus principais atores se inter-relacionavam e disputavam espaço. Tem como pano de fundo de entendimento o governo Arraes e a sua relação com os movimentos sociais no campo, referenciado às tensões sociais e políticas do país e as da guerra fria, no plano internacional.

O campo conflitual no plano local desenvolvia-se através do movimento político e, sobretudo, sindical rural, de um lado, no defrontar-se com as diversas tendências internas e lutando por uma ampliação da cidadania para o homem do campo. Desenvolvia-se também através da movimentação entre os diversos setores patronais rurais, - proprietários de terra, fornecedores de cana, usineiros, entre outros, - de outro lado, buscando articular-se localmente, quer entre si quer junto aos representantes do comércio e da indústria, em oposição à movimentação política, sobretudo rural, e aos mecanismos institucionais infundidos pelo governo Arraes no sentido de outorgar cidadania ao trabalhador rural. No plano nacional o campo conflitual refletia, sobretudo, na composição das tendências que estruturavam o fim do sistema constitucional no Brasil sob a coordenação do IBAD e do IPES.

O acirrar das contradições entre os dois grandes blocos de atores políticos acima retratados, sobreveio durante o governo Arraes em Pernambuco. Antepôs-se o ardil anticonstitucional consubstanciado no golpe de abril de 1964 às tentativas

diversas de aprofundamento dos caminhos de consolidação institucional no país, que vinha se desenvolvendo desde 1945, seja no plano político eleitoral e partidário (Lavareda, 1991), ou no plano da expansão dos direitos sociais e políticos, ampliando a participação dos trabalhadores, sobretudo rurais, no cotidiano da nação.

As experiências de consolidação democrática no país sucumbiram à nova ordem imposta. O esfacelamento dos movimentos sociais, as perseguições, as prisões, as mortes e os desaparecimentos políticos, a reestruturação partidária e sindical no país compõe o cenário imediatamente posterior ao golpe.

Este capítulo, porém, se deterá no problema da expansão dos movimentos sociais, com especial atenção para o sindical rural, e a reação patronal durante o governo Arraes.

O Governo Arraes e a Composição das Forças Conservadoras em Pernambuco

Os grupos conservadores utilizaram todas as artimanhas que dispuseram no decorrer do período eleitoral para comprometer a eleição de Miguel Arraes de Alencar. As situações tecidas iam desde o emprego da alcunha "*... de 'Zé Ninguém'*", em contraposição a figura aristocrática de João Cleofas, representante das tradições do baronato da cana de açúcar" (Cavalcanti, 1978, p. 301) e candidato conservador ao governo do estado, até a pregação anticomunista e o grande derrame de dinheiro para a compra de votos e financiamento da campanha pró Cleofas.

A organização e o financiamento da campanha Cleofas ficou a cargo não só do patronato e grupos conservadores locais, mas e principalmente dos grupos empresariais e políticos nacionais envolvidos com o IBAD, além de verbas internacionais, em grande parte oriunda do programa de cooperação: USAID / Aliança para o Progresso (Ribeiro, 2006, pp. 187 a 189).

Sobre o assunto da organização e financiamento de grupos conservadores, Philip Agee (1975, p. 321), um ex-agente da CIA para a América Latina, em suas memórias, declara que

“... Uma das principais bases de operação para ações políticas, sediada no Rio, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e uma organização aliada chamada de Ação Democrática Popular (ADEP), gastaram durante a campanha eleitoral de 1962, entre 12 a 20 milhões de dólares, financiando candidatos anticomunistas. Fundos de origem estrangeira foram providenciados para oito dos

onze estados com disputa governamental, para quinze candidatos ao senado, 250 candidatos a deputado federal, e em torno de 600 candidatos para assembleias estaduais. Os resultados das eleições foram mistos, com candidatos financiados eleitos para o governo de São Paulo e Rio Grande, ambos estados chave, porém, um esquerdista defensor de Goulart foi eleito governador, no crítico estado nordestino de Pernambuco"²³.

Em Pernambuco, a coordenação dos recursos oriundos do IBAD na campanha de 1962 ficou nas mãos de Cid Sampaio (Dutra, 1963). Miguel Arraes ao depor na Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI sobre a atuação do IBAD nas eleições de Pernambuco denunciou, também, como beneficiários dos recursos *ibadeanos*, além do seu concorrente ao governo, João Cleofas, os nomes de Antônio Farias, Olympio Mendonça e Antônio Corrêa, - deputados estaduais eleitos naquele pleito, - e os de Monsenhor Arruda Câmara, presidente do Partido Democrata Cristão, João Mendes e Augusto Novaes, - eleitos deputados federais (Pernambuco, 1965, p. 366, 388 a 389 e 427).

Também foram agraciados em todo o país os representantes do Partido de Representação Popular - PRP, cuja direção nacional se encontrava nas mãos de Plínio Salgado. Em Pernambuco foram eleitos deputados estaduais pelo PRP, em 1962, os candidatos Arnaldo Assunção, Antônio Barbosa de Lucena, Joselito Moura do Amaral Padilha, Nilson Ramos Leal, Rodolfo Francisco de Oliveira e Sebastião Ignácio de Oliveira Neto, além de quarenta e três suplentes de deputados, conforme entrevista concedida ao autor, em 1999, pelo jornalista Eufrásio de Carvalho, atuante na época. Ver, também, a entrevista com Lincoln Gordon, então embaixador dos Estados Unidos no Brasil entre os anos de 1961 e 1966, publicada na Revista *Veja* de 09 de março de 1977.

É interessante também notar na leitura dos *Anais da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco* a reação dos parlamentares oposicionista ao governo

²³ Phillip Agee confunde a última letra da sigla ADEP, em vez de Parlamentar usa Popular. "... one of the Rio station's main political-action operation, the Brazilian Institute for Democratic Action (IBAD) and a related organization called Popular Democratic Action (ADEP), spent during the 1962 electoral campaign at least the equivalent of some twelve million dollars financing anticommunist candidates, and possibly as much as twenty million. Funds of foreign origin were provided in eight of the eleven state gubernatorial races, for fifteen candidates for federal senators, 250 candidates for federal deputies and about 600 candidates for state legislatures. Results of the elections were mixed, with station-supported candidates elected governors in São Paulo and Rio Grande, both key states, but a leftist supporter of Goulart was elected governor in the critical north-east state of Pernambuco".

Arraes, como por exemplo, as declarações dos deputados Edson Moury Fernandes, Airon Rios, Silvio Pessoa, entre tantos outros, quanto às denúncias de atuação e financiamento de candidatos conservadores pelo IBAD nas eleições de 1962. Uma campanha em defesa do instituto e dos candidatos por ele financiados é orquestrada. Cada qual, contudo, faz questão de deixar registrado em ata que, pessoalmente não recebeu qualquer tipo de financiamento proveniente do IBAD (Pernambuco, 1965, p. 366 a 367, 384, 383 a 385 e 388).

No debate travado no interior da Assembléia pode-se observar, e fica claro para aquele que o faz, o grande número de deputados eleitos em Pernambuco, direta ou indiretamente, com recursos provenientes do IBAD, ou de um suborganismo a ele estreitamente ligado, intitulado Ação Democrática Parlamentar - ADEP. Alguns chegam a declarar abertamente o seu envolvimento, como o deputado Antônio Corrêa. Outros preferem defender a ação do instituto, sem, contudo, ousar comprometer-se abertamente com ele. Todos esses deputados eleitos com recursos ibadeanos iriam compor a *frente de oposição* do governo Arraes, junto com os representantes diretos da oligarquia agrária e do comércio e indústria local.

O governo Arraes contava com o apoio principal das forças populares. Segundo Paulo Cavalcanti (1978, p. 301), sua campanha foi feita quase artesanalmente. Para ele,

“... o IBAD era incansável em seus desígnios. Comprava inclusive programas de televisão, de grande popularidade na época, infiltrando subliminarmente propaganda contra Arraes. Sem se pronunciar oficialmente por um ou por outro candidato, o grosso do pessoal que compunha o Movimento de Cultura Popular (MCP) engajou-se na campanha, organizando shows de teatro, pequenas encenações de peças populares e outras manifestações do gênero nos palanques armados nos subúrbios, precedendo os oradores. Contra os inesgotáveis recursos do IBAD, coletaram-se fundos financeiros onde quer que fosse possível, - através de rifas, vendas de obras de arte, sorteios, bandos precatórios durante os comícios e concentrações...” (Cavalcanti, 1978, 301).

A cisão do Partido Social Democrata - PSD em dois blocos, também foi favorável a vitória de Arraes. O primeiro bloco, liderado por Etelvino Lins, foi contrário ao PSD dar apoio à candidatura de Arraes. O outro bloco, sob direção de Paulo Guerra, apoiou a candidatura Arraes aceitando, inclusive, compor como vice-governador em sua chapa. A cisão favoreceu a candidatura Arraes por atrair votos

dos "... *currais eleitorais de alguns coronéis do interior, como Chico Heráclito e Audálio Tenório*" (Cavalcanti, 1978, p. 302).

A campanha foi sendo construída quase artesanalmente e expandindo-se por todo Pernambuco. Ela ganhou o apoio da classe média da cidade do Recife e de municípios do interior, principalmente os situados nas Zonas da Mata e Agreste. Atingiu também municípios do alto sertão pernambucano cujos *coronéis*, - próximos à dissidência do PSD e atraídos pelo nome de Paulo Guerra para a vice-governadoria, - passaram a apoiar a candidatura Arraes.

Um estudo realizado na época da campanha sobre as eleições de 1962 em Pernambuco relata que: "... *apesar de quase toda a campanha ter girado em torno das acusações de comunismo, contra Miguel Arraes de Alencar, ele triunfou não só nos bairros proletários de Recife... como perdeu, por pequena margem, em bairros de classe média e alta... Registre-se, igualmente, a vitória de Arraes em longínquas cidades do sertão, como Floresta e Tacaratú, na maioria da faixa da mata e parte do agreste, e a sua derrota por pequena margem noutras, das mesmas áreas*" (Chacon, 1964, p. 207).

A aliança com o PSD encaminhou os votos dos *currais eleitorais* do sertão para Arraes. O que possibilitou sua vitória, associada à imensa votação obtida na Grande Recife, na Mata e no Agreste.

Não houve, porém, propriamente uma quebra dos *currais*, mas uma vinculação dos mesmos ao nome de Arraes. O voto sertanejo continuaria como continua até hoje, embora redefinido, nas mãos dos grandes grupos econômicos locais. Apenas repassado na época, sob a anuência dos *donos*, a Arraes.

As divergências entre o governador e seu vice começaram a aflorar, porém, logo após este assumir o governo do estado. As rugas iniciaram a partir da escolha dos nomes que comporiam as secretarias estaduais, notadamente, com relação à dos cargos de secretário de segurança pública e de comandante da polícia militar do Estado, conforme depoimento ao autor, em 1975, de um político do PTB, na época eleito suplente de deputado estadual pela legenda do Partido Social Trabalhista - PST. As dissensões aprofundam-se até a ruptura oficial acontecida nos primeiros meses do novo governo.

Em seu depoimento político escrito quinze anos após o pleito de 1962, Etelvino Lins assim descreve o episódio dessa cisão. Segundo ele:

"Decorridos poucos meses (da posse) era procurado em meu apartamento... em Brasília, pelo vice-governador Paulo Guerra. Foi logo me dizendo, mal entrara... que estava convencido de que o governador se deixara envolver pelos comunistas, à frente Gregório Bezerra. Este se infiltrara até na polícia militar do Estado. Iria reagir... ao ensejo da próxima eleição da Mesa da Assembléia Legislativa, entrando em choque com Miguel Arraes e apresentando chapa contrária à sua, para infligir-lhe a derrota inicial... Sugeriu-lhe, que procurasse o ex-comandante do quarto exército, General Castelo Branco, pedindo-lhe orientação. Foi o que fez Paulo Guerra no Rio, dias depois, firmando-se na orientação de disputar a eleição da mesa da Assembléia Legislativa, sem maiores excessos, inclusive o rompimento aberto com o governador, que ficaria sob a observação dos dois... Essa atitude... de Paulo Guerra, viria a livrá-lo das suspeitas que o cercavam a partir da eleição de Miguel Arraes. Suspeitas agravadas pelas denúncias de seus inimigos políticos com o objetivo de infligir-lhe também a perda da vice-governança. No exercício do alto posto, vitoriosa a Revolução, pode Paulo Guerra consolidar a situação, com o apoio do General Castelo Branco, e terminar... o seu... governo, sob os aplausos de todas as classes" (Lins, 1977, p. 91 e 92).

Existe, porém, outra versão sobre o episódio. Este relato foi fornecido ao autor em um depoimento, já citado, de um político do PTB, na época eleito suplente de deputado estadual pela legenda do Partido Social Trabalhista - PST. Em sua explicação afirma que Paulo Guerra "*... em vista de um fato consumado, a candidatura de Arraes à governador, e acenado com a vice-governança, aderiu à sua campanha como forma de tentar contrabalançar o seu poder no governo de Pernambuco. ... Já conhecendo, inclusive, de antemão, as possibilidades de poder vir a assumir, em um espaço curto de tempo, o seu lugar*".

De acordo com essa segunda interpretação Paulo Guerra, desde a sua aproximação com a candidatura Arraes, já estaria comprometido com os grupos que articulavam o golpe. Como para confirmar a versão afirma a "*posição declarada, e sempre das mais direitistas, de Paulo Guerra, junto aos quadros do PSD*".

Não importa muito, porém, qual das duas versões é a mais verdadeira. O que importa na realidade é a constatação das dificuldades enfrentadas pelo governo Arraes desde o início. A oposição aberta do vice-governador e a sua união com o

conjunto das forças conservadoras do Estado inviabilizaram qualquer outra estratégia de ação que a de aproximar-se cada vez mais das forças populares.

Uma estratégia, contudo, já contida na sua plataforma de campanha, mas, radicalizada durante o governo, a partir de uma perspectiva legalista: que procurava sintonizar a proposição de um *governo popular*: buscando compromissar o *povo* com o poder. Ao mesmo tempo em que, ao intitular-se governo popular, mantinha em exercício uma autonomia sobre ele (o *povo*), por se considerar o governo do *próprio povo no poder*. Abrindo um campo de ambivalência por onde administrava as tensões e articulava as formas de governabilidade.

O Governo Arraes, o Sindicalismo Independente e a Defesa do Sindicalismo Católico pelo Setor Patronal em Pernambuco

Com a posse de Arraes tem início uma nova fase no processo de expansão dos movimentos políticos em Pernambuco. As reivindicações dos trabalhadores são levadas em consideração e a legitimação e regulamentação da Legislação Trabalhista no campo, principalmente, tornam-se a mola mestra da política do novo governo. Pela primeira vez e em consequência da política do *povo no poder*, segundo Gregório Bezerra (1979a, p. 5), "*... houve um governo em Pernambuco no qual a polícia não era para espancar o trabalhador, não era mais um instrumento na mão do patronato, mas um instrumento em defesa da lei, de garantia dos direitos para patrões e trabalhadores*".

Embora com a crescente e forte pressão das forças conservadoras do estado, no novo clima político pode-se desenvolver o sindicalismo independente rural. Com o sentimento de uma não completa integração ao governo Arraes o PCB se integra em todos os escalões das principais secretarias estaduais, como a do trabalho, a da justiça, a da agricultura e a da educação. Utiliza-as como um instrumento mobilizador e de agilidade para a organização dos trabalhadores em sindicatos. Nesse processo, tendo sempre o campo como referência de análise, radicalizou-se a disputa pela organização e formação sindical entre o PCB e o clero conservador.

Integrado às secretarias estaduais em suas diversas instâncias, o PCB usa em seu favor os dispositivos legais sob controle dos órgãos executivos, criando impasses ou resolvendo situações e pandegas até então engavetadas ou processadas com morosidade. Casos de processos de intervenção do estado beneficiando o

sindicalismo independente tornou-se comum e corrente, opondo cada vez mais o governo Arraes ao sindicalismo católico conservador.

São singulares como ilustração nesse sentido os episódios envolvendo os sindicatos rurais dos municípios do Cabo e de Jaboatão. Municípios sedes das paróquias dos padres Antonio Melo e Paulo Crespo.

O sindicato rural do Cabo de acordo com o jornal *A Liga*, de 19 de fevereiro de 1964, sofreu uma intervenção através da Delegacia Regional do Trabalho - DRT a pedido da Secretaria Estadual do Trabalho. A intervenção eliminou a participação dos representantes católicos na direção do sindicato. Indicou ao mesmo tempo uma junta administrativa e um prazo de seis meses para a realização de novas eleições. A presidência da junta foi entregue ao presidente da Liga Camponesa local, membro do PCB.

A intervenção foi motivada por questões ligadas a problemas de administração sindical. O episódio marcou o afastamento do Padre Antônio Melo do sindicato.

A orientação católica foi assim quebrada e possibilitou o surgimento de uma oposição forte ao modelo até então seguido. O debate interno foi reforçado pela junta consolidando a oposição como liderança capaz de nas eleições próximas vindouras assumirem a direção sindical derrotando os representantes do clero conservador lá estabelecido.

O episódio do sindicato rural de Jaboatão é mais complexo do que o caso do Cabo. Após a aprovação da portaria ministerial permitindo a sindicalização no campo, no ano de 1963, dois núcleos sindicais foram organizados no município de Jaboatão. Ambos encaminharam solicitações de reconhecimento ao MTPS. Um deles reunia trabalhadores agrícolas dos municípios de Jaboatão, Moreno, São Lourenço da Mata, Paudalho e Glória de Goitá. O outro trabalhava na esfera puramente local, reunindo apenas trabalhadores do município de Jaboatão.

O primeiro núcleo, segundo declarações do deputado estadual Gilberto Azevedo (Pernambuco, 1965, p. 436), alocava o número de cento e oitenta associados. O segundo reunia um número superior a mil trabalhadores associados. O MTPS, contudo, reconheceu como sindicato aquele que reunia o menor número de associados.

O sindicato rural reconhecido foi o organizado pelo Padre Crespo, seguindo a orientação do SORPE, segundo declaração do deputado estadual Olímpio Mendonça (Pernambuco, 1965, p. 460).

Como consequência do reconhecimento pelo MTPS do núcleo sindical menos representativo, de acordo com o deputado estadual Gilberto Azevedo, o outro organiza uma greve de protesto entre os trabalhadores agrícolas do município de Jaboatão que se estende, também, pelos municípios de Moreno e Vitória de Santo Antão (Pernambuco, 1965, p. 436 e 437). Uma tentativa de conciliação foi formalizada através do representante regional do MTPS, firmando-se um acordo entre os trabalhadores em greve e o núcleo reconhecido como sindicato.

O acordo previa a eleição de uma direção provisória com membros dos dois núcleos sindicais, além de um trabalho comum de educação e mobilização sindical entre os trabalhadores dos municípios de Jaboatão e vizinhos conclamando-os a sindicalizarem-se. Ficou estabelecido também o apoio do sindicato rural às diversas chapas inscritas para concorrerem a sua direção. O sindicato devendo inclusive possibilitar as condições para o debate com os trabalhadores, de modo que todos tivessem condições de opinar, através do voto, sobre a diretoria que deveria dirigi-los.

O acordo não saiu do papel. Desfeita a greve, o sindicato rural sob a orientação do SORPE realizou eleições a porta fechadas, com chapa única e com as duas centenas de trabalhadores a ele filiados e fiéis a orientação católica. O outro núcleo foi impedido de integrar-se ao sindicato e negado aos trabalhadores a ele associados a participação no processo eleitoral.

O delegado regional do trabalho alertado pela Secretaria Estadual do Trabalho foi obrigado a intervir no sindicato. O motivo alegado para a intervenção foi, segundo o jornal *Última Hora*, de 27 de agosto de 1963, o da "*... consternação explícita dos trabalhadores rurais, marginalizados no sindicato dos trabalhadores rurais de Jaboatão*".

Houve impugnação da diretoria eleita sob o argumento de falta de cumprimento do acordo estabelecido entre os núcleos sindicais na presença do representante regional do MTPS. Uma junta interventora foi nomeada ficando a

presidência com um trabalhador rural membro do PCB e do núcleo sindical oposto ao do sindicato rural de Jaboatão.

Com a junta interventora, o sindicato rural incorpora o núcleo sindical que lhe fazia oposição e, em curto tempo, tem o seu quadro de associados ampliado em setecentos e cinquenta por cento. De um núcleo com apenas aproximados duzentos associados, o sindicato passa a registrar um total de dois mil e quinhentos filiados.

O processo de intervenção mobilizou toda a oposição parlamentar e de setores da opinião pública contra o governo Arraes. Na Assembléia Legislativa os debates foram intensos e tensos. Os pronunciamentos da oposição iam de acusações de caráter pessoal à defesa contundente do sindicalismo rural de orientação católica. O então deputado Edson Moury Fernandez, por exemplo, aos gritos, chamava o governador de inulto, de sem capacidade, de incapaz de realizar qualquer reforma. "*O que eu nego ao governador,*" dizia em seu pronunciamento, "*é a capacidade, a condição de reformista, porque ele não tem cultura, não tem capacidade pessoal de ser reformista...*" (Pernambuco, 1965, p. 462).

As declarações do deputado Olímpio Mendonça, membro do IBAD e da ADEP, atinha-se, porém, na defesa do sindicalismo rural católico. Em sua longa exposição o deputado preocupa-se em historiar e defender o movimento católico sob o argumento de que "*... não poderiam de forma alguma as forças do clero manterem-se alheias ao problema de sindicalização do campo num trabalho preventivo, que evitasse infiltração política, como se constata nos demais setores sindicais do país*" (Pernambuco, 1965, p. 460).

Introduz com essa alegação a explicação do que "*... está ocorrendo atualmente no município de Jaboatão*" (Pernambuco, 1965, p. 460). Após tecer elogios ao trabalho do SORPE e do Padre Paulo Crespo, constrói o seu discurso com um breve histórico do processo de reconhecimento do sindicato rural de orientação católica em Jaboatão e a sua defesa. Comenta a seguir a atual intervenção e acusa o outro núcleo sindical de agitadores profissionais que tem por único objetivo fomentar a revolta social no campo.

"Foi constatada a legitimidade daquela diretoria (do grupo católico)," *afirma*, "e nós sentimos agora que aquelas forças que não estão interessadas em construir, mas que estão justamente preocupadas em dificultar, em obstacular um trabalho de

construção que já está sendo efetuado (pelo sindicalismo rural católico), transferindo um problema que na realidade representava interesses profissionais... de uma classe, transfere, numa verdadeira tentativa de revolta social, trazendo agitação ao município, onde os próprios comerciantes se sentiram na contingência de fechar as suas portas" (Pernambuco, 1965, p. 462 e 463).

Identifica no outro núcleo sindical, por fim, a orientação de "*advogados notadamente comunistas como Rildo Souto Maior e Francisco Maia*". Discute a questão com outros deputados presentes a sessão plenária e finaliza por levantar suspeitas ao caráter parcial do governo Arraes: "*O governador e o grupo político que representa*", assevera, "*não prestigia, mas consente na tarefa que está sendo executada na Zona da Mata pelo deputado Francisco Julião e pelo partido comunista*". Conclui a sua intervenção com uma declaração de confiança para o sindicalismo rural católico e solicita a Assembléia enviar "*um voto de congratulações ao Arcebispo de Olinda e Recife, pelo trabalho que vem efetuando nesse Estado os representantes do clero pernambucano...*" (Pernambuco, 1965, p. 436 e 437).

O extenso relato da sessão plenária da Assembléia Legislativa de Estado de Pernambuco sobre o processo de intervenção da DRT no sindicato rural de Jaboatão serve, aqui, como um indício da relação estreita entre os setores conservadores do estado com o movimento sindical católico. Serve também como um sinal de como, naquele momento, atuavam de forma intrincadamente unida.

O sindicalismo rural de orientação católica, os setores patronais rurais e urbanos, os seus representantes na Assembléia Legislativa eleitos ou não com os recursos de agencias internacionais, através ou não do IBAD e da ADEP, procuravam compor um sólido bloco de oposição, tecendo uma rede de atuação ampla atingindo o máximo de frentes possíveis. O conjunto das forças que compunham a oposição ao governo Arraes, apesar de heterogêneas, se esforçava na tecedura política do bloco, defendendo os interesses gerais que os moviam como oposição para a consolidação de sua estrutura e projetos.

O que não quer dizer que tudo eram flores. Ou que não existiam problemas. Claro! Existiam setores, sobretudo no *patronato rural*, que ainda implicavam com o movimento sindical de qualquer orientação. O que dificultava em curto prazo o florescimento do sindicalismo católico em Pernambuco. *Patronato*, é bom lembrar,

aqui, é um termo utilizado no jargão político da época para se referir ao conjunto dos proprietários rurais que detinham algum tipo de mão de obra em suas propriedades, principalmente aos da mata pernambucana.

A ação do patronato, assim, impedia, se visto sob um prisma imediatista, o perfeito entrosamento entre as classes. O consenso buscado pelo clero entre trabalhadores e proprietários. Para que os obstáculos pudessem ser superados, porém, era preciso com urgência uma campanha de esclarecimento em médio prazo.

A defesa do sindicalismo católico, a legitimidade de sua orientação e representação sindical, os resultados positivos dela advindos para as relações de trabalho no campo eram alguns dos temas enfrentados nas discussões e fóruns diversos com intuito educacional e de consolidação do bloco de oposições. O sindicalismo rural de orientação católica é assim apontado como uma instituição capaz de promover a paz social no campo, e não símbolo de agitação e violência configuradas no sindicalismo independente e no movimento das Ligas Camponesas.

O sindicalismo rural de orientação católica foi defendido, assim, como o instrumento capaz de possibilitar a integração entre empresários e trabalhadores rurais. Além de possibilitar o acesso a modernização das relações de trabalho e contratuais que necessitava o campo, através de uma prática educativa que possibilitasse a mudança de mentalidade então vigente.

Como contraponto a essa possibilidade era utilizado abundantemente a imagem da agitação e subversão no campo e, como exemplo, as ações desenvolvidas pelas Ligas e pelo sindicalismo rural independente. Na Assembléia Legislativa, nesse sentido, a oposição solicitava *votos de louvor* ao sindicalismo de orientação católica e ao trabalho de "*guardião da democracia*" nele e por ele expresso (Pernambuco, 1965, 462 e 463).

A oposição ao governo Arraes definiria assim como objetivo principal de sua atuação e denúncia, o combate do *comunismo*, representado pelas Ligas Camponesas e pelo sindicalismo rural independente, tanto no parlamento quanto junto às diversas instâncias societárias em que pudessem atuar. Nacionalmente se teciam, de forma paralela, as redes estruturadoras do golpe de 1964.

A oposição pernambucana intercomunicava-se nacionalmente. Os argumentos e lutas locais se desenvolviam em território nacional embora recebessem colorido

local e expressão própria se observados de um ângulo mais geral ou mais particular respectivamente. A oposição com base em Pernambuco era assim a mesma oposição de base nacional.

Oposição enfim às possibilidades de desenvolvimento das forças de esquerda e do amadurecimento da consciência política entre os trabalhadores do campo e das cidades. Oposição à viabilidade de maturação de relações mais democráticas e promotoras de cidadania, de tendência popular, no país.

O combate cotidiano às práticas democráticas em desenvolvimento, - que usavam o nome da democracia para tal, - se consolidava como objetivo primeiro da oposição. A defesa da manutenção do poder e de um maior controle do Estado unia interesses setoriais heterogêneos no interior do bloco conservador. Projetos e políticas de esclarecimento sobre a necessidade de modernização do país, ao mesmo tempo, eram elaborados, financiados e divulgados nacionalmente.

O enaltecimento dos trabalhos do sindicalismo rural católico e a sua diferenciação enquanto instrumento de mudança dos demais movimentos sociais no campo, bem como de projetos de modernização e mudança de mentalidade empresarial de alguns setores comprometidos com a oposição, - necessários a ela, mas descompassados dos seus propósitos modernizantes, - nesse sentido, eram fundamentais à consolidação da união do bloco oposicionista em Pernambuco e em todo território nacional. Conjunto heterogêneo envolto em constantes atritos regionais localizados e necessitando de frequentes e superficiais contornos, o bloco de oposições equilibrava-se por entre os métodos truculentos dos setores de tradição oligárquica até as bolhas de ar que enchiam as plataformas políticas para o desenvolvimento e reconstrução societária do Brasil, nele situados.

A Oposição ao Governo e o Clima de Tensão em Pernambuco

Uma denúncia de assassinato de um trabalhador agrícola "*por balas criminosas a serviço de latifundiários de Pernambuco*" é feita pelo então deputado da bancada governista Paulo Viana Queiroz, durante a sessão de 09 de agosto de 1963 da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco. No município de També, situado na zona da mata norte do estado se processava uma contenda entre patrões e trabalhadores sobre o pagamento do décimo terceiro salário. Os trabalhadores do

município, "... em número de quatrocentos, após escolherem uma comissão para promover entendimentos com os latifundiários, foram recebidos à bala, muito embora estivessem desarmados, sem portarem armas de fogo, resultando de tudo isso,... mais de um morto e vários trabalhadores feridos naquele choque" (Pernambuco, 1965, p. 332).

O fato denuncia a violência contra os trabalhadores rurais como um acontecimento comum em Pernambuco onde, no ano de 1963, cada latifundiário, individualmente, possuía sua própria milícia, composta por *capangas*²⁴ e armas cedidas pelo exército (Bandeira, 1977, p. 143). Além da denúncia desse fato comum, tem interesse para este estudo o acompanhamento do debate parlamentar em torno da violência e tensão social no campo que veio acontecer motivado pelo pronunciamento do deputado Paulo Viana.

No decorrer da discussão a oposição defende a constituição de milícias privadas por proprietários rurais como forma de autodefesa pessoal e da propriedade. O deputado Paulo Viana foi aparteado por três deputados da oposição: Edson Moury Fernandes, Olímpio Mendonça e Fábio Corrêa. Para eles, o motivo das contendas e da violência no campo estaria nas atitudes do governo estadual, através da secretaria do trabalho, que incitava os trabalhadores de Pernambuco para a revolução social.

Os proprietários agiam assim em sua legítima defesa. Defendiam-se da agitação e das constantes invasões de terras realizadas pelos trabalhadores e incentivadas pela secretaria do trabalho. O que os proprietários de terra e os deputados que os defendiam chamavam de '*invasões de terras*', na realidade, é bom frisar, era a ocupação das terras como pressão para pagamento de salários e outras garantias trabalhistas. Bem como reação às formas de expulsão de antigos moradores, foreiros e pequenos arrendatários, que tinha se intensificado no início da década de sessenta na mata pernambucana.

"*Por que*", perguntava o deputado Edson Moury Fernandes, "*tais conflitos eram realizados apenas nas terras dos adversários abertos do governador?*" (Pernambuco, 1965, p. 333). O deputado Olímpio Mendonça vai mais além e afirma que o governo estaria impelindo a secretaria de segurança pública "... *para a compra*

²⁴ *Capangas* ou *jagunços* são termos regionais utilizados para designar um membro individual da milícia privada de proprietários rurais.

de armas aos camponeses". Uma verdadeira corrida armamentista entre proprietários e trabalhadores era então açulada. Os proprietários se armavam porque os trabalhadores estavam sendo armados. Armavam-se, então, para se defenderem da revolução comunista em curso (Pernambuco, 1965, p. 332).

O deputado Fábio Corrêa, por fim, deduzia em tom conclusivo: "*existe agitação porque há agitadores*". Para ele, esses agitadores, ou grande parte deles, "... *falam em nome do governo do Estado, não sei se com sua autorização, porque não acredito que o governador autorize isso, mas se não concorda, pelo menos cruza os braços ante essas agitações que se verificam na Zona da Mata*" (Pernambuco, 1965, p. 333).

A oposição parlamentar na Assembléia Legislativa servia-se de um estratagema cuja artimanha encontrava-se no desvirtuar cada problema de direito trabalhista e violência no campo apresentado pela ala governista para a panacéia da *agitação no meio rural*. Obnubilava assim o fato de que se agitação havia era por ser produto dos proprietários: da insistência em burlar os acordos trabalhistas e da postura autoritária de não negociar com os trabalhadores. Os recebendo à bala toda vez que eram por eles procurados em comissões.

Além da evidência estampada no cotidiano da violência no meio rural: quem possuía armas e as usava com frequência não eram os trabalhadores, mas, os proprietários e empregadores rurais, contra trabalhadores desarmados. Como o exemplo citado do assassinato de trabalhadores no município de També.

Obliterava desse modo a atitude legalista do governo que propunha, através de acordos entre proprietários e trabalhadores, a ampliação da cidadania ou do conjunto dos direitos sociais e trabalhistas ao homem do campo. Embora amparados na legislação em vigor e de conteúdo extremamente legalista, os acordos trabalhistas do governo Arraes eram combatidos pela oposição parlamentar e patronal que os classificavam de produto da agitação comunista. Os esforços de ampliação da cidadania do trabalhador rural pareciam ser sentidos como uma espécie de *sacrilégio* contra o poder local.

Ao refletir sobre o assunto em entrevista concedida ao *Pasquim* no seu retorno do exílio, Arraes assim se pronunciou: "... *uma grande parte daqueles que se consideravam da elite classificavam de gatinha o povo pobre de nossa terra. Mas*

acontece que para nós não há gentinha, há gente, todo mundo é um ser humano que tem direito e que, portanto, deve ser defendido naquilo que é de justiça. Portanto, a justiça foi o que procuramos fazer. Levantou certamente reações, às vezes graves, de senhores de terra..." (Arraes, 1978).

Apesar do tom populista, a procura de estender a cidadania ao campo durante o governo Arraes seria de fato fortemente combatida pela oposição, sob o argumento de agitação. Argumento que buscava camuflar uma realidade de miséria e violência nas relações sociais e de trabalho no meio rural de então.

O processo, essa procura de esconder ou camuflar o real, é considerado neste trabalho sob dois aspectos. O primeiro, como uma espécie de contra argumento aos que clamavam por justiça e equidade para os trabalhadores agrícolas. Usado tanto no sentido assistencial, como no exemplo do pronunciamento do deputado Fábio Corrêa: "... V. Exa. está sendo injusto com a indústria açucareira, devia olhar para o hospital Barão de Lucena, que vem recebendo trabalhadores do campo" (Pernambuco, 1965, p.333). Quanto no sentido economicista, de repasse de responsabilidades, como é o caso exemplar da afirmação do mesmo deputado Fábio Corrêa para o qual: "... a responsabilidade é do governo federal, responsável por omissão, porque se o governo federal permitisse um justo preço para o açúcar o operário receberia mais" (Pernambuco, 1965, p.333).

A camuflagem é usada no segundo aspecto como um contra argumento à ameaça de perda do poder político, econômico e de privilégios até então gozados. Vem revestida quase sempre sob a alegação geral de agitação. Remete-se, aqui, o leitor para Marx e Engels (1973), onde se encontra uma análise aprofundada e sempre atual do conceito de ideologia. Para uma análise moderna do conceito e de uma perspectiva não marxista, se recomenda a leitura de Boudon (1989) e Dumont (1985).

O levantar a bandeira da agitação permite enredar por um discurso lacunar (Chauí, 1980, p. 3 a 13) onde as ameaças de *caos econômico e político* e a *iminência do comunismo internacional* fundamentavam um suporte ideológico para o cotidiano. Buscava formar a opinião pública principalmente da classe média local e nacional. Como se torna evidente no pronunciamento do deputado Fábio Corrêa em

resposta a denúncia de assassinato de trabalhadores no município de També, Pernambuco, feito pelo deputado Paulo Viana:

"... V. Exa. não negou que efetivamente, a zona canavieira está inflamada mais por orientação... do próprio executivo, porque, Senhor Deputado Paulo Viana, reivindicar salário está muito certo, estou de pleno acordo. Estou até de acordo... que se acabassem as usinas do Estado, desde que não se pode dar um preço justo ao trabalhador rural; mas, Ser. Dep. Paulo Viana, fazer-se agitação, como a que está sendo feita na zona da mata, isso não é construir, não é trazer paz nem tranqüilidade a este Estado; isso é apenas desorganizar o Estado para fazer-se a revolução social. Impor a ordem é coisa diferente, a ordem cristã... V. Exa. continuamente se refere à indústria açucareira, mas S. Exa. não conhece o problema, S. Exa. nunca viu uma conta, S. Exa. nunca foi a uma indústria açucareira, nunca trabalhou no campo para falar com autoridade sobre o assunto, S. Exa. aplica apenas a demagogia falando em nome do governador que quer a agitação, que quer levar o Estado ao caos, que quer levar o país a uma situação anormal. Essa é a verdade em Pernambuco e que precisa ser dita para que tal situação seja debelada, porque está em jogo a democracia" (Pernambuco, 1965, p. 333 e 334).

Através da exacerbação dos perigos do caos e da agitação em Pernambuco e para o país, o deputado Fábio Corrêa no discurso acima almeja atingir a opinião parlamentar e pública sobre a necessidade da união das oposições no Estado, como *salvadora da democracia*. Desavenças e conflitos de interesse e entendimento havia claro! Porém, deveriam ser colocados momentaneamente de lado em prol da união à defesa das posições econômicas comuns e a garantia de um maior controle do poder político local.

O discurso acena com dois trunfos. O primeiro está relacionado com a *luta contra a agitação* e para o estabelecimento de uma *ordem cristã*. A orientação católica conservadora para o sindicalismo reaparece nas entrelinhas como instrumento benéfico ao conjunto dos proprietários rurais. É distinguida da *agitação* presente na orientação seguida pelo sindicalismo independente, devendo ser estimulada e não combatida.

A *ordem cristã* defendida pela oposição não buscava impedir o movimento sindical, mas, torná-lo possível, através da orientação católica de *paz social*. Onde o assistencialismo enquanto política tornar-se-ia sinônimo de melhoria das classes trabalhadoras e veículo de controle social.

O segundo trunfo veicula a *luta contra a agitação* como a bandeira capaz de unir ao mesmo tempo os setores mais atrasados no campo aos considerados mais dinâmicos. O que possibilitaria a consolidação do bloco de oposições ao governo e a proteção dos interesses mais gerais ligados ao poder econômico e político no estado.

Os setores patronais mais atrasados seriam úteis no momento, por exacerbarem com a sua intransigência o caráter do conflito contra as reivindicações dos trabalhadores do campo em processo de emancipação política. O clima de tensão no estado de Pernambuco e na região poderia assim ser levado até o limite, favorecendo as argumentações do bloco de oposições.

O jogo ideológico junto à opinião pública e a busca de definição política favorável ao bloco de oposições de setores como as classes médias, militares, executivos, médios comerciantes e outros seriam intensificados. Ao mesmo tempo em que usada à intransigência patronal ao limite sob controle do bloco de oposições, permitiria a sua neutralização no interior do próprio bloco, favorecendo assim o processo golpista em andamento.

O bloco de oposições apostava que quanto mais radicalizados estivessem mais fácil deveria ser a sua manipulação. Por não possuírem projeto político definido, perderiam o controle do conjunto da luta para os setores mais dinâmicos e organizados nacionalmente em torno de um projeto político para o Brasil.

O apoio dos latifundiários é defendido assim no bloco de oposições, quer pelos empresários mais dinâmicos, quer pelo órgão que os representava, o IBAD. Usavam o limite da intransigência dos latifundiários como suporte ideológico contra a *agitação*, - transmutando a realidade. A intransigência se transfigurava em vitimidades. Em defesa da propriedade ameaçada pela *agitação*.

Um seminário sobre reforma agrária, porém, ao mesmo tempo era projetado pelo bloco de oposições nacional, através do IBAD, com a finalidade de repensar a política fundiária, a modernização das propriedades e a expansão do capitalismo no campo brasileiro (IBAD, 1961). As conclusões desse seminário irão encontrar posteriormente, - hum ano após o golpe militar de abril de 1964, - forte reação dos latifundiários. Com o sentimento de traição, organizar-se-ão e demonstrarão sua força no novo regime político brasileiro.

Quando as *Recomendações sobre a Reforma Agrária* do IBAD são transformadas na lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964, dando origem à lei que se convencionou chamar de *Estatuto da Terra*, se processará a reação latifundiária inviabilizando a sua execução (Bruno, 1995). Demonstram assim, na nova ordem pós 1964, a força da oligarquia rural na composição política brasileira (Silva, 1971).

Radicalização da Ação Patronal no Governo Arraes

Criar uma assessoria sindical para o meio rural com o objetivo imediato de "... colocar a luta dos camponeses nos mesmos termos das lutas sindicais urbanas" (Callado, 1964, p. 87), foi um dos primeiros atos do governo Arraes. Estabelecer mecanismos capazes de regulamentar os conflitos entre capital e trabalho, sobretudo no meio rural, através de acordos coletivos de trabalho, era também uma das preocupações permanentes do governo.

Por um lado, como forma de amainar o clima de tensão existente. Por outro lado, na busca de colocar-se como a instância mediadora entre as reivindicações dos trabalhadores e o jogo de interesses patronal.

Uma comissão técnica no interior da assessoria sindical foi organizada nesse sentido, com o objetivo de elaborar em curto prazo uma proposta de tabela sobre as tarefas do campo. A tabela tinha por finalidade "... estabelecer uma relação entre o trabalho efetivamente executado no campo e o salário mínimo regional" (Callado, 1964, p. 88).

Surge desse modo, pela primeira vez em Pernambuco, sob a coordenação política da secretaria do trabalho do governo Arraes, a possibilidade de acordos coletivos para os trabalhadores da cana de açúcar. O fato registrará para a história a imagem de patrões e trabalhadores rurais reunidos em torno de uma mesma mesa para discutirem os termos de um acordo de trabalho e de remuneração, considerado justo pelos trabalhadores.

Imagem de modernização das relações de trabalho no campo, apenas. Porém, essa imagem ficará retida na lembrança dos trabalhadores rurais do estado como parte de sua memória política. Uma imagem na época utilizada tanto como propaganda política do governo, - via PCB, no interior do movimento sindical rural

independente, - quanto como contra propaganda pela oposição, - como sinônimo de *agitação*.

A elaboração da tabela de tarefas no campo por certo reforçava a luta reivindicatória dos assalariados agrícolas, sobretudo na zona da mata. A tabela oficial serviria assim como um parâmetro para as discussões e lutas reivindicatórias da categoria. Através dela se instituía o instrumental técnico necessário para as discussões em busca de um acordo possível entre as partes em litígio trabalhista, via justiça do trabalho. Possibilitava também a mobilização permanente dos trabalhadores face ao cumprimento ou não dos pontos acordados.

A convenção coletiva advinda da tabela foi um grande passo à frente na efetivação e cumprimento da legislação trabalhista no campo. Sem dúvida significou uma melhoria nas condições de vida e de trabalho do trabalhador rural no cinturão canavieiro de Pernambuco. Consolidou também as rupturas políticas dos trabalhadores através do seu movimento, na rígida estrutura de exclusão social no campo.

O reforço à cidadania rural trouxe também consequências ao processo de radicalização do patronato rural. Acostumado ao poder *total* local no trato das questões trabalhistas, o patronato contava ainda com a permissividade dos governos anteriores e da força policial e judiciária, até então em seu favor.

Acostumado também com a secular a passividade dos trabalhadores, o patronato reagiria as propostas de institucionalização dos conflitos trabalhistas do governo Arraes. A reação viria, de um lado, através da intensificação da violência no campo.

Trabalhadores eram recebidos à bala nas propriedades toda vez que reivindicavam melhores condições de trabalho e de vida. Eram visíveis os esforços para a ampliação das milícias privadas no campo, equipadas com armas de uso exclusivo do exército.

A reação patronal, de outro lado, assumia a forma de alarde sobre a *comunização em processo* no estado. Ajudados pela imprensa local, o patronato alardeava o clima de agitação e de desrespeito às classes patronais do estado após a posse de Arraes.

O movimento social no campo, - quer o sindical, quer o das Ligas Camponesas, - era acusado de estar incendiando os canaviais em Pernambuco, no duplo sentido do termo. Frequentes também eram as acusações de invasões de propriedades. Para Antônio Callado (1964, p. 90), muitas das chamadas invasões pelo patronato não passavam de comissões de trabalhadores ligados ao sindicato ou a liga "... *que iam às vezes apresentar sua queixa ao proprietário*".

Motins, agitações, perturbações da ordem e outros adjetivos semelhantes eram anunciados com alarde pelo patronato toda vez que trabalhadores realizavam um movimento com fins trabalhistas ou reivindicavam a reforma agrária²⁵. Antes de os ouvirem ativavam a milícia privada ou chamavam a polícia para solucionar o impasse.

A polícia, porém, deixou de seguir cegamente as ordens do patronato durante o governo Arraes. Um projeto de governo mais comprometido com o social e com o avanço da cidadania e uma visão social da polícia como servindo para proteger o cidadão e não apenas setores específicos da sociedade promoveram uma mudança significativa na ação policial. A atuação da polícia deixou de ter uma atitude parcial, sempre ao lado dos proprietários, e passou a ser identificada pela população e a fazer parte da memória dos trabalhadores como um tipo de corporação voltada para o cumprimento da justiça.

Quando chamada para por fim a um '*motim*' em uma determinada propriedade, protegia as partes do litígio evitando a violência. Embora chamada em várias ocasiões pelos proprietários, ficaram ao lado dos trabalhadores garantindo as reivindicações e a garanti-los contra as ameaças da *capangagem* ou milícia privada rural. Em muitos casos serviram até como intermediários no difícil diálogo entre patrões e trabalhadores, no esclarecimento e busca de acordos utilizando sempre a tabela de tarefas no campo como referência.

Padre Paulo Crespo (1966) afirma que se clima de agitação havia em 1963 era, sobretudo, pela intransigência patronal. Que dificultavam o cumprimento das leis e levavam os trabalhadores a greves e outras formas de protesto para garantia de seus direitos.

²⁵ Para uma interessante análise sobre a reforma agrária e o movimento sindical na mata pernambucana ver Rosa (2004a).

Reconhece a intransigência patronal como a principal barreira à expansão do sindicalismo católico conservador. Responsabiliza-os pelo fortalecimento do movimento do sindicalismo rural independente em Pernambuco, nos primeiros anos da década de sessenta, em relação ao movimento católico.

O movimento político do campo crescia nesse clima de tensão. O não cumprimento das leis trabalhistas, o aumento da violência e assassinatos no campo pelas milícias privadas, fortalecia o movimento sindical independente e a organização dos movimentos reivindicatórios e greves cada vez mais potentes.

No processo uniam-se, estrategicamente, as lideranças de esquerda do movimento social camponês sob o comando do PCB, da AP-MEB, das Ligas Camponesas, além do PCdoB e Trotskistas. A liderança dos *independentes* ultrapassava os limites da orientação católica conservadora e atingia os sindicatos federados. Em determinadas campanhas, inclusive, ganhava o apoio de muitos, senão todos, sindicatos ligados ao clero conservador, por pressão das bases que ameaçavam rebelar-se.

Foi assim, por exemplo, na greve pelo pagamento do décimo terceiro salário em 1963, já comentada anteriormente. O sindicalismo independente em Pernambuco se fortaleceu no conjunto do movimento sindical após esta greve. Com a conquista do salário mínimo e do décimo terceiro salário, na época, uma das principais reivindicações dos trabalhadores no campo.

Esta conquista, porém, se por um lado fortaleceu a liderança de esquerda no conjunto do movimento sindical dos trabalhadores rurais, por outro lado aumentou a reação do patronato. Gregório Bezerra (1979) fala sobre esse processo. Para ele, “*com isto*”, isto é, com o aumento do poder de reivindicação dos trabalhadores e “... *da liderança do sindicalismo independente... veio a luta séria, porque chocava com os interesses econômicos do patronato habituado a pagar um salário de fome e miséria, embora muitos dos usineiros compreendessem bem o problema e passassem a pagar o salário mínimo*”.

A luta séria a que se refere Gregório Bezerra era o movimento dos trabalhadores em si em processo, na visão do PCB, cujos objetivos contemplavam problemas ligados a questões trabalhistas e o cumprimento da legislação em vigor. E continua seu depoimento na mesma entrevista: “*Depois da luta pelo salário e do*

décimo terceiro salário passamos a lutar pela aplicação da legislação trabalhista e previdenciária não só para os salarizados, mas para todas as categorias de camponeses pobres".

A *luta séria* segundo Gregório Bezerra passava também por questões relacionadas à luta pela terra, com toda a problemática relacionada à temática geral da reforma agrária, de defesa de posseiros e minifundistas, até as desapropriações de terras não produtivas ocupadas por invasões recentes e passadas. Prosseguia também através de movimentações contra a violência patronal e o assassinato mais e mais frequente de trabalhadores. Para que o leitor tenha uma rápida avaliação da questão da violência cotidiana no campo, apontada acima, se indica aqui uma série de notícias saídas nos principais jornais pernambucanos da época: *Jornal do Comércio*, Recife, dias: 09.10.1963, 12.10.1963, 13.10.1963, 26.10.1963, 06.11.1963, 07.11.1963 e 26.11.1963. *Diário de Pernambuco*, Recife, dias: 13.10.1963, 22.10.1963, 24.10.1963, 01.11.1963, 03.11.1963 e 26.11.1963. *Última Hora*, Recife, dias: 13.10.1963 e 03.11.1963, e o *Diário da Noite*, Recife, dias: 12.10.1963, 16.10.1963 e 06.11.1963, entre outros dias e jornais.

O patronato por seu lado reagia ao crescimento e fortalecimento do movimento político no campo, tendo como alvo principal o sindicalismo independente. Os assassinatos de trabalhadores aumentavam *pari passu* ao fortalecimento das milícias privadas. Cada propriedade possuía sua própria milícia com armas privativas do exército.

O envolvimento do exército com a distribuição de armas ao patronato rural foi salientado de modo claro em um dos artigos de Antônio Callado publicado no *Jornal do Brasil* em dezembro de 1963, intitulado "O sagrado coração de Caxias". No artigo Callado relata que após a imprensa ter noticiado a existência de armas privativas do exército na casa grande do engenho Caxangá, propriedade de Júlio Maranhão Filho, "... o IV Exército distribuiu uma nota aos jornais pernambucanos. As armas eram antigas, provavelmente dos tempos da Coluna Prestes, à exceção de uma metralhadora, alemã, modelo da última guerra, sem dúvida adquirida pelo Sr. Maranhão a algum membro das forças expedicionárias brasileira. Tratava-se, assim, de pobres fuzis históricos e de uma metralhadora souvenir".

O artigo informa ainda que o IV Exército recebera de volta as armas encontradas no engenho Caxangá, encaminhadas pela secretaria de segurança pública do governo Arraes. A pouca importância dada ao caso pela corporação, evidenciada pelas respostas às notícias transmitidas pela imprensa, levou o jornalista Antônio Callado a achar, no mesmo artigo acima citado, que o IV Exército "... *provavelmente já as restituiu ao senhor de engenho Maranhão Filho, caso precise ele defender-se de camponeses que lhe venham reivindicar algum salário atrasado*".

Segundo Francisco Julião, em entrevista concedida ao semanário *Pasquim* em janeiro de 1979, os armamentos nas mãos dos proprietários rurais procediam, sobretudo, do estado de São Paulo. O governador Adhemar de Barros foi um dos homens que mais comprou armas para entregar aos grandes proprietários rurais do país, e de Pernambuco, aqui em particular. O IV Exército fechava os olhos, segundo Julião (1979), porque muitos militares estavam ligados por laços de parentesco, amizade e identidade aos grandes proprietários e usineiros de Pernambuco.

"A distribuição de armas era fácil, e a melhor maneira de encobrir essa facilidade de distribuição de armas era através do alarde público de que o movimento dos trabalhadores rurais, sobretudo as Ligas Camponesas, estava se preparando para a guerrilha, que recebiam armas *thecas*, treinamento cubano, etc.. Ora, qualquer enfoque onde houvesse camponeses defendendo seu pedaço de terra, sempre aparecia camponeses mortos em grande quantidade e nunca apareciam soldados ou capangas mortos. Quando muito, aparecia um ou outro capanga morto, porque os camponeses se defendiam com foices e enxadas, contra fuzis e metralhadoras".

O capanga morto assim, entre inúmeros camponeses assassinados, servia como justificativa de transferência de armamentos para proteção à propriedade e para a propaganda sobre a ameaça crescente da agitação camponesa.

O desvio de armas privativas das forças armadas para as mãos de proprietários de terras no Nordeste, desse modo, crescia concomitantemente ao avanço organizacional dos trabalhadores rurais no movimento sindical independente e nas Ligas Camponesas. O aumento das reivindicações trabalhistas e pela reforma agrária, as greves políticas, as lutas pela posse da terra, as invasões traziam paralelamente o aumento da repressão patronal com o apoio *camuflado* do exército nacional.

Um documento do Conselho Nacional das Ligas Camponesas é publicado no n. 426, de 01 a 15 de setembro de 1962, do jornal *A Classe Operária*. Este documento se pronuncia contra a prisão de dois dos seus dirigentes e contra "a parcialidade do IV Exército a serviço dos latifundiários do Estado".

Lançado em plena campanha política para o governo de Pernambuco, denunciava

"... a Nação as graves violências que estão ocorrendo, em Pernambuco, contra o movimento camponês. Além de prisões de líderes e militantes do movimento envolvidos em inquéritos policial-militares, arma-se e começa a funcionar um tremendo aparato de pressão econômica e terror, em desesperada manobra para evitar a eleição de candidatos populares. Foram encarcerados pelo IV Exército os companheiros Joel Câmara, advogado das ligas e Manoel Tertuliano de Paula, presidente da liga de Bom Jardim, sob falsas alegações de prepararem um movimento armado... essas autoridades, tão pressurosas e vigilantes contra as Ligas, não tomam conhecimento nem a menor providência em relação às violências dos latifundiários que, ostensivamente, armazenam armas proibidas e formam milícias de mercenários..."

O documento prossegue afirmando que as duas prisões serviam como um esquema estratégico contra as campanhas dos candidatos Miguel Arraes, Francisco Julião e Barbosa Lima Sobrinho, apoiados pelo movimento camponês e pelos setores populares de Pernambuco. Eram utilizadas, desse modo, como exemplo de intimidação à população e contra a expressão de sua força e do seu voto²⁶.

A violência patronal com o apoio explícito ou camuflado das forças armadas ou das forças políticas local sempre foi um acontecimento comum e cotidiano na história social do campo no Nordeste. A história do processo de organização e luta dos trabalhadores nada mais é, dentro de outra perspectiva, do que a história da violência patronal sob os olhos turvos, quando não complacentes, do Estado.

Milícias privadas, *jagunços*, *capangagem* ou outras denominações utilizadas localmente, associadas ao uso da força policial, reforçavam o poder econômico local desde o período colonial. Não só para o controle dos escravos, mas para a subjugação dos *agregados*, - brancos livres e pobres que viviam em torno do senhor de engenho

²⁶ Após sua prisão, Joel Câmara passou a apoiar as forças conservadoras do Estado e o exército. Solto em 1965, posicionou-se em favor do golpe de abril de 1964. Em uma entrevista concedida ao *Diário de Pernambuco*, edição de 10.07.1979, afirma que o golpe militar de 1964 satisfaz suas aspirações de *revolucionário*.

através de uma complicada rede de compadrio e favores. Para o caso de Pernambuco ver os trabalhos de Wanderley (1975) e Koury (1976 e 1985a). Ver, também, para o caso de São Paulo, o trabalho de Franco (1974). Sobre a importância da *cultura de favor* na formação da sociedade brasileira, ver Schwarz (2000).

Embora comum e cotidiana a violência patronal se expande sempre e concomitante às tentativas de organização dos trabalhadores. Na década de 1950, por exemplo, o ressurgimento das Ligas Camponesas no cenário político regional, e as manifestações, manifestos e composições políticas com o sentido de uma modernização das relações de trabalho na região, e aqui particularmente, em Pernambuco, reatualizaram a violência patronal no campo como elemento de imposição e reafirmação do poder local.

Acuados no poder, os setores conservadores do patronato rural transformaram o processo político das Ligas Camponesas e os clamores de modernização advindos de amplos setores da sociedade civil em um *barril de pólvora*. No processo de retomada da violência se expandiam milícias privadas e realizava-se uma eficaz corrida armamentista, com o apoio camuflado das forças armadas. Redefinida politicamente e engajada ideologicamente em uma questão mais ampla de reformulação da estrutura de poder nacional por forças políticas organizadas para a desestabilização da ordem política e social vigente de então.

Nos anos de 1950, durante o governo de Cid Sampaio em Pernambuco, ocorreu o desenvolvimento abrupto do movimento das Ligas Camponesas. Como contrapartida também ocorreu o reforço da *jagunçada*, com armas privadas do exército e o apoio implícito do governo estadual.

É, porém, com o desenvolvimento e expansão das forças de esquerda no campo e na política partidária do estado de Pernambuco, - com seu ponto alto na eleição de Arraes para o governo estadual, - que o processo de militarização do campo e a violência correspondente contra os camponeses são acelerados. Aprofundam-se, também, os laços com as forças política e empresarial nacional e estrangeira através do IBAD. O processo de acerbir a violência é utilizado então nacionalmente como uma estratégia de desestabilização social, como sinônimo de combater a agitação e como forma de contenção das massas.

O clima de tensão criado pela violência patronal era assim exacerbado e transvertido ideologicamente. O legalismo do governo Arraes e das forças políticas que o apoiavam era remontado pelos conservadores como fundamento da agitação no campo. A luta pelo cumprimento das leis trabalhistas era convertida em fator de desordem, e a violência patronal em defesa da propriedade privada e do trabalho *honesto*.

Enquanto o governo Arraes buscava dar um aparato legal as reivindicações trabalhistas e consolidar a organização sindical no campo, em um processo instituinte das forças populares em ascensão no Pernambuco, os grupos conservadores, por seu lado, se articulavam em um vaivém de impugnação e contestação ideológica desse esforço. Vetavam projetos do governo, clamavam às forças armadas para darem fim "*... aos processos castristas daquele governo*" (Pernambuco, 1965, p. 348), ou se solidarizavam com os proprietários rurais, nos casos comprovados de assassinatos de trabalhadores e lideranças.

O deputado estadual Antônio Corrêa, por exemplo, sobe a tribuna da Assembléia Legislativa e solicita uma manifestação de solidariedade para o proprietário do engenho Oriente José Borba, segundo ele, vítima da agitação no campo. José Borba era acusado do assassinato do membro da Comissão Regional do Nordeste do POR - Partido Operário Revolucionário, da Vanguarda Leninista, de tendência trotskista, conhecido pelo cognome de Jeremias.

Jeremias, cujo verdadeiro nome era Paulo Roberto de Brito, liderava a liga camponesa do município de També, Pernambuco. Os trabalhadores do engenho Oriente, localizado no município, estavam em luta já há algum tempo pelo décimo terceiro salário. O movimento foi organizado pela liga camponesa sob a liderança de Jeremias.

Reunidos em assembléia na sede da liga para avaliação do movimento e novos encaminhamentos, receberam o aviso para comparecerem à casa grande do engenho, naquele dia, onde receberiam o atrasado. Os trabalhadores em greve junto a Jeremias se deslocaram para o engenho. Ao se aproximarem da casa grande foram cercados em uma emboscada armada pelo proprietário e seus capangas. Morre Jeremias e ficam gravemente feridos quinze outros trabalhadores.

Acusado de assassinato o dono do engenho, José Borba, refugiou-se na sua propriedade protegido por sua milícia (*Última Hora e Jornal do Comércio* de 09 de agosto de 1963). Na Assembléia Legislativa e na imprensa local armaram-se, paralelamente, um cenário de vitimidades onde os algozes eram os camponeses. Principalmente Jeremias, apontado como membro de partido de esquerda *infiltrado* no campo.

Campanhas de solidariedade são lançadas. José Borba aparecendo como vítima da *agitação camponesa* que ameaça a propriedade no Brasil sob a liderança de *comunistas notórios*, nas expressões preciosas da época.

Os assassinatos e ameaças de morte aos camponeses cresciam dia a dia. O crescimento vertiginoso da violência no campo se fazia *pari passu* ao crescimento da organização sindical e das Ligas Camponesas. No ano de 1963 tendo atingido o seu ápice.

Não podendo mais contar com o reforço bélico e repressivo da policia militar cedido tradicionalmente pelos governos do estado de Pernambuco anteriores a Arraes, os proprietários agiam através de seus próprios exércitos privados. Tinham, é verdade, a conivência de determinados setores militares, - como o IV Exército em Pernambuco, - e alguns governadores de estado, - como Adhemar de Barros, em São Paulo e Carvalho Pinto, em Minas Gerais, - que lhes cediam armas para contenção das reivindicações trabalhistas.

Não havia um só dia sem pelo menos uma denúncia de massacre, assassinato, espancamento ou ameaças diversas aos trabalhadores. No dia 13 de agosto de 1963, o deputado estadual Cláudio Braga denuncia na Assembléia o clima de tensão e coação vividas pelos trabalhadores da usina Água Branca, e do pedido de garantia de vida enviado através de telegrama pelos trabalhadores da usina Caxangá. Ambas as usinas situadas na mata sul de Pernambuco. Apesar da denúncia e do pedido de providência imediata pelo deputado, "... *infelizmente... no dia seguinte, realmente tombava um camponês* (na usina Caxangá)" (Pernambuco, 1965, p. 351).

O aumento da violência patronal como solução para os conflitos trabalhistas no campo, porém, em vez de intimidar o movimento social parecia, ao contrário, dinamizar sua organização. A de base sindical, principalmente. O que ampliava a mobilização para o *caminho legal* das lutas trabalhistas e do enfrentamento à

violência patronal, sob o comando das forças de esquerda, e particularmente aqui do PCB.

A violência patronal era respondida através da *ação legal* e através da luta pela consolidação da legislação trabalhista no campo. Ambas entendidas como direitos adquiridos pelos trabalhadores.

Orientação prioritária do PCB na época para a mobilização no campo, a *ação legal*, contudo, não era consenso entre todos os membros e militantes ativos do partido no meio rural. Gregório Bezerra relata, por exemplo, a sua impaciência com o caminho legal e a sua tentativa de armar os camponeses para a *revolução*. No que, segundo ele, foi desestimulado pelo governo Arraes e pelos dirigentes do partido (Bezerra, 1979).

Recomenda-se, aqui, a leitura das memórias de Gregório Bezerra (1979b), que traz uma importante contribuição para o debate sobre a atuação do Partido Comunista no campo em Pernambuco, bem como para compreensão de sua visão sobre o conjunto de suas ações como militante do partido. É interessante ver, também, sobre o assunto, a pequena bibliografia de Bezerra elaborada pela Comissão Organizadora da Festa dos 83 Anos de Gregório Bezerra (1983).

Em suas memórias Bezerra confirma que, apesar da impaciência de alguns militantes importantes, a ação legalista junto aos camponeses foi mantida, como busca de consolidação democrática e da cidadania. Essa prática ampliava a liderança do PCB no movimento sindical rural. A greve que eclodiu na mata pernambucana em novembro de 1963, pode ser considerada como um exemplo desse processo.

O movimento foi um dos maiores já realizados até então no país. Todas as categorias de trabalhadores na cana de açúcar em Pernambuco cruzaram os braços. Mais de duzentos mil trabalhadores "*entraram numa greve sólida e monolítica*", nas palavras de Gregório Bezerra (1979), obtendo após quatro dias de paralisação oitenta por cento de aumento real nos salários além do pagamento dos dias parados (Callado, 1964, p. 76).

A vitória do movimento consolidaria a liderança do sindicalismo rural independente em Pernambuco, enfraquecendo o controle dos católicos conservadores no campo. Durante o movimento os sindicatos *federados* desobedeceram à

orientação católica e, pressionados por suas bases, aderiram à greve conclamada pelos *independentes*.

A greve além de consolidar a liderança sindical independente no estado, firmou as *formas legais de luta* trabalhista no campo em detrimento de outras mais radicais propostas pelo movimento das ligas ou pelos pequenos grupos de esquerda no campo. A greve de 1963 foi organizada nos princípios da regulamentação do trabalho e foram evitadas todas as formas de mobilização que pudessem quebrar os preceitos legais do movimento.

Foram organizados 3.600 piquetes, segundo Gregório Bezerra (1979), "*... não para evitar que os trabalhadores fossem trabalhar, mas para garantir a propriedade do patronato, evitando incêndios dos canaviais, destruição de pontes e estradas de ferro*". Buscava-se evitar enfim todas as formas de provocação vindas do próprio patronato ou de suas milícias. Ainda segundo Bezerra na entrevista citada, "*o patronato rural nunca esteve tão garantido como durante os quatro dias da grande greve dos assalariados agrícolas da zona canavieira de Pernambuco...*".

A greve obrigou os proprietários a sentarem à mesa de negociações com os trabalhadores, terminando com o *Acordo no Campo*: fato presente até hoje na memória dos camponeses da região. O *Acordo* estabeleceu a regularização das carteiras de trabalho; o desconto em folha da contribuição sindical e um reajuste de 80% para todas as categorias de trabalhadores rurais na mata pernambucana; além da presença de delegados sindicais por engenho; a manutenção da Tabela de Tarefas; o pagamento do 13º salário e a não punição dos grevistas, nem desconto dos dias parados.

A secretaria estadual do trabalho neste sentido desempenhou importante papel no desenvolvimento da negociação e na formalização de um dissídio coletivo da categoria, na época exata. No período que a cana "*... devia ser cortada, transportada e moída imediatamente...*", nas palavras de Gregório Bezerra.

E prossegue: "*se a cana não for cortada na época do seu amadurecimento, perde peso no açúcar... e se for cortada e ficar secando perde ainda mais*". Ou seja, a época estipulada para a greve geral era a de melhor poder de pressão dos trabalhadores pelo prejuízo econômico advindo através da continuidade da

paralisação. O que impunha uma conclusão rápida para o movimento, facilitando a saída *legal* da negociação.

O movimento sindical independente e a política trabalhista do governo Arraes buscavam aprofundar desse modo os fundamentos da cidadania contidos na legislação em vigor. A política de negociação, a organização dos trabalhadores, no jargão da época, em torno da *luta legal* ou da *luta pelos direitos*, a introdução da política no cotidiano do trabalho, como *direitos e conquistas*, revolucionavam a política de exclusão e violência a que se achavam submetidos até então os trabalhadores no campo. Abreu e Lima (2003, p. 83) afirma, porém, que “*do ponto de vista político, essa vitória foi também capitalizada pelo governo. Até hoje, na Zona da Mata, todos lembram dos tempos do ‘Pai Arraia’, quando a vida do camponês efetivamente melhorou*”.

Mesmo que o sentimento da conquista dos direitos tenha sido capitalizado como se atribuído por Arraes, o que subestimava o potencial de conquistas como dos próprios trabalhadores, a luta legal encaminhada pelo movimento sindical independente acenava para um caminho pacífico de consolidação e aprimoramento dos projetos sociais e de cidadania do campo e, mesmo, com ganhos políticos tanto para a Federação quanto para os sindicatos independentes. Operava uma espécie de *revolução dentro da ordem*, conceito gramsciano adaptado por Florestan Fernandes (1972, p. 194 a 199) no sentido de um caminho para a integração social através de pressões que impunha mudanças sociais na ordem vigente, melhorando a participação relativa dos trabalhadores no conjunto societário da época.

A *revolução dentro da ordem* causada na ação legal do movimento sindical independente em Pernambuco, e pela Federação, ampliava a sua liderança frente ao movimento sindical rural como um todo ao minar as orientações conservadoras pela pressão das bases sindicais dos sindicatos federados. Ampliava também o espaço de conquistas sociais, embora ainda repassado como produto de uma ação externa do governo Arraes e não como fundamento da ação e da organização dos trabalhadores.

O processo enfim acirrava os ânimos conservadores. O clima de tensão aumentava a cada nova conquista trabalhista, com uma ampliação da *jagunçada* e do arsenal privado nas propriedades rurais.

Cada nova ação dos trabalhadores era respondida com um aumento da violência patronal. O número de assassinatos, agressões físicas e ameaças aumentavam concomitante ao avanço da liderança sindical rural independente.

A ação legal não era como já foi observado anteriormente neste trabalho, utilizando uma expressão muito utilizada na época, um *ponto pacífico* entre os trabalhadores. Sem tocar na questão sobre o caminho revolucionário proposto pelo movimento das Ligas Camponesas e pelos pequenos grupos de esquerda, - trotskistas e PCdoB, - no próprio PCB lideranças manifestavam-se a favor de uma militarização das organizações camponesas. Gregório Bezerra (1979) informa em sua entrevista que chegou a solicitar inúmeras vezes armas e preparação militar para os trabalhadores rurais, afirmando que "... a massa camponesa estava psicologicamente preparada para a luta... faltavam, porém, o essencial, armas e treinamento...".

Os Meses Anteriores ao Golpe Militar

O ano de 1964 encontra Pernambuco com tensões e contradições à flor da pele. O patronato intensificava suas ações contra a vida dos camponeses. O *Jornal do Comércio* e o *Diário de Pernambuco* informam do assassinato de onze trabalhadores no ano de 1963, afora outras denúncias de maus tratos e exploração: um trabalhador rural no município de Vitória de Santo Antão e um delegado sindical de Moreno (21 de novembro de 1963); um camponês do engenho Bom Jardim do Cabo (18 de agosto de 1963); outro no engenho Oriente no município de També e mais de quinze feridos (09 de agosto de 1963); mais um na usina Santo André em Rio Formoso (02 de agosto de 1963); mais outro na Usina Caxangá no Município de Ribeirão; além dos cinco mortos e três feridos na Usina Estreliana em Ribeirão que tinham ido com um grupo de cerca de cem camponeses, com mulheres e filhos, cobrar o 13º salário e foram recebidos a tiros pelo proprietário e deputado pelo PTB (08 de janeiro de 1963).

Na mata pernambucana, ampliando o clima de tensão, se desenvolve, de um lado, desde o mês de novembro de 1963, a ocupação do engenho Serra, no município de Vitória de Santo Antão. Ocupação liderada pelo movimento das Ligas Camponesas e pelo sindicato rural local. Embora a ocupação de terras na mata pernambucana não tenha sido até então uma prática comum ao movimento sindical,

algumas foram executadas pelo movimento das Ligas ou insufladas por pequenos partidos como o POR – Partido Operário revolucionário, como pode ser visto no *panfleto* lançado na época do assassinato de trabalhadores no Engenho Serra pelo POR em 10 de agosto de 1963 e publicado na íntegra no *Jornal do Comércio* de 14 de agosto de 1963.

De outro lado, no final do mês de fevereiro de 1964, desponta uma greve geral dos trabalhadores agrícolas da zona canavieira e dos operários nas indústrias do açúcar. Paralelo aos dois movimentos o Conselho Sindical dos Trabalhadores - CONSINTRA e o Conselho Intersindical de Trabalhadores na Indústria, ambos sob controle do PCB, distribuem nota conjunta contra a deposição do delegado regional do Instituto de Aposentadoria e Previdência dos Industriários - IAPI.

A nota conjunta ganha o apoio do movimento sindical rural independente no estado. Com a aprovação do *Estatuto do Trabalhador Rural*, os homens do campo também passaram à órbita de contribuintes do IAPI, precisando ajustes para regulamentação da matéria.

O conjunto dos fatores acima assinalados serviu como pretexto ao bloco de oposições para uma radicalização de suas posições contrárias ao governo Arraes. Um *estado de alerta* foi organizado com assembléia permanente para avaliação conjunta da situação local e uma possível tomada de posição por um *lockout*²⁷ no estado. O clima de tensão chega ao seu limite assim em Pernambuco.

Os casos acima citados serão comentados a seguir com vagar. Eles demonstram em três planos distintos o clima de tensão política em Pernambuco, as fortes pressões dos trabalhadores e suas lideranças políticas e a exacerbação do bloco de oposições que radicalizam suas ações e explicitamente partem para a busca de desestabilização do governo estadual.

O primeiro caso refere-se à invasão do engenho Serra. Segundo o relato de Antônio Callado (1965, p. 41 a 43), o proprietário do engenho, Alarico Bezerra, "... que em outros tempos foi homem forte da secretaria de segurança pública do Estado... para driblar a legislação trabalhista e não pagar o décimo terceiro salário

²⁷ - O termo *Lockout* designa uma coligação de empresários ou patrões que, em resposta a crises ou instabilidades político-econômicas, fecham ou ameaçam fechar as portas do seu comércio, indústria ou atividades agrícolas e de serviço. O termo inglês é usado igualmente em português, tanto na academia, quanto na vida política prática.

e não indenizar ninguém que fosse embora” queria “chamar trabalhadores de fora e obrigar os seus a partirem. Como não conseguisse resolver as coisas à moda antiga, Alarico foi para sua casa em Recife sem nada pagar ou prometer. Sitiou seu próprio engenho, depois de desmantelá-lo bastantes”.

Os antigos moradores não saíram do engenho. Como o proprietário não pagava os salários em atraso e como não havia indenização por tempo de serviço ou benfeitorias realizadas pelos trabalhadores, continuaram morando nas terras do engenho e sobrevivendo do trabalho nos roçados, agora coletivos, em mutirões.

O proprietário entra com uma ação na justiça para despejo dos *moradores*²⁸. Argumentava que houve invasão de suas terras. Segundo reportagem publicada no *Diário de Pernambuco* do dia 18 de fevereiro de 1964, “... antes do julgamento da liminar... este (Alarico Bezerra), sob alegação de que era inimigo pessoal do juiz de direito de Vitória de Santo Antão, levantou a suspeição do titular da comarca para funcionar no feito. A suspeição foi aceita e os autos foram encaminhados para a comarca do município de Moreno, cujo juiz” era “o primeiro substituto da comarca de Vitória”.

Passaram-se mais ou menos noventa dias da ocupação. A justiça não se pronunciava e nem o proprietário buscava acordo com os moradores. No dia 17 de fevereiro de 1964, milhares de trabalhadores rurais - assalariados temporários, moradores e foreiros, - saem às ruas de Vitória de Santo Antão em passeata. Concentram-se na Praça Dias Cardoso junto à sede da liga camponesa local. Segundo a edição citada acima do *Diário de Pernambuco* houve comícios e ato de solidariedade aos trabalhadores do engenho Serra.

Os associados dos sindicatos rurais dos municípios de Vitória de Santo Antão e Moreno, por seu lado, resolvem em assembléia realizada no dia 16 de fevereiro entrar em greve de solidariedade aos trabalhadores do engenho Serra. A greve é programada para a zero hora do dia 18 de fevereiro. Durante a passeata decidem adiar a deflagração da parede.

Com o adiamento da greve as lideranças sindicais junto com a assessoria sindical da secretaria estadual do trabalho tentavam demonstrar a sociedade civil de Pernambuco, impregnada pela contrapropaganda da imprensa local, que não eram

intransigentes e que estavam abertos ao diálogo. De acordo com a reportagem do *Diário de Pernambuco* citada a suspensão temporária da greve de solidariedade deveria assim ser entendida: uma espécie de trégua para dar tempo às autoridades do estado e da justiça de encontrar fórmulas capazes de conciliar os interesses em jogo. Sem prejudicar os trabalhadores do engenho.

Os interesses dos moradores do engenho Serra deveriam ser garantidos. Eram considerados pelas lideranças sindicais e das Ligas como interesses de todos os trabalhadores assalariados da zona canavieira.

Três dias após a manifestação dos trabalhadores rurais em Vitória de Santo Antão e apesar da suspensão da greve de solidariedade, um liminar da justiça foi expedido indicando a desocupação imediata do engenho Serra.

De acordo com as notícias publicadas no *Diário de Pernambuco* dos dias 18, 20 e 26 de fevereiro de 1964, os moradores despejados são alojados provisoriamente pelo governo estadual, através da secretaria do trabalho, nas dependências do quartel da polícia militar no bairro recifense do Derby, e no engenho Sertãozinho, do governo de Pernambuco. O alojamento deveria ser mantido até a decisão final do caso na justiça.

No dia 26 de fevereiro, porém, o engenho Serra é invadido pelos moradores desalojados e encaminhados ao engenho Sertãozinho do governo do estado. A invasão é liderada pela liga camponesa de Vitória de Santo Antão e participam delas os líderes Luís Serafim e a professora estadual Maria Celeste.

Maria Celeste, em entrevista ao autor em 1980, lembrando o episódio, corrobora com as notícias publicadas pela imprensa da época sobre a invasão e informa que os manifestantes em assembléia decidiram alegar a manutenção da mesma, pois, a sentença do juiz solicitando a desocupação do engenho Serra se referia explicitamente a apenas um morador, Severino José de Santana, estando os demais englobados no termo genérico '*e outros*'. Explica Luís Serafim ao *Diário de Pernambuco* do dia 29 de fevereiro de 1964, que estes *outros* poderiam "... ser dez, cem ou mil homens, daí porque os manifestantes firmaram juízo de que somente quem deve ser despejado é Severino José de Santana, e este, desde ontem, já se mudou para o engenho Bento Velho, da usina Bulhões, onde reside o seu pai".

²⁸ - Nome dado aos trabalhadores *permanentes* nas propriedades rurais do estado de Pernambuco.

A imprensa local dá destaque à nova ocupação do engenho Serra, “... *por mais de três mil camponeses*”. O Diário de Pernambuco na sua edição do dia 28 de fevereiro de 1964 afirma que os ocupantes se encontravam “... *em constante preparação bélica... (e) fortemente armados de carabinas, foices, peixeiras e revólveres*”.

O governo do estado por outro lado busca mais uma vez negociar com os manifestantes. Envia ao engenho uma comissão negociadora composta pelos seguintes membros: Clóvis Campelo, - ligado a Federação dos Trabalhadores Rurais, o dirigente sindical rural José Guedes e o advogado Fernando Gonçalves, ligado ao movimento católico progressista.

A comissão tinha por objetivo ouvir, de acordo com a notícia publicada no *Diário de Pernambuco* de 28 de fevereiro de 1964, as condições dos manifestantes para deixar a terra e procurar uma saída para o impasse criado pela nova ocupação do engenho através do diálogo, tentando, desse modo, chegar a um acordo mesmo que parcial para o caso do engenho Serra.

O líder Luís Serafim reúne os ocupantes no engenho em assembléia no dia seguinte após a visita da comissão e desmobiliza as manifestações de solidariedade marcada para a semana nas cidades de Vitória de Santo Antão e Escada. Estabelece uma nova trégua para dar tempo ao governo de buscar saídas para a crise. Segundo o *Diário de Pernambuco* na edição do dia 29 de fevereiro de 1964, coloca os trabalhadores de sobreaviso para o caso do proprietário do engenho reforçar a ação de despejo citando nominalmente os demais trabalhadores no processo de expulsão. A ocupação do engenho Serra continua.

A citação nominal dos demais trabalhadores na ação de despejo acontece, porém, mais cedo do que o previsto. O tribunal de justiça do estado no dia 03 de março de 1964 promulga uma nova sentença, intimando todos os ocupantes a retirarem-se do engenho Serra no prazo de 48 horas.

Esta nova sentença é acatada pelos ocupantes, após longos entendimentos com a secretaria estadual do trabalho. Desocupam o engenho em ônibus e caminhões fretados pelo governo do estado e são locados provisoriamente na estação experimental do departamento de fomento a agricultura do estado de Pernambuco - DFAP, localizado no bairro do Cordeiro, na cidade do Recife.

O palácio do governo distribui nota à imprensa nesse mesmo dia informando a desocupação do engenho Serra. O documento publicado na íntegra no *Diário de Pernambuco* do dia 03 de março de 1964 informa que “... a medida dos camponeses, retirando-se do engenho Serra, em apelo à solicitação do governo teve início na madrugada de hoje, após entendimento dos agricultores com assessores do governo na noite de ontem”. E prossegue: “Logo cedo, na manhã de hoje, com a chegada de caminhões para o transporte, os camponeses carregaram sua mobília pobre e utensílios domésticos, retirando-se um a um, voluntariamente das terras do engenho. Ao mesmo tempo, as mulheres e as crianças tomavam os ônibus com destino a Recife...”.

O engenho Serra é entregue judicialmente ao proprietário no dia 05 de março de 1964. Seis dias após, no dia 11 de março, as terras do engenho são expropriadas em favor dos moradores pelo governo federal, segundo notícia divulgada no dia 12 de março de 1964 no *Diário de Pernambuco*, através da Superintendência para a Reforma Agrária - SUPRA.

O ato de desapropriação foi sentido pelo patronato como uma espécie de retaliação do governo aos proprietários rurais e como uma ameaça à propriedade privada. Através da Sociedade Auxiliadora da Agricultura e da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco, foi divulgada uma nota de solidariedade ao proprietário do engenho Serra. A nota publicada no *Diário de Pernambuco* do dia 15 de março de 1964 condenava a “... desapropriação política do referido engenho, efetuado pela SUPRA” e afirmava que as entidades que a subscreviam estavam prestando assistência jurídica e moral ao proprietário.

O segundo caso se desenvolve de forma paralela, mas, complementar à crise política que se aprofundava em Pernambuco a partir do caso do engenho Serra. Diz respeito à eclosão na cidade do Recife de um movimento liderado por sindicalistas urbanos e rurais contra a deposição do delegado do IAPI, Gilvan Pio Hamsi. O terceiro elemento da crise também se desenvolve simultâneo aos dois anteriores, na forma de uma greve dos trabalhadores das usinas do açúcar de Pernambuco que reivindicam um aumento salarial de sessenta por cento. Este último movimento recebe a solidariedade dos trabalhadores do campo e ameaça estender-se por toda a zona canavieira.

Os dois movimentos, - o primeiro contra a deposição do delegado do IAPI, e o segundo referente à greve dos operários do açúcar, - acontecem no mesmo período, entre os meses de fevereiro e março de 1964. O bloco de oposições reage a eles, pela primeira vez, de forma conjunta e organizada, na procura de impor o isolamento político ao governo Arraes.

Acusa o governo de fomentar o *caos social* no estado, de boicotar as classes produtoras e de incentivar o desenvolvimento da *agitação política*. A reação em bloco das oposições ao governo estadual recebeu a solidariedade dos empresários urbanos e rurais de todo o país e do alto comando das forças armadas representada, em Pernambuco, pelo IV Exército.

Empresariado e forças armadas apresentavam-se para a sociedade brasileira e pernambucana, assim, organizados e unidos nacionalmente, demonstrando o avanço das articulações políticas e seu potencial mobilizador e de pressão contra o que declaravam como *agitação e caos social*.

Os fatos. No dia 18 de fevereiro de 1964 em uma atitude conjunta dos sindicatos rurais, do CONSINTRA e da Intersindical dos Trabalhadores na Indústria, eclodia uma manifestação de apoio ao delegado regional do IAPI, deposto do cargo em favor de Nicanor Leite, de acordo com o *Diário de Pernambuco* do dia 19 de fevereiro de 1964. A mobilização conjunta foi motivada pela insatisfação desses segmentos com a deposição do delegado regional indicado por suas lideranças, através do PCB e com suporte político do governo Arraes.

Nicanor Leite, o novo delegado regional indicado, pertencia a chamada área fisiológica do PTB e não possuía nenhuma ligação com as lideranças de trabalhadores no estado. Não despertava, por conseguinte, a confiança dos trabalhadores e dos seus órgãos de representação. Para eles, de acordo com as notícias dos dias 19 e 23 de fevereiro de 1964 publicadas no *Diário de Pernambuco*, o ato de deposição de Gilvan Pio Hamsi não passava de "... *mais um ato político de boicote aos trabalhadores*".

O protesto contra a deposição do delegado regional teve início através de uma série de telegramas enviados a presidência do IAPI e ao Ministério do Trabalho e Previdência Social. Nos telegramas as lideranças reclamavam contra a deposição considerando-a como uma atitude política contrária aos interesses dos trabalhadores

e ameaçavam com a irrupção de greves por todo o estado de Pernambuco caso não houvesse a reintegração imediata do antigo delegado regional.

Em assembléia conjunta envolvendo trabalhadores rurais e urbanos do estado, realizada no dia 21 de fevereiro de 1964 na cidade do Recife, toma-se a decisão de dar prosseguimento ao movimento e discutem-se as formas de continuidade. O *Diário de Pernambuco*, na sua edição de 22 de fevereiro de 1964, publica as decisões da assembléia, compostas de três pontos principais: "a) *apelar por todas as formas para que se revogue a nomeação do Sr. Nicanor Leite*; b) *entrar em greve à zero hora da próxima segunda feira, caso a mesma não seja confirmada...*; e c) *impedir de qualquer maneira (inclusive vetando a entrada do edifício JK), que o Sr. Nicanor Leite tenha acesso ao sétimo andar, para assumir o cargo*".

É importante assinalar aqui que a veracidade deste último item é posto em dúvida em suas memórias pelo ex-deputado Paulo Cavalcanti (1978, p. 324 e 325). Segundo ele, a notícia veiculada pelo jornal tinha sido elaborada por setores golpistas ligados ao patronato e ao parlamento locais. Tinha por intuito jogar a opinião pública contra os trabalhadores e seu movimento e comprometer a imagem do governo Arraes.

Ao tentar contemporizar os ânimos dos trabalhadores o governo tomou para si a tarefa de contatar as autoridades federais para solucionar o impasse criado com a substituição do delegado regional do IAPI. Para tal, segundo notícia divulgada pelo *Diário de Pernambuco* do dia 23 de fevereiro de 1964, apelou pela permanência de Gilvan Pio Hamsi ou, em último caso, pela nomeação de outro nome indicado ou da confiança dos trabalhadores e dos seus órgãos de representação. O apelo do governo Arraes não é atendido.

Na segunda feira, dia 24 de fevereiro de 1964, o *Diário de Pernambuco* e boa parte da imprensa nacional noticiam com alarde que "... *comandos de camponeses armados cercaram o edifício JK, sede do IAPI, para impedir que o Sr. Nicanor Leite tomasse posse*". Os camponeses, segundo o jornal, teriam sido trazidos para a cidade do Recife por caminhões fretados pelo CONSINTRA para ocuparem todo o dia o referido prédio. A reportagem é ilustrada inclusive com várias fotografias da ocupação.

O fato curioso da manifestação, indicado em uma das notícias veiculada pelo *Diário de Pernambuco* do dia 25 de fevereiro de 1964, foi à ausência do exército ou da polícia estadual no local para garantia ou proteção de um edifício onde funcionavam várias repartições federais. Este fato, segundo o jornal, foi comentado por vários populares que assistiam a manifestação que estranharam "... a ausência do exército, que no Rio de Janeiro, por muito menos, se apressam a garantir os prédios federais".

A ocupação do JK por trabalhadores do campo dessa forma é colocada em suspeição. Foi uma espécie de cenário armado pelo bloco de oposições, ou por ele utilizado, com o apoio da imprensa local e nacional, para "... demonstrar a todo o Brasil... o estado de anarquia reinante em Pernambuco", utilizando aqui as palavras do *Diário de Pernambuco* na sua edição de 25 de fevereiro de 1964.

Para aprofundar a crise política em Pernambuco, no dia 24 de fevereiro de 1964 irrompe uma greve geral dos trabalhadores na indústria do açúcar. O movimento reivindica sessenta por cento de aumento salarial.

O governo do estado através da secretaria estadual do trabalho tenta estabelecer um diálogo entre operários e usineiros. Busca um consenso que satisfaça as partes em litígio. A mediação fracassa. A greve continua por mais seis dias. Para uma visão do dia a dia do movimento ver o *Diário de Pernambuco* e o *Jornal do Comércio* dos dias 25, 26, 27 e 29 de fevereiro de 1964.

Os trabalhadores na agricultura também entram em greve hipotecando solidariedade aos trabalhadores da indústria do açúcar. Os fornecedores de cana e usineiros denunciam em nota, publicada nos jornais locais, "... o clima de insegurança em que vivem as classes produtoras em Pernambuco".

Quando o movimento dos operários do açúcar e dos trabalhadores rurais da cana de açúcar completou o quarto dia, reuniram-se no Conselho da Associação Comercial do Estado de Pernambuco, em caráter extraordinário, os representantes diversos da indústria, do comércio e da agricultura do estado. Segundo o *Diário de Pernambuco* do dia 29 de fevereiro de 1964, "... para apreciar o relato dos industriais do açúcar sobre as invasões dos engenhos e paralisações das usinas, em decorrência do clima de agitação incrementado pelas Ligas Camponesas". Pugna-se

então por uma reação mais enérgica das *forças democráticas*, como se intitulava o bloco de oposições na época, no sentido de obstar a ação dos *agitadores*.

De acordo com o *Jornal do Comércio* e o *Diário de Pernambuco* do dia 03 de março de 1964, o sindicato das indústrias do estado de Pernambuco, no dia 02 de março de 1964, delibera em sessão extraordinária, "... *sobre uma posição conjunta de classe em face ao clima de insegurança e intranquilidade reinante no Estado*". Declara também "... *a sua solidariedade ao sindicato da indústria do açúcar de Pernambuco*".

Uma reunião conjunta das então chamadas classes produtoras do estado de Pernambuco foi marcada para o dia 03 de março de 1964. Teve por objetivo, segundo o noticiário da imprensa local do dia 04 de março, a consolidação "... *de uma frente única para o combate à agitação em Pernambuco*".

De acordo com a notícia veiculada no *Diário de Pernambuco* do dia 04 de março, a reunião aprovou por unanimidade a paralisação "... *de todas as atividades produtivas da capital e do interior do Estado, por tempo indeterminado, até que se restabeleça a ordem político-social e sejam dadas condições para o trabalho em Pernambuco*". O *lockout* foi marcado para "... *zero hora do dia 04 de março, atingindo todas as categorias patronais, com exceção, apenas, das farmácias, maternidades, hospitais, postos de gasolina, estabelecimentos de comestíveis e órgãos de imprensa*". A partir da zero hora do dia 04 de março as classes produtoras do estado colocam-se em assembléia permanente até o término do movimento.

Com a ameaça de um *lockout* o governo estadual procura mais uma vez as lideranças dos trabalhadores na indústria do açúcar e os trabalhadores rurais na zona canavieira solicitando, e conseguindo, o término da greve. Com o apoio recebido dos trabalhadores e na busca de contornar a grave crise no estado, o governador faz um pronunciamento na televisão local sobre o movimento das classes produtoras. Afirma já ter solucionado a questão da greve na agroindústria canavieira, com a compreensão dos trabalhadores que, apesar de insatisfeitos, decidiram acatar o parecer do tribunal regional do trabalho sobre o dissídio do açúcar.

A greve na agroindústria canavieira chega ao fim por compromissos políticos de suas lideranças com o governo Arraes. De acordo com o *Jornal do Comércio* do dia 04 de março de 1964, acatou a decisão do TRT que concedeu trinta por cento de

reposição salarial aos operários do açúcar, a partir do dia 03 de março e mais 20 por cento a partir do dia primeiro de junho de 1964. Determinou também que não seriam pagos os salários correspondentes aos dias parados e deu o prazo de quarenta e oito horas para que sejam restabelecidas as atividades e a rotina normal de trabalho.

O bloco de oposições divulga na imprensa uma nota oficial com data de 04 de março de 1964. O teor do documento publicado na imprensa local do dia 04 de março é o seguinte: "*De acordo com o pronunciamento do governador na TV local de se dispor a restaurar a tranqüilidade e a paz social, determinar a suspensão das greves, as classes produtoras do Estado resolveram suspender o lockout e a assembléia permanente em que se encontravam, segundo decisão da assembléia extraordinária de ontem. As classes produtoras agradecem o apelo nesse sentido do general Joaquim Justino Alves Bastos, comandante do IV Exército*".

Em entrevista à imprensa publicada no dia 07 de março de 1964 no *Diário de Pernambuco*, o general Alves Bastos se solidariza com as classes produtoras de Pernambuco em sua decisão de por fim a agitação no estado e louva o "... gesto de elevada consideração e respeito com que foi distinguido pelas classes produtoras do Estado de Pernambuco, ao aceitarem imediatamente a sugestão que lhes foi feita, no sentido de não adotarem a medida extrema do lockout, aprovada em assembléia geral conjunta..." E prossegue: "honrando-se com sua atenção ao IV Exército e dando esse exemplo que Pernambuco e o Nordeste lhes ficaram a dever, sacrificaram a decisão de sua importante assembléia geral, fazendo com que o comércio, a agricultura e a indústria já ao despertar do dia de hoje se apresentassem integrados e em sua quase normalidade".

O presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI chega ao Recife no dia 06 de março de 1964 proveniente do Rio de Janeiro. Sua visita à cidade do Recife teve por finalidade entrevistar-se com as lideranças das classes produtoras de Pernambuco sobre os últimos acontecimentos "... diante das provocações comunistas". Declara a imprensa, segundo o *Diário de Pernambuco* do dia 07 de março de 1964, que a "... CNI está solidária com as classes produtoras de Pernambuco e a magnífica demonstração de civismo dada pelos democratas, que defendem a liberdade e o respeito à lei".

Os últimos acontecimentos tecem o isolamento do governo Arraes. No dia 13 de março de 1964 a oposição elege toda a mesa da Assembléia Legislativa impondo, de acordo com o *Diário de Pernambuco* do dia 14 de março de 1964, uma grande derrota ao governo.

Paralelamente acontecem manifestações de diversos setores da sociedade civil apavorados com a propaganda ideológica de cunho conservador e ávido por uma ruptura com o processo porque vinham passando o Brasil e especialmente o estado de Pernambuco. As classes médias saem às ruas em passeatas, com o formato de *cruzadas de família*, ou de *movimento democrático feminino*, ou de *associação estudantil brasileira* e outras formas mais, com o suporte explícito da Igreja Católica em seu lado conservador.

As classes produtoras com o exército e parlamentares conservadores já falam claramente na possibilidade de um golpe. As suas manifestações são contundentes. Com o apoio da grande imprensa nacional e local promovem o isolamento do governo Arraes e do governo Goulart. No dia 13 de março Cid Sampaio comenta a derrota do governo Arraes nas eleições para a mesa da Assembléia Legislativa e declara a imprensa, publicado no *Diário de Pernambuco* e no *Jornal do Comércio* do dia 14 de março de 1964, que, enfim, "... a resistência dos pernambucanos foi desperta".

A SUPRA, por outro lado, desde o mês de fevereiro de 1964, vinha pondo em andamento a nova política nacional de desapropriação de terras, apelidada de forma maldosa pela imprensa como: o *projeto de reforma agrária de beira de estrada*. A reação do patronato brasileiro a essa nova medida se fez de imediato.

A reação vem servir como demanda aos interesses do IBAD e do IPES que vinham se articulando para obstruir o processo político por que passava a nação brasileira de então (Leacock, 1990). Durante os meses de fevereiro e de março de 1964 desfilam pela imprensa e em discursos parlamentares em todo o Brasil uma série de críticas à nova política agrária brasileira.

No *Diário de Pernambuco*, por exemplo, na sua edição de 04 de fevereiro de 1964, é veiculada a notícia de que o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, pronunciou-se contrário às medidas da Presidência da República que dispõe sobre as desapropriações de terras. Carlos Lacerda, no Rio de Janeiro, candidato à Presidência

da República, declara-se também contrário a "... *atitude leviana do Sr. João Goulart*", prometendo, assim que eleito, dissolver essa nova política federal.

Sem o apoio da direita, João Goulart inicia sua aproximação mais e mais com as lideranças de esquerda e com o movimento popular no país, principalmente através do PCB. Um novo plebiscito é marcado para os meses de junho ou julho de 1964. Nele, segundo o *Diário de Pernambuco*, do dia 01 de fevereiro de 1964, a sociedade brasileira deveria pronunciar-se sobre a questão das reformas de base, - agrária, bancária e social.

No dia 13 de março de 1964, enfim, na declaração durante o comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, Goulart leva às últimas consequências a sua busca de aproximação e apoio dos trabalhadores brasileiros organizados. O que reforça a mobilização contra o governo Goulart entre as classes produtoras nacional, o exército, a Igreja Católica Conservadora e os parlamentares do bloco conservador no país.

A crise brasileira aprofunda-se. As chamadas classes produtoras e os setores crescentes das forças armadas tramam já às claras estratégias de isolamento do governo federal. Com o apoio da grande imprensa mobilizam a opinião pública nacional contra o que chamam de agitação comunista em curso no país, sob a conivência do governo federal.

No dia 23 de março de 1964 é organizada uma *frente única de governadores para a defesa do Brasil*. A liderança da frente fica dividida entre o governador do estado de São Paulo, Adhemar de Barros, e o governador do estado de Minas Gerais, Magalhães Pinto. A ela aliam-se, de acordo com o *Diário de Pernambuco* em sua edição do dia 24 de março de 1964, os governadores dos estados do Rio Grande do Norte, Aluísio Alves, do Rio Grande do Sul, Ildo Maneghetti, do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, do Ceará, Virgílio Távora e do Paraná, Nei Borja.

Nesse quadro político de um Brasil em crise eclode o movimento dos marinheiros. Este movimento reivindica o reconhecimento de sua associação, o direito de se casarem, a permissão para vestirem roupas civis nos dias de folga e melhoria salarial. Para Moniz Bandeira (1977, p. 169), o movimento teria sido estruturado pela CIA, como forma de tumultuar o já difícil processo político brasileiro de então, através da figura do Cabo Anselmo dos Santos: líder dos

marinheiros e agente da CIA. Independentemente, porém, da estruturação ou não do movimento dos marinheiros pela CIA, este movimento foi uma espécie de gota d'água para a deflagração do movimento golpista no primeiro de abril de 1964.

O processo de isolamento do governo federal e dos governos progressistas, como o de Pernambuco, organizado pelo IBAD e a frente única de oposições com o apoio da grande imprensa nacional, provocou o retraimento e o progressivo esvaziamento da resistência popular. As classes médias, por seu lado, apoiavam quase que integralmente o movimento golpista, como salvaguarda de suas economias e pelo medo da ameaça comunista. O golpe militar encontrou assim pouca resistência, e uma oposição fragmentada e dispersa, no país.

O único estado que manteve algum conflito com o movimento militar em curso na época foi o Rio Grande do Sul. Mesmo assim um conflito mais aparente do que real, porque sem o suporte da população.

Em Pernambuco, os trabalhadores agrícolas, segundo Gregório Bezerra (1979), estavam dispostos e preparados para uma possível resistência ao golpe. Porém, de acordo com o seu pronunciamento, faltaram armas. Na sua entrevista conta que, no dia 31 de março de 1964, “... os camponeses me designaram para ir a Recife buscar armas para defenderem o governo. Os trabalhadores estavam mobilizados para resistirem ao golpe”.

Segundo ele, quando chegou à cidade do Recife, porém, “... o ambiente já se encontrava fechado”. Já não havia nada a ser feito “senão tentar desmobilizar os camponeses”.

Gregório tentava retornar aos municípios onde havia concentração de trabalhadores rurais, quando é preso. Sem possibilidade de resistência “os focos camponeses organizados em torno dos sindicatos rurais de Palmares, Catende, Água Preta, Xexéu, Belém de Maria, Joaquim Nabuco, Gameleira, Barreiros e Ribeirão” dispersam os trabalhadores e as lideranças sindicais buscam se evadir.

No município de Vitória de Santo Antão, simultaneamente, segundo entrevista concedida ao autor em 1980, a professora estadual Maria Celeste, pertencente aos quadros do movimento das Ligas Camponesas, tenta tomar de assalto uma estação de rádio local na busca de mobilizar os trabalhadores para a resistência ao golpe em desenvolvimento. Dados corroborados pela imprensa local, como pode

ser visto no *Diário de Pernambuco* dos dias 04 e 11 de abril de 1964. Sua prisão é imediata, junto com o deputado Clodomir Moraes.

As tentativas de reação foram logo dispersas e a mobilização dos trabalhadores frustradas e suas lideranças presas. Francisco Julião caminha um dia e uma noite pelo planalto central na tentativa de evadir-se e também é preso.

Não havia armas para a resistência, não havia treinamento e organização militarizada no movimento dos trabalhadores rurais de então, como gritavam a nação os conservadores adeptos ao golpe. Suas armas eram apenas, quando havia, seus instrumentos de trabalho, e suas lutas eram pela integração à sociedade, pela conquista da cidadania. Sua revolução era uma revolução dentro da ordem.

A Confederação Geral dos Trabalhadores - CGT convocou uma greve geral de apoio ao governo Goulart para todo o território nacional. A convocação recebeu adesão imediata dos trabalhadores ferroviários, dos portuários de Santos, em São Paulo, e dos trabalhadores nos bondes do estado da Guanabara. Recebeu também a adesão dos universitários através da União Nacional dos Estudantes - UNE. Em Pernambuco, segundo notícias veiculadas no *Diário de Pernambuco* do dia 02 de abril de 1964, a adesão a greve geral convocada pela CGT veio dos trabalhadores portuários e ferroviários. O esforço foi logo dissolvido e suas lideranças, em todo o território nacional, presas.

O breve interlúdio democrático, onde as forças populares do campo e da cidade encontraram condições de ampliação do seu espaço político para a defesa de melhores condições de vida e de trabalho, conquistando para si a noção de *direitos* sociais como fundamento de cidadania, chegou ao fim com o golpe de primeiro de abril de 1964. Um novo período autoritário sob a égide dos militares tem início no país.

Notas Finais

Este capítulo deu continuidade à etnografia de base histórica que vem sendo construída ao longo deste trabalho. Nele, se abordou o problema da expansão dos movimentos sociais no campo e a reação patronal durante o governo Arraes. Teve como pano de fundo o entendimento deste governo e a sua relação com os movimentos sociais no campo, referenciados a partir das tensões sociais e políticas

do país, no plano nacional, e as da guerra fria, no plano internacional. Discutiu, enfim, a construção do campo conflitual onde os seus principais atores se inter-relacionavam e disputavam espaço.

Buscou-se compreender o acirrar das contradições entre os atores e instituições políticos, durante o governo Arraes em Pernambuco, até o ardil anticonstitucional consubstanciado no golpe de abril de 1964. Ardil anticonstitucional este contrário às diversas apostas para o aprofundamento das vias de consolidação institucional no Brasil, e aos projetos de ampliação da participação dos trabalhadores, sobretudo rurais, aos direitos sociais e políticos no país.

O próximo capítulo tratará da nova ordem imposta após a emergência do golpe militar e as formalizações de um novo projeto institucional de base autoritária para o país, e, particularmente, para o movimento sindical brasileiro e, especificamente, da mata pernambucana. Discutirá, em um primeiro momento, o impacto causado pela nova ordem de base autoritária, com a implantação de um regime ditatorial no país e suas conseqüências para os projetos e projeções de ampliação democrática que vinham se desenvolvendo no campo brasileiro e da mata, em especial.

Passará em revista, de um lado, o esfacelamento dos movimentos sociais, as perseguições, as prisões, as mortes e os desaparecimentos políticos, se detendo, de modo específico, na reestruturação partidária e sindical no país entre os anos de 1964 a 1968, buscando compreender e compor os cenários imediatamente posteriores ao golpe. De outro lado, serão analisadas as práticas instituintes dos trabalhadores e do movimento sindical no campo, neste período.

A tensão vivida pelos sindicatos e pelos trabalhadores rurais, por fim, segundo o modelo de uma sociologia processual eliasiana, entre a conformidade e a reação ao processo de adaptação às novas medidas impostas pelo Estado autoritário em implantação no país, é a questão central a ser trabalhada no próximo capítulo, que se dá início a seguir.

PARTE III
O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO: O SINDICALISMO RURAL
FRENTE AO ESTADO AUTORITÁRIO (1964 – 1974)

CAPÍTULO 05

Movimento Sindical e Práticas Autoritárias, 1964 a 1968.

A Assembléia Legislativa do estado de Pernambuco analisa as determinações de um ofício do IV Exército sobre a prisão do governador do estado e do seu afastamento do governo, em sessão extraordinária, na tarde do dia primeiro de abril de 1964, segundo notícia divulgada pelo *Diário de Pernambuco* do dia 02 de abril de 1964. Após a análise do documento é realizada uma votação onde, por quarenta e cinco contra dezesseis votos e um em branco é declarado oficialmente o impedimento a Miguel Arraes de Alencar para continuar o exercício do seu mandato. Na noite do mesmo dia foi empossado pela mesma Assembléia Legislativa para o cargo agora vago de governador do estado de Pernambuco, o então vice-governador Paulo Guerra.

No dia 02 de abril, também segundo notícia divulgada pelo *Diário de Pernambuco* do dia 03 de abril de 1964, a Câmara Municipal da Cidade do Recife aprova também por vinte contra um voto, o ofício encaminhado pelo IV Exército considerando vago o cargo de prefeito da cidade do Recife. É oficializado assim o impedimento ao prefeito Pelópidas da Silveira e designado o vice-prefeito Augusto Lucena para dar continuidade ao mandato.

Concomitante aos dois impedimentos acima relatados tem início o combate aos vencidos. A repressão atinge pessoas da classe média envolvidas no movimento político da época, mas, e principalmente, visa e abrange os envolvidos com o movimento dos trabalhadores no campo e urbano até então em expansão no estado.

Os trabalhadores do porto e da Rede Ferroviária do Nordeste foram as únicas categorias que conseguiram paralisar suas atividades atendendo ao chamado da CGT para uma greve geral dos trabalhadores brasileiros contra o golpe em andamento. O movimento foi rapidamente contornado pela repressão, conforme pode ser visto nas notícias do dia 02 de abril de 1964 publicadas no *Diário de Pernambuco*.

Uma tímida manifestação de grupos estudantis e populares contra o golpe militar foi iniciada no centro da cidade do Recife. A manifestação foi reprimida, segundo o *Diário de Pernambuco* do dia 02 de abril de 1964, caindo mortos, a tiros, os estudantes Ivan Rocha Aguiar, de 23 anos, e Jonas José de Albuquerque, de 17

anos. Com grave ferimento na perna ficou o estudante Ubirajara Nunes da Silva, de 19 anos. Os estudantes e populares tentaram reagir com pedradas e palavras de ordem ao tiroteio. Foram, porém, logo dispersos e muitos foram presos.

Reunidos na sede do sindicato dos tecelões na cidade do Recife, onze lideranças sindicais procuravam estratégias de resistência ao golpe em andamento. Eram 15 horas do dia primeiro de abril. Informados da reunião patrulhas militares invadiram a sede do sindicato e prenderam os líderes lá reunidos, segundo o *Diário de Pernambuco* do dia 02 de abril de 1964.

Um carro do CONSINTRA foi alvejado, no mesmo dia, por patrulhas do exército, quando tentava conclamar os trabalhadores e a população em geral para reagirem ao golpe, percorrendo fábricas e bairros populares da cidade do Recife. Segundo notícias do *Diário de Pernambuco* do dia 02 de abril citado, patrulhas militares invadem a sede do CONSINTRA e prendem vários dos seus dirigentes lá reunidos, recolhem os arquivos da entidade e lacram suas portas.

Processos de intervenção nos sindicatos rurais e urbanos do estado eram desenvolvidos em paralelo. O objetivo principal das intervenções, - segundo declarações ao *Diário de Pernambuco* do dia 02 de abril citado do interventor da delegacia regional do trabalho, - era o de "... *neutralizar os órgãos de classe dirigidos por comunistas notórios, ou que recebiam dos mesmos orientação indireta*".

Prisões se sucediam. Todo e qualquer indivíduo era considerado como um opositor possível ao novo regime. O clima de insegurança atingia proporções descomunais, gerando reações desordenadas, individuais, de procura de defesa de acusações porventura existentes ou que poderiam talvez vir a existir.

Era comum nos jornais da época o aparecimento de notas pagas, ou de declarações de entidades civis ou militares, - como colégios, o próprio comando militar e outras, - informando que um indivíduo específico nunca manifestou idéias esquerdistas ou envolveu-se como movimentos políticos. Como podem ser vistas, por exemplo, nas páginas do *Jornal do Comércio* dos dias 05, 10 e 11 de abril de 1964 e do *Diário de Pernambuco* dos dias 08 e 15 de abril de 1964.

O clima do golpe induzia as pessoas a denunciarem umas as outras, senão por inimizades para *mostrarem serviço e ficarem de bem*, utilizando aqui as expressões

da época, com a nova ordem. Nas cidades do interior, principalmente, onde a polaridade do poder entre famílias era bem mais definida, situações eram criadas na busca de uma melhor visibilidade aos olhos do novo poder estabelecido onde o caminho da denúncia do outro se tornava possivelmente o melhor meio de atingir tal fim.

O fato de tão corriqueiro chega a ser evidenciado nas páginas dos jornais diários local em pequenas notas, como, por exemplo, a publicada no *Diário de Pernambuco* de 15 de abril de 1964, que relata o grande número de prisões por falsas denúncias, o que revela o clima de insegurança em todo o estado.

O meio rural também vive o pânico. Gregório Bezerra, Clodomir Moraes, Maria Celeste, José Reis, Luís Serafim, entre centenas de outros militantes partidários e lideranças de Ligas Camponesas e sindicatos rurais foram logo presos. Julião encontrava-se escondido em algum lugar do planalto central do país. Sua prisão ocorreria logo a seguir, alguns dias após o golpe.

As Ligas Camponesas foram postas imediatamente na ilegalidade. Quase todos os seus dirigentes foram presos ou mortos. No dia 21 de abril de 1964, por exemplo, o *Diário de Pernambuco* publica a notícia que a polícia havia encontrado o corpo do presidente das Ligas Camponesas de Vitória de Santo Antão, Albertino José da Silva, em adiantado estado de decomposição. Morto, provavelmente, por milícias privadas dos proprietários de terras locais.

Albertino José da Silva esteve no centro dos últimos acontecimentos políticos em Vitória de Santo Antão. Deu apoio e cobertura integral à ocupação do engenho Serra, à greve de solidariedade aos moradores do engenho, além de ter estado sempre à frente das lutas e manifestações dos trabalhadores agrícolas do seu município e dos municípios circunvizinhos. Como Albertino José da Silva, muitas outras lideranças de trabalhadores rurais desapareceram ou foram *encontradas* mortas.

Conta Julião (1979a) que

"... as ligas foram o primeiro movimento de massa posto na ilegalidade no Brasil, antes da CGT ou qualquer outro organismo. Imediatamente após o golpe foi posta na ilegalidade e começaram a perseguir e prender camponeses e assassinaram vários, enforcaram, queimaram... Pedro Fazendeiro, da liga de Sapé, na Paraíba, foi pendurado numa árvore e queimado com gasolina pelos grandes latifundiários da região. Queimaram o secretário da liga... Não se

contentavam em matá-los: penduraram em árvores, meteram gasolina e queimaram-nos. Caiu muita gente. Não tenho a relação das pessoas que foram assassinadas em Pernambuco e, sobretudo, na Paraíba, onde em certo momento o movimento adquiriu uma força tremenda porque se concentrou muito em Sapé e Santa Rita”.

Não apenas a polícia ou as patrulhas do exército ameaçavam a segurança da população rural. Os grandes proprietários rurais com a vitória do golpe trataram, também, de fazer justiça com as próprias mãos. A maior parte dos trabalhadores e lideranças mortas no campo foi sacrificada pelas milícias privadas dos proprietários rurais ou com a ajuda direta dos mesmos.

Da violência patronal exacerbada pelo golpe não escapou sequer os interventores dos sindicatos rurais postos pelo regime militar. No dia 30 de abril de 1964, por exemplo, foi publicada no *Diário de Pernambuco* uma denúncia do padre Paulo Crespo ao interventor da DRT.

Paulo Crespo denunciava “... *que o prefeito do município de Condado... à frente de outros elementos armados, teriam invadido a sede do sindicato rural daquela cidade e destituído o respectivo interventor, Severino Correia Lima, dizendo-o comunista*”.

Na mesma notícia, o interventor da DRT afirmava que o fato registrado no município de Condado, Pernambuco, não era um caso isolado, havia denúncias e reclamações semelhantes de outros interventores em sindicatos rurais no estado. Existem casos, também, onde patrões aceitaram acolher em suas terras, trabalhadores ameaçados pela violência no pós-golpe. Sigaud (2004a) retrata um desses casos de acolhimento. O caso por ela retratado, tanto do sindicalista que procurou proteção quanto do senhor de engenho que acolheu, porém, diz respeito a partes envolvidas direta ou indiretamente com o sindicalismo católico.

No caso do sindicalista, ele era homem do padre Paulo Crespo e da SORPE, quanto ao patrão, era tido como “*bom empresário*”, como “*homem bom*”, e convivia bem com os parâmetros da boa relação patrão/empregado traçados pela SORPE. Embora este fato não tenha sido esclarecido no artigo da Lygia Sigaud.

É um perigo tratar o sindicalismo rural de então como um bloco único: existiam diferentes versões e experiências sindicais, em termos políticos, com propostas de organização e definições sobre a prática sindical, das relações entre trabalhadores e entre o patronato e trabalhadores bastante diferentes; bem como, com

formas até excludentes de modelos e prospectivas de modernização para o campo brasileiro e do país como um todo. Mas, a lembrança de não só desaparecimentos, prisões e mortes, mas acolhimentos, e de relações sociais complexas entre patrão, empregado e sindicatos, trazidos à tona por Lygia Sigaud é significativa e deve ser aqui referenciada.

Este capítulo busca retratar e compreender como ficou e qual o papel do movimento sindical rural no Estado autoritário implantado no Brasil após o golpe militar de 1964. São estudados nele as tentativas de esvaziamento político dos organismos sindicais, e a rigidez da interpretação da legislação sindical e trabalhista pelo novo regime no Brasil, assuntos sobre os quais o sindicalismo rural, enquanto movimento, tinha lutado para se integrar e compor nos anos anteriores ao golpe. Bem como, são analisadas as práticas instituintes dos trabalhadores e do movimento sindical no campo, no período de 1964 a 1968.

Como os trabalhadores e os sindicatos rurais se conformaram, - no sentido da tensão entre a conformidade e a reação comum ao processo de adaptação, conforme o modelo de uma sociologia processual eliasiana, - às novas medidas impostas pelo Estado autoritário em implantação no país, é a questão central que este capítulo busca compreender.

O Sindicalismo Rural e o Golpe

No dia 04 de abril de 1964 o *Diário de Pernambuco* e todos os jornais do estado publicaram uma *nota oficial*, assinada pelo secretário de segurança pública de Pernambuco, sobre a questão do funcionamento dos sindicatos rurais. É interessante ressaltar que esta nota oficial foi elaborada pelo exército e distribuída a todos os secretários de segurança pública no Brasil. Em todos os jornais brasileiros, e não só pernambucanos, no mesmo dia 04 de abril, se encontra a mesma nota, com a modificação apenas da assinatura do secretário de segurança pública local. Para o caso da Paraíba, por exemplo, ver Koury (2007).

Dizia o comunicado:

"... O Secretário de Segurança Pública, diante dos boatos alarmantes que estão surgindo na zona rural do Estado, resolve esclarecer o seguinte: a) os Sindicatos Rurais, órgãos legalmente constituídos, não serão fechados, podendo funcionar normalmente,

desde que as suas reuniões se realizem para os seus objetivos específicos; b) a situação dos delegados dos sindicatos é inalterável e os empregadores deverão respeitar as suas delegações; c) estamos absolutamente capacitados para a manutenção da ordem em todo o território do Estado e oferecemos as indispensáveis garantias para o trabalhador”.

A nota transcrita, ao mesmo tempo em que procurava intimidar as lideranças sindicais e os trabalhadores envolvidos com a vida sindical, afirmava que o sindicalismo rural não fora extinto e que o mesmo é “*um órgão legalmente constituído*”. Deixava claro, porém, que as reuniões e atividades sindicais deveriam se realizar “*para os seus objetivos específicos*”, e de que não toleraria excesso e práticas alheias aos propósitos sindicais. O sindicalismo rural, portanto, diferente do movimento das Ligas Camponesas, não fora extinto e continuavam a existir, só que a partir de então controlado em seus fins.

A nota oficial visava, desse modo, neutralizar, também, a ação repressiva e a justiça pelas próprias mãos do patronato e acalmar os interventores sindicais e os setores da Igreja Católica envolvidos com a sindicalização rural quanto à integridade física dos mesmos. Afirmava, enfim, que as secretarias de segurança pública se encontravam capacitadas para a manutenção da ordem no país e para oferecer garantias para o trabalhador que desejasse trabalhar e para os sindicalizados e sindicalistas que estivessem no exercício legítimo de suas funções e representações.

Desmantelados os possíveis focos de resistência no campo, com a prisão de lideranças e de trabalhadores envolvidos com a antiga estrutura sindical, os militares no poder ao intervirem nos sindicatos procuravam, através deles, estabelecer vínculos de adesão e legitimidade dos trabalhadores à nova ordem instituída. Max Weber, no artigo *A política como vocação* (2001) bem como no capítulo sobre *Os três tipos puros de dominação legítima* (1999) aponta para a composição sociológica das formas de administração pública, e da necessidade de estabelecimento de um tipo de legitimidade institucional que alicerce a sua dominação.

Lembra que qualquer ação governamental, por mais autoritária que seja em sua formação, tem necessidade de buscar e organizar uma política administrativa e institucional calcada na lealdade e na ação política de interesses entre a administração pública e as instituições. Os militares no poder desse modo, através de uma política de intervenção nos sindicatos rurais e do controle da política sindical,

mas considerando de forma concomitante a conservação das bases processuais e a legalidade de sua existência, procuravam construir os suportes de legitimidade para sua ação governamental junto ao sindicalismo dos trabalhadores rurais, priorizando os aspectos de mediação com o Estado já existente na legislação sindical brasileira.

Ao proporem para os sindicatos o papel de mediadores entre o Estado e os trabalhadores por eles representados, os militares no poder buscavam satisfazer uma das exigências principais da nova ordem estabelecida: a de buscar na estrutura sindical, ao lado do rígido controle dos trabalhadores, um veículo de legitimação junto a estes mesmo os trabalhadores.

Intimidar as lideranças sindicais e trabalhadores sobre os possíveis excessos e garantir a ação dos interventores e dos setores da Igreja Católica envolvida com o trabalho de sindicalização rural e que tinha dado apoio ao movimento golpista se fazia necessário, assim, para a implantação de uma *nova mentalidade sindical* no campo. Para que isso pudesse ocorrer era necessário também o controle e o contorno dos excessos do patronato.

A nota oficial assinada pelos secretários de segurança pública de cada estado trazia, deste modo, para o próprio Estado a garantia da ordem pública. Tornava visível a competência de cada secretaria de segurança pública e a do próprio Estado para a manutenção da ordem pública e, ou, de estarem capacitados para possibilitar as garantias necessárias à propriedade privada e ao exercício da vida sindical *honestamente* dos trabalhadores brasileiros.

Paulo Guerra, já empossado governador do estado de Pernambuco, falando aos trabalhadores do campo manifestou-se nesse mesmo sentido. No seu discurso publicado no *Diário de Pernambuco* do dia 09 de abril de 1964, afirmava "... *que o Estado não permitirá excessos parta de onde partir...*" em uma clara referência ao patronato e em advertência às lideranças sindicais e trabalhadores rurais.

Declarava, também, que as conquistas sociais dos trabalhadores "... *deverão ser preservadas pelas autoridades constituídas, porém, sem o clima de desordem responsável pelo estado de intranquilidade que dominava Pernambuco*". Lembrava enfim "... *que existem meios legais para as reclamações e queixas*", ressaltando "*a importante tarefa dos sindicatos (que) continuarão a ter funcionamento normal no Estado*".

Para o general de exército Aurélio Lyra Tavares (1966, p. 117) o sindicalismo que vinha se desenvolvendo no país "*... não era mais, como deve ser numa democracia, uma instituição de trabalhadores, destinada à defesa dos seus interesses legítimos e autênticos*".

Isso porque, ainda conforme o general, "*... intitulava-se como representante (dos trabalhadores) para submetê-los aos desígnios políticos de reduzida minoria, impondo-lhes a participação em greves políticas, por vários processos ilegais, inclusive o de interditar (seus locais de trabalho) com os chamados 'piquetes de greve'*".

E continua em seu depoimento: "*Não somente as prescrições da Polícia, como as próprias decisões da Justiça, eram desacatadas pública e ostensivamente, pelos seus órgãos dirigentes. O Comando Sindical desafiava a autoridade, promovia a desordem, perturbava as atividades da economia nacional, a pretexto das mais absurdas reivindicações, de modo a colocar-se acima e contra os interesses de todas as classes sociais e contra as próprias instituições constitucionais, como verdadeiro superpoder*".

Contra esse modo de ser do sindicalismo sobreveio o golpe de abril de 1964. Destituídos o *comunismo* e a *baderna* que impregnavam a liderança sindical e afastando essa liderança, o sistema iria rearticular o conceito e a estrutura sindical no Brasil, amoldando-o aos novos parâmetros da política nacional (Tavares, 1966, p. 117), ou seja, o vazio.

A nova política sindical adotada insistiria na intermediação dos interesses do Estado pelos sindicatos junto aos trabalhadores. Buscava transformar a estrutura sindical em uma espécie de apêndice assistencialista e colaboracionista através do qual poderia controlar os interesses de classe e os próprios trabalhadores. O general de exército Humberto de Alencar Castelo Branco, já colocado no posto de presidente da república do Brasil²⁹, afirmava em discurso (apud, Meira, 1966, p. 135) que os

²⁹ É importante frisar aqui que mesmo com o golpe militar, os sucessivos governos militares da ditadura se auto-intitulavam presidentes da república federativa do Brasil. O regime presidencialista foi formalmente mantido, em sua aparência, inclusive com realizações de eleições diretas para sucessão de cada governo. Afinal o golpe, ou a revolução, como se autodenominava o movimento militar, foi movido para salvaguardar a democracia. E os militares eleitos como os predestinados que assumiriam o poder até a maturidade democrática e política da nação.

sindicatos no Brasil não serão mais usados "... para a subversão da ordem, fonte imediata de clamorosa redução do rendimento do trabalho nacional".

Sua função essencialmente trabalhista seria retomada. Se reivindicações houvessem deveriam ser realizadas através dos meios e canais legais disponíveis. Os sindicatos deveriam assim promover o trabalho e o trabalhador dentro e conforme as normas e leis do Estado. O reforço ao exercício estritamente legalista do sindicato, já existente na legislação de 1947, era retomado dessa forma e tido como meta para toda a estrutura sindical brasileira aparelhada ao Estado.

O Estado através dos sindicatos, ao mesmo tempo, ajudaria a promover o homem trabalhador e a sua família quanto a sua formação moral como trabalhador, bem como na garantia de sua saúde e assistência, através do desenvolvimento de um serviço médico assistencial e previdenciário junto a rede sindical. Atributo essencial do Estado via sindicalismo.

Os sindicatos como mediadores do Estado junto aos trabalhadores teriam como função principal após o golpe, além da promoção do trabalho, o desenvolvimento de práticas médicas-assistenciais conveniadas ao Estado. Não que a prática médica-previdenciária e assistencial fosse inexistente entre as demandas do movimento sindical. Esteve presente em todas as lutas e reivindicações sindicais promotoras da cidadania do trabalhador, junto aos pleitos políticos, econômicas e sociais mais gerais. O que se quer demonstrar aqui, nesta tese, é que, tolhidas as ações sindicais de suas representações econômicas e políticas, e de mobilizações dos trabalhadores para a defesa dos seus interesses, restava ao sindicalismo rural a prática de enaltecimento do trabalho e a ação assistencial. O assistencialismo como via de mediação dos trabalhadores e do sindicalismo com o Estado tornava-se, assim, o ponto nodal de sua reestruturação. O assistencialismo estimulado pelo Estado seria, desde então, o elemento definidor das ações sindicais no Brasil, neste trabalho, especificamente, tratando do meio rural.

Inibido no seu papel político e econômico e dilacerado por inúmeras interventorias restaria à estrutura sindical a alternativa do desenvolvimento assistencial como forma e conteúdo de sua existência. O sindicalismo rural brasileiro passou a ter uma função de mediadores e de uma ação colaboracionista junto ao

Estado, como consequência da repressão política imposta e das inúmeras interventorias sofrida.

Tornou-se uma entidade mais próxima do Estado e a defenderem uma posição de colaboração entre classes. Muitas reivindicações dos trabalhadores passaram a ser completamente ignoradas e desaconselhadas de encaminhamento pelos sindicatos.

Foram colocadas, também, às vezes, no moroso processo da justiça do trabalho como causas individuais. Onde o trabalhador invariavelmente se perdia na burocracia, sem acompanhamento jurídico satisfatório, sendo estimulados pelos próprios sindicatos a desistirem da causa ou a firmarem acordos que não os beneficiavam.

O primeiro ato institucional, ainda sem número, foi assinado pela junta governamental que assumiu a presidência da república logo após o golpe, no dia 09 de abril de 1964. O ato, segundo o *Diário de Pernambuco* dos dias 10 e 19 de abril de 1964, tinha por objetivo "*consolidar a revolução*" e entre outras medidas determinava o fim das greves consideradas políticas no Brasil. Embora houvesse a afirmação sobre a possibilidade de deflagração de greves econômicas, por melhores salários, - conforme os direitos assegurados pela carta constitucional de 1947, no artigo nono do decreto n. 9.070, - um movimento só poderia ser deflagrado e considerado legal se houvesse um *ajuizamento anterior* da categoria na justiça trabalhista.

Presos às malhas burocráticas da justiça do trabalho, trabalhadores e sindicatos ficavam a mercê de uma ação representativa exterior ao movimento. Esta ação representativa exterior, - que espelhava a representação sindical vigente enquanto mediação, vinda de um movimento de cima para baixo, - subordinava rigidamente a estrutura sindical ao Ministério do Trabalho e Previdência Social e às juntas de conciliação e julgamento da justiça do trabalho. A rigidez legalista da ação representativa exterior que definia a representação sindical em última instância, fomentava tensões nas relações entre os trabalhadores e os sindicatos rurais.

A estrutura sindical encurralada na rigidez legalista transferia para as mãos do Estado as decisões sobre as possibilidades ou não de reivindicarem os direitos dos seus representados. Os trabalhadores e os seus órgãos de representação no campo

perdiam assim a autonomia relativa de mobilização, conquistada nas lutas desenvolvidas nos anos de 1960 a 1964.

Embora o vínculo com o Estado e a legislação trabalhista a que foram incorporados quando conquistaram o direito de sindicalização rural, em 1960, já trouxesse em si os limites de sua autonomia. Mesmo ao se afirmar, como se admite aqui, que as conquistas eram repassadas para os trabalhadores como atribuídas em último caso, e não como produto da luta dos movimentos sociais, antes mesmo do golpe, a reviravolta da imposição da lei de greve após o golpe militar fechava definitivamente as fronteiras da representação sindical mais voltada para as conquistas e mobilizações políticas de classe. Redefinia a esfera sindical tornando-a mediadora dos interesses do estado e a estrutura sindical como uma instância institucional vinculada e sob controle direto estatal.

As Intervenções nos Sindicatos Rurais

Logo após o golpe, o exército promoveu uma devassa no campo e ocupou e interveio na grande maioria dos sindicatos rurais. Invade, também, a sede da Federação dos Trabalhadores Rurais, prendendo o seu presidente Manoel Gonçalves Ferreira ligado a AP – Ação Popular e submete a federação à intervenção, colocando em seu lugar o segundo secretário da entidade Severino Manoel Soares, ligado ao SORPE. De acordo com o *Jornal do Comércio* de 18 de setembro de 1964, Manoel Gonçalves Ferreira ficou preso entre os meses de abril a agosto de 1964, tendo sido posto em liberdade junto com outros camponeses no final deste mês.

A ação do exército, logo após o golpe, também, destruiu as sedes das Ligas Camponesas e prendeu, matou e aterrorizou as lideranças do movimento político rural e os trabalhadores que lhes davam apoio. O *Diário de Pernambuco*, em suas edições dos dias 08, 14, 15 e 30 de abril de 1964, por exemplo, noticia apenas a intervenção federal em sete sindicatos rurais em Pernambuco: nos municípios de Palmares, Barreiros, Tambémé, Goiana, Quipapá, Condado e Moreno. Na realidade, porém, de acordo com os dados fornecidos pelo SORPE ao autor em 1967, apenas dois sindicatos rurais do estado, os dos municípios de Nazaré da Mata e Vicência, não sofreram processos de intervenção após o golpe de 1964. As diretorias dos dois

sindicatos acima foram reconhecidas pelas interventorias federais da DRT e puderam continuar no exercício de suas funções.

Dos quarenta sindicatos rurais existentes na época na zona da mata de Pernambuco, trinta e oito sofreram processos de intervenção imediatamente após o golpe. Destes, segundo dados do SORPE ao autor, vinte e seis tiveram mais de um processo de intervenção pela DRT, até o ano de 1967.

Além das interventorias federais os sindicatos imediatamente após o golpe ficaram sujeitos à violência do patronato. Logo após o golpe o patronato buscou revidar os anos de ascensão do movimento político rural em Pernambuco. Agora donos da situação e sem a ameaça de um movimento de trabalhadores forte e reivindicativo, em momento de recesso político, o patronato no estado patrocinou uma avalanche de quebra-quebras nas entidades sindicais, aterrorizou suas lideranças e trabalhadores com a ajuda de suas milícias e passaram por cima de várias conquistas dos trabalhadores conseguidas antes do golpe de 1964.

A violência do patronato recaiu inclusive sobre os sindicatos católicos de orientação conservadora no estado, sob o comando dos padres Melo e Crespo. Embora estes se sentissem também como que donos da situação por terem apoiado o movimento golpista.

Grupos armados invadiram as sedes sindicais no campo sem se importarem de esta ou aquela ser ligada ao clero conservador ou de já terem sofrido intervenção pós-golpe da DRT. Espancaram e expulsaram os dirigentes sindicais e destruíam as sedes das entidades. Ameaçavam as diretorias sindicais e os trabalhadores recusando-se a cumprir a tabela sobre as tarefas no campo e demais conquistas acordadas e aprovadas nos últimos dissídios anteriores ao golpe.

A intimidação patronal chegou a um ponto que, após denúncia do padre Paulo Crespo, reforçada a seguir pelo interventor da DRT, levou o governo do estado a fazer uma advertência pública às atitudes violentas *em curso no estado de Pernambuco*. Dirigindo-se principalmente ao patronato da zona agroindustrial açucareira, segundo notícia publicada no *Diário de Pernambuco* do dia 30 de abril de 1964.

A CNBB também se manifesta sobre a violência no campo em Pernambuco através de uma declaração conjunta datada de 13 de abril de 1964. Nesta declaração,

de acordo com o *Diário de Pernambuco* de 14 de abril de 1964, conclama "... que os proprietários de terras não decepcionem sua Mãe, a Igreja, criando óbices à sindicalização dos seus assalariados".

A CNBB faz um pronunciamento em defesa dos "... autênticos líderes cristãos que militam nos sindicatos, especialmente no meio rural". A divulgação da declaração tinha por objetivo conservar a liderança sindical católica no campo, que não havia sido poupada da repressão do exército ou do patronato e das interventorias sindicais em toda a região nordestina.

O documento da CNBB prossegue explicando a difícil tarefa daqueles que dirige o movimento sindical rural e a ideologia na qual se baseia o sindicalismo católico. Finaliza com palavras de confiança de que o novo regime saberá *separar o joio do trigo* através do reconhecimento do autêntico sindicalismo dos trabalhadores rurais. Afirma, por fim, que os líderes cristãos não querem "... a luta de classes... o movimento sindical é (porém), por natureza, atividade de promoção humana, de reivindicação e defesa, sem quebra dos deveres profissionais. Confiemos reconheça o Governo que ora se instala em nosso País, o valor do autêntico sindicalismo".

Nesse momento a CNBB apoiava o golpe. Vislumbrava através dele o fim da ameaça comunista no país e também o compromisso modernizante da estrutura econômica e social no país, principalmente na área rural brasileira.

Com o golpe vitorioso a Igreja Católica, através da CNBB, volta a professar votos de fé no novo sistema em instalação no país e aproveita para lembrar a importância dos compromissos assumidos pelo movimento golpista com as reformas sociais. Em suas palavras, no documento já citado publicado no *Diário de Pernambuco* de 14 de abril de 1964,

"... as necessárias reformas tantas vezes lembradas pela Igreja devem ser promovidas. Se em voz quase unânime se afirmava ser o desejo de todos uma modificação em nossa estrutura socioeconômica, hoje, desaparecidos os perigos de um imediato aproveitamento, por parte do comunismo, resta levá-las à prática de maneira prudente, corajosa e eficaz de acordo com a Mensagem da Comissão Central da CNBB de 30 de abril de 1963. Sabemos que elas não podem vir perfeitas e completas. Aplaudimos cada passo que for dado, com a condição de levar até o fim o desejo de dar ao povo brasileiro condições de vida social e econômica conforme o evangelho".

Continua o documento fazendo um apelo ao governo para o respeito aos direitos humanos: "... *sem prejuízo das indispensáveis e oportunas medidas de segurança nacional, manifestamos como Pastores, um duplo anseio: que inocentes eventualmente detidos em um primeiro momento de inevitável confusão sejam, o quanto antes, restituídos à liberdade; e que mesmo os culpados sejam livres de vexames e tratados com o respeito que merece toda a criatura humana*".

As questões levantadas no documento acima citado pela CNBB, imediatamente após o golpe, sobre a necessidade das reformas sociais, principalmente no campo, e sobre o *bom senso* às medidas e à amplitude da repressão pelos golpistas, seria convertido, um pouco mais tarde, no principal ponto de atrito entre a Igreja católica e o Estado autoritário no Brasil, como se verá adiante. No momento do lançamento deste documento, dia 13 de abril de 1964, porém, a Igreja Católica acreditava nos bons e firmes propósitos do movimento que promoveu o golpe, e do qual ela participou de forma ativa.

A Igreja seria, contudo, agraciada pelo golpe em consolidação no país. Em Pernambuco, por exemplo, será nas mãos dos dois padres, Antônio Melo e Paulo Crespo, que os militares confiarão a direção do sindicalismo rural. O sindicalismo rural ficará assim sob a orientação e controle dos setores mais conservadores da Igreja Católica envolvidos com o trabalho de sindicalização no campo. O sindicalismo independente, porém, por seu turno, sofreria uma forte repressão, com a prisão, tortura e morte daqueles que o orientavam.

Repressão é bom frisar, que não buscava apenas amedrontar ou destruir as lideranças e trabalhadores envolvidos com o sindicalismo independente. Tinha por objetivo, sobretudo, obscurecer quando não destruir o papel desse movimento e suas entidades sindicais da memória sindical do país.

A repressão política passava assim também pela destruição dos arquivos e registros sindicais, com o objetivo de destruir a memória social sobre o movimento sindical independente. Apagar a história, esvaziar com o tempo qualquer tentativa de reescrever o papel dos sindicatos independentes nas lutas políticas travadas no período entre os anos de 1960 a 1964, era uma das principais tarefas da repressão.

Pode-se afirmar, adaptando um conceito de Guattari (1985, p. 15), que o Estado autoritário em implantação no Brasil buscava impor-se também a partir do

processo de "*alisamento da paisagem*". Ou seja, através da destruição física dos lugares cultural e politicamente significativos para os trabalhadores.

É significativo nesse sentido o exemplo do sindicato rural do município de Palmares. Com o golpe os militares invadem o sindicato rural e prendem e torturam suas lideranças sob as acusações de comunismo e corrupção, segundo notícia divulgada através do *Diário de Pernambuco* do dia 09 de abril de 1964. Colocam como interventor Severino Geraldo dos Santos, de acordo com o *Diário de Pernambuco* do dia 08 de abril de 1964, cujo papel seria o de tentar reelaborar a memória sindical local. Para tal, funda de novo o sindicato rural de Palmares e solicita ao Ministério do Trabalho e Previdência Social um novo registro.

Durante a invasão pelos militares a sede do antigo sindicato rural é queimada e seus arquivos destruídos. A inauguração da nova sede coincide com o estabelecimento de uma nova data para a sua fundação. A partir desta nova data o sindicato se erige como novidade: o antigo nunca existiu.

O sindicato rural de Palmares passa a ser dado como fundado a partir da nova data de sua inauguração e da instauração de sua nova sede. Os registros nos órgãos de representação de classe e no Ministério do Trabalho e Previdência Social, o papel timbrado da entidade, até hoje informam que o mesmo foi fundado no dia 26 de novembro de 1964 e reconhecido pelo ministério no dia 26 de novembro de 1965.

A recriação e reelaboração da história sobre a memória das lutas dos trabalhadores foram usadas pelo Estado autoritário assim como mais um instrumento de submissão do movimento social rural. Vera Telles (1984) analisando a estratégia de poder instituída em 1964, não vê o autoritarismo apenas como se fosse uma prática do Estado contra a sociedade de uma forma geral e abstrata. Mas como uma prática social tornada experiência cotidiana.

Para ela, o efeito da estratégia autoritária era a de "... *apagar os sinais de reconhecimento popular e esvaziar o sentido da ação coletiva como forma de participação na vida social... despolitizar a sociedade e desfigurar a política como coisa pública*" (Telles, 1984, p. 20 e 21).

Em um *survey* realizado pelo autor com os sindicatos de trabalhadores rurais de Pernambuco, em dezembro de 1980 (Koury, 1981), muitos dos sindicatos consultados responderam não possuir elementos para o preenchimento de algumas

informações solicitadas por não possuírem arquivos. Os arquivos tinham sido destruídos pela repressão do patronato e militar em 1964. Este *survey* foi realizado com todos os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Pernambuco existentes em dezembro de 1978, com o objetivo de traçar um perfil dos sindicatos rurais no estado, e um histórico de fundação, data de reconhecimento, funcionamento, área de abrangência, delegacias sindicais, diretorias, principais atividades, entre outros aspectos, da data de fundação até o ano da aplicação do questionário (Koury, 1981). Na época o número total de sindicatos rurais no estado era de cento e quarenta e sete (147) sindicatos.

Algumas perguntas eram respondidas a título de ilustração neste trabalho, do seguinte modo: "*Deixamos de fornecer os referidos dados por nos faltar elementos históricos para precisar a sua (do sindicato) fundação*" (Sindicato de Angelim); ou, "*entidade fechada em abril de 1964*" (Sindicato de Canhotinho); ou ainda, "*não existe documentação até 1968*" (sindicato de São José da Coroa Grande). Quando não deixavam em branco várias perguntas, como dando a entender que faltava documentação sobre o período, como foram os casos dos sindicatos rurais de Itambé, Goiana e muitos outros.

Nenhum deles teve a destruição de sua memória tão cruelmente desfeita do que o sindicato rural de Palmares. A ficção política parece mais uma vez tornar-se realidade. Embora uma realidade em tons patéticos. É o caso de uma comparação com o *Nineteen Eighty-Four* de Orwell (1976). Neste conto se pensa uma sociedade cujo Estado vive obcecado em destruir a memória social e política do seu povo. Como forma de se conservar no poder recria cotidianamente novos registros políticos e sociais e reescreve a história social de acordo com a conveniência de cada momento.

Um breve parêntese sobre a FETAPE.

Como se viu anteriormente, após o golpe a FETAPE sofreu intervenção. O mesmo aconteceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. A CONTAG permaneceu sob intervenção de 1964 a 1968. Em 1964 foi deposta a primeira diretoria eleita sob o comando de Lyndolpho Silva do Rio de Janeiro, e foi constituída uma Junta Governativa que durou um ano de 1964 a 1965. Em 1965 foi

instituída uma nova diretoria sob a presidência do interventor José Rotta, de São Paulo, que governou a entidade no período de 1965 a 1968. Em 1968 ocorreu uma eleição com duas chapas, e foi eleito por apenas um voto de diferença, derrotando a chapa dos interventores, José Francisco da Silva. José Francisco da Silva é originário do município de Vicência, Pernambuco, e ligado ao movimento sindical cristão. José Francisco permanece na presidência da entidade em eleições sucessivas até 1989.

No processo de invasão e intervenção da FETAPE o seu presidente, Manoel Gonçalo Ferreira, foi preso e em seu lugar assumiu o segundo secretário da entidade, Severino Manoel Soares, homem ligado ao SORPE, que ocupou a presidência até o final de 1965. Em 1968, segundo um assessor sindical entrevistado pelo autor, em 2002, Severino Manoel Soares foi sequestrado e lavado para as terras da usina Cruangi, onde foi fortemente espancado, acusado de ser contra o candidato da ARENA – Aliança Renovadora Nacional no município de Timbaúba. Sem condições de permanecer no município e mesmo no estado, foi convocado para trabalhar na CONTAG, junto a José Francisco da Silva, recém empossado na presidência da entidade.

Neste ano a Federação sofre nova intervenção, acusada de malversação de fundos e entra em uma *“grave crise política e financeira culminando, em 1965, com o despejo do prédio em que funcionava, por falta de pagamento”*, segundo o documento da FETAPE (2006, p. 7). Após a ocupação pela Delegacia Regional do Trabalho, sob a alegação de por *“a casa em ordem”*, um novo interventor é indicado, homem também ligado ao SORPE e suplente do conselho fiscal da entidade, Euclides Almeida Nascimento, e presidente do sindicato rural de Nazaré da Mata, que permaneceu no cargo de 1966 a 1972, quando foi impedido de continuar no cargo pela Delegacia Regional do Trabalho, entrando em seu lugar o seu irmão, Nativo Almeida do Nascimento, também do sindicato rural de Nazaré da Mata, que governa a entidade de 1972 a 1978. É conveniente indicar, aqui, que Euclides Almeida Nascimento foi um dos membros da Junta Governativa, entre 1964 e 1965, que assumiu a CONTAG no processo de intervenção sofrida pela entidade com o golpe militar. Os demais presidentes da FETAPE foram: José Rodrigues da Silva (1978-1993); Manoel José dos Santos (1993-1997); Januário Moreira da Silva Neto

(1998-1999); Antonio Marques dos Santos (1999-2002) e Aristides Veras dos Santos (2002-2006 e em segunda gestão de 2006-até 2010).

A principal tarefa da Federação, após o golpe, era a de administrar o difícil espólio do que sobrou do movimento sindical rural no estado e torná-lo viável, contendo as ameaças do patronato sobre as lideranças sindicais de qualquer coloração partidária, e as constantes intervenções e pressões das delegacias do trabalho e compor uma base de aproximação com o Estado autoritário, a quem o SORPE e o Padre Antonio Melo deram apoio. Além de, simultaneamente, reconquistar a liderança política e institucional junto à nova organização e estrutura sindical, por sindicato, que se encontrava desestruturada, e sob pressão política e institucional por parte do patronato e do Estado autoritário. Fora, é bom salientar aqui, para complicar e complexificar a enorme tarefa que a Federação tinha pela frente, as visões não de todo harmônicas entre as orientações dos dois tutores, o Padre Melo e o Padre Crespo, através da SORPE, no interior da Federação e do movimento sindical rural como um todo.

Em fevereiro de 1965 uma portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social de número 71, determina que os sindicatos deveriam passar a ter base territorial e ser representados por apenas uma entidade para todas as categorias de trabalhadores no campo (*Diário de Pernambuco*, 18 de fevereiro de 1965), o que ocasionou uma mudança no nome da antiga Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco para FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Pernambuco em 05 de fevereiro de 1966 (*Jornal do Comércio*, 06 e 20 de fevereiro de 1966). O mesmo acontecendo com todas as federações de trabalhadores rurais no Brasil que passaram a se denominar FETAG mais o nome do estado representado, como, por exemplo, FETARN – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte, FETAG-PB – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba³⁰ ou FETAG-SP – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo, etc.

Os setenta sindicatos surgidos no período de 1961 a 1964 no estado de Pernambuco estavam em processo de intervenção imediatamente após o golpe. Cabia

³⁰ Sobre a FETAG-PB e o sindicalismo rural no estado da Paraíba nos primeiros anos após o golpe, ver Koury (2007, pp. 22 a 37).

a FETAPE junto com o SORPE e o Padre Melo tentar convencer as autoridades sobre a manutenção dos seus funcionamentos com indicação de nomes para composição de suas diretorias, ou luta para manutenção de diretorias então ligadas ao movimento católico, mas que estavam sendo perseguidas pelo patronato local ou por intervenções brancas e pressões de todo o tipo de autoridades ligadas ao município ou ao estado. A manutenção e funcionamento da rede sindical no estado eram garantia, inclusive, de sobrevivência da própria federação, que dependia dos sindicatos filiados até burocraticamente para continuar a existir.

Por solicitação da Federação a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco reedita nota oficial publicada nos principais jornais do estado esclarecendo que os sindicatos rurais são entidades legalmente constituídas e pode funcionar normalmente, bem como a situação dos delegados sindicais, devendo os empregadores os respeitar (*Jornal do Comércio e Diário de Pernambuco*, de 20 de setembro de 1964). O mesmo acontecendo com a Delegacia Regional do Trabalho que reedita nota aos empregadores afirmando que o imposto sindical continua em vigor e deve continuar a ser arrecadado e depositado de acordo com o artigo 582 e 586 da Consolidação das Leis Trabalhistas (*Jornal do Comércio*, 12 de novembro de 1964).

Envolta ela própria com as intervenções e pressões em sua sede, tinha que lidar não só com a busca de aprofundar os laços com o novo regime imposto com o golpe e convencê-los do seu apoio, lealdade e funcionalidade para o sistema implantado, como também de impedir que os setores mais atrasados do patronato do estado agissem de forma emocional e voluntarista na destruição pela violência exacerbada e perseguição das lideranças sindicais por ela, a Federação, consideradas *autênticas*, e por ela recomendada. A questão do controle das emoções (Elias, 1990, p. 189-213) faz parte do processo civilizatório pensado para as relações entre capital e trabalho no campo brasileiro pela igreja católica, no seu projeto modernizador das relações sociais. Neste sentido, a ação sindical da igreja não só combatia a comunização do campo, mas, também, a truculência das relações sociais e de trabalho do patronato, fazendo uma diferenciação do *bom* e do *mau* patrão em relação ao cumprimento da legislação trabalhista e por uma política de direitos centrada nas boas relações entre patrão e trabalhadores.

Esta difícil posição a fez distanciar-se de todo e qualquer conflito possível e recomendar aos seus associados de também não se envolverem com quaisquer problemas. A recomendação, como falou um entrevistado ao autor em 2002, era a de que “*se deveria ser como bosta na água: deixar-se levar pelas ondas e pelo vento, evitando atritos e turbulências*” (assessor sindical).

A expressão *bosta na água* é uma alegoria muito usada entre a população moradora do litoral e da mata pernambucana e, como bem disse o assessor sindical entrevistado, tem o significado preciso de *se deixar levar* em momentos de turbulência pelo movimento conjuntural seja, político, seja econômico, seja social, de um determinado período vivido. Quanto mais turbulência, mais atritos deveriam ser evitados, promovendo, desta forma, uma sobrevivência e, quem sabe, no fim da tempestade ou da força que causou a turbulência, o sujeito ou a instituição que se deixou ao ritmo levar, permaneceria estruturado e inteiro.

Uma segunda significação tem o sentido de moldar-se às situações e às experiências sofridas, buscando não apenas sobreviver, mas tirar proveito da própria turbulência trazida conjuntamente pela situação vivida. A expressão *bosta na água*, desta forma, simboliza uma forma de viver, ou sobreviver, em *tempos brabos*, outra expressão muito usada na região. Simboliza integrar-se, mesmo não concordando, e mascarar-se para passar despercebido e, assim, poder tirar proveito do que pode ser útil, ajustando-se ao movimento ou parada súbita do ritmo conjuntural. Uma difícil tarefa que, ao procurar ser cumprida nas suas nuances, fez a FETAPE afastar-se dos conflitos possíveis e advertir aos sindicatos e aos associados de não se envolverem, também, com nenhum problema que pudesse vir a comprometê-los junto à nova ordem instituída. Uma verdadeira filosofia, enfim!

Esta filosofia de *bosta na água*, na imagem proposta pelo assessor entrevistado, portanto, promovia ou incentivava os sindicatos rurais à denúncia de qualquer elemento estranho ao movimento sindical para os militares no poder. Esta filosofia foi utilizada e posta em prática muitas vezes, como pode ser visto nos ofícios ou abaixo assinados às secretarias de segurança pública estadual ou de cunho municipal e ao comando do exército, algumas delas publicadas em jornais como, por exemplo, as notas saídas no *Diário de Pernambuco* dos dias 20 de maio de 1965 e de 05 e 24 de março de 1968, e no *Jornal do Comércio* dos dias 12 e 19 de maio de

1965; 23 de agosto de 1966; 28 de março de 1967 e 05, 13 e 23 de março; 12 de setembro e 10 de outubro de 1968.

Nestes ofícios ou abaixo assinados as autoridades eram alertadas da presença de estranhos nas assembleias sindicais; ou de panfletagem por estranhos à classe em locais de concentração de trabalhadores ou durante assembleias na sede de sindicatos ou nas reuniões de delegacias sindicais. Uma pesquisa nos arquivos da ditadura, deste modo, ainda está para ser feita de forma aprofundada: seja nos arquivos do DOPS, dos Comandos Militares na região, e outros. O trabalho nestes arquivos, em uma pesquisa específica para estes fins, poderá ampliar e aprofundar, enormemente, a relação entre movimento sindical rural e Estado autoritário e, aqui, especificamente, essa série de denúncias feitas pela FETAPE ou incentivadas por ela, contra “*a presença de elementos com intenção de prejudicar os camponeses*”.

O apelo à institucionalização do movimento, que se fazia na busca de organizar a própria federação e capacitá-la para a gerência da máquina sindical do estado e, de forma simultânea, de reorganizar a rede sindical, instituindo diretorias e às vezes re-fundando sindicatos e procurando legitimá-los e legalizá-los (em vários processos de reconhecimento pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social) como órgãos de classe junto ao Estado autoritário, tornou-se a base da atuação da FETAPE nesse período até o AI-5.

Organizar a casa, como falou em entrevista ao autor, em 2002, um assessor sindical da federação da entidade, era o principal objetivo. E essa organização foi efetivada seguindo três frentes:

1. Possibilitar a federação e os sindicatos rurais no estado de funcionamento institucional, nesse vendaval de intervenções e pressões de setores diversos como as delegacias de trabalho, secretarias de segurança pública, comandos militares, prefeituras e, principalmente da truculência patronal;
2. Instituir o legalismo das relações capital e trabalho através da busca do controle emocional do patronato via institucionalização destas relações via justiça do trabalho; e, neste sentido conseguir a estabilidade e legitimidade para o cumprimento do Estatuto do Trabalhador Rural e dos direitos dos trabalhadores na relação

trabalho-capital, dentro da lei e na ordem (mesmo que fosse necessária a denúncia contra elementos estranhos à classe e, mesmo o não apoiar ou tentar desmobilizar trabalhadores em suas denúncias contra desmandos dos patrões);

3. Ampliar a rede sindical no estado e criar condições infra-estruturais para funcionamento deste aparato sindical por ela controlado, através de convênios com o poder instituído ou com órgãos diversos como o IADESIL, a Cruzada ABC – Associação Básica Cristã e outros.

Estas frentes de ação possibilitaram não apenas, com o passar dos anos, a sobrevivência institucional da Federação e a ampliação da rede sindical no estado de Pernambuco, mas, além, a obtenção de uma série de recursos infra-estruturais, como a criação de sedes de treinamento e formação sindical espalhadas pelo estado e um apoio legal da rede sindical oficial no estado. Esta ampliação da rede sindical rural foi mais do que satisfeita, conforme pode ser visto nos dados abaixo: entre 1965 e 1979 foram fundados mais quarenta e cinco sindicatos em Pernambuco através do apoio da FETAPE, juntando-se aos setenta já existentes anteriores ao golpe e estabilizados por ela nesse período. Segundo dados da FETAPE, em 2006 existiam em Pernambuco cento e setenta e oito (178) sindicatos, o que significa que entre 1980 até 2006, outros 63 foram constituídos (FETAPE, 2006, p.5).

Quanto à base representacional junto às categorias de trabalhadores rurais, como se vem vindo discutindo e aprofundando nesta tese, nesses anos de chumbo, a relação foi sempre tensa, apesar de pouco a pouco, no caminhar da década de setenta, a federação vir a galgar espaços de independência frente à igreja e a delegacia regional do trabalho e se colocar de modo mais efetivo na defesa dos direitos e no âmbito da representação junto ao campesinato.

Conformidade e Resistência

Como já vimos relatando, com o golpe de estado de 1964, os proprietários rurais passaram a desrespeitar as conquistas trabalhistas no campo. Principalmente a dos anos entre 1962 a 1964, de maior poder de pressão do movimento político rural. Donos da situação exerceram todos os tipos de intimidação e de ameaças aos

dirigentes sindicais, independentemente do fato dos sindicatos terem origem *independente* ou *federada*, ou se encontrarem ou não em processo de intervenção.

As intimidações tinham a forma de ameaças de morte, de depredações e queima das sedes dos sindicatos, além de denúncias e acusações de *ação comunista* a seus membros e dirigentes, como podem ser vistas nas pequenas notas veiculadas no *Diário de Pernambuco* dos dias 12 e 30 de abril de 1964. No clima de perseguições era comum aparecerem, como matéria paga, nos jornais a publicação de cartas ou declarações de pessoas envolvidas com a acusação de *comunismo*. Buscavam com essas cartas ou declarações públicas livrarem-se perante a opinião pública e frente ao Exército das denúncias. Este tipo de busca de salvaguarda pessoal foi comum não apenas no estado de Pernambuco, mas em todo o Nordeste e Brasil. Para o caso do estado da Paraíba ver Koury (2007).

O *Diário de Pernambuco* do dia 12 de abril de 1964, por exemplo, publica uma declaração do presidente do sindicato rural de Escada e Amaraji tentando livrar-se de uma acusação feita sobre ele de *comunista*. Diz a declaração:

"... sempre agi honestamente à frente do sindicato. Jamais admiti que os meus comandados fossem atrás de agitadores do nosso Estado. Sempre estive contra as atuações dos comandados que aqui compareciam querendo dar ordens expressas. Nunca fui atrás de conselhos. Mas faço questão de adiantar que o ex-prefeito impediu-me até de enviar um telefonema ao IV Exército, congratulando-me com o grande feito em benefício do nosso povo. Não é verdade que tentei levantar camponeses, como adversários políticos afirmaram. Sempre fui um homem que a frente do Sindicato apenas tem olhado para as reivindicações dos trabalhadores, junto aos seus empregadores e a justiça. Graças a Deus estou tranquilo e o povo de Escada está aí para testemunhar a minha maneira de agir".

Declarações públicas de não envolvimento com o movimento político vencido, feito em um momento de perseguições e desespero pessoal por muitos que buscavam livrar-se de ações culposas a eles lançadas, contribuíram para o estabelecimento do clima de terror junto às bases sindicais, junto ao trabalhador comum e a população em geral. Com as lideranças sindicais e políticas presas ou mortas e muitos dos dirigentes ainda em liberdade buscando uma forma de *mudar de roupa* para melhor adaptarem-se as novas regras do jogo, ou para apenas tornarem-se invisíveis e terem a possibilidade de sobreviver, além da imensa repressão patrocinada pelo patronato e pelo o exército, criou-se um *intermezzo* onde os

movimentos sociais do campo refluíram. Desorganizaram-se em seu núcleo mais combativo.

Ao passar por cima dos acordos trabalhistas, frutos de conquistas dos trabalhadores nas lutas de 1962 a 1964, o patronato na sua ânsia de repressão e controle sobre os trabalhadores iria paulatinamente ser os responsáveis pelas novas mobilizações e organização de movimentos reivindicatórios nos anos seguintes ao golpe, aqui particularmente tratando-se dos anos de 1965 a 1968. Iria também servir de motivo para os primeiros arranhões e tensões no bom relacionamento da Igreja Católica e o Estado autoritário brasileiro.

A zona canavieira de Pernambuco vive mais uma de suas periódicas crises econômicas no ano de 1965, consequência da queda do preço do açúcar no mercado internacional e do processo de reorganização e controle do mercado nacional. O sistema de cotas estabelecido pelo Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA, segundo os usineiros e fornecedores de cana do estado, marginalizava o produto pernambucano, e nordestino, em relação ao do sudeste do país. Isto associado às pressões dos produtores sobre o baixo preço pago ao açúcar pelo governo federal através do IAA.

A nova crise mais uma vez leva o setor canavieiro de Pernambuco a declarar-se à beira da falência. Várias usinas são fechadas e o IAA intervém em algumas outras. O trabalhador rural, como uma espécie de denunciador mais evidente da crise, deixa de ser pago. Propriedades existindo onde o assalariado não recebia qualquer tipo de pagamento há mais de seis meses.

A situação agrava as condições de vida e de trabalho no cinturão açucareiro pernambucano e os jornais publicam em manchetes sensacionalistas o desespero da população local. Como, por exemplo, a manchete publicada no *Diário de Pernambuco* do dia 11 de abril de 1967: "*Camponeses de Palmares, que já comeram ratos, alimentam-se agora de tanajuras (nome dado às grandes formigas de asas comuns na região. Nota do autor)".*

A situação de miséria e a falta de alternativas inquietam os trabalhadores. No município do Cabo, os trabalhadores sindicalizados forçam uma assembléia sindical para discutirem a situação. Como resultado da reunião resolve entrar em estado de mobilização e preparação para uma possível paralisação dos trabalhos nas propriedades do município. Este fato acontece nos últimos meses do ano de 1966.

As greves políticas e de solidariedade se encontravam terminantemente proibidas, tidas como sinônimo de agitação, contudo, embora em retórica as greves econômicas fossem possíveis no novo regime brasileiro, realizá-las era difícil. Os que se atrevessem teriam que estar dispostos a atravessar o árido terreno da nova *lei de greve*, ou, como era sussurrada entre os pares do movimento sindical, da *lei antigreve*: como ficou conhecida a Lei n. 4.330 de 01 de junho de 1964 que regulamenta o direito de greve na forma do artigo 158 da constituição federal, revogando a Lei n. 9.070 de 15 de março de 1946 (Pereira, 1976, p. 949 a 950).

É importante notar aqui que, metodologicamente, o jogo entre a afirmação formal *lei de greve*, usada para declarações públicas pelo movimento sindical, e a afirmação jocosa, *lei antigreve*, usada entre os pares do movimento sindical, diz respeito à ambivalência mesma do movimento, e ao que James Scott (1990, p. 18) chama de transcrição oculta, isto é: falas, gestos, atitudes que contradizem ou modulam o que aparece na transcrição pública. A transcrição oculta, deste modo, aparece nos espaços distanciados do poder, onde a ação pública, *lei de greve*, pode ser lida ou rubricada no seu significado mais sentido pelo movimento sindical, isto é, pela dificuldade presente na lei n. 4.330 de se levar adiante um processo de greve e, daí, ser tratada de forma jocosa, de *lei antigreve*.

De acordo com a nova lei, para que uma greve pudesse vir a ser reconhecida, teria que ultrapassar diversas condições prévias. O caminho para o exercício do direito de greve deveria assim:

1. Ser autorizado por decisão de uma assembléia geral convocada pela diretoria sindical;
2. A convocação deveria ser feita através de publicação de editais nos jornais locais, com indicação do dia, local e hora de sua realização, e designação da ordem do dia, - que deverá ser exclusivamente destinada à discussão das reivindicações e deliberações sobre o movimento para a greve;
3. A convocação por edital formulada com uma antecedência mínima de dez dias;
4. As decisões da assembléia devem ser colhidas em formas de votação com a utilização de cédulas *SIM* e *NÃO*;

5. A apuração de cada votação deverá ser presidida por um membro do Ministério do Trabalho e Previdência Social, ou pessoa designada pelo procurador geral do trabalho ou por procuradores regionais;
6. Apurada a votação, o presidente da assembleia providenciará a remessa de cópia autenticada do que foi deliberado pela maioria ao diretor do departamento regional do trabalho ou delegado regional;
7. A diretoria sindical deverá notificar o empregador por escrito após ter as reivindicações profissionais aprovadas e a greve autorizada, assegurando-lhe o prazo de cinco dias úteis para uma solução das reivindicações pleiteadas, sob pena de abstenção pacífica e temporária do trabalho;
8. A diretoria sindical também enviará duas cópias autenticadas das notificações feitas ao empregador, para as autoridades da DRT;
9. Tendo em mãos as duas cópias enviadas pela diretoria sindical, as autoridades transmitirão as decisões ao MTPS, o qual poderá suscitar dissídio coletivo para conhecimento das reivindicações formuladas pelos empregados, sem prejuízo da paralisação do trabalho;
10. Delegado regional do trabalho adotará todas as providências para efetivar a conciliação entre as partes no prazo de cinco dias úteis a partir da deliberação da assembleia geral que tiver autorizado a greve;
11. Decorridos enfim os prazos previstos na lei, e sendo impossível a conciliação, os empregados poderão abandonar pacificamente o trabalho, desocupando a propriedade.

A lei de greve criada após o golpe, como se pode ver elaborava um verdadeiro labirinto com o objetivo de inibir os esforços de organização de qualquer categoria de trabalhadores à greve. Tendo-se em conta, principalmente, o delicado momento da vida nacional após o golpe e a intensa repressão aos movimentos sociais da nação. Findava o ano de 1966 e o movimento dos trabalhadores encontrava-se em recesso. Cumprir as exigências da lei de greve era a única possibilidade de se tentar formalizar um movimento ou buscar torná-lo *legal*, isto é, reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Era impossível pensar em outra forma de mobilização sem a pressão de um movimento político forte, destruído que se encontrava pela repressão. As tentativas e

o cotidiano de articulação das esquerdas na mata pernambucana, no período de abril de 1964 a 1968, se traduziram em processos frágeis e difíceis, por várias questões, como, por exemplo, as dificuldades de inserção de seus militantes no campo, quase todos advindos do movimento estudantil e das camadas médias urbanas, as dificuldades de mobilização e de entrosamento com os trabalhadores rurais, bem como as prisões e torturas e o esfacelamento dos grupos políticos, além da ação paralela dos jagunços das usinas e engenhos da região.

Além do que, convém lembrar mais uma vez, as dificuldades inerentes a mobilização dos trabalhadores pelos próprios sindicatos, eles mesmos amordaçados e imobilizados pelo medo e falta de articulação política, e sob a tutela da Igreja Conservadora. Como vem sendo demonstrado até agora, o governo militar designou os padres Antonio Melo e Paulo Crespo, como uma espécie de tutores do sindicalismo rural em Pernambuco. Ambos, homens de confiança do regime autoritário imposto ao país e fundadores em Pernambuco do sindicalismo rural de orientação católica conservadora.

É bom frisar também que a iniciativa da greve no município do Cabo foi realizada sob o controle, orientação e coordenação direta do padre Antônio Melo. Em nota a imprensa, divulgada no *Diário de Pernambuco* do dia 15 de dezembro de 1966, o padre informava que a decisão de greve foi motivada pela "... *situação de calamidade em que se encontravam os homens do campo, com os seus salários atrasados há mais de seis meses e sem receberem o décimo terceiro salários e férias a que tinham direito desde 1964*".

A primeira greve do Cabo, enfim, foi deflagrada, no dia 12 de dezembro de 1966³¹, com duração de um pouco mais de noventa dias, reivindicando o pagamento atrasado de férias e o décimo terceiro salário, não pagos desde o golpe, e as diferenças salariais a partir de 1965 (*Jornal do Comércio* de 13 de dezembro de 1966 e 21, 22, 23 e 31 de março de 1967; e *Diário de Pernambuco* dos dias 13, 14 de dezembro de 1966 e 21 de janeiro e 23 de março de 1967). Esta greve atingiu inicialmente 14 engenhos do município, se alastrando para mais quatro no decorrer do movimento, sendo enfim considerada legal pela delegacia regional do trabalho em

março de 1967 (*Jornal do Comércio e Diário de Pernambuco*, de 31 de março de 1967). A permissão para a deflagração do movimento de greve no município do Cabo causou uma espécie de mal estar e um processo de ruptura entre as duas lideranças impostas pelo regime militar e que controlavam o sindicalismo no campo em Pernambuco. O padre Paulo Crespo, que através do SORPE controlava diretamente a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco discordava da iniciativa do padre Antônio Melo em direção a um movimento grevista. A rusga entre os dois párocos e seus representantes na federação, tornava o embate ideológico-burocrático em seu interior às vezes acirrado e na maior parte das vezes bloqueando e afastando ainda mais a federação do movimento e dos trabalhadores.

Para o padre Paulo Crespo, em entrevista ao autor em 1978, se deveria primeiro dialogar com as partes e com o governo na tentativa de um acordo. A greve apenas viria atrapalhar o diálogo que timidamente se iniciava no estado entre os sindicatos, o governo e o patronato.

Um campo de tensão foi aberto com a iniciativa da greve no município do Cabo entre as duas lideranças do movimento sindical em Pernambuco pós 1964. As rugas se davam quanto à forma, ou quanto às táticas e estratégias que o sindicalismo deveria seguir no diálogo com o patronato e o governo. É importante frisar que este campo de tensões não se colocava no plano de divergências políticas e sim no de divergências táticas a um fim comum.

O padre Antônio Melo de um lado, segundo dados de entrevista ao autor em 1979, achava que se havia uma lei de greve, esta deveria ser usada pelo movimento sindical rural como forma de pressão do patronato no cumprimento dos seus deveres. Se autênticos e legítimos fossem os motivos reivindicados.

O padre Paulo Crespo, do SORPE, por outro lado, discordava da utilização da lei de greve antes que fossem esgotados todos os recursos possíveis que levassem a uma conciliação entre as partes. O diálogo deveria acontecer sem a necessidade de pressões. Como uma ameaça de greve, por exemplo, que no seu entender serviria apenas para afastar a idéia do consenso.

³¹ - Outras greves rurais ocorreram no Brasil no período de 1964 a 1968. Para efeito comparativo ver o artigo "A Greve na Fazenda", de Silva (2008), ocorrida na Usina Amália, propriedade do Grupo

Uma greve sequer poderia ser cogitada no seu entender, na situação em que se encontrava no momento a agroindústria açucareira no estado, com falências múltiplas e falta de recursos generalizada. Em sua declaração ao *Diário de Pernambuco*, na edição do dia 15 de dezembro de 1966, sobre o movimento, afirma que o que poderia haver naquele momento era um esforço de colaboração do movimento sindical rural e dos trabalhadores com o governo e o patronato para a superação da crise.

A FETAPE, seguindo a orientação do padre Paulo Crespo, envia um memorial a presidência da república expondo a situação dos trabalhadores e da agroindústria açucareira em Pernambuco e solicitando providências e soluções para a crise. No memorial, segundo o *Diário de Pernambuco* dos dias 07 e 08 de dezembro de 1966, a FETAPE relata a situação econômica da agroindústria açucareira e a miséria dos trabalhadores rurais do estado por falta de pagamento dos salários e a recusa do patronato de pagar o salário mínimo estabelecido pelo governo através do decreto n. 57.900. Relata também o clima de violência no estado e o "*... assassínio de vários líderes sindicais, só porque tentaram defender na justiça os direitos dos seus representados*".

O memorial alerta o governo federal para a inquietação dos trabalhadores do parque açucareiro de Pernambuco e para as pressões para uma possível greve geral no estado como forma de solução para as injustiças. Enfim, o memorial termina nos seguintes termos: "*... como compreendemos que uma greve geral paralisaria toda a atividade açucareira com graves reflexos na economia nacional, solicitamos aos nossos companheiros um crédito de confiança para V. Exa. e seu governo, pois, sabedor destas tristes ocorrências V. Exa. tomaria imediatas providências no sentido de resolver o impasse*".

O movimento de greve que se inicia no município do Cabo ressentia-se da falta de apoio direto da FETAPE. Com o padre Paulo Crespo discordando da forma em que estava se encaminhando o movimento, a FETAPE apenas passou a acompanhar os acontecimentos sem hipotecar apoio direto nem dele participar.

Matarazzo em São Paulo, em 1966.

O acompanhamento pela FETAPE tinha a finalidade de isolar os acontecimentos do Cabo do resto do movimento sindical do estado. Mesmo assim o movimento seguiu adiante.

Outro campo de tensão entre as duas orientações sindicais, - a do padre Antonio Melo e a do padre Paulo Crespo, - localizava-se na noção e na metodologia sobre a questão da reforma agrária proposta por cada um deles. O assunto, inclusive, seria motivo de acirrada polêmica, fartamente documentada pela imprensa local no ano de 1969, através da FETAPE. No debate ficam evidenciadas as diferenças entre as concepções dos dois párocos sobre a reforma agrária.

Para o padre Antônio Melo, a reforma agrária deveria ser realizada através da criação de cooperativas. Estas deveriam ser fundadas em terras arrendadas de usinas e antigos engenhos. Como foi o caso da Cooperativa Agrícola de Tiriri, - idéia laboratório implantada antes de 1964, - ou as novas idéias sobre a fundação de agrovilas. Estas últimas, um tipo de vilas agrícolas com a finalidade de retenção da mão de obra rural no campo. Como se verá adiante, e de acordo com notícias veiculadas pelo *Jornal do Comércio e Diário de Pernambuco* dos dias 20 e 25 de janeiro de 1968, o governo anunciou a desapropriação dos engenhos Tiriri, Jasmim, Massangana, Serraria e Algoduais, que possuíam enormes dívidas trabalhistas, para desenvolver o projeto de cooperativas agrícolas e de agrovilas, sob o comando do padre Antonio Melo, e para aliviar as tensões sociais acumuladas na região.

Para o padre Paulo Crespo, a questão da reforma agrária poderia ser resolvida através do cumprimento da lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964. Esta lei previa a concessão de dois hectares de terra para plantio de lavoura de subsistência e criação a cada trabalhador permanente, - na denominação local chamado de *morador*, - empregado em uma propriedade rural determinada.

O confronto entre as duas orientações delimitou o campo de tensões. Para o padre Crespo, em declaração ao *Jornal do Comércio* de 08 de fevereiro de 1969, o papel do sindicalismo rural seria o de reivindicar a aplicação imediata da lei n. 4.504, "... como forma de solução para o problema da terra, e não criar projetos espúrios" como o projeto de cooperativas agrícolas e de agrovilas do padre Melo.

Embora tutores do movimento sindical rural em Pernambuco, as diferenças de óticas e de proximidade com o poder estabelecido ampliavam as divergências entre

os dois padres. O padre Antonio Melo possuía uma grande penetração nos órgãos de informação do estado e do exército. Ele era considerado, segundo sua própria denominação em entrevista ao *Jornal do Comércio* do dia 20 de março de 1979, o "*preferido*" dos órgãos de informação local.

A política de colaboração desde o período anterior ao golpe o tornara benquisto entre os militares, e a sua atuação como pároco do município do Cabo, o tornara também dono do poder local. Especialmente no que diz respeito à organização sindical dos trabalhadores rurais do município, por ele controlada e submetida.

Foi nesse município que padre Antonio Melo criou os laboratórios para o teste de suas idéias sobre reforma agrária. Neles envolvendo inclusive a estrutura sindical, por ele controlada.

É interessante observar no decorrer das pressões da base forçando o sindicato rural do município do Cabo a percorrer o árduo caminho da lei de greve, a utilização do movimento para as idéias de reforma agrária propostas pelo padre Antônio Melo. Entre as reivindicações de cunho trabalhista do movimento encontram-se como que enxertadas as da criação de cooperativas agrícolas e a da ampliação de agrovilas no município.

Para o padre Antonio Melo na entrevista citada, as duas reivindicações, - de criação de cooperativas agrícolas e de ampliação de agrovilas, - tinha por finalidade atender "*... a uma antiga aspiração dos camponeses sem-terra*". Em resposta a uma solicitação de explicação e relato sobre o movimento paredista no município do Cabo, em uma entrevista concedida ao autor no ano de 1979 pelo presidente da FETAPE na época, Euclides Almeida do Nascimento, o mesmo responde sobre a não existência do mesmo. Com a insistência na mesma questão obtém-se como resposta que o movimento dos trabalhadores do Cabo "*... era o movimento para criação das cooperativas e da reforma agrária espúria do padre Melo*".

O campo de tensões entre os dois párocos tutores do movimento sindical rural em Pernambuco dividia assim o movimento e serviam como amortizador das pressões dos trabalhadores. O sindicato rural do município do Cabo sob a anuência do padre Antônio Melo absorve, enfim, as pressões das bases e põe em seguimento à risca os ditames da nova lei de greve. Resolve, em concorrida assembléia,

devidamente anunciada nos prazos e rigores da nova lei, entrar em estado de greve no município, pelo descumprimento do patronato da Consolidação das Leis do trabalho, CLT.

O Cotidiano do Movimento

Após a decisão de entrar em estado de greve pela assembléia, teve início o processo burocrático imposto pela lei de greve. O sindicato encaminhou então um ofício notificando os empregadores da decisão de paralisação das atividades no município, enviando também ofício de igual teor para a DRT que, por seu lado, tratou de informar ao MTPS.

O MTPS por sua vez, segundo notícia publicada no *Diário de Pernambuco* na edição do dia 07 de dezembro de 1966, "... enviou instruções para o delegado do trabalho em Pernambuco... para observar se a greve decretada para o dia 12 (de dezembro) pelos trabalhadores rurais do Cabo tinha apoio legal e, em caso afirmativo, receber cobertura da Delegacia Regional do Trabalho".

A DRT após se informar da situação marcou uma reunião de conciliação entre empregadores e trabalhadores rurais para o dia 07 de dezembro de 1966. A reunião retarda em um dia o início da paralisação, já que por lei tinha que se dá um prazo de cinco dias para a DRT tentar uma conciliação entre as partes.

Uma das idéias de solução para o impasse surgida no decorrer das reuniões de conciliação era a de que os usineiros e fornecedores de cana do estado cedessem parte de suas terras como pagamento do débito que tinham com os trabalhadores. A proposta partiu do usineiro Rui Cardoso, representante da Usina Santo Inácio na reunião de conciliação, oferecendo terras de um dos seus engenhos para o pagamento dos salários atrasados aos seus duzentos trabalhadores rurais. O delegado regional do trabalho estendeu a proposta aos demais empregadores presentes.

A proposta na mesa de conciliação foi também aceita pela maioria dos trabalhadores, sob a influência direta do padre Antônio Melo. Os motivos e a motivação para a greve sofreram deste modo um esfriamento. De acordo com o *Diário de Pernambuco* na edição do dia 08 de dezembro de 1966, alguns empresários presentes, contudo, ficaram de dar uma resposta no prazo estipulado pela lei, ou seja, dentro dos cinco dias úteis estabelecidos para a conciliação.

Passado o prazo legal de cinco dias e sem uma resposta dos empresários a proposta da DRT, os trabalhadores de quatorze engenhos dão início à paralisação de suas atividades. A greve teve início à zero hora do dia 13 de março de 1966.

De acordo com o delegado regional do trabalho, as reuniões de conciliação obtiveram êxito entre os usineiros e trabalhadores. Junto aos fornecedores de cana, porém, a DRT não conseguiu acordo. Os fornecedores de cana, nas palavras do delegado em depoimento publicado no *Diário de Pernambuco* na edição do dia 14 de dezembro de 1966, "não tiveram propostas capazes de conduzir a situação à normalidade".

O acordo estabelecido entre usineiros e trabalhadores, segundo notícia publicada no *Diário de Pernambuco* na edição do dia 13 de dezembro de 1966, foi o seguinte:

1. Pagamento dos salários atrasados com terras (Usina Santo Inácio);
2. Resgate de débitos na forma de vinte e cinco por cento até o dia 20 de dezembro de 1966, vinte e cinco por cento até o mês de janeiro de 1967, e o restante no mês seguinte (Usina Nossa Senhora das Mercês).

Entre os fornecedores de cana a greve atingiria os trabalhadores rurais dos antigos engenhos banguês, entre eles: a Cooperativa Agrícola do Tiriri e os engenhos Setúbal, Tapugi de Cima, Tapugi de Baixo, Bom Jardim, Coimbra, Cajabuçu, Monte Paranhém, Fazenda Santa Luiza, Sacambú, Juritaca, Caramuru, Santa Amélia e Santana. Em declaração ao *Diário de Pernambuco* na edição do dia 13 de dezembro de 1966, o presidente do sindicato rural do município do Cabo afirmou que os fornecedores de cana deviam aos trabalhadores as férias de 1963 e 1964, a diferença salarial relativa ao ano de 1965 e o décimo terceiro salário dos anos de 1964 e 1965.

Vinte e quatro horas após iniciado o movimento de greve, os engenhos Tapugi de Baixo e Tapugi de Cima fazem um acordo através de negociação direta com o sindicato e, segundo informação do *Diário de Pernambuco* na edição do dia 15 de dezembro de 1966, aceito pelos trabalhadores. Quarenta e oito horas depois de iniciada a greve, de acordo com o *Diário de Pernambuco* do dia 16 de dezembro de 1966, os engenhos Juritaca e Caramuru também entram em negociação direta com o sindicato, conseguindo chegar a um acordo com os trabalhadores. A greve continua nos dez dos quatorze engenhos iniciais.

No dia 23 de dezembro, contudo, os trabalhadores da Usina Nossa Senhora das Mercês entram na greve pelo não cumprimento do acordo negociado na DRT por parte dos empresários, de acordo com a nota divulgada no *Diário de Pernambuco* na edição do dia 24 de dezembro de 1966. Os engenhos Setúbal, Monte Paranhém e Santa Amélia, por seu lado, são denunciados a DRT de estarem contratando mão de obra temporária e criando óbice a livre manifestação dos trabalhadores em greve. O que era proibido por lei. O artigo 19 item IV da nova lei de greve impedia "... ao empregador, de admitirem empregados em substituição aos grevistas" (Pereira, 1976, p. 950), nos casos de paralisações legalmente reconhecidas.

O movimento grevista do município do Cabo prossegue *pari passu* ao agravamento das condições de vida dos trabalhadores. A causa da deflagração do movimento foi a falta de pagamento de salários atrasados, a sobrevivência da maioria dos trabalhadores até então se dava através de um mecanismo de maior endividamento e sujeição ao patronato, isto é, dos *vales* recebidos dos *barracões* dos engenhos.

Os *barracões* são uma espécie de armazém sito nas propriedades rurais e sob o controle do patronato, e os *vales* são notas de antecipação salarial dadas pelos empregadores, com direito à compra restrita ao *barracão* da propriedade. Os trabalhadores tornam-se, assim, cativos do *barracão* e dos seus preços e produtos e da propriedade a que está vinculado como empregado. Com o início da paralisação até o pagamento em *vales* cessou, causando um aumento na penúria e no sofrimento social dos trabalhadores.

Segundo notícias publicadas nos dias 18, 29, 30 e 31 de dezembro de 1966 no *Diário de Pernambuco*, a Igreja Católica e o movimento ecumênico na cidade do Recife denunciam o agravamento das condições de vida dos trabalhadores rurais do Cabo e por extensão de toda a mata pernambucana, pressionando o governo estadual a tomar uma atitude. Em reunião com a CÁRITAS,³² a USAID e a SUDENE, o

³² - A CÁRITAS Brasileira faz parte da *Rede Caritas Internationalis*, rede da Igreja Católica de atuação social. Organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil foi criada em 12 de novembro de 1956 pelas mãos de Dom Hélder Câmara, então secretário geral da CNBB e é reconhecida como de utilidade pública federal. Fundada pelas mãos de Dom Hélder Câmara, então secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A CÁRITAS nasce com os objetivos de articular nacionalmente todas as obras

governo estadual resolve enviar gêneros alimentícios para a população rural da zona da mata e, principalmente, para os trabalhadores em greve do município do Cabo.

É divulgado na imprensa nacional, paralelamente, que o governo federal estaria coagindo os trabalhadores do município do Cabo, através da DRT, para por fim ao movimento. A denúncia de coação é desmentida pelo delegado regional do trabalho em Pernambuco em telegrama enviado aos principais órgãos de imprensa, e publicado no jornal carioca *Última Hora*, no dia 29 de dezembro de 1966.

A instauração do dissídio coletivo foi requerida pelo Tribunal Regional do trabalho, TRT, no dia 17 de fevereiro de 1967. O dissídio tinha por objetivo resolver o impasse entre trabalhadores e empregadores do município do Cabo que durava mais de dois meses. A primeira audiência foi marcada para o dia 28 de fevereiro de 1967.

No dia marcado para a audiência apenas houve o comparecimento por parte dos empregadores do advogado da Usina Nossa Senhora das Mercês. É bom frisar que no momento a usina se encontrava sob intervenção do IAA. O advogado presente propôs o pagamento parcelado dos débitos, o que foi recusado pelos trabalhadores sob o argumento de que acordos desse tipo e em circunstâncias semelhantes foram feitos e posteriormente desrespeitados pela usina.

Segundo o *Diário de Pernambuco* do dia 01 de março de 1967, com o insucesso das negociações a matéria ficou pendente de um parecer a ser emitido por um procurador regional do trabalho. No dia 30 de março o TRT julgou a greve, reconheceu a legalidade do movimento e determinou providências para a imediata normalização da situação.

As decisões do TRT, de acordo com a notícia divulgada pelo *Diário de Pernambuco* do dia 31 de março de 1967 foram as seguintes:

1. É legal a greve, devendo ser pagos os salários relativos aos dias de paralisação;

sociais católicas e coordenar o Programa de Alimentos doados pelo governo norte-americano por meio da CNBB, principalmente para o campo Nordestino.

2. Não poderão os trabalhadores sofrer qualquer prejuízo ou sanções, contando-se o tempo de paralisação para eleito do décimo terceiro salário, férias e demais benefícios;
3. Os prejudicados deverão procurar a junta de conciliação e julgamento e ingressar com reclamação individual, reivindicando pagamento dos salários atrasados, décimo terceiro mês e férias;
4. Prazo de quarenta e oito horas para que a situação na agroindústria açucareira do município do Cabo seja normalizada.

As decisões do TRT demonstram bem o enfraquecimento do sindicalismo rural após o golpe. A lei de greve criava empecilhos a uma representação sindical mais consequente, baseada em uma mobilização permanente dos trabalhadores, submetendo a representação aos ditames do Estado.

Sob tal tutela rígida a ação sindical tornava-se inócua e, ao mesmo tempo, desmobilizante. Perdia o poder político de pressão e conseqüentemente, através da ação da lei de greve, os sindicatos eram esvaziados até do poder nas ações economicistas. Cediam lugar assim a pronunciamentos jurídicos, os quais não tinham como desobedecer, perdendo-se em intrincados meandros da malha burocrática. Todos os aspectos de uma representação sindical classista baseado nos interesses da categoria eram assim diluídos.

A ação coletiva dos trabalhadores em uma greve, por exemplo, como a até agora analisada, se via limitada por diversos padrões e normas impostos em forma de lei. Onde todo o movimento reivindicatório e qualquer tipo de reivindicação coletiva dos trabalhadores perdiam o seu sentido de força conjunta para transformar-se em ações individuais movidas por trabalhadores isolados.

Os sindicatos foram transformados desta forma em uma espécie de marionetes do Estado. A ação sindical e coletiva dos trabalhadores instruída pelo Estado autoritário restringia também o sentido de representação do órgão e o desacreditava junto aos representados.

O vazio da ação sindical nunca foi tão bem demonstrado como quando da impossibilidade de autonomia demonstrada então. A decisão do TRT, contraditória em si, afirmando a legalidade do movimento de greve no município do Cabo e o colocando ao mesmo tempo em recesso, sem chegar a qualquer acordo entre as

partes e o encaminhando para ações individuais a partir de reivindicações de cada trabalhador isolado, mostra bem as dificuldades do movimento sindical de base nos anos após o golpe de 1964. O parecer final do TRT para o comando de greve do movimento, em declaração ao *Diário de Pernambuco* do dia 31 de março de 1967, teve a finalidade de "... *esvaziar um movimento que poderia ser fortalecido com qualquer decisão em seu favor*".

Apesar de ter considerado a favor da legalidade do movimento de greve, a justiça do trabalho retirou do sindicato a possibilidade de uma ação coletiva e a de representação dos interesses de classe. Indicando para a crise salarial que serviu como argumento para a greve, o caminho da "*reclamação individual*" nas juntas de conciliação e julgamento. Em outras palavras a decisão do TRT foi a de reforçar o impedimento legal dos sindicatos como veículo de pressão. Fazendo um alerta para o Estado da necessidade prática e urgente de uma política de esvaziamento do movimento sindical enquanto uma possível instância aglutinadora de tensões e ação coletiva.

Como já foi dito acima, o sindicalismo rural em Pernambuco após o golpe de 1964, perdeu a força de mobilização e aglutinação dos interesses dos trabalhadores, ficando sob a tutela do clero conservador nas figuras dos padres Antonio Melo e Paulo Crespo. Passavam, assim, por uma série de modificações e novos limites impostos pela conjuntura da época que buscavam convertê-lo em uma força adjunta de apoio ao Estado autoritário em implantação no país. A tutela do clero conservador atuava no sentido de referendar e aprofundar o apoio à implantação de um novo conceito de sindicalismo, baseado em ações políticas de conciliação e assistencial, como o expresso nas cartas do sindicalismo de orientação cristã.

A tentativa de uma ação coletiva sindical, como a greve de 1966, tinha toda uma política de compromissos com o sistema autoritário contra si através da ação tutelada, além de ser considerado por esse mesmo sistema autoritário apesar de útil, enquanto instituição mediadora de interesses entre os trabalhadores e o Estado, passível, porém, de *corrupção* e *subversão*. Não eram instituições inteiramente confiáveis, não podendo ir além do que foram no esforço de representação dos trabalhadores.

A ação sindical que possibilitou o movimento de greve sem ferir os princípios de lei que a regulamentava, mas pelo contrário usando a própria lei de greve em seu favor, obedecia a parâmetros por ela determinada e servia como uma espécie de padrão para a existência, função e utilidade do sindicalismo como um todo para o Estado autoritário, onde estava enredado. Prosseguir com o movimento, romper com os limites do jogo estabelecido pelo poder em forma de lei seria tornar-se nocivo no enredo de possibilidades para a estabilização desse mesmo poder. O que não fazia parte dos planos da política sindical do regime em implantação no país, nem dos dirigentes sindicais e muito menos dos encarregados da tutela e orientação sindical dos trabalhadores rurais de então.

O Estado autoritário vivia por seu turno a paranóia do anticomunismo e do receio de uma possível organização de massas. O movimento sindical desse modo embora útil ao sistema, enquanto expressão de uma visibilidade constitucional e democrata ao regime e de proporcionar instrumentos para o controle dos trabalhadores, tornava-se, porém, a cada momento, em uma possibilidade do seu contrário. O que só fazia aumentar os receios e contradições do Estado autoritário e transformá-los em uma espécie de síndrome da eterna vigilância.

Contradições advindas do querer legitimar-se junto aos trabalhadores e ao mesmo tempo procurar esta legitimidade através da sujeição e da suspeição do outro da relação. De acordo com a análise de Trotsky em seu *Trade Unions in the Epoch of Imperialist Decay* (apud Hyman, 1975, p. 19), esta contradição é inerente ao desenvolvimento do capitalismo monopolista. Para ele, o desenvolvimento e a sobrevivência do sistema capitalista, na sua forma de capital monopolista, são antagônicos a um projeto de sindicalismo independente. Não poderia suportar o seu crescimento sem podá-lo e fazê-lo se sujeitar à sua própria expansão e aos limites por ele impostos.

Para o Estado autoritário no Brasil, assim, se seguirmos a orientação analítica proposta por Trotsky, só restariam dois caminhos a serem percorridos na definição de uma política e de uma ação relacionadas com o sindicalismo dos trabalhadores rurais: ou torná-los agentes do capital, ou não permitir a sua continuidade, tornando o movimento ilegal e reprimindo toda e qualquer possibilidade de existência. Como fez, por exemplo, com o movimento das Ligas Camponesas.

A opção dos militares no poder foi o de percorrer o primeiro caminho. Foi o de perseguir uma legitimação através do enfraquecimento político e poder representacional do aparelho sindical, impondo-lhe normas e padrões de ação que o impedia, ou o dificultava extremamente de organizar-se como uma força independente.

Esta opção era a de eterna vigilância. De estar atento a qualquer ação sindical que levantasse, mesmo que de forma mais aparente do que real, mesmo que não intencionalmente, a possibilidade de um fortalecimento do sindicato junto às bases. Como poderia ser o caso, por exemplo, de uma vitória ou conquista integral das reivindicações dos trabalhadores na greve do município do Cabo entre os anos de 1966 e 1967.

Relação Contraditória do Estado Autoritário em Relação ao Sindicalismo Rural

O agravamento das condições de vida e de trabalho da população rural e a política agrícola de modernização capitalista das relações de trabalho e produção adotada, caminhando no sentido de poupar mão de obra, tornam mais visível a relação contraditória entre a busca de legitimidade e a ação repressiva ao movimento sindical do Estado autoritário. Esta visibilidade o faz assumir uma postura do tipo pseudopopulista na tentativa de estabelecer um diálogo com os trabalhadores.

O presidente marechal Costa e Silva, neste sentido, junto com os ministros do trabalho, Jarbas Passarinho, e o da Indústria e Comércio, Macedo Soares, respondendo ao apelo e pressões de diversos setores da sociedade civil, principalmente da Igreja Católica sobre as condições de vida e do trabalho no campo, resolve vir a Pernambuco. Para, de acordo com notícia divulgada no *Diário de Pernambuco* do dia 11 de agosto de 1967, "... sentir de perto o problema dos trabalhadores e encaminhamento de soluções".

Quando Costa e Silva desembarcou com a sua comitiva em Pernambuco, a situação dos trabalhadores na Zona da Mata era de calamidade pública. Nos municípios de Palmares e Água Preta, por exemplo, as usinas Treze de Maio e Serro Azul deixaram de funcionar, deixando mais de mil famílias de trabalhadores rurais e operários do açúcar desempregados. A falência das usinas refletiu de imediato no

conjunto da economia local, por dependência direta dos diversos setores econômicos da região à agroindústria açucareira.

A quebra das usinas refletiu também na falência do comércio local. Com grande parte da população local vivendo de serviços prestados à cana de açúcar e a maior parte da arrecadação fiscal dos municípios sendo provenientes dos engenhos e usinas da região, as duas cidades entraram em ritmo letárgico.

A crise dos municípios da Zona da Mata anunciada em tons alarmantes pelos jornais de Pernambuco, o que pode ser visto nas edições do *Jornal do Comércio* e do *Diário de Pernambuco* dos dias 19 e 26 de março, 11 de abril, 21 de maio e 15 de junho de 1967, despertou a opinião pública do estado forçando os governos, estadual e federal, para um encaminhamento de soluções. Os governos de início procuraram resolver o problema em termos assistencialistas, buscando aliviar o clamor social. Segundo o *Diário de Pernambuco* do dia 15 de junho de 1967, foram enviados alimentos para o contingente de trabalhadores rurais e operários de usinas desempregados.

A evolução da crise com graves reflexos na economia urbana dos municípios e do estado ampliou o leque de pressões. As pressões e clamores partiam de todo lado, dos representantes do comércio local, dos bancos, das instituições religiosas e maçônicas, entre tantas outras. Com a entressafra na lavoura canavieira entre os meses de junho e julho de 1967 a crise atinge o seu clímax. O desemprego, de acordo com o *Diário de Pernambuco* de 30 de junho de 1967, atinge mais de quatro mil trabalhadores rurais, "... os quais, somados aos seus dependentes, atingirão a quase doze mil pessoas sem ter de onde tirar o que comer".

O bispo da diocese de Palmares em declaração à imprensa resume o conteúdo das pressões dos diversos setores econômicos envolvidos com a crise na agroindústria do açúcar. Em seu depoimento, registrado no *Diário de Pernambuco* de 30 de junho de 1967, afirma que

"a situação de Palmares... agrava-se a cada dia. A paralisação das usinas torna mais crítico e dramático o panorama de fome e miséria... O quadro é realmente alarmante. E tudo se torna mais angustiante, pelo descaso que as autoridades responsáveis vêm votando ao caso. Ao primeiro grito houve reação, interesses. Mas, passou o sensacionalismo e ficou a crise ainda mais aguda e mais grave com a paralisação das usinas. Não temos para quem apelar.

Até ao governo federal já nos dirigimos: as soluções não aparecem..."

Prossegue a declaração perguntando por que o governo não inicia logo uma reforma agrária; porque continua com receio de desapropriar terras devolutas que são necessárias para o bem comum.

"... A cana invade os quintais das casas. Ou o governo começa uma política de reformas profundas e corajosas, ou continuaremos o retrocesso que nos está levando ao caos. A hora é esta. Onde está o GERAN, o Grupo de Especial para a Reforma Agrária do Nordeste? Onde está o IBRA, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária? Olhem para cá e venham trazer-nos solução para os nossos problemas. O que falta não é dinheiro, não é técnica, é coragem. Enfrentar os 'senhores' do poder econômico é difícil, é duro, mas ou se faz ou não se cumpre um dever sagrado..."

Às palavras do bispo de Palmares, segundo o *Diário de Pernambuco* de 30 de junho de 1967, juntam-se as vozes da maçonaria, da CODESPAL - Comissão de Desenvolvimento Econômico e Social de Palmares, da associação comercial de Palmares e de toda população do município.

Em depoimento à imprensa, publicado na mesma edição acima do *Diário de Pernambuco*, o interventor do sindicato rural de Palmares, Jarbas José de Santana, afirma que não tem mais condições de reter "*a massa faminta e desempregada*" da lavoura canavieira, de uma provável invasão a cidade de Palmares. E continua: "... fizemos o possível para que os camponeses não morressem de fome, mas se este é o desejo do governo, seja feita a sua vontade. Uma coisa, porém, fique clara, camponês algum morrerá calado, todos já estão cansados das promessas que não enchem barriga. Queremos trabalho para manter nossas famílias e não paternalismo...". A crise atinge todos os setores econômicos do município de Palmares, e expande-se sem solução.

Um grupo de trabalhadores rurais ligado ao movimento sindical católico elabora um documento, em agosto de 1967, expondo as principais reivindicações da categoria. O documento recebe o apoio de todos os bispos das dioceses situadas na Zona da Mata de Pernambuco e do Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara.

O memorial publicado no *Diário de Pernambuco* do dia 09 de agosto de 1967 arrola como medidas de maior urgência a serem tomadas pelos governos, estadual e federal:

1. A de conferir ao GERAN o seu caráter inicial de executor;
2. De estimular a educação sindical;
3. De estimular o desenvolvimento da rede de cooperativas agrícolas;
4. Da expansão da previdência social ao campo;
5. Da orientação jurídica ao trabalhador rural quanto a questões trabalhistas e a questões relacionadas à posse e uso da terra;
6. De garantir o cumprimento do pagamento integral do salário mínimo a que o trabalhador rural tem direito;
7. De criação de mais juntas de conciliação e julgamento para a justiça do trabalho, na Zona da Mata de Pernambuco;
8. De aplicação do decreto 57.020 que dispõe sobre a obrigatoriedade da entrega de dois hectares de terra ao trabalhador permanente, com um ano de serviço na propriedade;
9. Da garantia ao arrendatário com mais de cinco anos na terra de nela permanecer, pagando o arrendamento legal pelo prazo de dez anos, até que se complete o plano global de reforma agrária do IBRA.

O memorial em questão expressa o descontentamento do movimento sindical e de setores da Igreja Católica aos entraves na execução de alguns direitos e reformas tidas como necessárias e urgentes para o meio rural. Apesar de ter tido um papel relevante no apoio às forças políticas que promoveram o golpe de 1964 e de ter recebido em troca a *tutela* do movimento sindical rural, a Igreja Católica objetivava também, além do fim da *ameaça comunista* no país, influenciar na realização de algumas reformas parciais no campo. Para o pensamento social católico essas reformas poderiam facilitar a compreensão de sua política de conciliação de classes, por proporcionar uma melhoria na qualidade de vida e de trabalho na região e, conseqüentemente, nas palavras do documento, "... *uma nova mentalidade empresarial (local)*".

O documento denota assim certa impaciência dos setores da Igreja Católica envolvidos com o meio rural, com relação ao não cumprimento pelo governo federal

e estadual de algumas reformas sociais para o campo, base ideológica do compromisso da Igreja com as forças que promoveram o golpe no país. Esta impaciência, a partir de 1966 é demonstrada em declarações individuais e conjuntas do clero, como as publicadas nos dias 28 de dezembro de 1966 e 30 de junho de 1967 no *Diário de Pernambuco*, ou em cobranças diretas e através de memoriais, como o acima citado, ao governo. Através deles o observador analisando a conjuntura da época em Pernambuco pôde construir o cenário e melhor compreender o clima onde se desenvolviam as tensões sociais locais, e de onde se realizaria um pouco mais tarde o processo de rompimento das relações entre a Igreja Católica e o Estado autoritário no Brasil pós 1964.

No momento específico desta análise, - o segundo semestre do ano de 1967, - porém, a impaciência da Igreja Católica ainda se mostrava discreta e filtrada para a opinião pública. Havia o cuidado por parte da Igreja e por parte do Estado de fazer transparecer certa dose de cortesia nas relações entre ambos.

Do lado da Igreja Católica, as notas oficiais embora revelassem uma apreensão quanto ao destino das reformas sociais para o meio rural, eram ainda transmitidas de modo a dar crédito a sua fé no regime militar. Da parte do governo, também, se buscava demonstrar certa abertura para atitudes conciliatórias, mostrando-se disposto a ouvir as queixas e receios do clero e na emissão de declarações sobre a necessidade de apoio do clero ao regime. Como, por exemplo, pode ser visto nos discursos e nas atitudes de Costa e Silva, quando de sua visita à Zona da Mata de Pernambuco no mês de agosto de 1967.

A visita presidencial tinha se tornado imprescindível pelo agravamento e extensão da crise econômica e da miséria dos trabalhadores na mata pernambucana. O desenvolvimento da crise tinha começado a abalar a opinião pública nacional e impacientar setores do clero católico ligados com o trabalho no campo.

O quadro com que se pintava à crise era desenhado com cores fortes. O cenário de graves tensões sociais voltava à tona com o novo colorido da possibilidade de *agitação comunista*, se nada fosse feito para saná-la.

A greve de 1966 no município do Cabo tornou-se assim um alerta. Um grito ampliado pelo desenrolar da crise nos municípios de Palmares e Água Preta e as consequentes invasões de trabalhadores rurais famintos às cidades do interior, além

da mobilização e do uso dos diversos setores econômicos, - como bancos, comércio, profissionais liberais, - atingidos pela crise do açúcar no estado.

Como notou Fanny Mitchell (1967, p. 4), uma crise na agroindústria açucareira nordestina não só afetava os trabalhadores, mas atingia também de modo direto todos os municípios envolvidos. Desde as prefeituras, cujos orçamentos dependiam diretamente (ou quase exclusivamente) dos impostos pagos pela agroindústria, até o pagamento do funcionalismo público municipal, implicando em paralisações de obras públicas e outros serviços essenciais, até a paralisação do comércio e da rede bancária local, cujo movimento dependia também diretamente do açúcar.

O desenvolvimento da crise e a hipertrofia da economia local trazem Costa e Silva a Pernambuco. O objetivo da visita era conhecer de perto os municípios mais atingidos pela crise açucareira. Além de uma visita específica aos municípios de Palmares, Água Preta e Cabo.

O seu discurso é elaborado com uma linguagem nitidamente populista. Nele busca acalmar a opinião pública sobre os graves acontecimentos e acalmar, sobretudo, os setores do clero envolvidos com o meio rural.

O discurso é publicado na edição de 11 de agosto de 1967 do *Diário de Pernambuco*. A partir de um longo preâmbulo afirma:

“... no meu governo, os problemas não se transformarão em tragédia. Vim aqui para sentir o problema de vocês. Embora não tenha trazido rios de dinheiro, trouxe comigo os ministros do Trabalho e da Indústria e Comércio, como também os presidentes do IAA e do IBRA, para encaminhamento de soluções... Não estamos pedindo apoio. Não estamos pedindo votos. Vimos ao Nordeste para sentir de perto os seus problemas. A nação brasileira precisa viver e parar de sofrer. Estamos aqui para dar capacidade ao país e a devida assistência ao homem do trabalho... Com fé em Deus e na Igreja, a confiança em vocês e a ação do Governo Revolucionário nós podemos dar solução aos nossos problemas. Ajude-nos a trabalhar, porque só assim poderemos ver o Brasil crescer”.

Após o discurso decreta a intervenção nas duas usinas que se encontravam em estado de insolvência, - a Treze de Maio e a Serro Azul, - situadas nos municípios de Palmares e Água Preta.

O presidente do IAA, por sua vez, complementou o discurso do presidente ao acrescentar que a ajuda aos municípios não se restringiria às intervenções, mas também na prioridade de concessões de novos investimentos, os quais "... *garantirão em definitivo a indústria açucareira*". Em seu breve discurso publicado na mesma edição acima do *Diário de Pernambuco*, anunciou ainda o fim dos *barracões*, que deveriam ser transformados em *cooperativas de alimentos*, com venda direta de gêneros da fonte para o consumidor, "... *tudo dependendo de uma cooperação conjunta entre vocês, trabalhadores, e o IAA*".

Afirmou, por fim, que as intervenções nas duas usinas ficariam a cargo dos trabalhadores, como prova de confiança e atenção do governo. O que demonstrava o interesse do governo, através do IAA, de solucionar a crise e resolver os problemas dos trabalhadores e dos municípios, "... *porque a meta do governo Costa e Silva é levar a solução para todos os problemas da Zona da Mata*".

A linguagem populista utilizada por Costa e Silva e sua comitiva na visita a Pernambuco tinha por objetivo:

1. Abrandar o descontentamento dos trabalhadores rurais e operários do açúcar e amainar a impaciência dos setores ligados ao trabalho rural do clero católico, prometendo-lhes solução para a crise;
2. Deslocar a esfera de ação e de pressão das mãos dos trabalhadores, através dos sindicatos, ou mesmo do clero envolvido com a problemática do campo, para as mãos dos técnicos do governo.

Procurava-se assim transformar as ações reivindicativas e as pressões sociais em problemas técnico-burocráticos. Ao Estado caberiam as decisões, aos técnicos as soluções e para os trabalhadores reservava-se o assentimento passivo ou o programa de soluções *técnicas* alheias a sua vontade.

A estratégia de legitimação do Estado autoritário junto aos trabalhadores, desse modo, se estruturaria no interior de uma ótica, ou de um parâmetro ideológico, de um Estado como outorgante de benefícios econômicos e sociais. E de uma nação como beneplácito do Estado, que dispõe do povo enquanto entidade ideológica e de assentimento, obrigado a fazer sacrifícios. Ou, segundo as palavras do presidente Costa e Silva em sua conversa com o padre Antônio Melo, reproduzida no *Diário de Pernambuco* de 11 de agosto de 1967: "... *já conheço todos os problemas e*

encaminharei soluções. Preciso de sua ajuda. Só peço calma e que não se agite esse povo... O Brasil não pode parar e o trabalho é uma constante do meu governo".

O Movimento de Greve no Município do Cabo no ano de 1968

Da visita de Costa e Silva e sua comitiva a mata pernambucana restou apenas promessas em vago tom populista. As lideranças sindicais rurais do estado haviam aceitado o apelo ao consenso feito aos trabalhadores.

O consenso entre governo e liderança sindical no campo tinha sofrido arranhões, porém, no aprofundamento do quadro de miserabilidade dos trabalhadores, e pelas tentativas do governo de costurar alianças com promessas. Ao mesmo tempo em que, com a justificativa de sanar os problemas da agroindústria açucareira, fornecia financiamentos a fundo perdidos a usineiros e fornecedores.

Como ocorria desde o século XVII, cada injeção de dinheiro público a cada nova crise do setor açucareiro nordestino aumentava o parasitismo dos *senhores de engenho* local. Os recursos públicos investidos sendo desviados, em grande parte, para gastos pessoais dos *senhores do açúcar* ou *baronato*, utilizando aqui expressões de Oliveira (1993). Esta é uma questão consensual entre os analistas que se preocuparam com a questão agrária brasileira como Furtado (2007), Canabrava (1971), Wanderley (1975), Oliveira (1993), Prado Júnior (2006), Eisenberg (1974), entre outros, e faz parte do corpo de conhecimento consolidado das Ciências Sociais no Brasil sobre o processo de formação da sociedade, da política e da economia brasileiras.

Nesta mentalidade, a sobrevivência do baronato é o que contava; a indústria do açúcar e a lavoura canavieira que sobrevivesse a própria sorte e os trabalhadores haveria sempre novos substitutos e em abundância. Norma que pareceu imperar na forma truculenta do desenvolvimento selvagem do capitalismo no campo brasileiro, e em especial, nordestino.

Todos os novos créditos a fundo perdidos vinham logo após a consequente anistia das dívidas à agroindústria açucareira. A cada nova reivindicação sindical dos trabalhadores rurais, movido pela falta de pagamentos de salários e falta de investimentos dos proprietários no desenvolvimento da agroindústria local, era apreciada pelo Estado autoritário com novas injeções de dinheiro público, e

consequentemente desviado para o uso pessoal dos senhores do açúcar. Aos trabalhadores restavam promessas e o fim de cada acordo feito sob a intermediação do TRT com o patronato, para deflagração de um novo movimento reivindicativo.

Cada novo movimento dos trabalhadores, porém, era revertido pelo patronato como momento de alardear uma nova crise no setor, com o ganho de novos empréstimos a fundo perdido e anistia das dívidas anteriores. O ciclo vicioso acima foi ameaçado apenas durante o breve interlúdio dos anos de 1960 a 1964, com o fortalecimento do movimento político dos trabalhadores rurais.

O Estado autoritário no Brasil para estabelecer-se necessitava de uma imposição clara de suas regras. A busca de legitimidade, através de um consenso com as lideranças sindicais dos trabalhadores rurais não tinha como combinar com o tom autoritário de sua realização. O que gerava um ciclo vicioso constante e perigoso para o próprio regime. Quando a cada novo confronto e a cada nova conciliação, sem saldo positivo para os trabalhadores, criava-se um vazio ocupado por novos confrontos sob as mesmas reivindicações ampliadas.

Este ciclo vicioso a cada novo início ampliava o espaço de tensões entre trabalhadores, patronato e governo. O ano de 1968 foi um ano de recomeço do ciclo. Um ano crítico no processo de relações entre Estado autoritário e sindicalismo dos trabalhadores rurais³³ no Brasil, e em Pernambuco, em particular. No decorrer desse novo recomeço a ditadura militar retirará a sua máscara de consenso e mostrará o seu perfil autoritário e as bases da regência, isto é, da submissão através da imposição pela força, do seu relacionamento com os setores sindicais no Brasil.

A Zona da Mata de Pernambuco vive o clima de tensão gerado periodicamente pelo ciclo vicioso das crises na agroindústria açucareira. Mais uma vez paira no ar a insatisfação dos trabalhadores. No município do Cabo tem início uma nova demanda por greve, sob as mesmas reivindicações anteriores acrescida do pagamento dos dias parados da greve anterior, conforme acordo feito no TRT, e a atualização das dívidas para o ano de 1968.

³³ a partir principalmente de 1968 os sindicatos rurais passam oficialmente a intitular-se sindicatos dos trabalhadores rurais. Este trabalho utiliza as expressões sindicatos rurais, sindicatos dos trabalhadores rurais ou a sigla STR como sinônimos, alertando, porém, para a data de utilização oficial da última nomenclatura. A partir da década de 1990 o movimento sindical rural inicia uma nova autotitulação utilizando a nomenclatura MSTTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores e

No dia 08 de janeiro de 1968, os trabalhadores do município do Cabo reunidos em uma assembléia geral extraordinária na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Cabo votam por uma paralisação de suas atividades profissionais. A paralisação, de acordo com o *Diário de Pernambuco* do dia 09 de janeiro de 1968, tem o início marcado para o dia 15 de janeiro, caso as usinas e engenhos da região não efetuem o pagamento das dívidas.

Esteve presente a assembléia um representante do MTPS, que cientificou posteriormente o resultado da assembléia ao Departamento Nacional do trabalho, DNT, e marcou, paralelamente, uma reunião de conciliação entre as partes em litígio para o dia 12 de janeiro, conforme notícia veiculada no *Diário de Pernambuco* do dia 10 de janeiro de 1968.

Um fato novo nesse novo processo reivindicatório foi a entrada do governador do estado como mediador de um acordo entre o patronato e os trabalhadores. Logo após a decisão de greve foi realizada no Palácio do Campo das Princesas, sede oficial do governo de Pernambuco, uma reunião conciliatória buscando dissipar a ameaça de greve. Nesta reunião o governo do estado consegue um acordo parcial entre alguns proprietários e trabalhadores, facilitando assim o diálogo a ser travado na reunião conciliatória promovida pela DRT.

A presença do governo do estado mediatiza um acordo entre os trabalhadores rurais e os advogados das usinas Nossa Senhora das Mercês e Bom Jesus. Em declaração a imprensa, publicada no *Diário de Pernambuco* do dia 13 de janeiro de 1968, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Cabo declara ter ficado satisfeito com a interferência do governador e com "... o rumo pacífico para a solução dos graves problemas da agroindústria do açúcar no Cabo".

Quinze engenhos da região, porém, na reunião conciliatória da DRT, não conseguem chegar a um acordo. Os advogados patronais alegaram a falta de recursos para o pagamento dos atrasados. A DRT assim entra em contato com o TRT para a solicitação de abertura do dissídio coletivo. O presidente do IAA, como pode ser visto no *Diário de Pernambuco* dos dias 11 e 13 de janeiro de 1968, declara ao mesmo tempo estar providenciando a apuração dos novos acontecimentos na

Trabalhadoras Rurais, em homenagem ao trabalho feminino no campo e no movimento sindical rural.

agroindústria açucareira da região, e reafirma a decisão do governo federal de intervir judicialmente ou requerer a falência das empresas faltosas.

No dia 15 de janeiro de 1968, esgotados todos os prazos e todas as buscas de conciliação possíveis segundo a nova lei de greve, entram em greve os trabalhadores rurais dos quinze engenhos que não conseguiram fechar acordo com os seus trabalhadores. O movimento de greve atinge os engenhos: Estivas, Jurissaca, Caramuru, Amélia, Relógio, Cajabuçu, Coimbra, Pantorra, Tapugi de Baixo e Tapugi de Cima, destilaria Liberdade (possuidora de três engenhos) e a fazenda Santa Luzia. Os trabalhadores reivindicavam o pagamento do décimo terceiro salário de 1963 a 1967, as férias de 1963 a 1967, a diferença salarial dos anos de 1963 a 1967, a assinatura da carteira profissional e a jornada de oito horas de trabalho, entre outras reivindicações.

Os trabalhadores das usinas Nossa Senhora das Mercês, Bom Jesus, Massauassu e dos engenhos Vila real, Bom Jardim, Monte e Secumbi, e a Cooperativa Agrícola do Tiriri conseguem entrar em acordo com os trabalhadores ficando de fora da parede. O STR do Cabo aceita o pagamento dos débitos através de promissórias cobradas em doze prestações mensais a partir do ano de 1970 e, segundo o *Diário de Pernambuco* do dia 16 de janeiro de 1968, alerta para uma greve geral no município caso não se cumprisse qualquer das cláusulas do acordo realizado.

Uma semana após o início do movimento de greve o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Cabo, de acordo com uma nota publicada no *Diário de Pernambuco* do dia 20 de janeiro de 1968, chega a fechar um acordo com dez dos quinze engenhos paralisados. A greve termina em meados do mês de fevereiro com a instauração do dissídio coletivo pelo TRT. O tribunal dá ganho de causa, mais uma vez aos trabalhadores e os envia a requerer individualmente na justiça do trabalho o pagamento dos atrasados.

A nova greve do Cabo força o governo federal a mais uma tentativa para amainar a tensão entre os trabalhadores rurais do município e minorar a impaciência da Igreja Católica responsável pela tutoria do movimento sindical no campo. Inicia uma conversa com o padre Antônio Melo, vigário do município do Cabo e do seu *afilhado* político, - como ambos fazem questão de deixar claro, - João Luiz da Silva,

então presidente do STR do Cabo. O *afago* do governo federal tomou a forma de desapropriação de alguns engenhos do município, integrando as terras ao programa de colonização capitaneado pelo IBRA e pela SUDENE no Nordeste.

Através de "... *medidas amigáveis e judiciais...*", segundo notícia divulgada pelo *Diário de Pernambuco* do dia 20 de janeiro de 1968, foram desapropriados os engenhos: Tiriri, Serraria, Massangana, Jasmim e Algodois, em uma área total de 2.600 hectares, além da propriedade Serraria de 2.600 hectares e do imóvel Tiriri, pertencente à rede ferroviária do Nordeste, com uma área de 1.747 hectares. Os beneficiados deveriam ser prioritariamente os quatrocentos e cinquenta e hum associados da Cooperativa Agrícola do Tiriri, - que vinha funcionando até então em engenhos arrendados, - e novos colonos a serem selecionados pelo IBRA e pela SUDENE, órgãos responsáveis pelo projeto de assentamento.

Os beneficiários do programa ganhariam escrituras de compromisso de compra e venda das terras que habitavam. Receberiam também beneficiamento de infra-estrutura básica como vias de acesso e escoamento da produção, escolas, moradias, fornecimento de motores-bomba, de cultivadoras e pulverizadores.

O governador do estado de Pernambuco, no dia 29 de janeiro de 1968, entrega as escrituras de compromisso de compra e venda das terras a trezentos e vinte famílias do núcleo de colonização do município do Cabo. Cada família ganhou um lote de 10 hectares.

O padre Antônio Melo junto com o presidente do STR do Cabo esteve presente na entrega festiva do termo de compromisso, de acordo com o *Diário de Pernambuco* do dia 30 de janeiro de 1968. Agradeceram e enalteceram o governo do estado e o governo federal pelas "*justas medidas levadas a efeito*".

Ao padre Antônio Melo foi concedida a direção do núcleo de colonização do município do Cabo, como antes já havia sido ofertada a direção da cooperativa agrícola do Tiriri. Caberia a ele indicar as famílias a serem selecionadas e que deveriam ocupar os lotes. A ele caberia também orientar o plantio em cooperativa e o pagamento parcelado dos lotistas, estabelecido no termo de compromisso para a compra individual de cada lote.

É interessante a informação de um ex-lotista entrevistado pelo autor em 1975, sobre o destino das famílias dos *lotistas*³⁴ no município do Cabo. Segundo ele: "... trabalhei dez anos pro padre Melo na reforma agrária. Fui lotista, recebi um lote e comecei a plantar. Plantei cana, cortei, fiz moenda, mas no fim deu prá nada, pois eu tinha que pagar o governo... o governo levava uma parte, o padre Antonio Melo a outra e eu, depois da moenda ficava ainda devendo... Depois de tudo até a mulher eu perdi e assim fiquei sem nada, com um chute na bunda [expressão chula muito usada no Brasil para designar que alguém foi excluído, foi explorado, foi abandonado, enfim, se deu mal por uma ação advinda de outro – nota do autor]...". (Ex-Lotista. Entrevistado pelo autor em 1975).

Breve parêntese - o Estatuto da Terra e a Questão Agrária no Brasil Pós 1964

A política de desapropriação de terras comentada acima e adotada pelo Governo Costa e Silva, tinha por objetivo aliviar as tensões sociais na mata pernambucana e especialmente no município do Cabo, onde movimentos contínuos de greve poderiam servir como uma espécie de mau exemplo aos demais trabalhadores da região açucareira. Tal política estava baseada no *Estatuto da Terra*.

O *Estatuto da Terra* foi elaborado com a finalidade de "tomar a bandeira de reforma agrária das mãos de Arraes e Julião" (Silva, 1971, p. 101). A afirmação acima sobre o objetivo intrínseco ao Estatuto se faz importante por dois motivos. O primeiro, por José Gomes da Silva, autor da afirmação, ter formado fileira nos quadros do IBAD, estando o seu nome presente no *Simpósio sobre a Reforma Agrária*, organizado por este instituto no ano de 1961.

Deste simpósio foi editado um livro intitulado *Recomendações sobre a Reforma Agrária* (IBAD, 1961) que, junto com o anteprojeto de reforma agrária elaborado pelo IPES (1964) em meados do ano de 1963, forneceram o conjunto de diretrizes posteriormente utilizadas para a elaboração do projeto de lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964, mais conhecido pelo nome de *Estatuto da Terra*.

José Gomes da Silva foi um técnico acolhido pela malhas do IBAD / IPES, que participou do *Simpósio sobre a Reforma Agrária* do IBAD, conforme indicado

³⁴ Termo com que se autodenominam até os dias de hoje aqueles que receberam um lote de terra no plano de colonização do município do Cabo, gestado por padre Antonio Melo.

acima, e compôs a equipe técnica do IPES para elaboração do *Anteprojeto de Reforma Agrária* desta instituição, conforme narrado por ele em seu livro (Silva, 1971, p. 121). Logo após o golpe, também, participou da elaboração e redação do projeto de lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964, junto a outros técnicos originários do IBAD e do IPES (Silva, 1971, p. 122).

O livro de José Gomes da Silva, deste modo, traz uma narrativa por dentro dos setores técnicos e políticos e religiosos que apoiaram o golpe e traziam um projeto de modernização conservador para o campo brasileiro. É uma peça fundamental para entendimento da relação entre Igreja, IBAD / IPES e Estado autoritário no Brasil em se tratando da questão agrária no Brasil, entre as décadas de sessenta e setenta do século passado, até a ruptura de partes destes segmentos com o governo autoritário após a publicação do Ato Institucional Nº 9 – AI-9.

Após romper com o regime brasileiro após a publicação do AI-9, junto com outros segmentos ligados à parte técnica da política ibad-ipesiana e da igreja católica, funda a ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária. A ABRA, nos anos oitenta e noventa desempenharia um papel fundamental de pressão *técnica-política* ao estado brasileiro e de análise da questão agrária no país. Possuía, também, grande influência e penetração na CONTAG, durante as gestões de José Francisco da Silva, e no movimento sindical rural como um todo.

O Ato Institucional Nº 9, o AI-9, foi editado em 25 de abril de 1969, pelo governo Costa e Silva. O AI-9 edita e dispõe sobre novas cassações políticas (através dele foram cassados políticos e jornalistas, entre eles o jornalista Antonio Callado, bem como duzentos e dezenove (219) professores universitários foram aposentados ou demitidos das universidades federais do país).

Outro elemento significativo do AI-9, e extremamente importante para este trabalho, foi o estabelecimento de regras para a reforma agrária, com conteúdo imensamente conservador, colocando por terra as aspirações ibad-ipesianas e dos setores da igreja que apoiaram o golpe. O AI-9 dava poderes ao presidente para delegar as atribuições para a desapropriação de imóveis rurais por interesses sociais, e de indicação das zonas prioritárias para a implantação da política de reforma agrária. O AI-9 estabeleceu, também, a indenização com títulos da dívida pública reembolsáveis por vinte anos, com correção monetária e que, em caso de discussão

do valor, seria aceito o valor cadastral da propriedade. O AI-9 pode ser considerado como uma vitória dos setores mais conservadores dos proprietários rurais do país, e é lembrado por Silva (1971) como a *gota d'água* que faltava no esfriamento das relações entre a igreja, setores técnicos vindos do IBAD e do IPES e o Estado autoritário no Brasil.

O segundo motivo refere-se à elevada consciência nacional, formada nos primeiros anos da década de sessenta, sobre a necessidade de uma reforma agrária no Brasil. Consciência construída no processo de lutas e crescimento dos movimentos populares, sobretudo rurais, como se viu nos capítulos anteriores deste trabalho, que culminaria com o lema *Reforma Agrária na Lei ou na Marra* do movimento das Ligas Camponesas, a partir do ano de 1961.

Nos últimos momentos do regime constitucional no país, *pari passu* ao processo de radicalização do movimento camponês, o governo federal da época foi levado a posicionar-se próximo a setores de esquerda, principalmente do PCB, como forma de compor uma nova estratégia de alianças que permitisse ou garantisse sua permanência no poder. Ao tentar o amparo próximo aos trabalhadores, João Goulart, durante o comício da Central do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, assina o já comentado *Decreto de Desapropriação das Terras Marginais*.

Decreto que estava aquém, sem dúvida, da proposta esboçada pelo movimento das Ligas Camponesas. Contava, porém, com o apoio moderado do PCB e orientava o rumo do governo federal em direção aos trabalhadores. A *reforma agrária de beira de estrada*, como o decreto lei de João Goulart ficou conhecido, pejorativamente, buscava assim, ao mesmo tempo, saldar uma aliança com os trabalhadores, - angariando o seu apoio no difícil momento de desestabilização da ordem constitucional no país por forças de direita, - e diluir o projeto de reforma agrária proposto pela Ligas Camponesas.

O decreto de Goulart, contudo, veio apenas aguçar as contradições já em curso no país e acelerar o processo que redundou no golpe militar de 1964. Um dos primeiros decretos do movimento militar no poder foi o de revogar o *Decreto de Desapropriação das Terras Marginais* e em seu lugar estruturar uma comissão para a elaboração de um projeto e para o planejamento da nova política agrária do país.

Os membros da comissão agrária foram recrutados dos quadros do IBAD e do IPES. O *Estatuto da Terra* surgiu assim como uma espécie de coroamento dos trabalhos de inspiração ipes-ibadeanos. Trabalhos estruturados em pleno regime constitucional e financiados por empresários nacionais e estrangeiros e agências americanas, como a USAID e a CLUSA. Os estudos do IBAD e do IPES, segundo Silva (1971, p. 122), visavam assim atender "*simultaneamente, às características da promoção industrial e da contenção do comunismo*". Além de, sem sombra de dúvidas, oferecerem um reforço teórico e complementar a ação das forças de oposição de então, entre elas o clero conservador.

O problema da reforma agrária na concepção ipes-ibadeana surgiu assim da necessidade de "*... remoção dos pontos de estrangulamento da organização agrária brasileira*". Isto é, as áreas de latifúndio que "*... caracterizam-se como fator negativo ao desenvolvimento nacional, uma vez que constituem elas redutos de conservadorismo e barreira à mudança cultural*" (IBAD, 1961, p. 181).

O projeto ipes-ibadeano ganha força com o golpe militar, e é instituído pela Comissão Agrária, durante o governo do marechal Castelo Branco, sob a forma de decreto lei n. 4.504. A instituição do decreto lei mencionado não se fez sem as fortes pressões dos *latifundiários*, também participantes do movimento de abril de 1964.

A reação do bloco agrário, - como passou a ser chamados e conhecidos, então, os latifundiários no país, - consegue impedir a execução de qualquer programa de reforma agrária no Brasil, além de demonstrar o grande poder de influência que possuem na esfera do poder central no país. A transcrição abaixo revela o poder de força do latifúndio na política nacional e a mobilização por eles mantida que termina por engavetar definitivamente o *Estatuto da Terra*.

A longa e ilustrativa transcrição foi retirada do depoimento de José Gomes da Silva (1971, p. 137 a 140), citado. Afirmo o relato:

"... o novo presidente Castelo Branco, decidido a tirar a bandeira da Reforma Agrária das mãos esquerdistas, enfrentou seu primeiro problema político com os grupos conservadores que o apoiaram, enviando ao congresso a Mensagem, datada de 21 de outubro de 1964, propondo a alteração dos dispositivos constitucionais que bloqueavam a possibilidade de desapropriação dos latifúndios... Assim que o anteprojeto da Reforma Constitucional foi preparado, incluindo a possibilidade de pagamento de indenização com Títulos da Dívida Pública, o mundo começou a vir abaixo. Bilac Pinto,

então presidente da UDN (União Democrática Nacional) e amigo do presidente, iniciou uma campanha sistemática contra o projeto, utilizando todo o seu prestígio de líder de facção política que melhor se identificara com Castelo. Carlos Lacerda, governador da Guanabara, mais violento e irreverente, não empregou, como de costume, meias palavras ao referir-se ao assunto perante o seu eleitorado no interior do Paraná: 'Goulart não era ruim ou Castelo quer ser ruim como ele'. Adhemar de Barros, então chefe executivo em São Paulo, por seu turno, declarou enfático que 'não precisamos mexer na Constituição, nem no Latifúndio'. Magalhães Pinto, que com Lacerda e Adhemar formava o trio de governadores que apoiava, na área civil, a revolução chefiada por Castelo, opunha o mesmo tipo de embargo à idéia de Reforma Constitucional, manobrando habilmente através do seu secretário Roberto Resende, durante a famosa reunião de Viçosa. Outros políticos de menor expressão, como Filinto Muller, Cid Sampaio, Nilo Coelho, Padre Vidigal, também se opuseram frontalmente a iniciativa governamental. Ainda mais violenta, em matéria de oposição foi, porém, a iniciativa do presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de Minas Gerais... de organizar uma marcha sobre Brasília visando impedir a tramitação da emenda. Associado também a reação das Entidades Democráticas (como as): Liga Independente pela Liberdade; Sociedade Rural Brasileira; Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo; Associação Paulista dos criadores Bovinos; Rede Independente Democrática; Liga Cristã contra o Comunismo; Movimento de Arregimentação Feminina; Centro Democrático dos Engenheiros; Instituto de Orientação Democrática; Associação Cívica Feminina; União Democrática Assistencial; Confederação das Famílias Cristãs; Instituto a Serviço da Família; Associação dos Advogados Democratas; Movimento Estudantil Democrata; Campanha de Educação Cívica; Casa do Pequeno Trabalhador; Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade; Associação dos Estudantes Democratas; Centro de Defesa Democrática; Liga de Ação Democrática Católica; Legião Brasileira Anticomunista e Grupo de Ação Patriótica...".

As pressões exercidas pelos grupos civis citados e tantos outros mais espalhados pelo país e que apoiaram o golpe, embora não conseguindo impedir de ser aprovada pelo congresso a lei que deu origem ao *Estatuto da Terra*, causaria óbices graves a aplicação do referido estatuto. Este terminaria por ser engavetado e o conceito de reforma agrária mais uma vez redefinido a partir do controle e utilização dos trabalhadores rurais pelo desenvolvimento do capital no campo. A força do bloco agrário mais uma vez se fez presente, impedindo qualquer projeto que pudesse vir a

afetar, mesmo em nome do benefício da propriedade privada, a estrutura de propriedade no Brasil.

Os pilares conceituais do *Estatuto da Terra* se assentavam na defesa da propriedade privada, no apoio da média empresa rural, sem excluir a grande empresa agrícola em áreas "onde a pressão demográfica é moderada e onde a natureza do solo ou o tipo de cultivo tornam tecnicamente aconselhável a exploração em grandes unidades..." (Castelo Branco, 1964, p. 11), mesmo assim, encontraria forte resistência a sua execução do bloco agrário do país. Esta resistência se devia em parte ao valor especulativo do preço da terra e por ser a propriedade de terras no Brasil de então, como o fora deste o tempo da colonização, uma fonte fácil de dinheiro. Através dos financiamentos governamentais a fundo perdidos, onde era possível o desvio das verbas públicas para outros fins que não a produtividade rural, ou através da aquisição de empréstimos bancários, onde a terra servia como garantia e os recursos aplicados em instâncias outras que não a agrícola.

A extrema dificuldade de aplicação do *Estatuto da Terra* demonstrou também a falácia do Estado autoritário e dos grupos que se diziam hegemônicos em seu interior, da possibilidade de subordinação gradativa do bloco agrário aos interesses da industrialização. Projeto de harmonização da economia agrária do país à política industrial, que fazia parte das idéias ipes-ibadeanas, e estavam também contidas na filosofia expressa na lei n. 4.504, que deu origem ao *Estatuto da Terra*, como pode ser visto no seu art. 1º § 2º.

A dificuldade de aplicação e o posterior engavetamento do estatuto provocariam uma série de atritos na relação entre a Igreja Católica e o Estado autoritário no Brasil. Estas diferenças não significavam, contudo, um ponto de cisão entre o movimento sindical dos trabalhadores rurais, sob a tutela da Igreja Católica e o Estado, naquele momento. Refletia antes o processo de questionamento e cobrança de compromissos de reformas sociais assumidos pelo Estado, o que colocava o movimento sindical tutelado de sobreaviso e em pressão permanente para sua execução.

Colocava ao mesmo tempo o sindicalismo dos trabalhadores rurais em contradição consigo mesmo, enquanto órgão de mediação entre os trabalhadores e o Estado. Contradição não resolvida, diga-se de passagem, de ser em tese um órgão de

representação de classe, e na prática ser um órgão de controle das aspirações desta mesma classe.

Contradição que se acentuará gradativamente, quando todos os compromissos assumidos pelo Estado tenderão a ser desrespeitados e engavetados. Criando óbices a representação sindical e pressões de sua base para a execução dos compromissos acordados.

Dentro deste cenário pode-se entender a luta pela execução da lei n. 5.504, ou mesmo da lei dos dois hectares de terra levada adiante pelo sindicalismo dos trabalhadores rurais no Brasil, e aqui particularmente no Estado de Pernambuco, nos anos de 1964 a 1968. É possível também entender as reivindicações trabalhistas desenvolvidas pelas bases e encampadas de uma forma ou de outra pelos sindicatos de trabalhadores rurais, no mesmo período.

Cenários cujo exemplo pode ser buscado na atuação do STR do Cabo, que encampou as reivindicações de suas bases as transformando em movimentos de greve, cuja face, potencialmente política, seria por fim manifesta na greve geral no município no ano de 1968 (Koury, 1980 e 1980a). Como pode ser também extraído das campanhas da FETAPE em defesa do *Estatuto da Terra* e da lei dos dois hectares de terra, nos anos entre 1964 a 1968.

1968, o Aprofundamento da Crise

O *Estatuto da Terra* viria a ser acionado no município do Cabo no ano de 1968, como visto anteriormente neste trabalho, isto é, quatro anos após a aprovação no congresso nacional da lei n. 4.504. Além de uma promessa não realizada de distribuição de novos lotes, em um curto prazo de trinta dias, feita ao STR de Vitória de Santo Antão, de acordo com o *Diário de Pernambuco* do dia 30 de janeiro de 1968. É importante destacar, neste trabalho, contudo, que as desapropriações havidas tomaram a forma de distribuição de lotes, nos moldes do projeto do padre Antonio Melo. Este projeto do padre Antonio Melo era condenado pelo SORPE, e pela própria FETAPE, como um desvio do *sentido real* da reforma agrária, segundo depoimento do padre Paulo Crespo ao autor.

As desapropriações realizadas segundo a lei 4.504, "*mediante contrato amigável e judicial*", tinha por objetivo, segundo o *Diário de Pernambuco* do dia 20

de janeiro de 1968, "*impedir o agravamento da tensão social naquela área (município do Cabo)*" conturbada por greves e pressões sociais. Procurava também desmobilizar o movimento sindical no município do Cabo, além de buscar *saciar* os anseios empresariais do padre Antônio Melo, ao colocá-lo à frente dos projetos de colonização nas áreas desapropriadas do município.

O aumento do poder de mando do padre Antonio Melo na área rural do Cabo pelo Estado tinha por objetivo a busca de reforçar o controle sobre o movimento dos trabalhadores rurais do município, cujo presidente do STR local, embora *afilhado* do padre Antonio Melo, parecia querer "*tomar rumos próprios como liderança*", de acordo com o *Diário de Pernambuco* do dia 20 de janeiro de 1968. Tinha também como objetivo, ainda segundo a mesma edição citada, inibir as intenções dos demais sindicatos rurais da mata pernambucana de seguirem o exemplo do STR do Cabo.

Dados do ano de 1975, divulgados pelo semanário *Opinião* n. 121, de 13 de fevereiro de 1976, indicam que o *Estatuto da Terra* tinha conseguido assentar até o ano de 1970 apenas 329 famílias de trabalhadores em todo o Brasil, "*numa nação com mais de seis milhões de beneficiários potenciais da reforma*". A maior parte das famílias assentadas estava alocada no município do Cabo, em Pernambuco. E foram escolhidos e assentados segundo os critérios de escolha do padre Antônio Melo.

O *Estatuto da Terra* assim foi acionado apenas como um recurso desmobilizador em áreas tidas como fonte de preocupações do Estado autoritário. Como o município do Cabo, onde o clima de tensão se expandia a cada dia e ameaçava se estender pelos demais municípios da região do açúcar.

No mês de março de 1968, por exemplo, houve uma tentativa de mobilização dos trabalhadores rurais filiados ao STR do município de Escada, sito na mata sul de Pernambuco, seguindo os passos do STR do Cabo. A tentativa de mobilização fracassou por vários motivos: o primeiro, pelo medo dos trabalhadores rurais locais de serem chamados de *comunistas*. Segundo o *Diário de Pernambuco* do dia 07 de março de 1968, os trabalhadores rurais associados convocados para uma assembleia geral extraordinária para tratar da pauta sobre uma possível greve no município, embora "*comparecendo em massa a reunião, não quiseram participar da votação com medo de serem chamados de comunistas*" e com receio da violência do patronato contra os trabalhadores que se mostrassem favoráveis ao pleito. O grande

número de trabalhadores que forçavam o sindicato à greve não era de associados, eram *trabalhadores clandestinos* que não possuíam a carta sindical.

O segundo motivo deveu-se a inevitável interferência da DRT. Em acordos apressados com os empresários locais conseguiu desmobilizar o movimento. No acordo realizado através da DRT os proprietários comprometeram-se a pagar as dívidas trabalhistas com os trabalhadores no prazo de trinta a noventa dias, de acordo com a edição do dia 09 de março de 1968 do *Diário de Pernambuco*.

Os demais engenhos que não fecharam um acordo com a DRT entraram em dissídio junto ao TRT. O que provocou o adiamento protocolar do movimento, segundo a lei de greve em vigor. O adiamento conseguiu esvaziar o movimento de greve.

No dissídio o TRT estipulou os mesmos prazos de trinta a noventa dias para os empregadores pagarem as suas dívidas trabalhistas. Porém, caso não houvesse o cumprimento do acordo pelos empresários rurais, os trabalhadores deveriam entrar com processos judiciais individuais, ou por empresa, reivindicando os seus direitos trabalhistas.

O movimento para a greve, no município de Escada, chegou ao seu final. Continuava pairando no ar, contudo, um clima de insatisfação.

Em agosto de 1968, uma nova ameaça de greve eclode na mata pernambucana. Esta nova ameaça tem origem na insatisfação crescente dos trabalhadores rurais, pelo sentimento de abandono e pelo desrespeito às leis trabalhistas pelo patronato, e pela inobservância dos acordos realizados pelas usinas e engenhos com os trabalhadores rurais nos dissídios coletivos anteriores. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Cabo assume esse clima e anuncia uma nova mobilização para a greve. Este anúncio de uma nova possível paralisação é sentido como uma ameaça pelos empresários locais.

A paralisação foi marcada para o dia 25 de agosto de 1968, devendo atingir quase todos os cinquenta e dois engenhos locais. De acordo com João Luiz da Silva, então presidente do STR do Cabo, em declaração ao *Diário de Pernambuco* do dia 15 de agosto de 1968, as tentativas de negociação do sindicato com os empresários locais não surtiram efeito, a DRT estando informada de toda a situação.

O cenário possuía algumas características novas em relação aos anteriores. A primeira delas seria a votação expressiva para o comando de greve de um militante dos quadros da AP, então na clandestinidade. Além da AP e do PCdoB, estiveram presentes no processo de organização camponesa na mata pernambucana e, aqui, no processo de mobilização dos trabalhadores rurais do município Cabo o PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário e o PCR – Partido Comunista Revolucionário. É interessante frisar que na época a AP estava em processo avançado de fusão com o PCdoB (processo que viria a ser concluído em 1973), e ambos buscavam naquele momento organizar um movimento de luta armada a partir do campo.

Na Zona da Mata de Pernambuco foram instalados pequenos núcleos organizacionais, ou *aparelhos* na linguagem da época, para a mobilização e organização dos trabalhadores rurais. De acordo com um ex-militante da AP pertencente a um dos núcleos da mata pernambucana, em entrevista ao autor no ano de 1979, a maioria dos militantes provinha do meio estudantil e intelectual da região, que se encontrava em processo de radicalização. Transferidos para o meio rural empregavam-se na lavoura canavieira na intenção de organização de *focos* de resistência no contato direto com os trabalhadores da região.

Como aconteceria com os demais grupos de esquerda no país um pouco mais tarde, estes *aparelhos* da Zona da Mata foram desarticulados pela intensa repressão militar que varreu o país após o Ato Institucional n. 5, ou o AI-5, como ficaria conhecido na memória política do país.

Segundo o ex-militante entrevistado, apesar das dificuldades enfrentadas pelos membros recrutados da classe média da região para uma atuação nos *aparelhos* no meio rural: pela clandestinidade a que se viam expostos e pela intensa violência que os cercavam, além da difícil adaptação ao modo de vida e trabalho no campo, o trabalho de agitação e mobilização dos trabalhadores ia prosseguindo, mesmo que lentamente. A inclusão de um dos militantes no comando geral da greve no município do Cabo parecia demonstrar para ele o entrosamento e a confiança adquirida entre os trabalhadores com militantes de alguns destes núcleos organizacionais. Em sua avaliação o ex-militante entrevistado, embora fale da tensão permanente de ser descobertos pela repressão ou denunciados a ela por membros da

FETAPE ou do próprio sindicato controlado pelo padre Antonio Melo, indica a cisão entre a diretoria do sindicato dos trabalhadores rurais do Cabo e fala da simpatia do presidente e parte da diretoria para com o processo estipulado, e a difícil relação com a outra parte, capitaneada pelo secretário geral do sindicato, que ele desconfia, tem quase certeza, “*mas não posso afirmar de todo, então é só suspeita*” de ter denunciado militantes engajados no movimento e mesmo alguns camponeses simpatizantes “*às forças da repressão*”. Embora, na sua avaliação, esta tenha sido a ação mais ousada por eles praticada antes de serem dilacerados pela repressão militar.

Este entrevistado foi preso meses depois do término do movimento junto com outro companheiro, e torturado. O *Jornal do Comércio* do dia 30 de agosto de 1969 noticia que um estudante preso se jogou da janela do primeiro andar DOPS na Rua da União, na cidade do Recife. Segundo o entrevistado, este tinha sido o seu companheiro preso “*... num ato de desespero. Esse rapaz ficou parálítico depois desse ato e, acho até que nos salvou, pois deu visibilidade a prisão de nós dois e foi possível nos manter vivos, ser julgados e cumprir pena*”.

O militante engajado no comando geral de greve do município do Cabo teve uma atuação de destaque durante todo o percurso do movimento. Em alguns momentos conseguindo enfraquecer o controle político do padre Antônio Melo sobre os trabalhadores paralisados e sobre o sindicato local.

A FETAPE, por sua vez, se define contrária ao movimento grevista do município do Cabo. Afirma ao *Diário de Pernambuco* do dia 16 de agosto de 1968 que “*... no fim da história, nada se resolve em benefício dos empregados, mas do patrão*”. Relata os episódios dos movimentos anteriores no município do Cabo para explicar a sua posição e assegura como porta voz do padre Paulo Crespo a Frances Foland (1968, p. 13), um estudante americano no país, que este novo movimento de greve representa “*... uma farsa e que suas reivindicações são apenas para ganhar aquilo que a lei já garantiu*”³⁵.

Surgia no mesmo período uma ameaça de greve vinda do município de Ipojuca e capitaneada pelo STR local. A origem do conflito, segundo declarações do

35 - “*... a farce since its aims were only to gain what the laws already granted*”.

presidente do sindicato ao *Diário de Pernambuco* do dia 24 de agosto de 1968, estaria centrada nos tradicionais motivos de atraso de pagamentos pelos empregadores do município. A DRT face às duas ameaças de paralisação do trabalho mais uma vez esforça-se para contê-las. Apela inclusive para o *patriotismo* dos empregadores e empregadores rurais, segundo o *Diário de Pernambuco* do dia 11 de setembro de 1968, na "... certeza de havendo greve nos dois municípios haveria também uma ampliação do movimento para os demais municípios da zona da mata pernambucana, em face da similitude das reivindicações e queixas".

Pela primeira vez após o golpe de 1964 e indiferentes aos apelos do DRT, os STRs do Cabo e de Ipojuca convocam, segundo o *Diário de Pernambuco* dos dias 27 e 31 de agosto e 01, 10 e 11 de setembro de 1968, assembléia geral extraordinária e decidem pela greve. As assembléias bastante concorridas tiram como resolução, votadas pela maioria expressiva dos presentes, a greve geral com início previsto para o dia 23 de setembro. O movimento deveria atingir todos os engenhos e usinas dos dois municípios.

Segundo o *Diário de Pernambuco* do dia 11 de setembro de 1968, os comandos de greve foram eleitos e uma pauta de reivindicações votada, com os seguintes pontos comuns:

1. Ingresso dos assalariados rurais no quadro dos contribuintes do Instituto Nacional de Previdência Social, INPS;
2. Acesso a terra, nos termos do *Estatuto da Terra*;
3. Uma comissão paritária, a ser designada pela DRT, para levantamento dos débitos dos empregadores, com o compromisso de pagamento dos mesmos até o dia 22 de setembro de 1968, - véspera do início oficial do movimento.

Pressionado pela DRT para desmobilizar os STRs do Cabo e de Ipojuca, o padre Melo esbarra com a indiferença e a independência do movimento. Como uma espécie de reprimenda retira o seu apoio aos sindicatos pondo-se contrário a greve. Busca paralelamente enfraquecer a liderança exercida pelo comando de greve e sua influência sobre o presidente do STR do Cabo.

Outra característica pode ser considerada importante no processo que antecedeu o movimento, para a análise aqui proposta. Este dado foi a tentativa direta

do governo federal de por fim ao mesmo. Através do padre Antônio Melo, em um primeiro momento, fazendo-o estrategicamente retirar o apoio ao presidente do STR do Cabo. Logo depois, através do MTPS que, em ordem direta a DRT, impôs o "... *fim a qualquer custo do surto grevista*" nos municípios do Cabo e Ipojuca, de acordo com o *Diário de Pernambuco* do dia 16 de setembro de 1968.

A crise econômica, política e de representação vivenciada pelo Estado autoritário no Brasil teve o seu ápice no segundo semestre de 1968. Esta crise veio acompanhada pelo processo de radicalização do movimento estudantil e dos trabalhadores de esquerda no país.

Uma grande parte das organizações de esquerda tinha feito a opção pela luta armada contra o regime de exceção em vigor no país. As que se colocaram em posição contrária ou com cautela sobre o assunto sofriam profundas dissidências. Importantes greves contra o *arrocho salarial* eclodem no país inaugurando novos processos de resistência e organização dos trabalhadores. Como as greves metalúrgicas de Contagem, no estado de Minas Gerais, e Osasco, no estado de São Paulo, respectivamente nos meses de abril e junho de 1968 (Weffort, 1972), e a greve dos bancários do estado de Minas Gerais (Foland, 1968), duramente reprimidas.

Era fundamental, desse modo, evitar mais um surto de greve no meio rural. Primeiro, pelo perigo do movimento se alastrar por todos os demais municípios canavieiros, tornando-se expressão ainda em moda *explosivo*, pela penúria dos trabalhadores rurais. Segundo, por que o movimento sindical dos trabalhadores rurais, pelo menos no estado de Pernambuco, sob o controle dos padres Antonio Melo e Paulo Crespo era, até então um pretense espaço onde o Estado autoritário pensava poder legitimar-se e ganhar representação.

O processo de greve nos municípios do Cabo e de Ipojuca tinha assim de ser interrompido. Dois caminhos foram traçados para tal. O primeiro, através da persuasão e do apelo feito ao patriotismo dos trabalhadores e empregadores envolvidos, feito pela DRT, com o apoio da FETAPE e pelo convencimento e apelo sentimental do padre Melo as lideranças dos trabalhadores rurais, principalmente ao presidente do STR do Cabo, seu afilhado político.

O segundo caminho foi o da coação. Seja através da retirada do apoio aos sindicatos rurais e a ameaça de rompimento político com os sindicalistas, encenados pelo padre Antônio Melo, seja pela ameaça de ilegalidade do movimento afirmada pela DRT. Em nota oficial publicada no *Diário de Pernambuco* do dia 17 de setembro de 1968, a DRT esclarecia sua intenção de intervir nos sindicatos do Cabo e de Ipojuca se a greve por acaso viesse a acontecer. A nota explica e reforça a ameaça de que "... *uma greve ilegal é um movimento fora da lei e, como tal, passivo de sofrer intervenção*".

O sindicato rural de Ipojuca intimida-se e se desmobiliza. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Cabo, porém, respondeu a ameaça de intervenção, em declaração ao *Diário de Pernambuco* do dia 18 de setembro de 1968, afirmando que "... *todas as resoluções do sindicato estão amparadas na lei, de modo que não há como atribuir à greve outras pretensões que as de defender os legítimos direitos dos trabalhadores rurais, que vem sendo sistematicamente desrespeitados pelos patrões*". Em sua declaração acrescentou também que "... *deverei recorrer à justiça federal com ação para garantir a legalidade do movimento, pois a DRT está tentando impedir, através de coação a greve*".

Por outro lado, a DRT conseguiu firmar um acordo entre patrões e trabalhadores no município de Ipojuca, afastando o perigo de greve no município. O acordo firmado, segundo o *Diário de Pernambuco* do dia 18 de setembro de 1968, consistiu mais uma vez na promessa de pagamento de setenta a setenta e cinco por cento dos débitos apurados em até dois anos, em prazos estabelecidos pela DRT.

Os dois caminhos, - de persuasão e de coação, - foram realizados de modo simultâneo. Nenhum dos dois sendo abandonados pelo Estado em momento algum. O presidente do STR do Cabo, sofrendo pressões da base sindical e do comando de greve para dar prosseguimento ao movimento, envia um documento ao ministro do trabalho e previdência social, Jarbas Passarinho, transcrito na íntegra no *Diário de Pernambuco* do dia 19 de setembro de 1968.

No documento relata o porquê do movimento e demonstra que o mesmo encontra-se dentro dos parâmetros legais estipulados pela lei de greve. Caracteriza a ação da DRT frente ao mesmo como "... *de desrespeito aos trabalhadores ao pretender impedir a livre manifestação do seu pensamento de trabalhadores*

assalariados a qualquer custo, frustrando-os naquilo que de mais direito possuem, que é lutar com todas as armas para receber salários atrasados, para cujo ganho trabalharam intensamente."

A DRT não tendo força suficiente para conter o movimento de greve no município do Cabo, o diretor geral do DNT – Delegacia Nacional do Trabalho foi enviado a cidade do Recife para observar *in loco* o movimento e procurar uma solução amigável para o mesmo. A TRT dirigia-se *pari passu* à imprensa local e afirmaria, de acordo com as notas publicadas no *Diário de Pernambuco* e no *Jornal do Comércio* do dia 20 de setembro de 1968, que "*não era da alçada da DRT pronunciar-se sobre a legalidade ou não de nenhum movimento grevista*". Em sua declaração informava também que ele (o TRT) "*só poderia julgar a greve do Cabo a partir do momento de sua efetivação*". Cai assim por terra a ameaça da DRT de uma possível intervenção imediata no STR do Cabo.

O movimento grevista no município do Cabo nesse ínterim recebia o apoio de amplos setores da sociedade civil do estado de Pernambuco. Abaixo assinados de intelectuais, coleta de fundos e panfletagem na cidade do Recife e em algumas cidades do interior do estado pelo movimento estudantil universitário e secundarista, notas de solidariedade de sindicatos e entidades de trabalhadores urbanos e rurais, entre outras tantas manifestações de solidariedade. Até o presidente da Federação dos Trabalhadores Cristãos de Pernambuco, órgão tradicionalmente ligado ao clero mais conservador no estado, em nota a imprensa, publicada no *Diário de Pernambuco* do dia 21 de setembro de 1968, afirmava que "*... a greve do Cabo é justa, porque os trabalhadores rurais não estão recebendo os seus direitos garantidos pelas leis*".

O jogo de persuasão e coação, porém, continuava. Após horas seguidas de exaustiva negociação com o STR do Cabo, o diretor geral do DNT conseguiu um adiamento de dez dias para a deflagração da greve. A negociação, segundo o *Diário de Pernambuco* do dia 24 de setembro de 1968, foi intermediada pelo padre Antônio Melo. Segundo relato de Frances Foland (1968, p. 13),

"... o governo estava solicitando um adiamento de quinze dias para a deflagração da greve, os trabalhadores garantiram um adiamento de dez dias. Sobre esse ponto houve uma discordância aberta entre o padre Melo e o sindicato, tendo o primeiro pressionado os trabalhadores para que aceitassem a solicitação governamental. Quando os trabalhadores votaram por seguir o seu próprio

caminho, porém, o padre Antonio Melo afirmou que a partir de então não se encontrava mais do lado deles e nem acreditava em sindicatos...”³⁶.

O início da greve foi adiado para o dia 02 de outubro de 1968. No dia 28 de setembro foi realizada uma reunião de conciliação entre patrões e trabalhadores convocada pela DRT. Nessa reunião, como em todas as outras anteriores organizadas pela DRT, não se chegou a resultado algum.

Com o fim e o fracasso de todas as tentativas de conciliação vem a Pernambuco o ministro Jarbas Passarinho, do trabalho, com o objetivo de encontrar alguma fórmula amigável de impedir a deflagração do movimento. O ministro consegue adiar mais uma vez o início do movimento, em uma conversa direta com o presidente do STR do Cabo conseguido por uma intervenção do padre Melo. Esta conversa e o seu resultado foram repudiados pelos trabalhadores através de uma nota do comando de greve local. Mesmo assim foi marcada uma nova data para o início da greve. A nova data de deflagração da parede ficou para o dia 07 de outubro de 1968, segundo pode ser visto no *Diário de Pernambuco* dos dias 01 e 03 de outubro de 1968.

Entre outros aspectos os episódios retratados serviram para expor publicamente o rompimento do padre Melo com o presidente do STR do Cabo. Em um documento distribuído no dia 05 de outubro à população do município, o padre Antonio Melo explicaria as causas que o levaram a romper com o sindicato. Este documento é reproduzido em Foland (1968, p. 14 e 15). Nele, o padre Antonio Melo afirma:

“Estou literalmente frustrado pela reforma agrária que não chegou a tempo. Perdi, contudo. Eles estão certos, todos aqueles que me seguiram em busca de uma conciliação. Violência é um determinismo histórico, porém, não uma solução para os problemas da humanidade. Haverá violência até que nós aceitemos uma conciliação justa, a única solução possível para uma verdadeira e autêntica solução... Quando o sindicato tende para uma decisão

³⁶ “...The Government asked for 15 days, the workers granted 10, and at this point there was overt disagreement between Padre Antonio Melo and the syndicate, the former having urged the workers to have faith in the Government's intent and grant what it asked. When the workers voted to go their own way, Padre Melo said he no longer was on their side and he did not believe in syndicates ...”

radical, agravado pelo egoísmo cego do patronato, busco todos os métodos de conciliação possíveis, exceto vender a minha alma para o diabo. Eu fui aceito e fui elemento de confiança por muito tempo... Para aqueles que me seguem a tônica sempre foi de cautela, cuidado e firmeza na fé de uma conciliação. Conciliar é para mim um ato religioso, místico e quase fanático. Minha cabeça será devorada pelos reacionários porque eu não me junto a eles na violência contra o povo. Meus pés serão comidos pelos violentos que se encontram junto ao povo, porque eu não estarei do lado deles na sua justa e defensiva violência contra os reacionários..."³⁷.

Este documento, distribuído dois dias antes do prazo final dado pelos grevistas ao governo, foi a última tentativa de pressão do padre Antonio Melo ao STR do cabo e aos trabalhadores envolvidos no movimento. "*De agora em diante...*", declara ele ao *Diário de Pernambuco* do dia 07 de outubro de 1968, "*retirarei as mãos de cima do sindicato e trabalhadores rurais, recaindo assim os seus atos sobre as suas próprias cabeças*".

Apesar do esforço pessoal do ministro, e do último ato de coação do padre Antônio Melo acima citado, a nova rodada de negociação entre trabalhadores e empregados redundou em absoluto fracasso. À zero hora do dia 07 de outubro, desse modo, tem início a paralisação dos trabalhadores rurais da zona açucareira do município do Cabo. O movimento paralisa todos os engenhos do município. No dia seguinte ao início da greve, o presidente do STR do Cabo denuncia a imprensa, segundo o *Diário de Pernambuco* do dia 08 de outubro de 1968, que os trabalhadores rurais "*... começam a ser coagidos pelo patronato, que tentam contratar pessoas estranhas para substituírem os grevistas*".

No quarto dia de greve, a coação parte diretamente do Ministério do Trabalho e Previdência Social. Em contato com o sindicato e em declaração a imprensa,

³⁷ "I was literally defeated because the agrarian reform did not come in time. I lost, therefore. They are right, those who no longer follow me to seek a conciliation. Violence is a historic determinism but not a solution for the problems of humanity. We will have violence until we accept an honorable conciliation, the only condition for true and authentic solutions... When the syndicate tended toward radical decisions, aggravated by the blind egotism of the patronal class, I used all methods to conciliate, except selling my soul to the devil. I was accepted and trusted for a long time... For those who followed me the tonic was caution, care and firmness in order to achieve conciliation. To conciliate is for me a religious, mystical, even fanatic issue. My head will be devoured by reactionaries because I do not join them in violence against people. My feet will be eaten by the violent who are with the people, because I did not side with them in their just and defensive violence against the reactionaries..."

publicada no *Diário de Pernambuco* do dia 11 de outubro de 1968, o ministro Jarbas Passarinho "... *adverte o presidente do sindicato de que não tolerará corrupção, agindo neste sentido com mão de ferro. Observou que admite movimentos grevistas, desde que por motivos justos, mas nunca o desvirtuamento da verdade*".

Corrupção, subversão e agitação eram termos quase sinônimos na intimidação do regime militar a indivíduos ou entidades que não se comportavam com os ditames, mutáveis a cada momento, do Estado autoritário em consolidação no país. O *desvirtuamento da verdade* de que falava o ministro Passarinho se referia a suspeição da mobilização dos trabalhadores sobre um dos seus pontos principais de arregimentação: a dívida do patronato.

Dizia o ministro que não negava a existência da dívida de uma ou de outra empresa rural, mas que colocava em dúvida a relação das dívidas e das empresas devedoras arroladas pelo sindicato. Apesar de as mesmas haverem inúmeras vezes sido aventadas pela DRT. Afirma que o MTPS em levantamento próprio constatou que muitas empresas constantes do rol de devedoras do STR do Cabo nada mais deviam ou nunca nada deveram a seus trabalhadores.

Esta ação de intimidação e suspeição do MTPS é realizada concomitantemente a ações de agrado e procura de formas de trazer para si, ou recuperar o sindicato e todo o movimento no município do Cabo. São jogadas duplas de coação e apreço. Para as últimas, o ministro do trabalho e previdência social atende de imediato as reivindicações diretamente ligadas ao governo federal.

Entre as reivindicações atendidas encontram-se:

1. A extensão do INPS aos trabalhadores do Cabo;
2. A fiscalização através da DRT das *tarefas* estipuladas por cada local de trabalho;
3. A instalação, no prazo de oito dias, de unidades médicas e odontológicas do INPS na sede do STR do cabo, para uso dos trabalhadores rurais filiados;
4. A promessa para dar início a estudos para a diminuição do tempo de entrega dos *lotes* do programa de colonização iniciado pelo governo federal no município.

Com as reivindicações acima atendidas, a greve termina precisamente às doze horas na manhã do dia 12 de outubro de 1968. Durante todo o decorrer do movimento, chegaram manifestações de apoio e solidariedade de setores diversos da sociedade civil do estado.

Na cidade do Recife, estudantes universitários e secundaristas levantaram recursos de dinheiro e gêneros alimentícios através de pedágios e coletas em residências nos bairros da cidade, com uma boa acolhida pela população. A sede para os mantimentos coletados era a Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco, mais conhecida na época pelo nome de *fafipinha*. A entrada e saída de estudantes eram intensas com reuniões de avaliação e continuidade do ato acontecendo a todo o momento. No dia 10 de outubro de 1968 a polícia invade o local, a pedido do diretor da faculdade, e entra em conflito aberto com os estudantes.

Fora o movimento estudantil, menções de apoio e solidariedade a greve do Cabo partiram de diversas entidades como o Movimento de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife, o SORPE, a FETAPE e de vários sindicatos, de acordo com o *Diário de Pernambuco* dos dias 05, 07 e 11 de outubro de 1968.

O SORPE e a FETAPE, porém, no início e nos passos seguintes do processo de greve no Cabo, não deram apoio e nem ofereceram seus serviços e estrutura ao movimento. Pelo contrário: no início tentaram desmobilizar o percurso à greve, conseguindo, mesmo, influenciar na opção de desmobilização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ipojuca. Com o avançar dos acontecimentos, porém, e com a mobilização da opinião pública do estado a favor do movimento, embora as duas entidades não se envolvam diretamente com o mesmo, elas prestam solidariedade à greve em declarações a imprensa local e em nota oficial dirigida ao Sindicato Rural do município do Cabo.

O arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, se desloca até o STR do Cabo, vence a barreira policial que impedia o acesso ao local da chegada permanente de mantimentos, pessoas e representantes de entidades solidárias ao movimento, e se faz presente a *assembléia permanente da greve*. Nela, segundo o *Diário de Pernambuco* do dia 11 de outubro de 1968, entrega os vários mantimentos obtidos de diversas coletas de entidades do estado e relata aos grevistas presentes os

acontecimentos em todo o estado de Pernambuco que o movimento do Cabo proporcionara.

O diretor do DNT retorna ao Recife e segue para o município do Cabo para negociar diretamente a greve. Procura imediatamente o padre Melo, recusando a se encontrar anteriormente com qualquer trabalhador rural, ou membro do comando de greve e muito menos com o presidente do STR do Cabo, segundo relato de Foland (1968, p. 15). Embora oficialmente rompido com o presidente do STR do Cabo por discordar dos "*seus métodos na condução do movimento grevista e com o movimento sindical*", o padre Melo será procurado a mando do ministro Jarbas Passarinho para estabelecer a intermediação com os grevistas buscando por fim ao movimento (Foland, 1968, p. 15).

Para o DNT o padre Antonio Melo serviu como uma espécie de relator das reivindicações dos trabalhadores, embora sem o consentimento destes, e serviu também como o intermediário do governo junto aos trabalhadores para buscar saídas para o movimento. O governo assim, ao instituir a figura do padre Antônio Melo na intermediação, mandava um recado indireto para os trabalhadores de que não haveria uma negociação direta com os mesmos, e sim concessão através dos seus tutores.

O STR do Cabo e os trabalhadores mais uma vez foram colocados à margem no processo de discussão da problemática que os estavam levando à greve. Foram procurados apenas após várias reuniões a portas fechadas entre o padre Melo e o diretor geral da DNT, quando já tinham as fórmulas possíveis no seu entender, para solucionar o movimento.

Quando procurados, mesmo assim, fizeram questão de deixar claro de que não houve pressão no atendimento as demandas dos trabalhadores, de que o atendimento não se deveu à greve, mas sim por uma concessão feita por pedido direto do padre Antonio Melo. Ao buscar passar a idéia de concessão, o governo procurava esvaziar qualquer sentido de *vitória* que pudesse vir a ser atribuído aos trabalhadores em greve. Ao reverter o sentido do atendimento a uma parte das reivindicações dos grevistas para concessão, o governo tentava dissuadir outros sindicatos a seguirem o exemplo do Cabo, e buscava tentar passar a idéias de que estaria sempre disposto ao diálogo e a concessão, nunca aceitaria de outra parte o

confronto que, segundo o *Diário de Pernambuco* do dia 14 de outubro de 1968, seria sempre severamente reprimido.

Pairaram no interesse deste *ato de concessão*, uma avaliação do quadro político brasileiro do momento, com o processo de radicalização crescente dos setores de classe média, principalmente do movimento estudantil, o surgimento de greves operárias significativas em várias atividades e especificamente nos setores metalúrgico e bancário, além das pressões que a linha mais conservadora das forças armadas fazia sobre o governo Costa e Silva para um endurecimento do regime militar. A busca de conciliação e a tentativa de transformar o atendimento das reivindicações dos trabalhadores em uma espécie de ato de boa vontade do governo militar, não podia, deste modo, falhar. O MTPS não poderia arriscar a expansão de um movimento que, de acordo com a análise da DRT em Pernambuco, tendia a fugir do controle do governo, sem arriscar também a sua própria cabeça.

O governo militar não podia arriscar um novo surto de greves no meio rural. Buscava transformar assim o atendimento das reivindicações em formas de concessões, além da intimidação constante a qualquer ação que ameaçasse fugir do seu controle. Pode ser assim explicado a insistência do governo em procurar o padre Antônio Melo como o mediador exemplar, - mesmo sem a anuência dos trabalhadores. Queria demonstrar com tal atitude a questão que fazia sobre a tutela dos sindicatos dos trabalhadores rurais, no Brasil, e aqui particularmente em Pernambuco, além da rígida lei que os submetia ao Ministério do Trabalho e Previdência Social. Procurava referendar assim a necessidade da hierarquia.

Ao escolher o padre Antônio Melo como um dos tutores dos sindicatos rurais em Pernambuco e, particularmente, do STR do Cabo onde tinha paróquia, o governo militar mostrava que não admitiria qualquer ato de independência manifesta pela diretoria sindical ou por sua base. Era esta tutela sindical que o ministro Passarinho procurava reforçar.

O padre Antonio Melo era um homem do regime e da confiança do Ministério do Trabalho e Previdência Social e só através dele seria possível qualquer ação ou reivindicação atendida em prol dos trabalhadores. Como concessão do Estado ao tutor sindical. O STR não tinha sentido de existência sem a tutela, no caso do Cabo,

do padre Melo. Havia então de submeter-se a orientação do padre, como forma de garantir sua sobrevivência e às ameaças constantes de intervenção.

O esforço do ministro do trabalho e previdência social de realizar uma conciliação pública entre o padre Antonio Melo e o presidente do STR do Cabo após o final da greve, deve ser salientado como um elemento de destaque na análise política das relações Estado e sindicatos rurais em Pernambuco, e especialmente no caso do município do Cabo. Todos os jornais locais publicaram fotografias onde aparecem sorridentes e apertando as mãos o padre Antonio Melo e o líder sindical João Luiz da Silva, sendo ladeados por um também sorridente Jarbas Passarinho, como querendo afirmar a volta do *filho pródigo ao lar...*, conforme pode ser visto nas páginas do *Diário de Pernambuco* e do *Jornal do Comércio* do dia 12 de outubro de 1968.

O TRT paralelamente impugna a pretensão dos trabalhadores rurais do município do Cabo, conforme notícia publicada no *Jornal do Comércio* do dia 12 de outubro de 1968: "... de que as contas apresentadas pelos empregadores como quitadas fossem revistas por uma comissão de três elementos: um representante patronal, um representante sindical e um representante da DRT...". E, no dia 15 de outubro a TRT inicia o julgamento do dissídio coletivo e conclui pela ilegalidade do movimento. Como justificativa para tal ato, de acordo com o *Diário de Pernambuco* do dia 22 de dezembro de 1968, alega os seguintes motivos:

1. Direito a terra e a previdência social ao homem do campo não constituem motivos para a legitimidade de um movimento paredista;
2. Atraso dos salários não abrangia de modo igual a todos os trabalhadores, para justificar a greve;
3. Caráter abusivo da direção sindical no encaminhamento das reivindicações trabalhistas.

O TRT ao decidir-se pela ilegalidade da greve realizou na prática as ameaças feitas anteriormente pela DRT e pelo ministro do trabalho e previdência social, coagindo indiretamente os demais sindicatos rurais do estado a não seguirem o exemplo do Cabo, Ou seja, o de procurar um caminho independente de ação além dos estabelecidos pelo Estado. O comentário de um juiz ao *Diário de Pernambuco* do dia 22 de dezembro de 1968 segue nesse sentido.

Para o referido juiz,

"a greve irrompida teve... objetivos e fins que jamais poderiam ser alcançados por uma declaração ou por um fato sindical ou por um fato voluntário, nascido sem melhores propósitos, sem o desejo de harmonia... Porque a greve, quando o sindicato dispunha de meios legais para o cumprimento das reivindicações de apenas alguns dos seus associados? Porque recorrer a recurso extremo? O procedimento da direção sindical foi abusivo... A conduta da direção sindical está a merecer reparos, não somente quanto ao aspecto puramente funcional, como ainda, sob o prisma de sua ação pessoal. Observem-se as declarações prestadas diante do juiz presidente, que alguma coisa vem errada no seio da comunidade sindical, a partir da infirmeza (*sic!*) de suas convicções, quase sempre conduzido para fins demagógicos. Dessa fonte tem partido as repetidas atitudes abusivas do dirigente sindical, incluindo-se dentre elas as declarações de greve no atual exercício".

O Tribunal Regional do Trabalho tentou desta forma por um limite a ousadia do STR do Cabo ao declarar a ilegalidade da greve de outubro. Mesmo assim, os efeitos não dão os frutos esperados. Após a vitória da greve do Cabo e apesar do TRT ter declarado a ilegalidade do movimento, vários sindicatos da mata pernambucana entram em processo de mobilização para greve.

No mês de novembro de 1968 os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Palmares e Ipojuca ameaçam entrar em greve por motivo de atrasos no pagamento dos salários aos trabalhadores. Marcam o início do movimento para os primeiros dias do mês de dezembro.

Como dita a lei de greve, entram em reuniões de conciliação com os empregadores com a intermediação da DRT. Nas reuniões a delegacia consegue impor um acordo entre as partes litigantes, sufocando assim temporariamente o movimento. Passado algumas semanas do acordo firmado, todavia, os empregadores do município de Ipojuca insistem em burlar como sempre faziam o acordo firmado com o sindicato e a DRT. O rompimento do acordo tem como consequência uma nova ameaça de greve.

Com o novo anúncio de greve, o governo do estado e autoridades militares de Pernambuco entra em cena com o objetivo de abafar o movimento. O presidente do STR de Ipojuca, Luis Francelino, de acordo com o *Diário de Pernambuco* do dia 08 de dezembro de 1968, aproveita a ocasião para afirmar as pressões dos trabalhadores sobre o sindicato e solicitar dos novos intermediários "... *uma solução para a*

pendência salarial que, há algum tempo, separa empregados dos empregadores naquela cidade".

Justificou o pedido com o anúncio de que o sindicato "*não poderia mais segurar os trabalhadores rurais... visto que o acordo feito na DRT não está sendo cumprido pelos empregadores*". Aplauze, enfim, a interferência do exército e do governo do estado "*para que possam conseguir uma solução por meios pacíficos, sem a paralisação do trabalho, intercedendo junto a classe patronal para o cumprimento do acordo*".

Este episódio pôs fim ao movimento. Luis Francelino pouco depois tentou candidatar-se a reeleição, na composição de uma nova diretoria sindical. Não conseguiu ser reeleito.

Em declaração a imprensa sobre o episódio da tentativa de reeleição para o STR de Ipojuca, o advogado do sindicato afirmou ao *Diário de Pernambuco* do dia 12 de dezembro de 1969, que "*a derrota de Luis Francelino na eleição para presidente do STR de Ipojuca, foi em decorrência de sua pouca objetividade no encaminhamento do problema da greve, acomodando-se às promessas dos empregadores até agora não cumpridas*". Declarou também que "*... a base sobre a qual opera o sindicato não estava mais disposta às manipulações dos empregadores, DRT e cúpula sindical. Quando os acordos oriundos destas manipulações não se viam convertidos em um mínimo favoráveis aos trabalhadores, eles logo sabiam responder com um não...*".

Os trabalhadores rurais do Cabo mantiveram por sua vez os membros do comando de greve como uma espécie de conselho informal junto ao sindicato, segundo entrevista com um ex-militante da AP ao autor em 1979. Este conselho força o sindicato a encaminhar uma política mais independente da traçada pelo padre Melo e pelo MTPS, inovando inclusive nos métodos de ação até então utilizados.

Como, por exemplo, as formas de pressão para o cumprimento da medição correta das *tarefas de trabalho* no campo. A partir da experiência no município do Cabo, uma palavra de ordem correria por toda a mata pernambucana: o *arrastado*. O *arrastado*, espécie de greve tartaruga no meio rural, dizia da diminuição do ritmo de trabalho na produção agrícola na lavoura canavieira.

Os empregadores denunciaram o fato novo a DRT. Segundo a denúncia, os trabalhadores rurais obedecendo a ordens dadas pelo STR do Cabo atrasavam toda a colheita da cana de açúcar. O STR do Cabo foi chamado a depor na DRT. Interrogado, respondeu que não existia nada de mais ou de anormal entre os trabalhadores. Em sua declaração, segundo o *Diário de Pernambuco* do dia 18 de dezembro de 1868, o que vinha "... realmente acontecendo era o descumprimento da tabela que estabelecia as tarefas diárias de trabalho para o campo pelo patronato. O abuso dos patrões fazia uma situação tal que o trabalhador não podia cumprir a tarefa, integralmente, em um só dia". Reverte assim a denúncia dos empregadores e solicita uma fiscalização mais severa da DRT nas propriedades rurais.

A resistência miúda, os experimentos de novas formas de oposição e luta, como a inovação trazida pelo *arrastado*, mais uma vez, relembra a importância do cotidiano e da resistência no cotidiano de James Scott (1985, 2002); e mostra a necessidade de recuperar as vozes dissimuladas, e nem sempre estudadas, da transgressão em sociedades onde a ação autoritária impede a livre manifestação dos trabalhadores e a ação sindical de exercer a representação dos anseios dos trabalhadores.

O espaço político aberto pelos trabalhadores rurais do município do Cabo criou óbices ao sindicalismo tutelado organizado pelo Estado autoritário. Os trabalhadores, através da atuação do *conselho informal*, - uma instância de aconselhamento e pressão no interior do sindicato, conseguida e mantida por pouco tempo, após a greve de outubro, e logo destruída pela repressão dissimulada e direta, com prisões de alguns de seus membros, - conseguiram abrir um espaço político, tímido é verdade, mas consequente, de atuação e representação sindical no município. As consequências de uma maior autonomia sindical no Cabo eram temidas pelos mentores de uma política tutelar para os sindicatos, principalmente, pela influência possível aos demais sindicatos da Zona da Mata de Pernambuco.

O padre Antônio Melo pressionado pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social procurou acionar o seu antigo poder de persuasão sobre o presidente do STR do Cabo, na tentativa de neutralizar a influência do conselho sobre ele e a consolidação do espaço de autonomia conquistado na gestão sindical durante a última greve. Por vias indiretas consegue o seu intento.

O Ministério do Trabalho e Previdência Social, através do padre Paulo Crespo, aproxima o IADESIL do padre Antonio Melo. Juntos armam uma estratégia para afastar o presidente do STR do Cabo, João Luiz da Silva, do município. O IADESIL oferece uma bolsa de estudos de um ano nos Estados Unidos, para realização de um curso de formação e treinamento de lideranças sindicais.

O término do mandato de João Luiz da Silva findaria no mês de fevereiro de 1969. O presidente era o virtual candidato a reeleição. A ação conjunta do padre Antônio Melo e do IADESIL o convenceram a licenciar-se da presidência do sindicato e seguir para os Estados Unidos fazer o curso de formação de lideranças. João Luiz da Silva viaja, segundo noticia o *Diário de Pernambuco* de 26 de dezembro de 1968, nos últimos dias do mês de dezembro.

A presidência do STR do Cabo foi assumida pelo vice-presidente em exercício, sob o controle estrito do padre Antônio Melo. Uma de suas primeiras ações foi a de extinguir o conselho informal de trabalhadores.

Em uma tumultuada assembléia, com a presença física do padre Antonio Melo e de agentes da DRT, os trabalhadores resistiriam por fim ao conselho. Em vão. O padre Antônio Melo voltou a assumir o controle e impor a ordem no cotidiano sindical do Cabo. O conselho informal foi suspenso. Os seus membros comprometeram-se a continuar o trabalho fora do sindicato.

O Ato Institucional n. 5, o AI-5, de 13 de dezembro de 1968, esfacelaria de vez a experiência levemente esboçada do conselho informal de trabalhadores na vida sindical. O Ato Institucional Nº 9, o AI-9, de 25 de abril de 1969, por sua vez, selaria um pacto entre o governo autoritário e os setores mais conservadores do patronato rural no país. Uma nova onda de pressões e mortes silenciaria os trabalhadores e a nação. Os terríveis anos de endurecimento da ditadura e da resistência muda no país iniciavam o seu caminhar.

Notas Finais

Este capítulo buscou compreender, através de uma narração etnográfica de base histórica, o papel do movimento sindical rural no interior do Estado autoritário, a partir de 1964. A questão central nele trabalhada foi a busca de entendimento de

como os trabalhadores e os sindicatos rurais se conformaram às novas medidas impostas.

Neste capítulo, enfim, foram analisadas as tentativas de esvaziamento político dos organismos sindicais, e a rigidez da interpretação da legislação sindical e trabalhista do novo regime no Brasil. Foram estudadas, por fim, as práticas instituintes dos trabalhadores e do movimento sindical no campo, no período de 1964 a 1968, através de suas ambiguidades e ambivalências no ajustamento e negação da nova ordem.

O próximo capítulo, por seu turno, discutirá o sindicalismo rural e as novas formas de resistência, no período correspondente aos anos de 1969 a 1974, focando o olhar, especificamente, para o caso da mata pernambucana. Como nos demais, o sexto capítulo trabalhará a questão dentro de uma metodologia onde as instâncias do micro e do macro se informam continuamente, criando teias de interdependência que moldam configurações tensas e conflituais entre as partes em jogo, e desenham caminhos, aonde vão compondo os modos de desenvolvimento e de ajustamento e de contradição que compõem a história vivida pelos atores e instituições que a experimentaram e a vivenciaram.

Como e quais foram às tensões e as contradições vividas no interior do movimento sindical e como os sindicatos e sindicalistas e os trabalhadores rurais sentiram a transformação da instância sindical de sua ação de representação e defesa dos interesses de classe para apenas veículos dos programas assistenciais do governo federal, é o objeto central trabalhado no próximo capítulo. O capítulo seis, enfim, trabalha o controle político e social sobre o sindicalismo rural pelo Estado autoritário implantado no país, no período assinalado, e, especificamente, pelas ambíguas relações do movimento sindical rural como o Ministério do Trabalho e Previdência Social. Busca compreender os movimentos de implantação das práticas assistencialistas no cerne do sindicalismo rural, e a passagem de uma política de representação de classe para uma política de apaziguamento dos conflitos trabalhistas e intermediação junto ao Estado vivenciado pelo movimento sindical rural brasileiro, e na mata de Pernambuco, de forma especial.

CAPÍTULO 06

Movimento Sindical, Assistencialismo e Novas Formas de Resistência - 1969 a 1974

Este capítulo abordará a problemática do sindicalismo rural e as novas formas de resistência na mata pernambucana, no período correspondente aos anos de 1969 a 1974. O Brasil nesta época foi considerado pelo regime ditatorial implantado em 1964 em estado de guerra interna. Instalando-se um dos mais pesados períodos de exceção política.

Foi executado um regime de terror político onde, suprimidas as liberdades individuais e grupais de pensamento e ação, tornaram-se corriqueiras com o *know-how* dos Estados Unidos práticas brutais de torturas a presos políticos, além de sequestros, mortes e desaparecimentos de pessoas suspeitas de oposição ao regime.

Este trabalho, infelizmente, não aprofundará a questão da repressão política dos grupos contrários à ditadura militar implantada no Brasil. Um estudo neste sentido ainda está por ser feito e, quem sabe, em breve possa vir a ser realizado com o anúncio da abertura dos arquivos do terror situado nos órgãos diretamente relacionados à repressão no Brasil e nos *segredos* de estado de diversos matizes em que se situam os porões da ditadura. Na feitura deste trabalho houve consulta a fontes diversas, ainda incompletas, porém, e recomenda o leitor, para uma visão desta problemática importante, entre outros, o dossiê *Brasil: Nunca Mais*, da Arquidiocese de São Paulo (1986), Miranda e Tibúrcio (1999), Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (2008) e, para Pernambuco, Araujo (1995). Um toque no sentido da necessidade de uma pesquisa que tenha por objeto a violência contra os militantes e camponeses da zona canavieira de Pernambuco é encontrado, também, em Sigaud (1996, nota 35).

O controle sobre o sindicalismo rural no período recortado por este capítulo, bem como sobre todo o movimento sindical brasileiro, foi reforçado pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social em formas de constantes *blitzens* sob o pretexto de averiguações permanentes de práticas de *corrupção* ou de *subversão*. O movimento sindical, sobretudo o rural foi absorvido também por práticas assistencialistas impostas de cima para baixo pelo Estado autoritário. Foi tolhido assim em sua ação

de representação e defesa dos interesses de classe e transformados em apenas veículos dos programas assistenciais do governo federal.

Essa passagem de uma política de representação de classe para uma política de apaziguamento dos conflitos trabalhistas e intermediação junto ao Estado vivenciado pelo movimento sindical rural em Pernambuco será o objeto central deste capítulo.

A Extensão do Programa de Previdência Social para o Trabalhador Rural

Aventou-se a previdência social para o trabalhador rural concretamente no Brasil no ano de 1968, a partir do movimento de greve no município pernambucano do Cabo. A da extensão da previdência social ao homem do campo e a implantação imediata de alguns postos ambulatoriais do Instituto Nacional de Previdência Social - INPS no município do Cabo, para o uso dos trabalhadores rurais filiados ao sindicato rural local, como foi visto no capítulo anterior, foi uma das primeiras reivindicações constante na pauta de greve.

Atendidos na reivindicação pelo MTPS, a greve foi posta a termo. É bom lembrar que o atendimento desta e de outras reivindicações na greve do Cabo foram repassadas a sociedade e ao próprio sindicato rural local, não como uma vitória do movimento de greve dos trabalhadores rurais, mas como uma espécie de concessão do governo federal aos trabalhadores e fruto de uma solicitação do padre Antônio Melo ao ministro do trabalho e previdência social Jarbas Passarinho.

No mês de dezembro de 1968 foi implantado na sede do STR do Cabo o plano piloto de previdência social para os trabalhadores rurais. O plano tinha o caráter experimental e deveria fornecer subsídios para a adoção futura da previdência social rural para todo o restante do país, segundo notícias veiculadas no *Diário de Pernambuco* dos dias 30 de março e 17 de abril de 1969.

Segundo nota divulgada a imprensa pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, de acordo com o *Diário de Pernambuco* do dia 22 de dezembro de 1968, "... por dificuldades de fiscalização e recolhimento dos recursos financeiros que custearão a previdência, (o MTPS resolveu) limitar a aplicação inicial da previdência ao setor agroindustrial açucareiro". Os demais setores seriam

integrados em longo prazo no sistema de previdência rural à medida do crescimento e eficácia do referido órgão.

No dia primeiro de maio de 1969 foi assinado o decreto lei n. 564 implantando o Plano Básico de Previdência Social Rural na Zona Canavieira. O decreto foi exaltado em telegramas dirigidos ao ministro Jarbas Passarinho pelo padre Antônio Melo, pela FETAPE e pela CONTAG, conforme notícia divulgada pelo *Diário de Pernambuco* do dia 03 de maio de 1969.

O decreto entraria em vigor no dia primeiro de outubro de 1969. A solenidade de lançamento foi realizada no município do Cabo, junto ao projeto piloto já instalado. O município do Cabo foi considerado como o município pioneiro da previdência social rural do país, segundo nota do *Diário de Pernambuco* do dia 01 de outubro de 1969.

A primeira lei que trata da questão da previdência social rural, contudo, data de 02 de março de 1963. Esta lei, de n. 4.214, dispunha sobre o *Estatuto do Trabalhador Rural*, e em seus artigos 158 a 182, instituía o Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural brasileiro (ETR, 1963, p. 55 a 63), e nunca chegou a vigor. Em 1967, segundo padre Paulo Crespo (1973, p. 3), "... no dia 28 de fevereiro, pelo decreto lei n. 276, foi criada as condições para o funcionamento efetivo do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural". O FUNRURAL como foi denominado em 1969 e veio a ficar conhecido, ampliaria as medidas constantes nos artigos 158 a 182 da lei n. 4.214, legislando sobre ela (Barbosa, 2002).

Estabelecia deste modo, a forma e o sentido de assistência previdenciária ao homem do campo. Em um pequeno artigo constante do *Boletim Informativo do INPS*, sobre a assistência previdência ao trabalhador rural, a assistência previdência do Instituto aos beneficiários deveria ser "... prestada através de convênios com entidades hospitalares e ambulatoriais, de preferência beneficentes, e com sindicatos rurais, patronais e de trabalhadores, estes para prestação de assistência ambulatorial e odontológica" (INPS, 1971, p. 7).

Em 1971, através da lei complementar n. 11 de 25 de maio, foi criado o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural - PRORURAL, ligado ao FUNRURAL. O programa tinha por objetivo imprimir uma "... nova dinâmica à

assistência ao trabalhador rural, agora estruturado para atender mais amplamente aos beneficiários do FUNRURAL. A partir de janeiro de 1972 os trabalhadores rurais seriam beneficiados com a prestação de auxílio em dinheiro, que serviria para minorar os efeitos negativos dos eventos inevitáveis" (INPS, 1971, p. 11).

Deveria o FUNRURAL fazer chegar ao trabalhador rural, desde então, seis benefícios estabelecidos pelo PRORURAL. Estes benefícios seriam de acordo com a cartilha elaborada pelo setor rural da CNBB-NE (1971, p. 13):

1. A aposentadoria por velhice;
2. A aposentadoria por invalidez;
3. Pensão;
4. Auxílio funeral;
5. Serviço de saúde
6. Serviço social.

O FUNRURAL passaria a abranger, a partir de então, todos os trabalhadores rurais brasileiros, exceto os "*... da lavoura canavieira pertencentes às usinas de açúcar, já incluídos no Sistema Geral de Previdência Social*" (INPS, 1971, p. 11). Como pode ser visto deste pequeno histórico, embora tenha sido criado como parte do decreto lei que pôs em vigor o Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, o FUNRURAL só começaria a valer na realidade, quando das pressões oriundas do movimento de greve dos trabalhadores rurais do município do Cabo, no ano de 1968.

O Estado autoritário no Brasil ao permitir a expansão do sistema previdenciário ao trabalhador rural, - inicialmente, em 1968, como uma espécie de plano piloto experimental e restrito apenas aos trabalhadores rurais da lavoura canavieira, que passaram a integrar o quadro de beneficiários do sistema geral de previdência social, - deu um passo largo no sentido da busca de cooptação do sistema sindical dos trabalhadores rurais a si. Tal resolução inicialmente previa apenas a ação junto às áreas de grande tensão social, como era o caso da agroindústria do açúcar no estado de Pernambuco, de então.

A extensão para o campo da previdência social tanto quanto a reforma agrária agiam como fortes bandeiras de luta do movimento sindical dos trabalhadores rurais desde o seu mais recente desenvolvimento na década de sessenta. A vitória do movimento sindical de então conseguida com a aprovação da lei n. 4.214, que

dispunha sobre o Estatuto do Trabalhador Rural, no ano de 1963, trouxe esperanças aos trabalhadores rurais de o fundo de assistência nele contido pudesse vir a ser executado.

Um ano após a aprovação da lei que originou o Estatuto do trabalhador Rural, houve o golpe de estado no Brasil, depondo João Goulart e pondo fim ao regime constitucional vigente. Uma onda de forte repressão se abateu sobre o movimento sindical rural e em todos os movimentos populares no país, como se viu nos capítulos anteriores. O que levou a desarticulação do movimento, pondo alguns na clandestinidade, - como foi o caso das Ligas Camponesas, - e logo após os liquidando e, outros, como no caso do movimento sindical rural, sendo posto sob rígido controle do Estado.

Ao perder a força e o grau de articulação anteriormente conseguida, o movimento dos trabalhadores rurais se fragmentou. O movimento sindical dos trabalhadores rurais, porém, conseguiu sobreviver mantido sob forte processo de intervenção estatal e sob o rígido controle do setor conservador da Igreja Católica. Silva (2007) faz um interessante mapeamento da ação da igreja católica junto ao sindicalismo rural do Rio Grande do Norte. O seu trabalho serve aqui como uma referência comparativa para a extensão da ação Estatal através da Igreja Católica junto a estrutura sindical no campo, ao trabalho que se desenvolve nesta tese.

A Igreja Católica que apoiou o golpe de 1964, vendo através dele uma possibilidade de bloqueio do avanço do *comunismo ateu* e o compromisso de uma modernização da sociedade nacional, sobretudo no campo, - onde reformas sociais se faziam, no seu entender, necessárias para possibilitar a conciliação, a harmonia e o crescimento do meio rural, - havia também começado a ter problemas na relação com o Estado autoritário e principalmente com os empresários rurais, logo após ter recebido a tutela do movimento sindical rural do Estado. Embora a sua ação sempre tenha se caracterizado como a de buscar instrumentos de conciliação com o empresariado rural e de colaboração com o Estado, tinha entrado em atrito com os empresários rurais que, sem a presença de um movimento sindical e de trabalhadores combativo, recusavam-se a cumprir a legislação trabalhista, fazendo caso, inclusive, dos direitos trabalhistas básicos de seus empregados.

A falta de compromisso patronal com as reformas sociais propostas pela Igreja Católica na sua atuação no meio rural criava óbices no seu relacionamento com o Estado. Criava obstáculo, também, as suas relações com o movimento sindical rural, por ela tutelado, através da pressão das bases dos sindicatos para o cumprimento dos direitos trabalhistas até então conquistados e desrespeitados pelo patronato.

O que expõe de forma transparente a contradição vivida pela Igreja Católica nos anos pós 1964. E expõe também a fragilidade do movimento sindical de então, sob a tutela do clero conservador católico, entre ser um órgão de representação de classe e um órgão de colaboração com o poder autoritário. Ao mesmo tempo em que torna possível ao sindicalismo, enquanto movimento questionar os limites do Estado autoritário, - mesmo quando representa questões parciais em defesa dos trabalhadores, - que o tenta e o força a cooptação integral.

Esta contradição interna do movimento, entre os anos de 1968 a 1974, ocasionou óbices progressivos nas relações estabelecidas entre o governo autoritário e o sindicalismo dos trabalhadores rurais. Enclave que, não tendo se resolvido satisfatoriamente entre os anos de 1964 a 1968, embora tenha havido tentativas de amainá-lo durante os governos ditatoriais de Castelo Branco e Costa e Silva, de forma pseudopopulista, vai se tornar um ponto de atrito sistemático no interior das relações Estado e movimento sindical no campo.

Os principais pontos do enclave giravam em torno das questões relacionadas à reforma agrária e a previdência social rural. O Estado autoritário tinha tomado para si a promessa de resolvê-las através da instituição do Estatuto da Terra. Uma tentativa, sem dúvida, de retirar o problema, enquanto bandeira de luta, das mãos da oposição.

O Estado autoritário, porém, cederia espaço às pressões do bloco agrário contrário a aplicação do Estatuto, principalmente quando o mesmo se referia ao problema da reforma agrária, e adiaria a sua execução. O fosso nas relações entre o governo e os grupos pró Estatuto da Terra, incluído nestes a Igreja Católica e os sindicatos de trabalhadores rurais, com isso, aumentaria. Os grupos pró Estatuto passam a denunciar as manobras governamentais para o engavetamento do Estatuto da Terra e fazem pressões ao Estado dizendo-se excluídos da política agrária.

Ao adiar a promessa de solução para a questão da reforma agrária, o Estado focaliza a sua atenção para o problema da previdência social rural. A questão da previdência social já se encontrava prevista no Estatuto do Trabalhador Rural aprovado em 1963 e tinha sido também reforçada através do decreto lei n. 267, de 1967. A sua não execução era também outro móvel de tensão permanente nas relações entre o movimento sindical dos trabalhadores rurais e o Estado no Brasil.

Pressão que atingiria o seu ápice no movimento de greve levado pelos trabalhadores rurais do município do Cabo, em 1968, como se viu no capítulo anterior. Movimento que findou por receber apoio de todo o movimento sindical do estado de Pernambuco, incluindo a FETAPE que lhe fazia oposição.

O movimento de greve do município do Cabo, porém, já foi suficientemente discutido neste trabalho. Sua retomada aqui tem o sentido apenas de enfatizar a absorção e a forma como foi absorvida pelo Estado autoritário de sua principal reivindicação. Ao absorvê-la e puxá-la para si como uma espécie de concessão, o Estado buscava diminuir as pressões dos trabalhadores e reverter a reivindicação, - no caso, a previdência social rural, - em um instrumento de contenção do movimento sindical dos trabalhadores rurais. Usa a previdência desse modo como uma forma a mais de controle social e, paradoxalmente, como um instrumento de busca de legitimação de suas ações junto aos trabalhadores e sindicatos no campo.

Em dezembro de 1968, após a instituição do AI-5, quando se ampliou o período de exceção política no país, o Estado autoritário ao lado do uso de instrumentos coercitivos e repressivos no campo utilizaria a previdência social rural como um veículo de bloqueio e cerceamento do movimento sindical dos trabalhadores rurais. O que tornou, de fato, os sindicatos em meros órgãos de repasse de assistência social para os homens do campo.

O Sindicalismo dos Trabalhadores Rurais e o Assistencialismo

O movimento sindical dos trabalhadores rurais no estado de Pernambuco e no país vive no ano de 1969 uma nova fase do seu desenvolvimento, conforme Lessa (1985). Segundo José Francisco da Silva, então presidente da CONTAG, este foi "*... um período muito fechado do ponto de vista do questionamento da problemática agrária, sindical e do ponto de vista de análise e crítica à política governamental*".

Para ele, durante o período de 1964 a 1968, embora vividos dentro dos estreitos limites de um regime de exceção, "... *houve possibilidade de certa mobilização das classes operárias e camponesas no sentido de questionar a realidade que estavam vivendo e formular suas reivindicações do ponto de vista um pouco mais enérgico*" (Silva, 1979, p. 39).

Com a instauração do AI-5, prossegue, "... *fomos mais limitados*" do ponto de vista da ação sindical. Mas foi, porém, nesse período que o governo se predispôs a atender

"... uma reivindicação antiga do movimento sindical, o início, o embrião da previdência social rural. E tendo o governo a preocupação de não onerar os cofres públicos com a aplicação desse programa, se utiliza da organização sindical, uma estrutura já montada, com sedes, dirigentes sindicais, etc., para ajudar na execução e orientação desse programa previdenciário, com base na própria lei. Por aí se percebe aquela disposição governamental da firmação de convênios... além do deslocamento constantes de dirigentes sindicais às comunidades para habilitar os trabalhadores com vistas à aposentadoria" (Silva, 1979, p. 39).

Os ganhos do movimento de greve no município do Cabo em 1968 satisfaziam uma antiga reivindicação dos trabalhadores: a previdência social rural. Este ganho, porém, como foi visto no capítulo anterior, foi repassado aos trabalhadores como uma concessão governamental e a sua aplicação realizada sob absoluto controle da máquina estatal. A nucleação da previdência tinha por objetivo, desse modo, neutralizar politicamente o movimento sindical dos trabalhadores rurais. Ao subtrair o potencial de representação sindical junto aos trabalhadores, buscava burocratizar as suas funções, as dirigindo quase que exclusivamente para o campo assistencial e para a gestão institucional de políticas estatais.

No discurso de abertura do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, o então presidente da CONTAG, José Francisco da Silva, afirmou: "... *a Previdência Social Rural, uma velha reivindicação do nosso movimento, da maneira como foi implantada, acabou representando uma sobrecarga para os dirigentes sindicais, que tiveram prejudicada a sua ação reivindicatória*" (Silva, 1979a, p. 2).

A carga excessiva de trabalho com a previdência rural, segundo declaração do presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte, FETARN, também de nome José Francisco da Silva contribuiu para

enfraquecer ainda mais o movimento sindical dos trabalhadores rurais. Em suas palavras,

"... a execução de serviços de saúde pelas entidades sindicais em convênios com o FUNRURAL vem contribuindo também para enfraquecer o movimento sindical dos trabalhadores rurais, cujos órgãos de atuação tendem a se envolver em demasia com a assistência no campo da saúde, em detrimento das atividades de reivindicação por melhores condições de vida e de trabalho" (Silva, 1979, p. 2 e 3).

O MTPS, ao mesmo tempo em que punha em prática uma política de enquadramento sindical através da previdência social rural, realizava também uma política repressiva e disciplinar em forma de *blitzens* organizadas pelas Delegacias Regionais do Trabalho para, de acordo com o *Diário de Pernambuco*, do dia 10 de janeiro de 1969, "... apurar a corrupção nos meios sindicais". As *blitzens* tinham como objetivo explícito a intimidação e a manutenção do medo entre as lideranças sindicais rurais, - e urbanas, - sujeitando-as à política do MTPS.

"O AI-5 será aplicado contra dirigentes sindicais corruptos e subversivos", declarou ao *Diário de Pernambuco* do dia 16 de abril de 1969 o diretor geral da DNT, em sua passagem pela cidade do Recife. Consecutivas intervenções sindicais tornaram-se uma constante no cotidiano dos sindicatos no Brasil. Acompanhadas das pressões diretas e indiretas das DRTs para que antigas lideranças não voltassem a se candidatar a cargos de diretoria nas gestões dos sindicatos. As noções de subversão e corrupção orientariam, assim, a ação reguladora e disciplinar do Estado no meio sindical pós 1968.

O movimento sindical foi neutralizado pela ação do Estado, por um lado, tornando-o simples órgão de assistência social. Por outro lado, porém, garantia a sua ação reguladora através da manutenção do medo expressa nas ameaças constantes de corrupção e de subversão no meio sindical, e na sujeição dos sindicatos através de seguidas *blitzens*. O que reforçava a contradição no interior do movimento sindical brasileiro, aqui particularmente tratando do meio rural, entre ser um aparelho de legitimação da ação do Estado e ser um organismo de representação dos trabalhadores.

Esta contradição reforçada ampliaria também o retraimento de um processo de formação de uma liderança sindical independente à burocracia estatal, colocando

o aparelho sindical mais próximo desta última. A margem possível de representação dos sindicatos ficaria, assim, como que obstruída entre os processos de assistencialismo, de um lado, e da burocracia trabalhista, do outro.

A ação sindical sendo definida a partir de então, *grosso modo*, como sendo aquela capaz de minorar os atritos entre o capital e o trabalho assalariado. Ação harmônica, de integração entre as partes, como fundamento à *paz social*, como rezava a catecismo sindical católico, necessária ao desenvolvimento da sociedade nacional.

O Estado ao regular as suas relações com os sindicatos, particularmente, aqui, os do meio rural, através de uma ação intimidante e paternalista, buscava criar um campo de ação limpo de pressões, para o desenvolvimento de sua política econômica, isto é, um campo de ação despolitizado. Com o movimento sindical dos trabalhadores rurais sob controle, encontraria o espaço necessário para redefinir o *Estatuto da Terra*, nos artigos referentes a política de reforma agrária para o país.

O conceito de reforma agrária será assim paulatinamente esvaziado no discurso oficial e em seu lugar será enfatizado o conceito de colonização. A noção de uma política de colonização será proposital e sistematicamente confundida com a de uma política de reforma agrária. Passará também a exercer o papel de *carro chefe* das políticas de assentamento ministradas a partir do governo Médice, no início dos anos setenta, no Brasil.

Com o abandono progressivo da idéia de por em prática alguma política de reforma agrária, como estava presente no discurso oficial da ditadura desde sua implantação em 1964, o governo sempre se empenhou, como bem disse Octavio Ianni,

"... em apresentar a colonização dirigida, oficial e particular, como a realização da reforma agrária. Este tosco artifício semântico já estava presente no Estatuto da Terra, adotado em 1964, e ganhou maior consolidação em 1966, com o Decreto Lei n. 59.428, que regulamenta artigos do Estatuto da Terra em termos de colonização. O que estava acontecendo era a progressiva subordinação da política agrária do governo aos interesses dos latifundiários e empresários empenhados em preservar e estender os seus negócios" (Ianni, 1979, p. 134).

O Estado autoritário assim, com o uso desse recurso semântico, buscaria consolidar uma política de ampliação da fronteira agrícola do país, e aliviar as áreas

historicamente configuradas de tensão social. O Nordeste, principalmente, e algumas áreas do Sul do país, nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ao assim proceder procurava reencaminhar este imenso reservatório de mão de obra proletarizada ou em processo de proletarização no meio rural brasileiro para novas áreas de penetração e expansão capitalista, principalmente, para a vasta e até então pouco explorada região amazônica.

O Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste - PROTERRA, criado em 1971, e comentado com cautela pelo presidente da CONTAG, quando do seu lançamento (Silva, 1971, p. 5 e 6), faria retroceder ainda mais a legislação agrária brasileira. Segundo Ceschim, em matéria publicada no semanário *Opinião*, n. 121 de 13 de fevereiro de 1976, "... com o decreto que criou o PROTERRA se criou uma oportunidade para que o grande proprietário de terras improdutivas do Nordeste vendesse, à vista, parte delas ao governo que, por sua vez, as revenderia a prazo de 20 anos, às pessoas que o antigo proprietário escolhesse, e que poderia muito bem ser o seu filho".

Em depoimento prestado à CPI sobre o PROTERRA, em 1975, o presidente da CONTAG afirmou que "... o PROTERRA beneficiou filhos de usineiros e comerciantes e poucos trabalhadores rurais". Ao exemplificar, citou o caso da Usina Barreiros S.A. situada no estado de Pernambuco, de onde

"... foi vendida ao INCRA uma área de três mil e cento e setenta hectares e, posteriormente, distribuída a vinte e sete parceiros selecionados, dos quais apenas três eram comprovadamente trabalhadores rurais. Com a venda, a usina rescindiu os contratos que mantinha duzentos e onze trabalhadores permanentes - mais da metade possuía estabilidade - sem que recebessem as respectivas indenizações por tempo de serviço ou que fossem prontamente readmitidos pelos novos proprietários" (Silva, 1975).

O PROTERRA significou assim, nada mais nada menos que a ação prática da política econômica realizada no meio rural pelo Estado autoritário brasileiro. Política econômica de subordinação ao latifúndio e de financiamento da modernização da agroindústria da cana de açúcar, com o repasse de terras para as mãos das mesmas famílias proprietárias, com o aval do governo federal.

O que ajudava também aos grandes proprietários no acelerar o processo de expulsão da mão de obra permanente existente. O que só fazia aumentar o

contingente de subempregados e de desempregados aportados nas cidades dormitórios do cinturão canavieiro, ou nas grandes cidades do país, e condenados a uma contínua migração. Formação de um exército de reserva de mão de obra que o economista Francisco de Oliveira (1975) poeticamente chamou de *as hostes errantes*.

Sindicatos e Trabalhadores Rurais: Estratégias da Sobrevivência Institucional

Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais tendo sido colocados sob uma política de mordida institucional a partir do ano de 1969 assumem como estratégia de sobrevivência dentro do regime imposto a partir da implantação do AI-5, uma ação meramente assistencialista. Afastados da ação reivindicatória e da política, usam o assistencialismo como uma forma de ampliação da rede sindical no campo brasileiro. Em Pernambuco são fundados sindicatos em um número considerável de municípios, e com novas datas de fundação são reabertos os extintos desde o golpe militar de 1964.

Esta ampliação da rede de STRs no país se tornou possível pela verticalização do sistema sindical no pós 1964. A FETAPE e a CONTAG, nesse sentido, assumiram o controle da rede sindical em Pernambuco e no Brasil, tendo por trás de si a orientação dos setores mais conservadores da Igreja Católica, ligados à pastoral rural.

A ampliação da organização sindical no campo contaria também com o apoio do governo federal, através do MTPS. Com esse suporte o governo visava desenvolver uma tecedura de intermediações para os seus programas e estratégias de ação no campo. Durante o período de maior exceção política no Brasil, os anos de 1969 a 1974, desse modo, os sindicatos rurais praticamente triplicariam o número de sedes nos municípios pernambucanos e em todo o Brasil (Silva, 1979, p. 38).

O movimento sindical dos trabalhadores rurais nos anos de 1971 a 1974 praticamente define enquanto instituição voltada para a defesa das categorias por ele representadas. Sua ação se volta quase que exclusivamente para o plano assistencial. Para o oferecimento de serviços de assistência médico e hospitalar, de orientações e encaminhamento de aposentadorias, entre outros braços de serviço do Estado.

O retrocesso em termos de representação coincide com o período de reformulação do Estatuto da Terra, como se viu no item anterior. Com a dificuldade dos sindicatos de opinar e lutar pelos direitos dos trabalhadores facilitou a chamada modernização no campo, baseada na ampliação da política de concentração de terras e a de expulsão em massa de trabalhadores.

Os diversos impedimentos vivenciados pela estrutura sindical no campo e o seu envolvimento na política assistencial estatal aprofundaram o processo, iniciado em 1964, de descrença dos trabalhadores nos sindicatos. Passaram a ser visualizados mais como órgãos de prestação de serviços do que órgãos de representação.

Um esvaziamento subsequente da participação dos trabalhadores no interior dos sindicatos rurais foi sentido embora, em aparente contradição, tenha aumentado o número de afiliações. Contradição que se torna mais aparente ainda se si leva em conta o papel assistencial assumido naqueles anos pela estrutura sindical como um todo.

Em entrevistas realizadas durante os anos de 1973 e 1974 pelo autor com trabalhadores rurais da Zona da Mata de Pernambuco, foi perguntado aos entrevistados porque motivos estavam associados aos sindicatos rurais. As entrevistas foram feitas para a pesquisa que serviu de base à elaboração da dissertação de mestrado do autor (Koury, 1976), que tinha por objetivo discutir as expectativas e compromissos na relação estabelecida entre sindicatos e trabalhadores rurais na região.

Todos os entrevistados, invariavelmente, responderam que era porque o sindicato rural do qual participavam ajudava a eles e suas famílias quando necessitavam de ajuda médica e hospitalar. Não acreditavam, porém, que os sindicatos pudessem resolver conflitos de terras ou trabalhistas envolvendo trabalhadores e proprietários.

Na entrevista com Manuel Silva dos Santos, um antigo morador de engenho, ameaçado com outros de expulsão, se tem uma idéia mais precisa dessa visão. Diz o seu depoimento:

"... a gente reuniu todo o pessoal morador e resolveu ir até o sindicato. Chegando lá a gente falou com o homem e ele disse que o sindicato não era prá resolver esse tipo de problema não. Ele disse prá gente: - 'vocês querem ficar na terra do homem na marra?

Tome cuidado, isso é coisa de grevista, de comunista, o sindicato não se mete nisso não...'. Ô moço, o senhor acha que é coisa de grevista a gente querer continuar morando nas terras onde a gente trabalha, e aonde muitos de nós nasceu e foi criado?..." (Manuel Silva dos Santos, in, Koury, 1976, p. 120 e 121).

A mesma idéia se pode perceber, também, na retórica do então presidente da FETAPE, Nativo de Almeida Nascimento, concedida a Andrade (1975). Para Nativo, "*... os sindicatos pouco ou nada têm feito para melhorar o salário dos trabalhadores. Greve não pode fazer. De boa vontade os patrões não concedem. Ficam os trabalhadores a espera das decisões governamentais...*".

E prossegue

"... em sua maioria, os sindicatos dos trabalhadores rurais de Pernambuco funcionam como órgãos figurativos, apenas voltados para o campo do assistencialismo, como sejam, médico, dentista, hospital, remédio, etc.. Isto em virtude da inconsciência da maioria dos dirigentes sindicais da missão que lhes foi confiada. Da inconsciência da maioria dos trabalhadores rurais do que é sindicato e dos seus objetivos. Da pressão patronal contra o movimento sindical. De todo a sorte de violência contra vários trabalhadores e dirigentes. Daí se desencadeia o processo de medo, anestesiamento e o comodismo de muitos".

O processo de descrédito nos organismos sindicais no campo se vê reforçado por dois aspectos importantes da política sindical dos anos de exceção aqui retratados. O primeiro deles descreve o ardid dos processos trabalhistas, quando encaminhados pelos sindicatos para as Juntas de Conciliação e Julgamento - JCJ. O advogado sindical Mozart Borba Neves, ao tratar do assunto, mostrou que

"... as usinas demitiam os trabalhadores em grande número. Esses procuravam os sindicatos que datilografavam as reclamações e enviavam para a JCJ. O advogado não via o trabalhador em nenhum momento antes da audiência. Pelo grande número de reclamações a Junta marcava audiência de cinco em cinco minutos. As empresas colocavam pessoas de sua confiança perto da Junta e na maioria das vezes eram feitos acordos, na base de Cr\$ 1.000,00 ou Cr\$ 2.000,00, em preços da época, mais algumas telhas velhas e tijolos para construir um mocambo nas zonas periféricas das cidades do sul do Estado (Pernambuco). Nasceram nesta época em toda a zona da cana do Estado as famosas favelas nas periferias das cidades açucareiras... Mão de obra farta e abundante perto dos locais de trabalho, sem pagamento das obrigações trabalhistas" (Neves, 1979, p. 63).

As reclamações trabalhistas passavam assim por um processo burocrático que impediam, ou quase evitavam qualquer possibilidade de reivindicação, por mais *boa vontade* que houvesse por parte de cada sindicato rural. Passivos à burocracia da justiça do trabalho serviam os sindicatos, na maior parte das vezes, de simples intermediários entre trabalhadores e JCI. Em muitos casos não dando sequer a assistência jurídica necessária aos trabalhadores rurais com processos na justiça trabalhista, como informa o relato acima transposto, em que o advogado não tinha nenhum tipo de contato com o trabalhador antes da audiência.

O segundo aspecto faz referência a não participação dos trabalhadores *clandestinos* nos sindicatos de trabalhadores rurais, e a falta de interesse dos sindicatos em trabalhar com esta categoria de trabalhadores. Como Lygia Sigaud (1977, p. 225) notou, em sua tese de doutorado³⁸, as lideranças sindicais através da difusão da idéia de que o sindicato é dos associados e não dos trabalhadores, contribuíram bastante para o afastamento dos trabalhadores rurais *clandestinos* de suas bases.

A associação ao sindicato dependia assim do vínculo empregatício estável dos trabalhadores, os chamados de *moradores* ou trabalhadores *permanentes*. Estes trabalhadores possuíam carteira de trabalho assinada e gozavam a possibilidade do usufruto dos direitos trabalhistas. São conhecidos pelo nome de trabalhadores *fichados*.

Os trabalhadores temporários que não possuem direitos trabalhistas, como carteira de trabalho assinada e demais garantias trabalhista, na nomenclatura regional, são conhecidos pela denominação de *trabalhadores clandestinos*. Em outras regiões do país são chamados de *bóias-frias* (Ver, Silva, 1999). Os *trabalhadores permanentes* ou *fichados* que possuem direitos trabalhistas, no período aqui retratado, ainda eram compostos, em sua grande maioria, por trabalhadores que residiam na propriedade em que trabalhavam, e eram conhecidos pelo nome de *moradores*.

Diferentemente de anos anteriores, porém, naquele momento já não lhes eram permitido a posse de uma plantação de subsistência, ou como é conhecida na região,

³⁸ - Esta tese depois foi publicada em forma de livro, ver Sigaud (1979). Este trabalho, porém, utiliza a tese original.

de um *roçado*, em volta da casa que moravam. Na maior parte dos casos, a grande maioria dos moradores se encontrava envoltos em processos de expulsão das propriedades.

Os dois aspectos aqui traçados, - o ardil dos processos trabalhistas e a não participação dos trabalhadores *clandestinos* nos sindicatos rurais, - agiam no sentido de uma desmobilização e ausência dos trabalhadores rurais nos sindicatos. O movimento sindical dos trabalhadores rurais, assim, entra em refluxo, ao não demonstrar interesse pelos trabalhadores *clandestinos* e não tendo força de representação junto aos associados, os trabalhadores *permanentes*.

Desacreditado pela maioria dos trabalhadores, realizava *apenas* uma política assistencial e uma ação trabalhista obstruída pela burocracia da justiça do trabalho. Os sindicatos dos trabalhadores rurais transformaram-se assim, em muitos casos, em fator de entrave às lutas e reivindicações, até mesmo econômicas, das categorias que representavam.

As lideranças sindicais ao sujeitarem-se aos desmandos da burocracia tornaram-se *pelegos*, em sua maioria. Isto é, carreiristas no sistema sindical atrelado ao Estado.

Os objetivos do movimento sindical eram assim traçados como os de promoção da harmonia entre o capital e o trabalho. Quando possível, a estrutura sindical era por eles usada no sentido de desmobilizar qualquer reivindicação e questionamento dos seus representados.

Mesmo entre os sindicatos rurais cujas diretorias se esforçavam para a realização de um trabalho mais consequente, mais representativo dos interesses dos trabalhadores, suas ações se viam enfraquecidas pelo aparato burocrático em que estavam envolvidos. A justiça do trabalho impedia no que podia a possibilidade de uma ação legal de maior visibilidade. Quer pela morosidade burocrática, quer pelo engavetamento dos processos trabalhistas em seu poder por meses e, às vezes, anos seguidos.

Sem força de pressão os sindicatos rurais terminavam sempre, ou quase sempre, servindo de intermediários de acordos entre as partes litigantes, que beneficiavam no conjunto ao patronato.

Em troca do final de uma ação trabalhista os sindicatos, através de seus advogados, orientavam os trabalhadores a aceitarem acordos desfavoráveis. Nas formas as mais variadas possíveis como, as de receber uma terça parte do quanto lhes eram devidos, ou receber uma *palhoça* em uma *ponta de rua*, como são conhecidos os bairros nas periferias das cidades do cinturão açucareiro pernambucano.

A justiça do trabalho bloqueava os processos por longos períodos de tempo, alegando superlotação de ações. Ao assim agir forçava os trabalhadores envolvidos, através dos sindicatos, a aceitarem propostas não vantajosas de acordos com o patronato, devido ao longo tempo de espera e as pressões, às vezes violentas, sofridas no decorrer do processo.

O retardamento das ações trabalhistas na justiça do trabalho, dessa forma, impelia à intermediação do aparelho sindical em favor de ganhos para o capital. O STR, através de sua assessoria jurídica, aparecia para o conjunto da categoria como o organismo que orientava os trabalhadores a aceitarem propostas de acordos por baixo, "... *alegando a demora da ação das juntas e de que era melhor receberem alguma coisa como indenização do que não receberem nada*", segundo depoimento de um assessor sindical entrevistado pelo autor em 1975.

Como forma de sobrevivência institucional, o movimento sindical dos trabalhadores rurais fechava-se aos questionamentos dos trabalhadores e abria-se à intermediação em favor do capital, junto ao Estado. Qualquer possível resolução era deslocada para as mãos do MTPS, através das DRTs e dos TRTs de um lado. De outro lado, serviam como amortecedores de tensões sociais ao agirem junto aos associados no sentido de aceitarem propostas não favoráveis de acordos às suas reivindicações, e ao acomodarem-se às práticas assistenciais como ação principal.

O que só fazia salientar a ineficácia própria ao aparelho sindical atrelado ao Estado para uma ação de representação eficaz dos trabalhadores rurais. Como bem disse Erickson (1979, p. 60),

"... a representação dos interesses de uma profissão ou categoria econômica específica é somente uma das múltiplas funções dos sindicatos, que são, basicamente, órgãos de colaboração com o Estado que deve propiciar o tipo de serviços sociais geralmente associados com as antigas sociedades de auxílio mútuo e com o moderno Estado intervencionista para o bem estar social. A lei transforma os sindicatos em dispensários de serviços sociais".

Em um relato pungente, encontrado meio sem querer pelo autor deste trabalho quando da leitura de um comentário ao filme de Eduardo Coutinho “*Cabra marcado para morrer*”, feito pelo historiador Antonio Torres Montenegro (2001, p. 180), fica evidente esses limites impostos, na época, pelo movimento sindical e, aqui, pela FETAPE, em particular. Comentando sobre o filme, Montenegro relata uma das marcas que ficou “*gravada de forma indelével (em sua) memória*” de adolescente. Fala do pedido de demissão de seu pai, então advogado da FETAPE, pela decisão da presidência do órgão de “*não envolver-se*” com o processo de violência praticado a mando do proprietário do engenho Matapiruma, localizado no município de Escada, na mata sul do estado, em maio de 1972, contra três trabalhadores.

Este episódio exemplifica os *cuidados* do movimento sindical rural de então com uma ação mais afirmativa de representação de classe. Na memória de sua adolescência, do episódio relatado pelo pai “*inúmeras vezes, na hora do jantar*”, esta omissão da Federação de assumir o caso de violência contra trabalhadores sob sua jurisdição cria uma tensão que invade a casa do agora historiador, pois, “*meu pai pede demissão do cargo de advogado que ocupava na Federação e fica praticamente desempregado. Argumentava que não tinha mais o que fazer num órgão criado para defender os direitos do trabalhador e que, num caso como aquele, decide omitir-se*” (Montenegro, 2001, pp. 180 a 181). Uma tensão, por outro lado, que revela o medo da FETAPE de partir, naquele momento, para uma ação representativa forte a favor dos trabalhadores, como forma de garantir a estrutura sindical em funcionamento. Um dilema que percorre toda a rede sindical rural nos anos que vão do golpe de 1964 até o final da primeira metade dos anos setenta.

Uma análise pioneira no Brasil sobre a desmobilização e conflito na mata pernambucana e sobre a questão da diversidade da luta no campo pode ser vista em Palmeira (1979 e 1985), mesmo que sob um ponto de vista diferente do desta tese que é o da defesa dos cuidados do movimento sindical de então para uma ação mais consequente de representação e defesa dos trabalhadores rurais.

Dentre as várias questões para debate sobre as contradições do trabalho sindical e dos esforços realizados nos limites da ação sindical em Pernambuco, se encontra a questão do trabalhador rural *clandestino*. Questão esta bastante singular neste contexto. Primeiro, como se viu acima, os sindicatos foram responsáveis pela

exclusão dos trabalhadores de suas fileiras com a difusão da idéia do *sindicato para os associados*. Segundo, porque o grande contingente de força de trabalho na Zona da Mata de Pernambuco era na época composta por *clandestinos*, moradores de bairros dormitório nas periferias das cidades que compunham o cinturão açucareiro. Terceiro, enfim, porque a década de 1970 coincide com um novo processo de expulsão de moradores e foreiros da agroindústria açucareira. O que levaria um grande contingente de mão de obra permanente para o trabalho temporário, engrossado, como sempre fora, pelos trabalhadores da região agreste, expulsos pela expansão do gado e de pequenos proprietários ou arrendatários que complementavam, nas épocas de colheita ou plantio da cana, a renda familiar com o trabalho temporário e clandestino na agroindústria açucareira.

Ao excluir esse contingente de trabalhadores dos quadros de representação sindical, os sindicatos voltavam às costas para os interesses da maioria dos trabalhadores das categorias que diziam representar. Mesmo quando no trato da pequena faixa de trabalhadores permanentes associados, a burocracia que envolvia o movimento sindical de então ao Estado dificultava e quase impedia que as queixas contra os desmandos do patronato, e transformadas em processo pelos sindicatos e encaminhadas às juntas trabalhistas, obtivessem ganhos de causa. Primeiro, pela longa espera a que eram submetidas para o julgamento dos processos, o que permitia quase sempre a prática dos *acordos por baixo*. Segundo, pela arbitrariedade dos juízes, ou de sua maioria, na época em questão, ligados por laços econômicos ou familiares ao patronato do açúcar.

O que se quer frisar aqui, por fim, é a contradição vivida pelo movimento sindical entre ser um órgão de representação dos trabalhadores ou um órgão de cooptação aos interesses do Estado e do capital. Contradição que pode ser sentida também e através do discurso de posse de José Francisco da Silva na diretoria da CONTAG, em abril de 1976, intitulado "*Mensagem aos Trabalhadores Rurais do Brasil*". Nesse discurso, José Francisco da Silva afirmava ser a finalidade da CONTAG "*colaborar com os poderes públicos e entidades sindicais no estudo e solução dos problemas que se relacionam com os trabalhadores e a economia no meio rural...*" (Silva, 1971a, pp. 2 e 3).

Esta contradição se encontra presente no *voltar às costas* para o contingente de trabalhadores temporários, e os permanentes não associados. Encontra-se estampada também na dificuldade, quando não impossibilidade, de representação dos chamados associados *em dia* com as mensalidades sindicais.

Envoltos na burocracia, os sindicatos não tinham meios de fornecer uma política de apoio às lutas e reivindicações mesmo dos seus associados. Agiam, antes, como uma espécie de canal de cooptação e amortecimento dos trabalhadores, levando-os a aceitarem acordos desfavoráveis com o patronato, em grande número de casos. Acordos que serviam, muitas vezes, como aceleradores do processo de transformação do trabalhador permanente, do foreiro e do pequeno produtor independente em trabalhadores temporários.

Os sindicatos encontravam-se, assim, impossibilitados de porem em prática uma representação legítima orientada para a defesa dos interesses mesmo dos seus próprios associados. Até para aqueles *em dia* com as suas mensalidades, na prática cotidiana, agiam em função das necessidades do capital, acelerando o trabalho clandestino no campo ao forçar os trabalhadores com ações na justiça a acordos desfavoráveis ou, mesmo, impelindo-os, através da coação branca ou do convencimento, a modificarem suas reivindicações, suas queixas e resistências diárias em ações judiciais simples e burocráticas, afastadas de um *continuum* de representação.

O longo relato abaixo, quase um lamento, dado ao pesquisador quando em campo colhendo dados para a sua dissertação de mestrado (Koury, 1976) por Antonio José de Luna, líder de um grupo de foreiros ameaçados de expulsão, auxilia a visualização do problema, exemplificando-o.

"... Quando a gente resolveu ir pro sindicato foi porque a coisa tinha ficado barba. A gente tinha acertado com o velho que comprava as terras dele com o sacrifício da gente. Aí o velho morreu e os filhos dele disseram prá gente ir embora. E eles deram um prazo prá gente. A gente se reuniu e disse que não podia sair porque nesse local nós já trabalhávamos há muito tempo; tinha casa, tinha roça e muito de nós nasceu e se criou aqui. Os filhos do velho disseram prá gente que se nós não saíssemos ia passar o trator pela roça e pela casa da gente. Aí então a gente foi pro sindicato. O advogado falou prá gente que a gente podia agir na justiça contra os filhos do velho. Mas falou também que a coisa é demorada e que a briga vai ser feia. E que os filhos do velho vão

ficar mesmo com as terras e não vão dar nadinha prá gente. Que era melhor a gente fazer um acordo com os filhos. A gente falou prá ele que não queria ficar com as terras do velho na marra, não senhor! A gente falou que já tinha falado com o velho e o velho tinha aceitado antes de morrer que vendia as terras prá gente. Os filhos dele é que não querem vender. Não querem fazer cumprir o cumprimento da conversa do pai com nós. Quer colocar a gente na rua. O advogado falou que os donos da terra vendiam a terra se quisessem porque a terra era deles e a gente não podia fazer nada. O que ele podia fazer era conversar com os filhos do velho e fazer um acordo para que eles pagassem as benfeitorias que a gente tinha feito nas terras dele. As árvores fruteiras, a roça e as moradas da gente. Mas a gente, primeiro, tinha que desocupar as terras e entrar com um processo na justiça e esperar o resultado, que poderia demorar. A gente saiu do sindicato e ficou de pensar. E tamos todos individidos. Tem uns que acham que é o jeito, porque a gente é pequeno; tem outros que falou que morria debaixo do trator mas não saia não. ... A gente sai daqui e vai prá onde? vai morrer na miséria? vai ser esmoléu? ... A coisa é triste menino!”... (Antonio José de Luna, líder de um grupo de foreiros da mata sul de Pernambuco, entrevista realizada pelo autor em 1973).

Neste longo relato ficam claras algumas questões importantes na discussão e análise da questão da resistência Camponesa e da questão sindical. A primeira questão, sobre o processo inicial de resistência, esclarece a idéia desenvolvida por Barrington Moore Jr., no seu livro *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta* (1987). A quebra de um contrato verbal de que o dono do engenho venderia as terras para os seus foreiros, e que estes pagariam aos poucos, de acordo “*com o sacrifício da gente*”, isto é, de acordo com o que iam conseguindo anualmente do resultado do trabalho na terra, originou um sentimento de injustiça e de insegurança quanto ao futuro, e levou os foreiros a buscarem formas alternativas para conseguir os seus objetivos: a posse da terra. A morte do dono das terras e a nova definição dos herdeiros quanto à forma de venda da propriedade causaram esse sentimento de insegurança. O que fazer com a nova situação, com o não cumprimento do acordo verbal com o proprietário agora morto, pelos herdeiros? Era a pergunta que não cessava de ser repetida pelo grupo de trabalhadores.

Nesta nova situação criada pela imposição de retirada das terras pelos herdeiros, os foreiros procuram o sindicato de quem eram filiados. Encontram resistência da diretoria de assumir o caso diretamente, mas, em todo caso, a direção sindical encaminhou os foreiros para o setor jurídico com quem tem várias reuniões.

Em todas elas, o grupo de foreiros repete a história de que eles “*não queriam ficar com as terras do velho* (proprietário morto)... (e queriam, sim) “*fazer cumprir o cumprimento da conversa do pai com nós*”, que era a promessa da venda da terra aos foreiros.

Esse ponto de honra de um contrato verbal que assegurava a eles a compra da terra era, para os foreiros, o grande argumento: existia um contrato verbal que os herdeiros agora não queriam cumprir. Uma transcrição pública, usando a terminologia de James Scott (1990, pp. 2 a 4) que impõe um código moral de compromisso: embora verbal e ritualizado através de uma garantia vaga de uma promessa feita pelo proprietário (o *velho*) agora morto. E é sob esse compromisso moral que foram ao sindicato para garantir esse contrato e se chocaram com as dificuldades criadas pela direção sindical e por uma atitude jurídica não condizente, no olhar dos foreiros, com o contrato firmado com o proprietário morto.

Daí a insistência em afirmar que não eram ladrões, que não eram desordeiros, que não queriam ficar na marra na terra, mas, sim, adquiri-las, comprá-las, nos moldes do contrato verbal, ou da promessa, do velho proprietário. E é nesse mesmo argumento do contrato verbal que os advogados do setor jurídico do sindicato contradiziam a leitura dos foreiros: a terra é deles, dos herdeiros, se eles dizem para vocês saírem, vocês devem sair, pois o acordo com o velho proprietário não tinha nenhuma validade legal, foi apenas uma promessa vaga, sem nenhuma garantia formal de venda por parte dos herdeiros, ou mesmo do proprietário morto, se ele estivesse ainda vivo e mudasse de idéia.

O melhor era ou saírem ou entrarem em novo acordo com os herdeiros. Se os herdeiros não queriam vender as terras que pagassem, ao menos, pelas benfeitorias realizadas pelos foreiros ao longo dos anos. O setor jurídico do sindicato poderia, aí sim, encaminhar e intermediar este acordo.

Embora demorado, era possível ganhar um bom acordo. Os foreiros, porém, teriam que entrar na justiça e desocupar a propriedade e esperar o julgamento para que fosse providenciado o pagamento das benfeitorias. Se eles insistissem em permanecer, poderiam até perder as benfeitorias.

O imponderável pareceu tomar conta dos foreiros. Em reunião entre eles, após a última conversa com o advogado sindical, alguns acharam que “*era o jeito*

(deixar a terra de lado e tentar um novo acordo com os herdeiros) *porque a gente é pequeno*”, é o sentimento da inevitabilidade de que fala Moore Jr (1987, p. 662), com uma espécie de elemento de tensão que caracteriza alguma coisa dolorosa ou desagradável com os quais não se pode nada fazer, pois, revela o seu lugar na etiqueta social (*“a gente é pequeno”*), segundo Scott (1990, p. 47). Esse elemento de tensão, que coloca o inevitável como interpretação de fraqueza, por outro lado, choca-se com a perspectiva de não ter mais onde morar e onde tirar o sustento das suas famílias. O que gera desconforto e, ainda, dentro do espírito da inevitabilidade, do sentimento de optar pela possível morte, mas não fraquejar, não ceder e não sair. Impor resistência.

A resistência, enquanto cotidianidade, de que fala Scott (2002) e Moore Jr. (1987), se coloca nestes interstícios frágeis da inevitabilidade, onde a posição social dos indivíduos é revelada (*“a gente é pequeno”*) junto do sentimento de impotência, que permite pensar na morte como estratégia de se impor ao inevitável (*“outros falou que morria debaixo do trator, mas, não saia não”*). Daí concluírem, no final da reunião, pela união de todos e pela permanência no lugar (*“tamos todos individidos”*), pois, afinal, não foram eles que quebraram o acordo e, já que talvez tivessem que sair, saísse pela morte, pelos tratores passando por cima deles: caso contrário, se cedesse como queriam os herdeiros e o advogado do sindicato, o que ia acontecer com eles de imediato: *“a gente sai daqui e vai prá onde? Vai morrer na miséria? Vai ser esmoléu?...”*

A resistência se deu, então, pelo sentimento do inevitável, por não ter outra saída: pelo menos ficariam na terra até serem mortos pelos tratores. (Esse caso permaneceu em conflito até o ano de 1995, quando a área foi desapropriada e as terras permaneceram nas mãos dos foreiros que lá viviam com suas famílias. O caso foi depois acompanhado pela pastoral rural e a ACR e, depois, com a retomada do sindicato local por setores mais combativos, por fim, em 1989, este assumiu a luta junto aos foreiros ajudando os mesmos no processo de luta pela permanência na terra).

Por procurar forças para permanecerem nas terras onde plantavam a gerações, até a morte de um trator passando por cima deles. A resistência uniu assim a inevitabilidade, o sentimento de injustiça, reforçando outro sentimento, o da

dignidade, de que fala Moore Jr. (1987) e Sennet (2004), e o do reconhecimento, discutido por Axel Honneth (2003), gerando união e formas de luta que levassem a uma existência digna possível.

Esse exemplo torna visível, por outro lado, as amarras em que se encontravam presos os sindicatos rurais, no período, em relação à representação dos trabalhadores: o apelo ao *legal* fazia os mesmos a não assumir qualquer tipo de reivindicação que não fosse às bases estritas da lei, fazendo uma leitura rígida do processo representacional e criando óbices para os interesses dos trabalhadores. O *legal* do sindicato feria, assim, o *legítimo*, das aspirações dos trabalhadores: no caso assinalado, o contrato verbal de venda da terra pelo proprietário morto, contrato não cumprido pelos herdeiros. O que deixava os trabalhadores a mercê e sem ter a quem recorrer para garantia dos seus direitos.

O *sindicato dos associados*, lema utilizado pelo movimento sindical rural brasileiro e pernambucano, aqui, em particular, não garantia a defesa dos direitos dos associados, mas sim os enquadrava na rigidez da lei, que diziam respeitar e cumprir. Qualquer ato que levasse a uma leitura diferente e mais ampla da legislação, que possibilitasse acampar a luta pelos direitos considerados justos e legítimos dos trabalhadores, era desencorajado.

A idéia de que o *sindicato é dos associados e não dos trabalhadores*, para melhor ser entendida, tem que estar relacionada, então, com a função primordialmente assistencial assumida pelo movimento sindical dos trabalhadores rurais a partir do ano de 1969. Transformados em executores e sedes de programas de ação social do governo federal, - em especial, do FUNRURAL, - os sindicatos suprimiram o esvaziamento político a que foram sujeitos a partir de 1964, e reforçado em 1969, com o novo fato de deter nas mãos a política assistencial para o homem do campo, ou seja, desde a mais elementar consulta médica até a aposentadoria ficavam sob controle burocrático da rede sindical rural.

O movimento sindical dos trabalhadores rurais de posse deste controle buscou arregimentar os trabalhadores, difundindo a idéia de que só os associados teriam a possibilidade de obter os benefícios da previdência social rural. A difusão desta idéia levou, de fato, a um novo aumento do número de associados aos sindicatos. Cresceu significativamente o contingente de trabalhadores que buscavam

associar-se no intuito da obtenção dos benefícios dos programas assistenciais, segundo dados recolhidos da entrevista com José Francisco da Silva, Presidente da CONTAG, ao jornal *Folha de São Paulo*, de 13 de setembro de 1981.

O sindicalismo no campo passou a representar a idéia junto às diversas categorias de trabalhadores rurais, filiados ou não, de executor dos programas assistenciais governamentais e, secundariamente, de informação sobre as *leis* para o homem do campo. Como bem indica o depoimento de José Antonio dos Santos um trabalhador permanente da mata sul de Pernambuco, em entrevista ao autor em 1973: "*... acho necessário que eu me filie no sindicato porque ele dirige a gente. Ele tem carro, dentista, ele dá remédio e conselho prá nós parar de trabalhar quando chega a idade. Acho que ele devia prestar mais atenção também prá resolver as queixas da gente..., mas não sei se ele faz isso não. Mas tem advogado lá...*".

O sindicalismo rural sobreviveu institucionalmente, assim, junto aos trabalhadores rurais, enquanto órgão assistencial. Sublimou a função de representação de classe, como buscara ser na sua origem, para se tornar um sindicato dos associados. Sindicato dos trabalhadores filiados e em dia com as contribuições mensais, e que gozam dos direitos trabalhistas e da possibilidade de serem atendidos pela ação social governamental, por ele executada.

A idéia do sindicato dos associados, contudo, não foi originada no golpe militar de 1964. Teve início em 1931, e entrou com vigor na vida sindical do país nos anos de 1939 e 1940, através dos decretos-lei nº 1402 e nº 2377. Estes dois decretos previam a tutela sindical pelo Estado.

Azis Simão (1966, pp. 183 e 184), ao falar da instituição do imposto sindical no período, por exemplo, indica que tal medida tornando obrigatória a contribuição sindical por todos os trabalhadores, se por um lado poderia favorecer as instituições sindicais com uma fonte certa de recursos, por outro lado, ao impor uma assistência social burocratizada, mantida por toda uma população beneficente para uma parcela beneficiária, o Estado quebraria uma regra básica do sindicalismo existente no Brasil até 1940, nas associações independentes, o mutualismo.

A inclusão da instituição sindical entre as instituições de previdência social, portanto, vem de muito atrás, dos decretos-lei que dão corpo a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Assim como a idéia do sindicato dos associados.

Na época da criação e expansão do movimento sindical dos trabalhadores rurais, isto é, nos primeiros anos da década de sessenta, contudo, este conjunto de leis, a CLT, era alvo de reivindicação das forças populares no campo. Os sindicatos dos trabalhadores rurais embora não se encontrassem livres da interferência do Estado buscavam, de um lado, a garantia dos direitos trabalhistas dos trabalhadores rurais via Estado, e por outro lado, por estarem politizados e reivindicativos desde as suas bases, impediam a sua veiculação enquanto órgãos meramente assistencialistas.

Com o golpe de 1964 o Estado regula o aparelho sindical com uma aplicação rígida e aperfeiçoada da legislação do Estado Novo. Despolitiza a instituição sindical e a torna órgão de colaboração governamental. A implantação do sistema de previdência social rural realizada em 1969, após a greve no município do Cabo, vem consolidar a função de cooperação dos sindicatos e de cooptação dos trabalhadores rurais. Possibilita o tornar a ação sindical em um tipo de ação meramente assistencial atribuída ao sindicalismo pelo Estado autoritário brasileiro.

O movimento sindical dos trabalhadores rurais, bem como o dos trabalhadores urbanos, passa a girar em torno da previdência social. O setor assistencial dos sindicatos sofre grande desenvolvimento, atrofiando outros departamentos em seu interior mais políticos e reivindicativos, no período entre os anos de 1969 e 1974. A idéia do sindicato para os associados é estimulada contra a idéia do sindicato para os trabalhadores.

Outro departamento que sofreria grande impulso no interior do movimento sindical dos trabalhadores rurais, especialmente no estado de Pernambuco, foi o ligado a atividades de lazer, treinamento e formação de lideranças. Neste departamento o IADESIL desenvolveu uma atuação surpreendente. No *Informativo IADESIL*, por exemplo, que iniciou sua circulação no Brasil no ano de 1968, está noticiado os trabalhos desenvolvidos junto aos sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos no Brasil, como o apoio e desenvolvimento de projetos sociais, cursos e treinamentos, bolsas para formação sindical nos Estados Unidos, construção de sedes e centros de treinamento e lazer, entre inúmeros outros programas. O IADESIL em convênio com a FETAPE, no ano de 1969, encomendou uma pesquisa, coordenada pelo Professor Heraldo Pessoa Souto Maior, com a finalidade de executar um

diagnóstico das aspirações e carências dos organismos sindicais dos trabalhadores rural do Estado.

Um dos resultados imediato do convênio IADESIL/FETAPE foi a dotação de uma rede de equipamentos que iam da máquina de escrever e móveis de escritório até a construção de sedes e centros de lazer e treinamento, espalhados por todo o estado de Pernambuco. Nucleados na FETAPE, os recursos do IADESIL favoreceram a centralização e a verticalização da estrutura sindical no estado, seja através de uma dotação orçamentária complementar aos sindicatos com recursos sobre o controle da federação, seja através do envio de lideranças emergentes para treinamento nos Estados Unidos, cujo processo seletivo ficava também aos seus cuidados.

As reivindicações dos trabalhadores nesse período foram sufocadas e suas formas de protesto e de luta silenciadas. A resistência cotidiana tornava-se invisível, com o trabalho de base sendo deslocado muitas vezes para as franjas dos sindicatos, impulsionando um novo tipo de movimento. Mobilização de fora para dentro, com o trabalho paciente de formação de um sentimento de insatisfação que se transformaria mais tarde em núcleos de oposições sindicais. Ou emergida do interior dos próprios sindicatos.

No segundo caso, começou-se a notar aqui e ali uma leitura das lacunas da legislação trabalhista e sindical, e um reforço dos departamentos jurídicos de alguns sindicatos foram realizados, principalmente na mata pernambucana. Embora ainda presos às regras de cooperação com o Estado, que definia em última instância sua legalidade, foi-se esboçando nessa revisão lacunar uma ação de defesa dos interesses e do respeito à dignidade dos trabalhadores rurais. Houve por assim dizer, um esforço de aparelhar tecnicamente os departamentos jurídicos, instrumentalizando-os para, através do apoio aos conflitos cotidianos dos trabalhadores, reorganizá-los em função dos seus interesses.

Formas de Resistência

Novas formas de mobilização e defesa dos interesses dos trabalhadores rurais se desenvolviam com lentidão, com os sindicatos de mãos amarradas a uma rígida legislação, e em sua grande maioria sob direções *pelegas*. O processo, embora

moroso, caminhava em duas grandes frentes independentes, mas que se tocavam aqui e ali. A primeira delas ramificava-se a partir da Igreja Católica, ligada ao clero progressista seguidor da Teologia da Libertação, principalmente através da *Operação Esperança* e das *Comunidades Eclesiais de Base - CEBs*. A segunda, por militantes de esquerda egressos da ação clandestina e esfacelados enquanto partidos ou organizações. Atuavam junto aos sindicatos ou em torno do espaço que ia sendo aberto pela Igreja.

Vários núcleos de trabalhos em todo o meio rural de Pernambuco e, particularmente, na Zona da Mata, foram formados nesse período. Estruturados através da linguagem evangélica e da discussão de problemas cotidianos na esfera da vida e do trabalho dos homens do campo, organizavam encontros de várias comunidades para o debate dos interesses e carências comuns aos trabalhadores rurais. O *tornar comum* a problemática dos trabalhadores em cada encontro, tinha por finalidade retirá-los do isolamento individual ou de uma comunidade específica, ampliando, assim, a esfera coletiva da reflexão política, no sentido dado por Hanna Arentd (1981) à construção do espaço público (Telles, 1990). A partir da metodologia das trocas de experiências e do mundo comum, chegava-se a questão dos sindicatos e das formas de resistências dos trabalhadores ao avanço e superexploração do capital.

Os dados sobre o período, no tocante às formas de resistência e novas modalidades de organização dos trabalhadores rurais, são ainda escassos e de difícil acesso. O que dificulta o trabalho de reconstituição da época. Nesse sentido, aqui, se procurará traçar as linhas gerais do processo, que podem ser consideradas, principalmente, como hipóteses para posteriores estudos. Esta reconstituição tem como base o material colhido em entrevistas e conversas informais realizadas diretamente pelo pesquisador ou por outro pesquisador ou veículo institucional, além de documentos como folhetos, jornais alternativos, panfletos entre outros, cujo acesso foi possível. Em muitos casos, como já foi dito, anteriormente, neste trabalho, esta tese, não utilizará os nomes próprios dos entrevistados, por solicitação direta de muitos deles, e a sua utilização se dará quando autorizadas ou quando públicas, isto é, quando publicadas em jornais ou outras fontes pesquisadas. As entrevistas que não

puderem ter o nome próprio do entrevistado, será identificada pela função ocupada pelo informante no momento da entrevista.

O golpe militar de 1964 esfacelou os movimentos sociais e os partidos políticos de esquerda. No campo, como se viu nos capítulos anteriores, a repressão sobrevinda às organizações de trabalhadores rurais, - Ligas Camponesas e Sindicatos, - desmantelou suas estruturas, havendo inúmeras prisões e mortes de militantes. No período correspondente aos anos de 1968 a 1972 foram realizadas algumas tentativas de reorganização de partidos políticos de esquerda, clandestinamente, no meio rural.

As tentativas foram postas em prática sob duas formas. A primeira delas buscou entrar em contato com antigas lideranças sindicais, ex-militantes ou simpatizantes de partidos anteriores a 1964, ainda vivos ou sobreviventes, tentando recuperá-los para a luta sindical e partidária. Em Pernambuco, esse trabalho foi tentado pelo Partido Operário Revolucionário - POR, de tendência trotskista, no auge de sua dissolução.

O POR chegou completamente cindido aos anos de 1967 e 1968 por divergências internas, organizadas em torno de uma oposição à sua direção e à linha do *posadismo*. De acordo com o jornal *Em Tempo*, nº 105, de 01 a 14 de maio de 1980, a cisão atingiria também o comitê regional (Pernambuco e Fortaleza), acrescida de uma defesa a "... *uma posição mais favorável a um trabalho no proletariado rural*". Em 1969, o comitê regional elaborou um documento conclamando a "*unificação dos trotskistas*", gota d'água para a sua exclusão do POR. Após serem expulsos, os membros do comitê reúnem-se em um congresso clandestino e fundam uma nova organização: a Fração Bolchevique-Trotskista - FBT.

Organização não militarista, a FBT tentou desenvolver um trabalho junto ao "*proletariado rural*". Em Pernambuco, segundo dados de entrevista com um ex-militante do POR/FBT ao autor em 1979, através de contatos fornecidos por Júlio Santana, que se encontrava detido no presídio da Ilha de Itamaracá, sobre antigos líderes sindicais, especialmente na região de Barreiros e Rio Formoso, na mata sul do estado, iniciou-se "... *uma tentativa de reorganização das massas camponesas*". De acordo com o entrevistado, essa experiência não passou de primeiros contatos com os

ex-militantes. A maior parte das abordagens foi frustrada pelo receio dos antigos líderes de voltarem a ter uma participação mais ativa em uma época de intensa repressão. Muitos deles ainda não haviam se recuperado da violência sofrida ou visualizada no pós 1964.

Outro motivo apontado pelo entrevistado foi o da descrença "*... na possibilidade de uma atuação conseqüente*" dentro das atuais estruturas sindicais no campo. No momento em que se encontravam "*... sob intervenção ou nas mãos de pelegos, e sob condições difíceis para realização de um trabalho de massa no interior do regime autoritário*".

As tentativas de retomada do trabalho "*... com as massas camponesas, enfim, caíram por terra*", de acordo com o entrevistado, "*quando a repressão nos primeiros anos do governo Médice desbaratou todos os aparelhos da FBT em Pernambuco e no Ceará*". Segundo o jornal *Em tempo* acima citado,

"... a FBT considerava que não ia ser atingida pela repressão e que esta se voltava apenas para os grupos guerrilheiros. Não dando conta do refluxo do movimento de massas e incorporando certo triunfalismo em suas posições políticas - o ascenso das massas era 'constante e a crise do regime eminente' - a FBT descuidava totalmente a possibilidade de vir a ser golpeada. Em abril de 1970 começam as prisões de militantes no Nordeste por causa de um incidente em uma república de estudantes. Em quatro ou cinco dias a organização é totalmente desbaratada".

A segunda forma se processou através do envio e fixação de alguns militantes, a maioria composta por profissionais liberais ou estudantes, no campo. De acordo com o relato de um entrevistado pelo autor, em 1979, ex-militante da Ação Popular Marxista-Leninista - AP-ML buscava-se "*... através de uma vida comum com o proletariado rural, organizá-los para uma posterior resistência armada ao regime militar brasileiro*". Esse tipo de trabalho foi realizado, sobretudo, pela AP-ML.

Márcio Moreira Alves (1974, p. 212 e 213), ao comentar o período, afirmou que

"... a liderança e a maioria da AP continuou por bastante tempo a ser de classe média, mas foram tomadas resoluções taxativas no sentido de mudar a composição social do movimento. Essa decisão, politicamente justificável e mesmo necessária, foi levada a limites

extremos. Os quadros que se recusavam a converterem-se em trabalhadores não qualificados ou em camponeses eram acusados de desvios direitistas e imediatamente expulsos. Não se ofereciam alternativas de trabalho para os que decidissem permanecer no próprio ambiente social. Desta forma a AP ficou rapidamente reduzida a um núcleo de missionários extremamente dedicados".

Em um documento mimeografado de meados de 1967, intitulado *Teses Políticas*, no item sexto: '*O Caminho, A Luta Insurrecional*', a AP-ML caracterizaria a guerra de guerrilhas como o caminho possível para a transformação brasileira. Segundo o documento, escrito sob grande influência maoísta, "... *impõe-se o recurso à forma de luta insurrecional conhecida como guerra revolucionária ou guerra de guerrilhas, cuja eficácia já está sendo confirmada por várias experiências históricas e cuja estratégia, sistematizada a partir dessas experiências, se adapta bem às condições em que se terá de desenvolver a luta revolucionária no Brasil*".

Esta forma de luta deveria ser precedida, de acordo com o documento citado, por uma etapa de "*preparação revolucionária*", isto é, "*de conscientização, mobilização e organização das forças populares para a luta insurrecional em todas as suas frentes e formas*". O desenvolvimento da luta armada, por outro lado, deveria ter como "*primeiro palco*" o meio rural, "... *onde são maiores as condições de resistência, particularmente nas fases iniciais em que as forças do povo são inferiores*".

O caminho da "*proletarização dos militantes*", segundo informa um entrevistado da AP-ML ao autor em 1979, deveria levá-los a viver e a sentir "... *a vida operária e camponesa como ela verdadeiramente é*". Empregados em fábrica e na agricultura, buscavam "... *articular as massas para a guerra popular em processo*".

Em Pernambuco, a "*preparação revolucionária*" no campo se desenvolveu, sobretudo, na mata sul. Como já foi descrito no capítulo anterior, os militantes lá instalados conseguiram criar pequenos núcleos isolados na lavoura canavieira. Um grupo de militantes, inclusive, tendo conseguido desenvolver um trabalho de pressão junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município do Cabo, quando da greve de outubro de 1968.

Os anos de 1969 a 1972, correspondentes à primeira fase do governo Médice, de intensa repressão aos movimentos de esquerda, especialmente àqueles ligados à

luta armada, aniquilou os partidos clandestinos e pôs fim aos esforços de mobilização e organização dos trabalhadores rurais. Muitos dos militantes inseridos no meio rural de Pernambuco foram presos e bastante torturados. Alguns poucos conseguiram escapar e viveram o isolamento e o medo, sem quase contatos com o que restou da organização, segundo o entrevistado da AP-ML citado.

Nesse período, também, foi desbaratada a organização conhecida como Partido Comunista Revolucionário - PCR. No município de Ribeirão, mata sul de Pernambuco, foi morto a tiros pela polícia o militante Manoel Aleixo da Silva, conhecido como Bernardo. Bernardo era o responsável pelo "*Setor do Campo*" do PCR.

O *Diário da Justiça*, de Pernambuco, de 19 de novembro de 1974, nas páginas 2704 a 2706, publica o edital de citação da auditoria militar sobre militantes do PCR no estado. Segundo o mesmo *Diário da Justiça* é do PCR o documento intitulado: *O Movimento Camponês da Zona Canavieira de Pernambuco*. Este documento foi produzido por Palmeira, codinome de Amaro Luis de Carvalho, do PCR (Palmeira, 1966). Nele é realizada uma avaliação das condições de mobilização dos trabalhadores rurais para uma possível resistência armada à ditadura militar.

Com as organizações clandestinas em fase de intensa desarticulação, o trabalho de mobilização e resistência entre os trabalhadores rurais coube, a partir de então, particularmente, aos setores mais progressistas da Igreja Católica. Esse trabalho teve início alguns anos antes, e aprofundou-se com o processo de ruptura da Igreja com o Estado brasileiro após 1968. A *caminhada*, termo utilizado pela Igreja progressista para indicar o movimento em direção ao povo e o desenvolvimento da consciência popular, foi iniciada, segundo um entrevistado militante da pastoral rural católica, quando alguns segmentos do clero, seminaristas e leigos, "... *buscaram realizar um trabalho no meio rural, tanto quanto no meio urbano, de conscientização da população, através do Evangelho*".

A retomada da *caminhada* coincidiu com "... *o avanço das posições assumidas pela Igreja latino-americana, a partir da reunião de Medellín, onde se fortaleceu e se expandiu a Teologia da Libertação. As delegações do Brasil tendo tido um papel de destaque nesse encontro*". (Militante da Pastoral Rural. Entrevista concedida ao autor em 2002).

Os setores conservadores da hierarquia católica, por outro lado, perdiam posição entre os bispos brasileiros. A CNBB "... a partir de então, estimulava a ação católica... e dava mais apoio aos agentes pastorais que se ligavam a organizações populares".

Segundo o entrevistado, esses segmentos da Igreja, apoiados na teologia da libertação³⁹, buscaram aprofundar o trabalho de "conscientização popular". "A ida ao povo se ampliava... [por um lado],... pelo fechamento dos seminários maiores e pela obrigatoriedade de vivência, pelos seminaristas, como parte de sua formação sacerdotal, com as classes populares". (Militante da Pastoral Rural. Entrevista concedida ao autor em 2002).

A constituição de pequenas repúblicas de seminaristas nos bairros periféricos das grandes cidades e povoados do interior, na época, tornou-se frequentes. A moradia nos bairros populares tinha como propósito, para o entrevistado, "... perseguir o objetivo de vivência com a realidade concreta, e possibilitar a fundação, através de um trabalho paciente junto à comunidade onde moram, de pequenos núcleos de base com sentido à evangelização". (Militante da Pastoral Rural. Entrevista concedida ao autor em 2002).

O trabalho de evangelização passou a ter como "princípio base" a opção desses cristãos para um trabalho junto ao "povo". A constituir-se no interior de um processo de luta para a libertação desse povo.

"... Esse tipo de opção fez com que os núcleos de engajassem num processo de recuperação e mobilização política das classes trabalhadoras, através da vivência e do encaminhamento de discussões sobre as questões imediatas de sobrevivência dos trabalhadores. Questões essas que iam desde o dia a dia doméstico e problemas de infra-estrutura das comunidades, até a questões salariais e trabalhistas mais gerais. Formam-se grupos dentro da comunidade, cuja finalidade encontrava-se centrada na organização de suas forças para reivindicações e buscas de soluções conjuntas para os seus problemas. Os quais eram discutidos e rediscutidos em frequentes reuniões". (Militante da Pastoral Rural. Entrevista concedida ao autor em 2002).

³⁹ Ver, sobre a teologia da libertação Löwy, 2000; Boff e Boff, 1986 e Gutiérrez, 1976, entre outros; para uma análise da Teologia da Libertação e o MST, ver, Menezes Neto (2007); e, finalmente, para uma análise comparativa entre Brasil e Peru sobre a teologia da libertação e as relações entre igreja e campesinato, Iokoi (1996).

A nova experiência com trabalhos em comunidades de base teve início, no estado de Pernambuco, de acordo com Camargo (1967), a partir do trabalho do Padre Geraldo Leite Bastos, no então distrito de Ponte de Carvalhos, na mata sul, no ano de 1966. Prosseguiu com o trabalho da Operação Esperança, instituição criada por Dom Hélder Câmara, e através da expansão de outras instituições baseadas na Igreja Católica, como a Animação dos Cristãos para o Meio Rural - ACR e outras formas de ação pastoral rural. A ACR, que interessa em particular a este trabalho, foi fundada no ano de 1965, começou a ter uma expressão no meio rural e a expandir-se, contudo, a partir do ano de 1968.

Estas novas tentativas encontravam-se baseadas nos trabalhos até então desenvolvidos pela Igreja Católica e buscavam a formação de uma liderança rural, intitulada, no jargão católico de *animadores de base*. Estes teriam como função dar prosseguimento ao trabalho iniciado pelos agentes pastorais, - padres e sua equipe de leigos, - em cada comunidade.

Estes animadores, com o prosseguir do trabalho, deveriam tornar-se elementos chaves em cada comunidade, quer assessorando e arregimentando os grupos nela contidos, quer intermediando os contatos com as equipes centrais, - municipais, estaduais, nacional, - trimestral ou semestralmente, para encontros de aprofundamento e reciclagem, entre outros. Apesar das diferenças tênues ou marcantes, segundo a orientação dos diversos grupos que trabalhavam com a pastoral no meio rural, o processo organizativo e de formação de "*consciências críticas*" tinha em comum o discurso da autonomia dos agentes. Esse discurso assentava-se na visão de que cada um dos agentes se descobriria como animador na vida, na própria vivência cotidiana, criticamente, à luz do Evangelho.

Não será preocupação deste trabalho a análise das diferenças existentes entre as diversas pastorais para o meio rural, de cunho progressista, no estado de Pernambuco. Embora, seja oportuno frisar e afirmar a sua existência na época aqui estudada. Para um aprofundamento da questão remeto os leitores a Alves (1979), Ferreira (1979), Azzi (1977, 1977a), Martins (1981), Abramovay (1979), Paiva (1985) e Mainwaring (1989), entre outros, que se dedicaram mais verticalmente à questão.

O que se quer enfatizar neste trabalho é a questão do espaço que a Igreja Católica, entendida aqui, internamente, como uma correlação de forças, ocupou no meio rural de Pernambuco. Tem a preocupação também em ver como o espaço ocupado pelos setores mais progressistas da Igreja começou a ser igualmente utilizado por militantes oriundos de diversas organizações de esquerda, esfaceladas naquele momento pela repressão no após AI-5. Particularmente, os militantes da AP-ML e do PCdoB, que tiveram importância destacada. Terá o cuidado de utilizar o tanto quanto possível a nomenclatura por ela utilizada no discurso de ida e reflexivo para a *caminhada*.

Com base no Evangelho, a Igreja caminhou em direção aos trabalhadores rurais e aos diversos *setores oprimidos* do país. Denunciou, segundo Comblin (1977), as injustiças sociais, criticou o modelo de desenvolvimento autoritário brasileiro, e buscou orientar os trabalhadores na luta pelos direitos trabalhistas, pela dignidade individual e profissional e pela defesa dos direitos humanos. Grupos de Reflexão, Comunidades de Base, Núcleos de Animação, entre outras tantas denominações, foram desenvolvidos junto às paróquias de pequenas e médias cidades de Pernambuco e no interior das unidades de produção. Aqui, neste trabalho, particularmente, entre os engenhos e usinas do cinturão açucareiro, bem como unidades junto a paróquias das zonas: agreste e sertão.

A resistência cotidiana, a formação de lideranças, a discussão da questão sindical, eram temas que orientavam o desenvolvimento dos trabalhos. Com as dificuldades de representação vividas na época pelo movimento sindical, o trabalho pastoral no campo se fez, sobretudo, às margens dos sindicatos. Muitas vezes em oposição aberta a eles, cujas diretorias, na avaliação dos núcleos de base, se encontravam compostas por dirigentes comprometidos com a situação vigente. A formação de comissões independentes do movimento sindical dava assim a tônica da ação de grande parte dos segmentos organizados e atuantes no meio rural de Pernambuco, ligados a Igreja Católica.

Segundo Márcio Moreira Alves (1979, pp. 184 a 197), o trabalho de valorização da dignidade do trabalhador rural, realizado pela Igreja Católica no Brasil, e aqui, especialmente, em Pernambuco, através da Operação Esperança e de outros segmentos progressistas da pastoral rural, não escapou da repressão militar.

De acordo com um agente pastoral entrevistado pelo autor em 1975, "*... nos últimos dias do mês de outubro de 1971, vários leigos e seminaristas pertencentes aos quadros da Operação Esperança, com ação no meio rural, sobretudo na zona canavieira, foram presos, torturados e soltos alguns meses após*".

Estes militantes desenvolviam ações junto aos trabalhadores rurais "*... refletindo os elementos cotidianos de vida e de trabalho e a política débil de representação, executada pelos sindicatos*". Procuravam criar assim núcleos de resistência no interior dos engenhos e usinas, que "*... deveriam servir, também, como elementos de pressão aos sindicatos descompromissados com os trabalhadores*".

As prisões desses militantes foram feitas a partir de denúncia de um proprietário de terras na mata norte do estado. O proprietário "*... dizia em sua acusação que os trabalhadores estavam sendo orientados por um grupo de comunistas ligados a Igreja de Dom Hélder, para tomarem as suas terras*".

"*Na realidade*", segundo o entrevistado, "*o movimento dos trabalhadores era para que eles pudessem, além da moradia, reaver as condições de posse de uma roça. Lutava pelos dois hectares de terra para plantarem as lavouras de subsistência, segundo reza o Estatuto da Terra*". Com a denúncia, foram "*... presos dois seminaristas, quando visitavam os trabalhadores. Através deles chegou-se pouco depois a outros agentes pastorais...*". (Agente Pastoral, entrevistado pelo autor em 1975)

Em maio de 1972, ainda como consequência das prisões dos agentes pastorais, foi "*... desmantelado um aparelho do PCdoB, situado na Rua da Imperatriz, no Centro do Recife*", segundo o depoimento ao autor de um militante, simpatizante do PCdoB na época, envolvido neste episódio. Nesta entrevista realizada no ano de 1974, alguns meses após sua libertação, o entrevistado informa que foram realizadas várias prisões, sobretudo de estudantes, - universitários e secundaristas, - e de militantes ligados a ação rural da Igreja.

Os militantes presos eram antigos quadros da AP que aderiram ao PCdoB, que tinham continuado o trabalho de mobilização e organização dos trabalhadores no espaço aberto pela Operação Esperança. Principalmente, segundo um agente pastoral entrevistado, por ser ela "*... vinculada a Dom Hélder, que apesar de sofrer ameaças e pressões dos grupos da direita católica e da ditadura, tinha todo o respaldo da*

Igreja nacional, através do CNBB, e tinha voz internacional". (Agente Pastoral entrevistado pelo autor em 1975)

O espaço da Igreja, quando no processo de desarticulação dos partidos e organizações de esquerda no Brasil, e no meio rural de Pernambuco, aqui, em particular, como pode ser visto no depoimento acima, foi utilizado pelos militantes ainda em atividade. Usavam o espaço aberto pelas forças progressistas da Igreja Católica e o seu poder de pressão, como forma de dar continuidade ao trabalho de mobilização e organização dos trabalhadores.

A Igreja enquanto instituição, mesmo sofrendo intimidações, com prisões de agentes pastorais, leigos e mesmo padres e bispos, no Brasil, permanecia intocada pelo Estado autoritário. As correlações de força em seu interior, por outro lado, favorável e sob controle do clero progressista, impulsionava a tendência conhecida por Teologia da Libertação nas ações pastorais por ela praticadas. Como informou o agente pastoral entrevistado, "*... mesmo que vez por outra saísse chamuscada aqui e ali, pelas enormes pressões dos setores conservadores em seu interior e da ação repressiva do Estado, ou até por isso mesmo, permanecia aberta e reforçava a sua convicção de ser uma Igreja dos pobres; de permanecer aberta para a ação pastoral voltada para o povo". (Agente Pastoral entrevistado pelo autor em 1975).*

Convém lembrar, porém, que, embora com uma correlação de forças favorável ao florescimento e fortalecimento de uma ação pastoral de caráter mais progressista, a ação conservadora da Igreja, embora em refluxo em algumas áreas e sofrendo maquiagem em outras, continuava a existir. Alguns segmentos da pastoral rural em Pernambuco informam o agente pastoral entrevistado, "*... mantiveram um trabalho bastante conservador junto aos trabalhadores rurais, buscando boicotar todo e qualquer esforço de mobilização e resistência desses trabalhadores". (Agente Pastoral entrevistado pelo autor em 1975).*

Este estudo, porém, não se deterá de uma forma aprofundada, na análise desses segmentos da pastoral católica no meio rural, no período aqui analisado.

Igreja, Sindicato e Trabalhadores Rurais: O Caso da ACR em Pernambuco

A ACR surgiu em Pernambuco no ano de 1965, com o nome de Ação Católica para o Meio Rural. Em 1968 passou a denominar-se Animação dos Cristãos

no Meio Rural, com o objetivo de estabelecer uma distinção com o trabalho desenvolvido pela Ação Católica no Brasil, e por não assumir, segundo Sgrecia (1982, p. 3, n. 1), "... a postura política que os tornara alvos da repressão do novo regime implantado no país".

A ACR definia-se, no princípio, como um movimento a serviço de todos os homens do campo. Em 1967, porém, houve uma redefinição de suas idéias, passando a definir-se como um movimento preocupado com os mais pobres e os mais fracos, cujo desenvolvimento deveria realizar-se através da participação consciente e ativa no mundo (ACR, 1967).

A ACR a partir de 1969, dentro de um cenário mais geral, identifica-se com as tendências mais progressistas da Igreja Católica no Nordeste. Distingui-se delas, porém, por possuir um método de trabalho e uma forma de organização que lhes são particulares.

A sua forma de organização está estruturada no redimensionamento do trabalho de base que busca, na formação de animadores, a valorização da vida humana através do contato e da reflexão da realidade vivida.

Como se realiza, no dia a dia, esse trabalho de base? De acordo com o depoimento de Padre José Servat ao autor, no ano de 1980, "... o trabalho de base é feito através de uma apropriação singular do método 'Ver, Julgar e Agir', utilizado por quase todos os setores da Igreja".

Essa "apropriação singular", segundo um documento produzido em 13 de outubro de 1978 pelo Padre Servat e Equipe da ACR (1978, p. 38), manifesta-se da seguinte forma:

"Da Parte dos Militantes:

Procura conhecer a realidade do lugar e das pessoas visitadas;

Fazer amizades, conhecendo as pessoas, convivendo com elas, trocando experiências de vida;

Esforço de adaptação às situações e ao modo de vida das pessoas, para não forçá-las e não queimar etapas;

Partir quase sempre da vida e dos problemas do povo, utilizando um método nas reuniões. Esse método é utilizado de uma maneira

muito simples, de início, e mais profundamente à medida que as pessoas vão despertando;

Preocupação de confrontar sempre a realidade vivida com o Plano de Deus;

Cuidado e a preocupação de não deixar as pessoas fixadas na reflexão, mas levá-los a partir da reflexão à ação, com ações bem concretas, pensadas e revisadas depois.

"Da Parte dos... Companheiros de Sítio:

Começam a ver de modo diferente a realidade, as causas de sua pobreza, o valor das pessoas e seus direitos;

A visão vai se alargando em círculos concêntricos: dos problemas individuais aos problemas do sítio; dos problemas do sítio para os problemas de outros sítios e povoados; destes, enfim, para os da classe rural e para o mundo;

Do mesmo modo verificam que as injustiças são como uma corrente, que encadeia não somente a eles, vítimas, mas também os patrões, que tudo é fruto de uma organização injusta da sociedade;

Nasce deles uma esperança nova de um mundo diferente. Esperança baseada na certeza de que sua união, reflexão e ação vão um dia fazer as coisas mudarem. Esperança firmada, sobretudo, no Plano de Deus, na fé em Cristo ressuscitado, o início e garantia de um Homem Novo, num mundo transformado".

O trabalho da ACR, assim, busca combinar o trabalho de evangelização com o trabalho de conscientização do trabalhador no campo. A "*ação concreta contra a opressão e pela solidariedade de classe*" constitui o que a organização chama de "*a realização do Reino de Deus*". Para a ACR, "*... o Reino de Deus está de maneira misteriosa onde as pessoas se abrem, mesmo sem conhecer Deus, ao Plano Libertador*" (Servat e Equipe da ACR, 1978, p. 22).

Ao associar o Reino de Deus ao Plano Libertador e aos que a ele se abre, a ACR estabelece uma relação estreita entre vida temporal e vida espiritual. A segunda estando presente "*de maneira misteriosa*" no cotidiano dos trabalhadores, que procuram não submeterem-se e lutam por fazer prevalecer os direitos e valorizar o trabalho.

Cabe a ACR, desse modo, o trabalho de promover o Reino de Deus entre os trabalhadores rurais. O que significa, em outras palavras, que o objetivo da ACR, sua meta principal, é a de fomento ao desenvolvimento do processo de libertação do trabalhador no campo. O processo de libertação sendo entendido como composto de dois momentos distintos e simultâneos. O primeiro, pela reestruturação interior do sujeito, isto é, como momento de consciência. O segundo como transformação exterior através da luta por mudanças estruturais na realidade.

Os dois momentos, - o de consciência e o de mudanças estruturais, - se interligam, por outro lado, enquanto processo de recuperação da dignidade. A noção de dignidade (Moore Jr., 1987 e Sennet, 2004) embora não explícita no conjunto dos documentos consultados da e sobre a ACR, e a maioria das vezes usada de forma indefinida e ambígua, está associada a três conjuntos de idéias. O primeiro como elemento subjetivo relacionado ao processo de consciência, individual e coletivo, expressa dignidade como respeito de si mesmo. O segundo conjunto, embora enunciando elementos de subjetividade, remete a uma relação social e profissional, ao expressar a idéia do trabalhador honesto e produtivo. O terceiro conjunto de idéias, por fim, liga à noção de dignidade a imagem de respeitabilidade, isto é, do reconhecimento profissional pela sociedade.

Esses três conjuntos de idéias que informam a noção de dignidade para a ACR são usados simultaneamente nos documentos elaborados e, aparentemente, sem o conhecimento preciso dos seus significados. Por outro lado, a noção de dignidade para a ACR, está relacionada também com o sentido expresso na idéia de processo de libertação.

O processo de libertação se relaciona como integração e se realiza através da simultaneidade de movimentos que buscam recuperar o respeito pessoal e o reconhecimento profissional do trabalhador rural pela sociedade. O Reino de Deus, enfim, estaria no movimento, isto é, no processo de libertação, que se realizaria na recuperação da dignidade.

Munida deste instrumental difuso, a ACR buscou uma leitura da realidade brasileira e da Zona da Mata de Pernambuco, aqui em particular. Leitura militante e não intelectual baseada na ação dos seus quadros junto aos trabalhadores rurais. O que a colocou em uma posição singular no conjunto dos organismos ligados a Igreja.

De um lado, ao acusar as outras pastorais rurais de cunho progressista de vícios intelectuais, entra em constante choque, ficando à margem de um trabalho comum. De outro lado, chamada de esquerdizante pelos organismos conservadores ligados as pastorais rurais, caminha isoladamente. Nos últimos anos da década de setenta, este isolamento definhará o movimento, sendo o seu espaço ocupado, contraditoriamente, pelos organismos pastorais de cunho mais tradicional (Sgrecia, 1982, p. 26), na Zona da Mata, e de cunho progressista, como a Comissão Pastoral da Terra - CPT, no sertão, principalmente nas áreas de barragens (Corrêa de Araujo, 1990 e Corrêa de Araujo, Lima e Caldas Neto, 2000).

A leitura que a ACR fez da Zona da Mata buscou retratar as condições de vida e de trabalho na agroindústria açucareira e as condições de organização dos trabalhadores, em uma análise do movimento sindical dos trabalhadores rurais. Nesta leitura encontra os trabalhadores "... *oprimidos, explorados e injustiçados*" (ACR, 1973, p. 20).

Para a ACR, o movimento sindical encontra-se em mãos de interventores e pelegos, e é o responsável pela condição de conformismo do trabalhador. Chama a ação sindical no meio rural do Nordeste, no pós 1964, de "*prostituição do sindicalismo*", fazendo eco ao *grito* da Ação Católica Operária - ACO ((ACR, 1973, p. 9).

Para a ACO,

"... o medo amolece a consciência do dever classista e abre lugar ao peleguismo, pela convicção de que é melhor ficar do lado do patrão. Em qualquer estado do Nordeste, a análise objetiva e realista da vida sindical há de revelar (as exceções são poucas) que a omissão ou o afastamento das melhores lideranças operárias deixa o lugar vago para os oportunistas, que o ocupam para beneficiar-se. É a prostituição do sindicalismo..." (ACO, 1967, p. 56).

Ao concordar com a ACO na visão de um sindicalismo se prostituindo, a ACR abre-se para outra tendência do trabalho desenvolvido pela Igreja Católica: o fortalecimento das bases sindicais e a formação de uma liderança, visando uma posterior retomada dos sindicatos. Na sua VIII Assembléia Geral, realizada em 1973, afirma: "... *queremos um sindicato livre e autêntico... independente das autoridades.*

Um sindicato... que lute para que os trabalhadores façam as leis (e) que lute pela mudança da sociedade" (ACR, 1973, p. 81).

Inicia, então, o desenvolvimento de um trabalho de oposição sindical, chegando a participar junto a outros grupos católicos progressistas do trabalho de formação e organização de núcleos de resistência no meio rural. O Centro de Defesa dos Direitos dos Pobres - CDDP, criado em 1973 na Zona da Mata de Pernambuco, por exemplo, foi um desses núcleos. Para uma visão mais aprofundada do CDDP ver Sgrecia (1979, p. 33 a 42).

O CDDP tinha por objetivo a defesa dos direitos trabalhistas no campo. Pela constatação do enquadramento do sistema sindical a um Estado autoritário e o peleguismo da maioria das diretorias sindicais, o Centro buscava encaminhar lutas trabalhistas de forma independente, ao através de assessorias, desenvolvendo um trabalho sindical *fora* dos sindicatos.

A atuação sindical fora dos sindicatos era encarada como uma forma de resistência cotidiana ao atrelamento dos sindicatos de trabalhadores rurais. Através da ação dos animadores, procurava "... *descobrir entre companheiros e conhecidos os que têm direitos sonegados, aqueles que estão sendo perseguidos injustamente, e convencê-los a enfrentar os opressores na justiça*" (Servat e Equipe da ACR, 1978, p. 33).

Buscava demonstrar, desse modo, que a luta contra os efeitos extorsivos da exploração capitalista viabilizada na luta pelos direitos trabalhistas, poderia ser prosseguida com sucesso, mesmo em um período intenso de recesso político. Tornava possível, também, a missão evangélica da Igreja Católica, através de uma *caminhada* intensiva junto aos trabalhadores rurais.

A luta pelos direitos trabalhistas era desenvolvida simultaneamente a um trabalho entre os próprios *animadores*, buscando adaptá-los à prática sindical mesmo fora dos sindicatos, e encaminhá-los posteriormente à luta pela retomada, - *por dentro* no linguajar do CDDP, - do aparelho sindical. Este trabalho, contudo, era analisado e sentido com receio pelas diversas pastorais, entre elas, inclusive, vários membros da ACR.

Neste sentido é significativo o papel assumido pelo advogado sindical no CDDP. O envio de quadros e a necessidade de um reforço do setor jurídico dos

sindicatos rurais se tornam metas prioritárias do CDDP, principalmente, na visão da ampliação deste departamento dentro e fora dos sindicatos. A equipe de advogados da CDDP atuava junto aos trabalhadores rurais na tentativa de organizá-los e mobilizá-los para a associação e para uma atuação junto dos sindicatos. Dentro dos sindicatos denunciavam e procuravam quebrar por dentro, no depoimento de um advogado sindical da CDDP ao autor, a prática dos sindicatos para os associados e ampliar a luta sindical para todos os trabalhadores.

Ao mesmo tempo em que se empenhavam no trabalho de preparação de lideranças entre os trabalhadores rurais, para uma retomada dos sindicatos em mãos de pelegos, contraditoriamente, temiam lançar seus trabalhadores na disputa sindical. Temor este justificado pelo medo de perdê-los. O que, sem dúvida, manifestava o receio de atitudes conformistas a que estavam sujeitos os seus animadores ao saírem da oposição sindical sobrepondo a barreira do peleguismo, serem eleitos e virem a compor diretorias sindicais.

Para a ACR,

"... quando se tornam presidentes do sindicato, os nossos amigos estão confrontados com os problemas da classe. Descubrem sempre mais a situação do povo sem-terra, sem trabalho, caçando emprego nas cidades, emigrando para o Sul. Apesar disso, o perigo é o conformismo. Vão algumas vezes esquecer tudo para consagrar-se à gestão do FUNRURAL e dos serviços de assistência. Alguns ficando muitos anos presidentes ou secretários tornam-se verdadeiros funcionários e não querem mais viver com os companheiros da roça. Facilmente as relações com as autoridades, os proprietários e a política provocam o peleguismo. O animador sindical não vai querer mais conflitos e vai deixar de assumir com o povo a defesa dos direitos fundamentais da pessoa" (Servat e Equipe do ACR, 1978, p. 34).

A instituição sindical viciada transfere seus vícios aos dirigentes sindicais, por mais bem intencionados que possam ser. O perigo do conformismo fazia com que a ACR, se precavesse contra o lançamento de seus animadores à retomada dos sindicatos. O que os fazia optar por um paralelismo muitas vezes estéril, porque sem convicção outra que a fragilidade das lideranças no interior da ação sindical institucionalizada e a dificuldade dos seus animadores *por dentro* dos sindicatos se manterem íntegros e não corrompidos (Koury, 1980).

O medo era revisitado e trabalhado⁴⁰ por uma afirmação do militante cristão para o trabalho pastoral em primeiro lugar. A prática sindical deveria ser precedida antes de tudo, desse modo, pela ação no interior das pastorais. É o compromisso cristão do animador com o movimento pastoral, reforçado pela missão evangelizadora, que se coloca como prioritário.

A evangelização aqui entendida como descoberta de Cristo nos homens, através da luta diária. Só a seguir vem o envolvimento desses animadores com o organismo sindical. Em outras palavras, é o compromisso consequente dos trabalhadores com o movimento da ACR que caracterizará uma atuação também consequente em outras esferas do movimento dos trabalhadores, como o sindical, por exemplo. Como informa um animador de base entrevistado pelo autor em 1976: "*... o sindicato eu posso deixar hoje mesmo, agora a ACR quando eu morrer, quem pisar por cima tem de reconhecer o cadáver*".

A questão do que seria sindicato para o movimento pastoral da ACR e qual seria a sua função junto aos trabalhadores rurais, se faz necessário responder. A resposta requer dois níveis de análise: o primeiro se refere ao posicionamento da ACR ao movimento sindical existente. A ACR define o movimento sindical como "*atrelado e passivo frente ao capital*", encontrando-se reduzido à "*função de serviço assistencial para doenças e a aposentadoria dos velhos, só administrando, quase sempre os serviços do FUNRURAL*".

Esta definição, por si só, coloca o movimento em choque com a estrutura sindical existente. O que leva a ACR a lutar contra o atrelamento e passividade sindical, em prol de uma nova organização sindical dos trabalhadores rurais. "*O verdadeiro sindicalismo deveria ser de livre escolha do camponês com a preocupação de organizar a classe para conquistar mais justiça e mais participação nas decisões locais e nacionais que condicionam o bem do campo*" (Servat e Equipe da ACR, 1978, p. 38).

O segundo nível de análise, porém, diz respeito às formas específicas de atuação da ACR, especificamente, para o estabelecimento do novo sindicalismo. De um lado, a ACR se coloca como o *fogo* que irá "*... fazer ferver a panela de feijão*", que é o sindicato. De acordo com o depoimento de um animador de base, citado no

⁴⁰ Para uma discussão sobre o conceito de medo ver Koury (2002).

documento redigido pelo Padre José Servat e Equipe da ACR (1978, p. 9), "... a ACR, vamos dizer, seja um fogo. Vamos dizer que o sindicato seja uma panela de feijão fervendo. Então a ACR pode ser o fogo que vai fazer ferver, que vai fermentar as coisas".

A ACR, porém, se põe fora do sindicato, por outro lado, ao procurar realizar um trabalho de oposição sindical, ou quase isso. "A diferença pro sindicalismo", - segundo o depoimento de um animador de base, e um dos fundadores do CDDP, recolhido por Sgrecia (1979, p.37), "não tem nenhuma. Porque do animador é se dar. Trabalhar para a classe pequena, e o sindicalismo manda que o presidente do sindicato faça o mesmo, seja o único porta voz do trabalhador. E por esse intermédio não tem nenhuma".

Com essa mistura de argumentos a ACR se situa de uma forma ambígua em relação ao envolvimento com o movimento sindical. Reconhece, por um lado, a necessidade de mudar as estruturas atreladas do sindicalismo e busca formar militantes para tal. Afirma o perigo de conformismo, por outro lado, vivido pelos animadores envolvidos em gestões sindicais e procura frear seus passos. O que a faz optar, aparentemente, por um trabalho de permanente oposição.

O que na prática se torna apenas um trabalho de evangelização, de encontro do indivíduo com ele mesmo. Da transformação do indivíduo em pessoa, através do evangelho e de uma possível leitura do sofrimento e das carências comuns aos trabalhadores.

Leva desta forma, ao máximo, para fora do sindicato, a luta pelos direitos do trabalhador rural, e tenta resolvê-los através de organismos como o CDDP. Executa, assim, dois tipos de prática: a primeira, de arregimentação e formação de núcleos junto aos trabalhadores rurais, em um trabalho intensivo de base, através da evangelização. Buscando despertar o sentimento de injustiça e para a defesa dos direitos dos trabalhadores. A segunda, de pressão à organização sindical existente, buscando viabilizar possibilidades de defesa dos direitos dos trabalhadores, mesmo em condições adversas.

Nos dois momentos, os militantes cristãos desempenham um papel importante na restauração do movimento político dos trabalhadores rurais, seja através do desenvolvimento de um trabalho de base, organizativo, seja através da

manutenção da chama da resistência e do despertar do sentimento de injustiça social e da noção de pessoa. O que os faz querer ocupar um papel que deveria ser ocupado pela organização sindical, ou seja, o da luta pelos direitos dos trabalhadores rurais e conseqüentemente pelo desenvolvimento de novas práticas sindicais.

O trabalho junto às bases e a luta por um sindicato voltado para os trabalhadores ganham espaço junto ao trabalho de evangelização nos movimentos pastorais. É importante frisar que grande parte desses animadores de base ligados a ACR e as diversas pastorais no meio rural, tiveram vinculação passada, anterior a 1964, com o movimento dos trabalhadores rurais. Cassados, postos para fora dos sindicatos e impossibilitados de uma participação mais ativa na gestão sindical, de acordo com o depoimento de um animador, entrevistado pelo autor em 1976, restou o envolvimento com o trabalho pastoral. Ou nas palavras do entrevistado: "*... o alinhamento aos movimentos de Igreja foi a única alternativa que restou para a continuidade à luta*".

Pode-se discutir se a criação de organizações de oposição sindical, como forma de pressionar os próprios sindicatos e mobilizar sua base, tenha sido a forma mais correta de encaminhamento do processo de luta, naquele momento. Alguns autores afirmam que a criação de organizações paralelas prejudicava mais o movimento como um todo do que o ajudaram a recuperar-se e superar o período de exceção. Outros autores pensam o contrário e creditam nas oposições sindicais, formadas nos tempos de exceção, grande parte do processo renovador do sindicalismo no Brasil⁴¹. Não importa aqui, porém, discutir qual das duas posições pode ser considerada a mais correta, embora seja necessário referenciá-las na discussão da época. Importa aqui, sim, analisar o papel assumido pela ACR enquanto elaboradora também de propostas e de núcleos em uma visão singular de oposição sindical no meio rural.

O caso do CDDP nesse sentido é exemplar. Composto por uma aliança entre diversas instituições com sentido pastoral, entre elas a ACR, o centro procurava de um lado, canalizar para si a luta em favor dos direitos trabalhistas no campo. Abria, assim, um espaço independente de atuação para as oposições sindicais. Denunciava a ação atrelada dos sindicatos e formava uma possível liderança sindical para o futuro.

Por outro lado, a ACR, porém, punha obstáculos à participação dos seus militantes, quando os mesmos buscavam concorrer a direções sindicais e imprimí-lhes rumos mais consequentes e condizentes ao discurso elaborado nas oposições. Os *freios* vinham revestidos de um discurso de temor sobre um possível conformismo e arrefecimento para a luta dos animadores, quando eleitos para diretorias sindicais.

O compromisso primeiro era para com o movimento de Igreja ao qual pertencia o animador. O trabalho prático do CDDP, assim, era podado e, principalmente, o da ACR, no seu interior, se revestia de uma grande contradição. De um lado, formação de lideranças e quadros de oposição sindical. De outro lado, impedimentos ao caminho de volta dos animadores aos sindicatos, sem fornecer em contrapartida nenhuma forma alternativa de organização para os trabalhadores que a tradicionalmente ocupada pelo sistema sindical. Sem desenvolver, também, nenhum projeto político mais amplo, fora a difusa missão evangelizadora, que possibilitasse uma atuação mais condizente ao discurso formador dos trabalhadores no interior de sua estrutura.

Nota-se assim a dificuldade de expansão do movimento católico no meio rural, principalmente, aqui, a ACR, junto aos trabalhadores, no período estudado. Embora de fácil penetração, o movimento só conseguia avançar até determinado limite nos seus contatos com os trabalhadores e nos compromissos assumidos em relação à forma de participação. Isso motivado por duas séries de razão: a primeira, porque os sindicatos apareciam para os animadores como uma possibilidade de luta a ser conquistada pelos trabalhadores. A segunda, pela fragilidade organizatória do movimento da ACR, não fornecendo aos seus militantes as bases concretas para uma atuação independente e mais ampla do que a atividade sindical propriamente dita. Restringia-se, no máximo, a um trabalho de formação de possíveis oposições sindicais, sem ida aos sindicatos.

Após determinados avanços junto aos trabalhadores, a ACR tendeu a perder seus quadros definitivamente para a organização sindical existente ou, contraditoriamente, pelo lado mais evangélico, para outras pastorais, tanto as de cunho mais tradicional, quanto às de cunho progressista. Este fato é sentido principalmente a partir de 1974; ano em que as oposições sindicais tornam-se mais

⁴¹ Sobre este debate, ver, Maranhão (1979), Antunes (1980), Boito Jr. (1991) entre outros.

visíveis e começam a poder se expressar à luz do dia, como consequência das conquistas democráticas a nível nacional, que forçaram a um abrandamento ou redefiniram o aparato repressivo do Estado autoritário vigente.

Em 1972, por exemplo, foram assassinados vários trabalhadores de um engenho na mata sul de Pernambuco, em um conflito por questões trabalhistas. Com a omissão da FETAPE de encaminhar uma denúncia do episódio, teve início um movimento de reação liderado por vários dirigentes sindicais, principalmente dos municípios da Zona Agreste com fronteira com a mata.

O movimento contou com o apoio da ACR e do CDDP no seu início. Elaboraram-se documentos, denúncias e encontros sistemáticos. À medida, porém, que o grupo começou a esboçar um plano de ação de envolvimento de vários sindicatos, visando o estabelecimento de uma oposição mais sistemática a FETAPE e um aprofundamento da questão sindical no meio rural de Pernambuco, a ACR e parte do CDDP desligam-se do movimento.

O motivo alegado para a saída foi o de abertura do movimento "*... para lideranças espúrias e pelegas*". O afastamento da ACR, movido por uma ação "*... de cima para baixo da equipe central, sem consultar as bases envolvidas*", segundo dados fornecidos por um entrevistado, em 1981, deu origem a uma cisão interna, perdendo parte significativa dos seus quadros, então, envolvidos com o movimento. Em 1978, enfim, o grupo de sindicatos de oposição e algumas oposições sindicais, conseguiram levar uma campanha vitoriosa e conquistaram a FETAPE. Neste mesmo ano, por outro lado, o trabalho organizativo da ACR junto aos trabalhadores rurais na Zona da Mata de Pernambuco, havia praticamente desaparecido.

Os animadores do movimento se encontravam naquele ano isolados e desanimados, havendo grande dispersão do trabalho de base. Muitos deles foram absorvidos pelas pastorais de cunho mais tradicional, e alguns outros prosseguiram uma prática sindical independente, segundo depoimento de um ex-militante da ACR, em 1981.

Notas Finais

É necessário afirmar, porém, a importância do trabalho desenvolvido pelos setores progressistas da Igreja Católica no meio rural, no período mais duro da

recessão política que trata este capítulo. O espaço de organização aberto pela Igreja, embora muitas vezes apresentasse ambiguidades nas formas e nos conteúdos de gestão das lutas dos trabalhadores, possibilitou caminhos e tentativas de formação e desenvolvimento de um trabalho intenso junto às bases sindicais. Criou, além, núcleos de resistência e ampliou as bases de reivindicação para um sindicalismo mais combativo, em algumas áreas estratégicas da zona da mata e do agreste de Pernambuco, nos anos setenta.

Mesmo onde o trabalho organizativo era difícil, a atitude dos trabalhadores animadores cristãos foi a de armar um intenso programa de resistência, atuando como pressão aos sindicatos mais conservadores e na defesa dos interesses dos trabalhadores. O processo de resistência, onde parecia impossível o seu desenvolvimento, por uma atuação política e repressiva intensa, tendo o sentido, na maior parte das vezes, de uma luta cotidiana, diminuta, munida do processo evangelizador, onde o resistir parecia passar a ser um sinônimo de sofrimento, necessário e libertador, para a garantia do Reino de Deus. O que abria caminhos para a retomada futura dos sindicatos.

A questão das oposições é recolocada aqui, assim, em outros termos. De um lado, através da tentativa de demonstrar ao trabalhador rural que os sindicatos pelegos não reivindicavam os direitos trabalhistas por não colocarem essa luta como sua função principal. A demonstração se dava, praticamente, quando se buscava agir no sentido de reivindicação desses direitos fora dos sindicatos, e os conseguindo em parte.

De outro lado, através da busca de demonstrar no cotidiano que, para os sindicatos serem livres, se fazia necessária a presença de um trabalhador rural consciente e reivindicativo, disposto para sua classe e não interessado em si próprio ou na carreira sindical. Para isso procuravam reforçar as bases sindicais com um trabalhador aberto ao processo libertador, que só a vivência do evangelho na prática do sofrimento necessário à libertação possibilitava.

Uma das funções dos núcleos de comunidades de base nos engenhos e sítios, desse modo, seria a de preparar e alertar os trabalhadores para assumirem tal papel. *"... o trabalho da gente"*, nas palavras de um animador rural entrevistado, *"é despertar todo cristão da vocação de ajuda aos outros que ainda não acordaram. É*

de fazê-los tomarem responsabilidade nos problemas vividos pelos sindicatos que não trabalham pelos trabalhadores, engrossando suas bases e brigando para que eles combatam pelos direitos da gente e não dos patrões". (Animador Rural da ACR. Entrevistado pelo autor em 1981).

A ação das pastorais no meio rural, e da ACR, aqui, em particular, teve uma importância para o movimento dos trabalhadores nos anos de maior recessão política. Primeiro, porque levaram grande número de trabalhadores a militarem em seus quadros, despertando-os para a luta pelos direitos e para o trabalho de resistência e pressão aos sindicatos atrelados. Segundo, por conseguir atingir as unidades de produção onde trabalhava cada trabalhador. Criaram núcleos de comunidades de base no interior de cada uma delas, que funcionavam no trabalho cotidiano de evangelização, como comitês de reivindicação por local de trabalho: usina, engenho, sítio, entre outros possíveis.

No período estudado, funcionando como uma das poucas formas alternativas de organização dos trabalhadores no Brasil, os trabalhos com comunidades de base desenvolvida pela Igreja Católica ofereceram espaço, praticamente hegemônico, de resistência. As demais forças e organizações políticas esfaceladas pela repressão apoiavam-se nos limites organizatórios da Igreja, como vinculação necessária ao prosseguimento do trabalho de recriação de núcleos de resistência entre os trabalhadores e de rearticulação do movimento no campo.

O espaço ocupado pela Igreja progressista na organização dos trabalhadores rurais, e urbanos, depois do cerceamento dos canais de oposição e crítica ao regime militar pelo AI-5, entra em um impasse ao longo do processo de retomada democrática no país. Impasse esse inferido ao caráter organizatório das comunidades de base, núcleos e equipes de animadores cristãos. Embora reivindicativas e de grande importância na formação de uma nova liderança, se encontravam sujeitas a óbices gerados no interior do projeto evangelizador da Igreja como um todo. O que as fazia levar a orientação das lutas dos trabalhadores até certo ponto. Até certo limite de reivindicação, logo obstacularizado, em muitos casos, por impasses contidos na ambiguidade conceitual do projeto libertador, enquanto Reino de Deus.

Como pode ser sentido, aqui, por exemplo, no pronunciamento da ACR sobre o compromisso político do animador. Para a ACR, a partir de certo tempo,

"... o compromisso político parece tornar-se mais fácil. Grupos e partidos procuram tropas e animadores. Prometem muito e chamam os líderes do campo, aproveitando-se da boa vontade de servir a classe que existe neles. Sabemos que a ação política, em vista da transformação da sociedade, deve ser organizada e planejada. Como ajudar o camponês a participar, de olhos abertos, livremente, sem ser utilizado pelos políticos e intelectuais de classe média? Como ajudá-los na descoberta de uma organização política onde eles mesmos possam ser responsáveis das decisões? A ACR respeita a função própria de um partido. Mas sabe que tem uma grande missão a realizar nas situações que vive o trabalhador: o despertar sempre mais as consciências e revelar a fé. Uma fé que se torne motor de uma transformação verdadeira" (Servat e Equipe da ACR, 1978, p.35).

Com o processo de redemocratização evidenciam-se os limites de atuação da Igreja, com o reaparecimento das discussões sobre a questão do partido e do engajamento do cristão. Bem como do papel da Igreja no processo de organização dos trabalhadores e de novas formas e conteúdos de organização presentes nos movimentos sociais. A sociedade brasileira retoma o intenso debate sobre o seu destino e sobre os caminhos para o aprofundamento democrático no país.

A hegemonia da Igreja enquanto oposição ao regime militar começa a ser diluído pela emergência de novas forças sociais também comprometidas com o processo de libertação e com projetos políticos alternativos de transformação social. A emergência destas forças sociais, enquanto partidos ou enquanto novas formas de expressão política popular levaram necessariamente a Igreja, ou partes dela envolvida na luta em favor dos trabalhadores, a uma reorientação.

O reaparecimento de novas forças deu-se exatamente no interior das comunidades de base e núcleos de animação da Igreja. Espaços, até então, hegemônicos da oposição e expansão das forças populares. A questão de novos projetos é sentida, desse modo, por dentro, interna às comunidades de base e núcleos de animação. O que provocou uma série de cisões no interior dos núcleos e comunidades, acompanhada de questões sobre que novo tipo de orientação deveria seguir, ou tomar para si, a *caminhada*. Que caminho seguir? Qual a finalidade atual dos núcleos de animadores e das comunidades de base?

O papel da Igreja, - como único espaço possível e não totalmente penetrado pela repressão e ainda respeitado pelo Estado autoritário, mesmo quando as divergências conceituais sobre o processo modernizador do campo começaram a se

ampliar e distanciá-los, durante os anos mais duros do recesso político no Brasil, - foi o de nucleação e organização das forças populares a partir do cotidiano de vida e resistência. A Igreja tendo optado por um trabalho mais próximo dos trabalhadores, forneceu o espaço para nucleação das oposições, assim como o espaço para o crescimento das forças populares. Estes últimos se descobriram, no seu interior, como possuidores de direitos, e de que estes direitos só poderiam vir a ser conquistados e respeitados na luta diária e organizada.

Como elemento de união e organização dos trabalhadores, a Igreja manteve acessa a chama de resistência às formas de exploração e sujeição. É nesse sentido, enfim, que se deve pensar a organização de núcleos de animadores e de outros organismos católicos na formação de uma nova liderança, e de união de velhos e novos combatentes para a reconquista de um espaço onde pudessem reivindicar e lutar pela cidadania.

A militância cristã ligada às oposições sindicais e aos processos de formação de liderança, apesar de criticarem a letargia e os impedimentos que tomavam conta da estrutura sindical, ligada quase que exclusivamente ao assistencialismo e se tornando um sindicato para os associados e não para os trabalhadores, agia no sentido de uma retomada do espaço sindical como forma de luta pela cidadania e direitos dos trabalhadores. O espaço de luta possibilitado pelos sindicatos, assim, sempre foi respeitado, mesmo quando se procurava novos campos de combate, no momento em que se encontravam atrelados à estrutura autoritária do estado.

Os sindicatos estando entregues, na sua maior parte, nos anos duros de repressão e recesso político nacional, em mãos de lideranças vinculadas ao Estado, ou em mãos de interventores, foram objetos de denúncias e busca de reconquista pelos núcleos de oposição cristãos. E quando não foi possível a retomada, o trabalho dos núcleos de resistência possibilitou a criação de oposições sindicais e de formação de lideranças e pressão sindical para uma ação sindical mais consequente.

Trabalho organizacional cheio de dilemas e ambiguidades, sem dúvida, como se viu no decorrer do capítulo, mas repleto de valor, enquanto manutenção da indignação popular contra as injustiças e a favor da luta pelos direitos trabalhistas.

CONCLUSÃO

Esta tese analisou as origens e a expansão do sindicalismo rural na mata pernambucana entre os anos de 1950 a 1974. Procurou compreender a violência explícita das relações de trabalho na região, no decorrer da segunda metade do século XX. Além da violência direta, esta violência também assumiu formas que, na análise, revelaram os ardis para a submissão da força de trabalho envolvida no processo produtivo. Este processo da violência direta ou indireta, aberta ou sutil, permeia o conjunto da análise aqui desenvolvida e sua contraparte a resistência camponesa.

A análise compreensiva das formas cotidianas de resistência e opressão dos trabalhadores rurais cruza e tem como corolário, assim, o processo de submissão da mão de obra rural (Scott, 2002, Thompson, 1979, 1995) dentro da história brasileira: como se processou e vem se processando, ainda hoje, sob variadas formas. A análise dessas formas variadas de submissão revelou uma gama de processos e uma ampla variedade de mecanismos de violência e de subordinação do homem do campo buscando conformá-lo aos padrões expostos de dominação e exploração social.

Dois foram os sentidos empregados nesta tese para a palavra *conformar*: o de *conformação* aos códigos da dominação e o de *conformidade* e inibição às instruções advindas da opressão a que estão expostos. Ambos objetivando a apreensão de uma *etiqueta social* (Scott, 1990) onde a coerção direta e a coerção difusa e informal fazem parte do aprendizado do lugar ocupado pelos trabalhadores. Para Barrington Moore Jr (1987, pp. 118 e 119) a noção de *etiqueta* tem o significado de inibição “*por meio do aprendizado do verdadeiro lugar de cada pessoa... (resultando em uma) aceitação dos códigos e padrões sustentados por aqueles que controlam a situação. É uma forma elementar de cooptação*”.

Esta *etiqueta* cria sentidos e sentimentos de inevitabilidade que medram os padrões de justo e de adequado nos contratos sociais estipulados entre os trabalhadores e patrões. O padrão cultural que define a *etiqueta* conduz ao costume proveniente do lugar ocupado pela pessoa ou grupo social, filtrando através dela as ações advindas do conjunto de experiências a que se encontram submetidas em um tempo e em um lugar determinados.

A tendência acentuada da mão de obra para a proletarização, na área e período estudados, distancia o trabalhador da estabilidade no trabalho ou da propriedade da terra, rompendo o contrato social a que estava acostumado, sob a etiqueta indicativa do seu lugar social (Barrington Moore Jr, 1987, Scott, 2002). Este rompimento levou-os a rediscutirem o seu papel e os sentidos de justiça inerentes aos padrões quebrados, fundando formas de resistência e organização, frente a este processo de proletarização. Nesta tese se estudou, sobretudo, as formas de resistência assumidas pelos sentimentos de injustiça advindos pela quebra da etiqueta de dominação local e, especialmente, a luta pela criação e o processo de consolidação do movimento sindical rural, entre os anos de 1950 a 1974, quando, a partir de então, tem início uma nova fase da consolidação e afirmação do movimento sindical rural no país não analisada e apenas indicada nesta pesquisa.

Esta tese se dividiu em três partes. A primeira parte e a segunda discutiram a questão da visão da região como área de tensão social e, a seguir, o processo que levou à resistência camponesa e à formação e expansão do sindicalismo rural. A terceira parte estudou o processo de consolidação do movimento sindical sob o regime autoritário: suas contradições, avanços e recuos, e a resistência dos trabalhadores dentro e fora da estrutura sindical até o ano de 1974.

O processo de sindicalização rural foi estudado sob a constante tensão proporcionada pela criação, expansão e novidade do movimento das Ligas no cenário político brasileiro. A emergência dos trabalhadores rurais na cena política se tornou um ponto crítico, aonde diferentes forças conduziram suas vozes e solicitações no sentido de uma intervenção federal na região. Para entender esse processo fez-se mão da sociologia processual eliasiana e do seu conceito de configuração social (Elias, 2005), que permite entender os processos sociais como uma rede de interdependências não determinadas, mas que vai se modificando em uma dinâmica própria dos atores e instituições, ou melhor, dos agentes no interior dos cenários armados pelo jogo entre as forças sociais presentes.

Este período foi um marco na análise da mudança da visão técnico-política sobre o Nordeste no conjunto da economia nacional, e serviu como baliza para a compreensão do processo de intervenção planejada do Estado na região. Mudança

que teve como pano de fundo o crescente sentimento de injustiça e de resistência cotidiana que se expande entre os camponeses da região.

Outro elemento discutido nas duas primeiras partes foi o de que a origem mais recente do movimento sindical rural na mata pernambucana, para ser compreendida, teria que ser lida através do papel desempenhado pela Igreja Católica no contexto de reformulação política e econômica regional, e através dos esforços político-organizatórios do Partido Comunista, no processo de luta pela sindicalização dos trabalhadores no campo. O Estado seria a terceira força presente.

Ao iniciar a década de sessenta, o governo estadual e o governo federal também tomaram para si o desafio da sindicalização rural. Estas três forças, Igreja Católica, Partido Comunista e Estado disputaram entre si, se conflitaram e formaram alianças no sentido de disciplinamento dos movimentos sociais no campo, instituindo o caminho da sindicalização rural.

O movimento católico via no sindicalismo o meio de combate as Ligas e para o controle político do movimento rural em Pernambuco. A sua política de organização sindical rural consistia em tentar vencer a resistência do patronato para as reformas na legislação trabalhista e do uso da terra. O movimento católico trabalhou com o argumento da promoção de uma *mudança de mentalidade*, para vencer as resistências à modernização das relações capital-trabalho no campo. O objetivo imediato do movimento sindical para a Igreja seria, assim, o de lutar pela melhora e cumprimento da legislação do trabalho.

O crescimento da liderança comunista tornou-se uma ameaça aos planos de ação conciliatória católica. A liderança do partido atingiria, em certos momentos, os sindicatos ligados ao movimento católico, que chegaram a se rebelar contra as orientações do clero. Como aconteceu na greve canavieira ocorrida em 1963, analisada anteriormente.

Os anos sessenta complexifica os arranjos políticos entre as forças que atuavam na mata. No lado católico, o surgimento da AP modifica a correlação de forças no interior do processo de organização do movimento sindical. O processo de afirmação da AP, isto é, de um movimento católico de esquerda, questiona os modelos de atuação do clero conservador e o papel do laicato na vida política nacional. A atuação crítica aos setores conservadores e o desempenho junto aos

mecanismos institucionais da ação pastoral fez a AP desestabilizar o trabalho do movimento católico. Em uma perspectiva nacional, desempenhou o papel de *fiel de balança* no processo de construção, montagem e controle da CONTAG. A ruptura entre conservadores e progressistas no movimento sindical levou a quase exclusão da Igreja conservadora no processo de fundação da CONTAG. Em carta aberta, o lado conservador condena a atuação dos progressistas no movimento sindical rural.

O PCB, em 1963, consegue sobrepor-se ao trabalho de sindicalização rural católico em Pernambuco. As suas análises políticas versam sobre a necessidade de uma revolução democrático-burguesa no Brasil, e sobre o aprofundamento das lutas legais e os compromissos assumidos com o governo Goulart, nacionalmente, e com o governo Arraes localmente. Estas análises o faziam entender que, através do investimento no processo de institucionalização do movimento dos trabalhadores, sobretudo do campo, se aprofundaria as bases democráticas no país, favorecendo o florescimento da revolução burguesa necessária ao amadurecimento das forças produtivas da nação.

Fortalecer o movimento político no campo era institucionalizá-lo. O fortalecimento do movimento rural viria, então, como consequência da política de compromissos e legalidade institucional do partido com o Estado. A cidadania do trabalhador rural não seria produto de sua conquista, mas resultado de sua integração institucional ao Estado. Através dos sindicatos legalmente reconhecidos fundamentava-se a garantia da cidadania popular e das conquistas dos trabalhadores. A organização dos trabalhadores rurais adquire um formato onde o processo parece ter sido *um produto* do governo Arraes, auspiciada por ele. Através dessa leitura o PCB visou consolidar sua hegemonia no movimento sindical rural.

A influência do PCB nos anos anteriores ao golpe cresceu e caminhou amplamente para a sua consolidação como força hegemônica. O fortalecimento de sua liderança se assentou, sobretudo, no uso estratégico da legislação trabalhista no campo e através da organização e encaminhamento das lutas e reivindicações dos trabalhadores via sindicatos rurais. Seja através da institucionalização de seu movimento, seja através da aplicação da legislação trabalhista no campo.

Com a posse de Arraes tem início uma nova fase na expansão dos movimentos políticos em Pernambuco. As reivindicações dos trabalhadores são

consideradas e a legitimação e regulamentação da legislação trabalhista no campo se tornam a mola mestra da política do governo. A imagem de modernização das relações de trabalho no campo ficará retida na lembrança dos trabalhadores rurais do estado como parte de sua memória política.

O reforço à cidadania rural trouxe consequências ao processo de radicalização do patronato. Acostumado com a secular passividade dos trabalhadores, o patronato reagiria às propostas de institucionalização dos conflitos trabalhistas do governo Arraes. A reação viria através da intensificação da violência no campo, e pelos esforços para a ampliação das milícias privadas.

O movimento social no campo cresceu nesse clima de tensão. Uma conclusão final tirada da análise dessas duas primeiras partes é a de que a história do processo de organização e luta dos trabalhadores na mata é a história da violência patronal sob os olhos turvos, quando não complacentes, do Estado. Nos anos cinquenta, durante o governo de Cid Sampaio, ocorreu o desenvolvimento abrupto do movimento das Ligas. Como contrapartida, também ocorreu o reforço da *jagunçada*, com armas privativas do exército e o apoio implícito do governo estadual.

O legalismo do governo Arraes e das forças políticas que o apoiavam era remontado pelos conservadores como fundamento da agitação no campo. Cada nova ação dos trabalhadores era respondida com o aumento da violência patronal.

A terceira parte deste trabalho analisou o movimento social no campo e, principalmente, a consolidação do movimento sindical rural, a partir do golpe militar de 1964 até o ano de 1974. Após a deflagração do golpe, a repressão atingiu pessoas da classe média envolvidas no movimento político da época, mas, visou e abrangeu, sobretudo, os participantes do movimento dos trabalhadores no campo.

As Ligas Camponesas foram extintas e grande repressão se abateu sobre elas. Os sindicatos rurais também foram submetidos à forte repressão, contudo, o seu funcionamento foi mantido. A nova política sindical insistiria na intermediação dos interesses do Estado pelos sindicatos junto aos trabalhadores.

A consolidação do movimento sindical rural no pós-1964, se deu sob a égide do governo autoritário no Brasil. Presos às malhas burocráticas da justiça do

trabalho, trabalhadores e sindicatos ficaram a mercê de uma ação representativa exterior ao movimento.

Nesse processo, a Igreja conservadora assume uma espécie de tutoria do movimento sindical. Apesar de ter tido um papel relevante no apoio às forças políticas que promoveram o golpe de 1964 e de ter recebido em troca a tutela do movimento sindical rural, a Igreja Católica objetivava, além do fim da ameaça comunista no país, influenciar na realização de algumas reformas parciais no campo. Da parte do governo ditatorial se buscava demonstrar certa abertura para atitudes conciliatórias, porém, nem sempre se mostrando disposto a ouvir as queixas e receios do clero. Este frágil palco de interesses armou o cenário onde dissensões foram possíveis e levou parte da Igreja, após 1969, a se colocar como crítica ao Estado autoritário no país, abrindo espaço para forças progressistas retomarem o trabalho de formação crítica do trabalhador rural.

Durante os anos de 1964 a 1968 Pernambuco foi palco de uma série de reivindicações trabalhistas e de algumas tentativas de greve, sempre abortadas ou sob os olhares turvos da FETAPE. No segundo semestre de 1968, por pressões dos trabalhadores e contra os brados da Federação, estourou uma greve no município do Cabo que terminaria com as suas principais reivindicações atendidas. O espaço político aberto criou óbices ao sindicalismo tutelado. Os trabalhadores rurais conseguiram abrir um espaço político, tímido, mas consequente, de atuação e representação sindical no município, e se tornou uma possibilidade de influência e referência aos demais sindicatos da região.

Influência e referência que deveriam ser minadas. De um lado, o Estado armou um cenário de controle com o atendimento de uma das reivindicações da greve, que se estenderia a seguir para todo o Brasil. A previdência social rural foi pela primeira vez aventada a partir do movimento de greve no Cabo. O atendimento desta e de outras reivindicações foram repassadas à sociedade e ao próprio STR local, não como uma vitória do movimento de greve, mas, como uma espécie de concessão do governo federal aos trabalhadores.

Em dezembro de 1968 foi implantado na sede do STR do Cabo o plano piloto de previdência social rural. Os demais municípios e estados seriam integrados em longo prazo no sistema de previdência à medida do crescimento e eficácia do

referido órgão. O município do Cabo foi considerado como o município pioneiro da previdência social rural no país, segundo nota do *Diário de Pernambuco* do dia 01 de outubro de 1969.

A primeira lei que tratou da previdência social rural, contudo, data de 02 de março de 1963. Esta lei, de n. 4.214, dispunha sobre o Estatuto do Trabalhador Rural - ETR, e em seus artigos 158 a 182, instituía o fundo de assistência e previdência ao trabalhador rural brasileiro (ETR, 1963, p. 55 a 63), mas nunca chegou a vigor. Embora tenha sido criado em 1963, como parte integrante do decreto lei que pôs em vigor o ETR, a previdência social rural - FUNRURAL, só começou a vigorar, quando das pressões oriundas do movimento de greve no Cabo, em 1968.

O Estado autoritário, portanto, ao permitir a expansão do sistema previdenciário ao trabalhador rural, - inicialmente, em 1968, como uma espécie de plano piloto experimental e restrito apenas aos trabalhadores rurais do Cabo, que passaram a integrar o quadro de beneficiários do sistema geral de previdência social, - deu um passo largo no sentido da busca de cooptação do sistema sindical rural a si.

O movimento sindical dos trabalhadores rurais conseguiu sobreviver sob rígida intervenção estatal e sob severo controle do setor conservador católico. Em dezembro de 1968, após a instituição do AI-5, quando se ampliou o período de exceção política no país, o Estado autoritário, ao lado do uso de instrumentos coercitivos e repressivos no campo, utilizaria a previdência social como um veículo de bloqueio e cerceamento do movimento sindical rural.

O movimento sindical rural vive, em 1969, uma nova fase do seu desenvolvimento. Nela, os conceitos de subversão e corrupção orientariam a ação reguladora e disciplinadora do Estado no meio sindical.

Este movimento foi neutralizado pela ação do Estado, por um lado, tornando-o simples órgão de assistência social. Por outro lado, porém, garantia a sua ação reguladora através da manutenção do medo expressa nas ameaças constantes de corrupção e de subversão, e na sujeição dos sindicatos através de seguidas *blitzens*. O que reforçava a contradição no interior do movimento sindical rural, entre ser um aparelho de legitimação da ação do Estado, e ser um organismo de representação dos trabalhadores.

Os STRs colocados sob uma política de mordaza institucional assumem como estratégia de sobrevivência, a partir da implantação do AI-5, uma ação meramente assistencialista. Afastados da ação reivindicatória e da política, usam o assistencialismo como uma forma de ampliação da rede sindical no campo brasileiro.

A ampliação da rede sindical rural contaria também com o apoio do governo federal, através do MTPS. O retrocesso em termos de representação coincide, aqui, com o período de reformulação do Estatuto da Terra. A dificuldade dos sindicatos de opinar e lutar pelos direitos dos trabalhadores facilitou a ampliação das políticas de concentração de terras e da expulsão em massa de trabalhadores, chamadas de modernização no campo.

Os diversos impedimentos vivenciados pela estrutura sindical e o seu envolvimento na política assistencial estatal aprofundaram o processo de descrença dos trabalhadores nos sindicatos. Um esvaziamento da participação dos trabalhadores no interior dos STRs foi sentido, embora, em aparente contradição, tenha também aumentado o número de afiliações.

O processo de descrédito nos organismos sindicais no campo se vê reforçado em Pernambuco por dois aspectos importantes da política sindical nos anos de exceção aqui retratados. De um lado, o crescimento acelerado da expulsão dos *moradores* na mata, e a ampliação do contingente de trabalhadores *clandestinos*. De outro lado, passivos à burocracia da justiça do trabalho os sindicatos serviam, mormente, como simples intermediários entre trabalhadores e JCI. Como notou Lygia Sigaud (1979, p. 225), as lideranças sindicais através da difusão da idéia de que o sindicato é dos associados e não dos trabalhadores, contribuíram bastante para o afastamento dos trabalhadores rurais *clandestinos* de suas bases. A associação ao sindicato dependia assim do vínculo empregatício estável dos trabalhadores, que possuíam carteira de trabalho assinada e gozavam a possibilidade do usufruto dos direitos trabalhistas.

O movimento sindical rural entra em refluxo e desmobilização, por não demonstrar interesse pelos trabalhadores *clandestinos* e por não possuir força de representação junto aos associados, os trabalhadores *permanentes*. Desacreditado pela maioria dos trabalhadores, praticava apenas a política assistencial e uma ação trabalhista obstruída pela burocracia da justiça do trabalho. O objetivo do movimento

sindical se tornou, desse modo, o de promoção da harmonia entre o capital e o trabalho. A justiça do trabalho impedia no que podia a possibilidade de uma *ação legal* de maior visibilidade.

O retardamento das ações trabalhistas impelia à intermediação do aparelho sindical em favor de ganhos para o capital. A questão do trabalhador *clandestino* é bastante singular neste contexto.

Os sindicatos, porém, foram os principais responsáveis pela exclusão dos trabalhadores de suas fileiras com a difusão da idéia do *sindicato para os associados*. Ao excluir o contingente de *clandestinos* dos quadros de representação sindical, voltaram às costas para os interesses da maioria dos trabalhadores das categorias que diziam representar.

O movimento sindical rural buscou arregimentar os trabalhadores, difundindo a idéia de que só os associados teriam a possibilidade de obter os benefícios da previdência social rural. O que fez crescer significativamente o contingente de trabalhadores que buscavam associar-se no intuito da obtenção dos benefícios dos programas assistenciais.

O sindicalismo no campo passou a representar a idéia junto às diversas categorias de trabalhadores, filiados ou não, de executor dos programas assistenciais governamentais e, secundariamente, de informação sobre as *leis* para o homem do campo. A idéia do sindicato dos associados, contudo, não foi originada no golpe militar de 1964. A inclusão da instituição sindical entre as instituições de previdência social, portanto, vem de muito atrás, dos decretos-lei que dão corpo a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Assim como a idéia do sindicato dos associados.

Na época da criação e expansão do movimento sindical rural, isto é, nos primeiros anos da década de sessenta do século XX, a luta pela inclusão social e cidadania rural passava pela busca de institucionalização do movimento, e a CLT era alvo de reivindicação das forças populares no campo. A implantação do sistema de previdência social rural, após a greve do Cabo, institucionaliza uma antiga reivindicação, mas, sem força política, a sua implantação vem consolidar a função de cooperação dos sindicatos e de cooptação dos trabalhadores rurais. O movimento sindical rural passa a girar, então, sobretudo, em torno da previdência social.

No decorrer dos anos de 1970, porém, tem início em alguns quadros sindicais da mata uma leitura das lacunas da legislação trabalhista e sindical. O que gerou um esforço no sentido de reforçar os departamentos jurídicos de alguns sindicatos. A importância do setor jurídico, dentro e fora dos sindicatos, como forma de mobilização e ampliação da capacidade organizativa e reivindicatória sindical, e da resistência e luta pelos direitos dos trabalhadores, a partir de então, se tornaria mais significativa⁴².

Estas novas formas de ler a ação reivindicativa através das brechas da legislação ramificaram-se, gradualmente, com o ressurgimento da linha progressista da Igreja Católica na região, principalmente, através da *Operação Esperança* e das *Comunidades Eclesiais de Base - CEBs*. Estes grupos atuavam junto aos sindicatos ou em torno dos espaços de evangelização que iam sendo abertos pela Igreja.

Estruturados através da linguagem evangélica e da discussão de problemas cotidianos na esfera da vida e do trabalho dos homens do campo, organizavam encontros comunitários para o debate dos interesses e carências comuns aos trabalhadores rurais. O *tornar comum* a problemática dos trabalhadores em cada encontro, tinha por finalidade retirá-los do isolamento individual ou de uma comunidade específica, e ampliar a esfera coletiva da reflexão política. A partir da metodologia das trocas de experiências, se chegava à questão dos sindicatos e das formas de resistências dos trabalhadores ao avanço e superexploração do capital.

Os anos de 1969 a 1972 foram anos de intensa repressão aos movimentos de esquerda no Brasil e na mata pernambucana, em particular; com o aniquilamento dos partidos clandestinos e a pulverização dos esforços de mobilização e organização dos trabalhadores. Muitos militantes inseridos no meio rural de Pernambuco foram presos e torturados. Outros, ligados, sobretudo, ao lado crítico da Igreja, procuraram desempenhar um trabalho de conscientização da população no campo, através do Evangelho. É bom lembrar, que este espaço aberto pela Igreja crítica aos desmandos do golpe, foi utilizado também por militantes de vários partidos, desarticulados pela repressão.

⁴² – Sugere-se, aqui, a leitura de Silva, Martins e Melo (2007) e Silva (2001), como comparação para o processo em curso no estado de São Paulo.

A nova experiência em comunidades de base teve início no então distrito de Ponte de Carvalhos, na mata sul pernambucana, no ano de 1966. Prosseguiu com o trabalho da Operação Esperança e através da expansão de outros organismos pastorais, como a Animação dos Cristãos para o Meio Rural - ACR e outras formas de ação pastoral rural. Com base no Evangelho, a Igreja progressista caminhou em direção aos trabalhadores rurais e aos diversos *setores oprimidos* do país. A resistência cotidiana, a formação de lideranças, a discussão da questão sindical, orientava o desenvolvimento dos trabalhos.

Com as dificuldades de representação vividas na época pelo movimento sindical, o trabalho pastoral no campo se fez, sobretudo, às margens dos sindicatos. A formação de comissões independentes do movimento sindical deu a tônica da ação de grande parte dos segmentos progressistas católicos e atuantes em Pernambuco.

No cenário montado pelo processo de uma nova leitura do campo pela Igreja, se destaca a ACR em Pernambuco. Definida, a princípio, como um movimento a serviço de todos os homens do campo, sua atuação buscava combinar o trabalho de evangelização com o de conscientização do trabalhador rural. Munida de um instrumental difuso de evangelização, cidadania e libertação do homem do campo, a ACR propôs uma leitura da realidade brasileira e da mata pernambucana, baseada na ação dos seus quadros junto aos trabalhadores rurais. Na leitura que fez da região, analisou o movimento sindical rural e buscou retratar as condições de vida e de trabalho na agroindústria açucareira e as condições de organização dos trabalhadores. Como resultado prático desse esforço analítico surgiu o CDDP, em 1973.

É necessário afirmar nesta conclusão, a importância do trabalho desenvolvido pelos setores progressistas católicos no campo, no período mais intenso da recessão política no Brasil. A ação das pastorais, e da ACR, em particular, teve grande importância para o movimento dos trabalhadores nesse período, funcionando como uma das poucas alternativas de organização dos trabalhadores. Os trabalhos desenvolvidos com comunidades de base abriram espaços, praticamente hegemônicos, de resistência. As demais forças e organizações políticas, esfaceladas pela repressão, apoiavam-se nos limites organizatórios da Igreja para prosseguirem o trabalho de recriação de núcleos de resistência e de rearticulação do movimento no campo.

O espaço ocupado pela Igreja, depois do cerceamento dos canais de oposição e crítica ao regime militar pelo AI-5, entra em um impasse ao longo do processo de retomada democrática no país. O reaparecimento de novas forças organizativas se deu no interior das comunidades de base e núcleos de animação; espaços, até então, hegemônicos da oposição e expansão das forças populares, e ganhou independência.

O período que transcorre de 1974 a 1978 corresponde a um processo de aprofundamento e retomada de lutas e reivindicações pela redemocratização do país. As eleições de 1974 modificam o quadro legislativo estadual e federal, com a vitória do Movimento Democrático Brasileiro - MDB nos principais estados do Brasil. Novos espaços de organização e resistência começam a aglutinar parcelas diferenciadas da população, levantando bandeiras de luta democráticas de participação e cidadania. Este quadro vem acompanhado de um abrandamento do aparato repressivo do Estado autoritário, embora prisões, torturas e mortes de presos políticos continuem a acontecer.

O campo no Brasil, neste período, embora sofrendo um aumento considerável da violência patronal e latifundiária, com suporte implícito ou explícito de governos e estruturas políticas locais, retoma a esfera da política através de uma onda de conflitos abertos entre trabalhadores e patrões, entre trabalhadores e grileiros e entre trabalhadores e Estado, principalmente nas regiões de fronteira agrícola. O crescimento dos conflitos de terra é evidente em todo Brasil⁴³.

Os conflitos se ampliam e se estendem, e a resistência dos trabalhadores rurais na maior parte das vezes acontece fora da estrutura sindical, ou apesar dos sindicatos localmente situados. A grande força de organização e impulsionadora dos movimentos sociais no campo continua sendo as pastorais católicas. A diferença dos anos anteriores, é que apesar de fora da estrutura sindical, estes movimentos não ficam alheios ao aparato sindical. A formação de oposições e frentes de pressão

⁴³ - A partir da segunda metade da década de setenta a questão da violência no campo no Brasil começa a ser acompanhada de forma sistemática pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, em um excelente trabalho de documentação. Desde o ano de sua criação, em 1975, a CPT instituiu um banco de dados para acompanhamento da violência no campo brasileiro e, desde 1985, publica anualmente o documento *Conflitos no campo – Brasil*. O último documento consultado nesta tese foi a vigésima terceira edição dos *Conflitos no campo* (CPT, 2008), com dados de 2007. Recomenda-se, deste modo, aos pesquisadores que lidam com a questão do cotidiano da violência no campo brasileiro, uma atenção especial para o *Banco de Dados sobre conflitos no campo – Brasil* da CPT, para o acompanhamento sistemático nos anos de 1975 a 2007.

sindical leva para o interior do movimento sindical as questões vivenciadas pelos trabalhadores, aos poucos, modificando o discurso do próprio movimento.

A questão salarial, a denúncia do aumento das perdas de garantias trabalhistas dos *permanentes*, e o crescimento do trabalho *temporário* revigoram e envolvem aos poucos as matrizes próprias do discurso oficial do movimento sindical, o tornando mais audível e positivo frente às demandas dos trabalhadores. A luta pela terra se revigora e ganha um novo impulso pela denúncia do distanciamento e indiferença do Estado autoritário na resolução, - compromissada, dez anos antes, nas alianças com alguns setores da Igreja Católica no golpe militar de 1964, - da questão da terra. Pela denúncia de que as políticas do Estado para o campo favoreceram apenas os grupos latifundiários e representantes do capital financeiro nacional e multinacional, deixando de lado os setores médios de vocação camponesa e a garantia dos direitos trabalhistas e acesso à terra ao trabalhador rural.

Pressionados pelas oposições sindicais, o discurso do movimento sindical incorpora as tensões dos movimentos dos trabalhadores organizados pelas pastorais progressistas. O discurso do movimento sindical, assim, embora mantendo presente o significado de colaboração das entidades com o Estado, muda e inicia um lento processo de transformação. Enfatiza aspectos de cobrança e denúncia nos pronunciamentos.

Sem afastar o sentido de colaboração da estrutura sindical e, às vezes, até enfatizando este aspecto, revertem, porém, aos poucos, o significado prático do discurso para o campo da representação. O instrumento legal é a principal arma do movimento. O reforço dos aspectos legais das ações sindicais, o legalismo às vezes aparentemente exagerado das atitudes sindicais, remetem para o sentido de serem órgãos de colaboração com o Estado. Nele reconhecendo-se e dele fazendo ou referindo as bases de sua ação representativa. Como informa o discurso de José Francisco da Silva, presidente da CONTAG, quando da inauguração da nova sede da entidade, em 24 de abril de 1975: "*Temos consciência de nossa dupla função; defesa dos interesses de classe e colaboração com o poder público como órgão técnico e consultivo...*" (Silva, 1975a, pp. 21 e 22).

O reconhecimento da dupla função do movimento sindical rural brasileiro pelo próprio movimento, - de representação de classe e colaboração com o poder, -

instituiu uma credibilidade de sua ação nos poderes constituídos no país: o legislativo, o executivo e o judiciário. Esta credibilidade, por outro lado, ao constituir-se como cooperação do movimento com os poderes do país, instituiu também o *legal*. O conjunto de leis e a justiça como fundamento da ação representativa do movimento para com os trabalhadores.

O percurso de reivindicações e ações visando o aperfeiçoamento e o cumprimento da legislação social e trabalhista que afetam os trabalhadores no campo torna-se a base operacional da representação classista do movimento sindical dos trabalhadores rurais. A instituição do *legal* como instrumento de representação, por seu lado, embora seja resultado e acompanhe o movimento de cooperação com o poder, cria possibilidades de uma leitura do *legítimo* pelo alcance de formas de cumprimento da lei.

As deformações e não cumprimentos da legislação, assim, criam hiatos no processo cooperativo com o Estado que, para serem corrigidos, necessitam da instrumentalização da representação. Seja junto ao poder, no sentido de correção das falhas que possibilitam, possibilitaram ou possibilitarão ranhuras à *paz social*, seja também junto aos trabalhadores, através da leitura do *legal* como *direito*⁴⁴.

O uso de frases como "*o trabalhador rural precisa tornar o movimento sindical forte para exigir a aplicação da Legislação Agrária*" (Silva, 1975a, p. 29) ou, "*o cumprimento do Estatuto da Terra é o passo inicial para libertação do trabalhador rural*" (Silva, 1975b, p. 28), são exemplos de *slogans* no interior do discurso do movimento sindical rural que procuram centrar a perspectiva do *legal*, da legislação trabalhista e social, como fazendo parte do conjunto de *direitos* do trabalhador. Além de procurar o lugar da representação sindical como a base operacional para o cumprimento desses *direitos*.

A leitura dos *direitos* pela perspectiva do *legal* revive a contradição interna do movimento sindical na mata pernambucana nos anos pós-golpe, e os termos de sua própria renovação e lutas internas nos anos finais da década de 1970 e nas décadas seguintes. A eleição para a diretoria da FETAPE, em 1978, assinalou uma

⁴⁴ - Ver, a respeito, os trabalhos de Lygia Sigaud (1977 e 1979) sobre os *direitos* como categoria analítica e como instrumento de organização e luta entre os trabalhadores rurais brasileiros, especificamente, os da mata pernambucana.

divergência interna entre as suas lideranças, levando quase a uma cisão: de um lado, os que propunham a continuidade da política de assistencialismo e de conciliação estimuladas até então pela federação, e do outro, o grupo mais ligado às lutas judiciais de defesas dos direitos trabalhistas e mais independente do governo, sendo este segundo grupo eleito, mas tomando posse apenas após árduo conflito judicial.

No ano seguinte, 1979, a vitória da chapa mais combativa para a FETAPE repercutiu nacionalmente quando, durante o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, com uma grande delegação de sindicalistas, encabeça e puxa um rol de duras críticas à política salarial e à lei de greve. Este congresso significou uma virada para ações mais independentes e combativas da CONTAG em relação aos trabalhadores rurais do país.

A vitória da chapa mais combativa conduziria a FETAPE a uma ação mais aguerrida e a uma proposta organizacional de defesa da categoria que a levaria, apoiada pela CONTAG, a discutir a possibilidade de um dissídio coletivo dos trabalhadores canavieiros da mata pernambucana. Sigaud (1980) afirma que, após iniciar o processo do dissídio através da DRT, segundo a lei de greve, em uma assembléia conjunta com os presidentes dos sindicatos da região, fica decidido que o esforço para a realização do dissídio era o mesmo que o que levaria a uma greve.

Neste momento, em 1979, tem início a primeira grande greve dos canavieiros em Pernambuco pós-golpe, sob a coordenação da FETAPE e apoio da CONTAG, paralisando cerca de vinte mil trabalhadores de engenhos e usinas da região. Seguida, no ano seguinte, 1980, por uma nova greve que paralisaria mais de duzentos e cinquenta mil canavieiros, dando início a todo um novo ciclo de greves na mata pernambucana e estimulando outros sindicatos e federações do país a organizarem seus próprios movimentos paredistas (Sigaud, 1980, 1986, 2001). Esse ciclo vitorioso de greves na mata atraiu a atenção de vários sindicalistas brasileiros, muito deles vindo “*aprender a organizar*” (Tavares, 1992) os trabalhadores rurais, sob o seu comando, para a greve.

Esse ciclo de greves se, de um lado, colocou em cena uma nova forma de negociação entre patrões, trabalhadores e Estado; de outro lado, levou a um aumento da exclusão dos trabalhadores com uma grande redução de mão de obra contratada para a lavoura. De acordo com dados da federação, estima-se que na entrada do

século XXI, a contratação para a lavoura canavieira caiu de mais de duzentos e cinquenta mil trabalhadores para menos de sessenta mil.

Esta pesada redução causou uma nova crise entre os sindicalistas da mata e no interior de federação que perpassa por todos os anos noventa do século XX. Esta crise trouxe à tona uma descrença nas formas como vinham sendo levados os conflitos trabalhistas na região e os óbices causados ao trabalhador, cada vez mais expulsos da lavoura canavieira. Nesse novo embate, mais uma vez, a luta pela terra se apresenta como uma alternativa. Essas duas formas de pensar a ação sindical entram em conflito, mas um conflito negociado no interior do movimento sindical da mata e na FETAPE.

Nos anos de 1990, sindicalistas vindos de áreas do sertão pernambucano, e com experiência junto a Comissão Pastoral da Terra - CPT tomam a federação e imprimem um novo tom político, com as cores da luta pela terra e das invasões no seu discurso. O mesmo acontecendo na CONTAG. Em 1989 há a primeira invasão de terras de engenhos e usinas falidos da região pelo MST, em uma ação não autorizada e que receberia crítica da FETAPE e da CONTAG (Rosa, 2006). O MST somente voltaria à cena na Zona da Mata em 1992 (Rosa, 2004b, p. 60).

Em 1993, segundo Rosa (2004a), a FETAPE cria uma Secretaria de Política Agrária, e caminha mais ou menos junto do MST em ações de invasão em Pernambuco e na Zona da Mata, aqui, especificamente. O que acirra o conflito entre as antigas lideranças da federação, ainda presentes como assessores, e as novas lideranças, sobre o processo organizacional e de lutas no estado. Os mais velhos diagnosticando medidas mais próximas do conflito jurídico e de pressões institucionais junto aos órgãos governamentais, e os mais novos criticando a política até então conduzida pelos dirigentes sindicais e, sobretudo, pela federação, e colocando a luta pela 'reforma agrária' como principal ponto de sua ação político mobilizadora. O que leva a FETAPE a se afastar do MST e organizar as suas próprias invasões, chegando a concorrer com o próprio MST. Na avaliação de Rosa (2006) o desenrolar do movimento e da conjuntura político-econômica na mata pernambucana faria a federação e os sindicalistas locais embarcar nesse novo processo. O aumento crescente de trabalhadores desempregados, a falência de engenhos e usinas, a concorrência do MST ocupando espaço na região e nele

minando a base do sindicalismo até então sob o domínio absoluto da federação, e a discussão interna, às vezes quase cisão, às vezes negociada, entre velhos e novos sindicalistas na federação sob os caminhos da mobilização política dos trabalhadores frente à exclusão crescente no processo agrícola canavieiro, foram e têm sido argumentos experimentados pelos novos e velhos dirigentes que não encontraram outra saída a não ser levantar a bandeira da ocupação de terras para não perder o próprio controle da situação.

O que se pode pensar hoje, embora não seja objeto de análise nesta tese, e para finalizá-la, é que o movimento sindical rural modificou a sua forma de atuação e ampliou a sua independência no controle e organização dos sindicatos na mata, e em todo Pernambuco, mas continua ainda agindo como intermediador de conflitos e buscando uma solução negociada com o Estado para a solução dos conflitos agrários. Seja nas ações ligadas aos conflitos trabalhistas, seja nas buscas de soluções para a angustiante tragédia do desemprego e do abandono dos trabalhadores, que vagam sem destino pelo país⁴⁵, sujeitando-se a novas formas de trabalho escravo (CPT, 2008) no que se convencionou chamar hoje de agronegócio. Seu papel tem sido o de administrador de tensões e o de negociação e fortalecimento do Estado como regulador dos conflitos, independentemente das formas mais ou menos combativas com que convive em tensão permanente no seu interior.

O trabalho aqui desenvolvido utilizou autores como Scott, Thompson, Moore Jr, entre outros, para pensar a questão da resistência cotidiana do *camponês*, enquanto categoria política, na mata pernambucana, e se aproxima da visão analítica proposta pela sociologia processual eliasiana e do seu cruzamento com a sociologia compreensiva weberiana, no que tange a compreensão de história. Esta tese partiu do pressuposto de que toda explanação sociológica é necessariamente histórica, e procurou realizar uma história social do processo organizacional do movimento sindical rural da mata pernambucana.

⁴⁵ - Ver sobre a questão da migração no interior do complexo agroindustrial canavieiro no Brasil a interessante coletânea organizada por Novaes e Alves (2007); ver também Silva (1999 e 2004), que traz depoimentos de antigos migrantes que trocaram a vida de pequenos produtores e trabalhadores temporários pelas lonas pretas dos acampamentos dos sem-terra.

Ao trilhar as vias de uma sociologia que tem a história como sua essência, e da concepção de história como uma rede de interdependências, onde o micro e o macro se informam continuamente em um jogo processual que vai configurando possibilidades e abrindo caminhos e caminharas (Elias, 1994 e 2005), se buscou compreender os passos, as figurações e as re-configurações por que passou o processo configuracional que deu origem e desenvolvimento ao movimento sindical da mata pernambucana.

Esta tese procurou perceber, deste modo, os esquemas de acomodação, de conflitos, de alianças, de perdas e ganhos que deram a cor e o tom a momentos e movimentos presentificados, e sempre ambíguos e ambivalentes. O que permitiu ao pesquisador traçar as origens, as ações, a organização e as relações do movimento sindical rural, no interior do próprio movimento, com outros movimentos sociais rurais ou com os agentes e as instituições que com ele ou através dele ou por ele se debateram e criaram cenários e configurações sociais específicas, e, assim, entender as consequências desse processo no recorte temporal estudado.

Partiu-se, enfim, do princípio metodológico weberiano de que apenas por meio do sentido, cominado em um tempo e em um espaço específico, é que a pesquisa sociológica pode apreender a lógica de uma configuração social, e das múltiplas teias de significados de um processo característico de ação. E, desta forma, reconstruir esse processo como uma unidade que não se desfaz, pulverizando-se em atos isolados, embora sempre ambivalentes e dispostos à mudança. Ao assumir esse caminho analítico esta pesquisa teve a preocupação de apreender as *práticas instituintes* do processo de constituição e desenvolvimento do sindicalismo rural desde sua origem mais recente, e os caminhos de sua institucionalização. Procurou entender, igualmente, as suas relações com o Estado autoritário brasileiro pós 1964 e as *experiências autoritárias* produzidas nesta relação, com a versão ideológica de criação de um sindicato dos associados.

O título deste trabalho, por fim, faz uma síntese categorial da análise realizada, isto é, esta tese se propôs a analisar e compreender as *práticas instituintes* e as *experiências autoritárias* do movimento sindical da mata pernambucana no período correspondente aos anos de 1950 a 1974. Ao andar nessa direção objetivou a reconstrução da teia de significados para a compreensão do sentido da ação social e

Práticas instituintes e experiências autoritárias: o sindicalismo rural na mata pernambucana

suas configurações que originaram, desenvolveram e instituíram o movimento sindical rural analisado, como uma história em si fazendo.

*

*À Lygia Sigaud
1945-2009*

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo. (1979). "lutas sociais no campo". *Ensaios de Opinião*, v. 11, pp. 57 a 62. (Rio de Janeiro, Paz e Terra).
- ABRAMS, Philip. (1982). *Historical Sociology*. New York, Cornell University Press.
- ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. (2003). *Revisitando o campo: Lutas, organização, contradições – Pernambuco, 1972 a 1987*. Tese. Recife, UFPE.
- ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. (2005). *Construindo o sindicalismo rural: Lutas, partidos e projetos*. Recife, Editora Universitária / UFPE e Editora Oito de Março.
- ABU-LUGHOD, Lila. (1990). "The Romance of Resistance: Tracing Transformations of Power Through Bedouin Women", *American Ethnologist*, v. 17, n. 1, pp. 41 a 55.
- AÇÃO POPULAR. (s.d.). *Documento Base*. Salvador, Imprensa Baiana de Economia.
- ACO. (1967). *Desenvolvimento Sem Justiça*. Recife, Secretariado Geral do Nordeste II.
- ACR. (1967). *Vida Social: Condição e Meio de um Desenvolvimento Verdadeiro da Pessoa Humana e do Homem do Campo*. Recife, mimeografado.
- ACR. (1973). *Relatório da VIII Assembléia Geral da ACR*. Recife, Mimeografado.
- AGEE, Phillip. (1975). *Inside the Company: CIA Diary*. Middlesex, Penguin.
- ALVES, Márcio Moreira. (1974). *O despertar da revolução brasileira*. Lisboa, Seara Nova.
- ALVES, Márcio Moreira. (1979). *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- AMADO, Janaina. (1980). *Movimentos Sociais no Campo: A Revolta de Formoso, Goiás, 1948-1964*. Rio de Janeiro, PIPSA, mimeografado.
- AMAN, Safira D. (1978). *Ideologia do Desenvolvimento de Comunidades no Brasil*. São Paulo, Cortez.
- ANDRADE, José Bonifácio de. (1975). *Do Banguê à Usina em Pernambuco*. Dissertação. Recife, UFPE.
- ANDRADE, Manoel Correia (1989). *Lutas sociais no Nordeste*. São Paulo, Ática.
- ANDRADE, Manoel Correia de e outros. (1974). *História Social da Agro-Indústria Canavieira*. Recife, Museu do Açúcar.
- ANDRADE, Manoel Correia de. (1964). *A Terra e o Homem no Nordeste*. 2ª edição, São Paulo, Brasiliense.
- ANDRADE, Régis de Castro. (1979). "Perspectivas no Estudo do Populismo Brasileiro". *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 7, pp. 41 a 86.
- ANDRADE, Sandra Maria Correia de. (1994). *A ação sindical no campo a partir da década de 70: o caso dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco*. Tese. São Paulo, USP.
- ANTUNES, Ricardo. (1980). *O Que é Sindicalismo*. São Paulo, Brasiliense.
- ARAÚJO, Maria do Amparo Araújo et al. (1995). *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. Recife, Cia. Editora de Pernambuco.
- ARENDT, Hannah. (1981). *A Condição Humana*. Rio de Janeiro, Forense.

- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. (1986). *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis, Vozes.
- ARRAES, Miguel. (1978). "Entrevista". *Pasquim Especial*. Rio de Janeiro, dezembro de.
- ATKINSON, Paul et al. (Eds). (2001). *Handbook of Ethnography*. London, Sage Publications.
- AUED, Bernardete. (1987). *A Vitória dos Vencidos*. Florianópolis, Editora da UFSC.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. (1983). *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- AZZI, Riolando. (1977). "A Igreja do Brasil na defesa dos direitos humanos". *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 37, n. 145, pp. 106-142.
- AZZI, Riolando. (1977a). "Catolicismo popular e autoridade eclesiástica na evolução histórica do Brasil". *Religião e Sociedade*, v. 1, n. 1, pp.125-149.
- BANDEIRA, Moniz. (1977). *O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*. 2ª edição. Rio do Janeiro, Civilização Brasileira.
- BARBOSA, Rômulo Soares. (2002). *Universalização da previdência social rural: efeitos para a agricultura familiar e o sindicalismo*. Dissertação, Rio de Janeiro, CPDA-UFRRJ.
- BARRETO GUIMARÃES, José Antônio. (1974). *Vida Pública*. Recife, Companhia Editora de Pernambuco.
- BARRETO, Leda. (1963). *Julião, Nordeste e Revolução*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- BARROS, Adirson. (1965). *Ascensão e Queda de Miguel Arraes*. Rio de janeiro, Equador.
- BATISTA NETO, José. (1986). "O MCP: O Povo como Categoria Histórica". In, Vários Autores. *Recife, Que História é Essa?* Recife. Fundação de Cultura da Cidade do Recife. Pp. 229 a 251.
- BECKER, H. S. (1997). *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. 3ª. Edição. São Paulo, Editora Hucitec.
- BERG, Bruce L. (2001). *Qualitative research methods for the social sciences*. 4ª. Edição, Boston, Allyn and Bacon.
- BEZERRA, Gregório. (1979). "Entrevista". *Pasquim*, nº 500. Rio de Janeiro, 26 de janeiro a 01 de fevereiro.
- BEZERRA, Gregório. (1979a). "Entrevista". *Isto É*, n. 107.
- BEZERRA, Gregório. (1979b). *Memórias: 1900-1945* (1ª. Parte) e *Memórias: 1946-1969* (2ª. Parte). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- BHABHA, H. (1986). "Signs taken as wonders: questions of ambivalence and authority under the tree outside: Delhi, May 1817". In, GATES, H.L. (Org.). *'Race', writing and difference*. Chicago, CUP, pp. 163 a 184.
- BHABHA, H. (1998). *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BLUMER, Herbert. (1939). "An appraisal of Thomas and Znanieck's 'The polish peasant in Europe and America'". *Critiques of research in the social sciences I*. New York, Social Science Research Council.

- BOFF, Leonardo & BOFF, Clodovil. (1986). *Como fazer teologia da libertação*. Petrópolis, Vozes.
- BOITO Jr., Armando (Org), (1991). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- BOLLÈME, Geneviève. (1986). *Le Peuple par Écrit*. Paris, Seuil.
- BORGES, Fragmom Carlos. (1962). "O movimento camponês no Nordeste", *Estudos Sociais*, 15, pp. 248 a 260.
- BOUDON, Raymond. (1989). *A ideologia*. São Paulo, Ática.
- BRADLEY, F. (1986). "Alguns aspectos da Relação entre o Partido Comunista e a Frente do Recife - 1956-1964". In, Vários Autores. *Recife, Que História é Essa?* Recife. Fundação de Cultura da Cidade do Recife. Pp. 179 a 287.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (1982). *A antropologia como alegoria*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- BRASIL - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. (1958). *Mensagem ao Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial.
- BRASIL - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. (1960). *Mensagem ao Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial.
- BRASIL - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. (1960a). *I Encontro dos Bispos do Nordeste*. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial.
- BRUNO, Regina (1995). "O estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 5, p. 5 a 31.
- CALAZANS, Julieta. (1969). *Le Syndicat Paysan comme Instrument Institutionnel de Participación: Le Cas do Nord-Est do Brésil*. Memoire. Paris, École Pratique des Hautes Études.
- CALLADO, Antônio. (1960). *Os Industriais da Seca e os Galileus de Pernambuco*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- CALLADO, Antônio. (1964). *Tempo de Arraes: Padres e Comunistas na Revolução sem Violência*. 2ª Edição. Rio de Janeiro, José Álvaro, Editor.
- CALSAVARA, Rogério Pereira. (2004). *Ampliação da base de contribuintes da previdência social em uma sociedade: um desafio brasileiro heterogênea*. Dissertação. Campinas, Unicamp.
- CÂMARA, Antônio da Silva. (1978). *Hegemonia e Crise Social no Brasil (1955-1964): Modernização e Reforma Agrária - A Ideologia Dominante em Face às Ligas Camponesas*. Dissertação de Mestrado. Brasília, UNB.
- CAMARGO, Aspásia Alcantara de. (1973). *Brésil Nord-Est: Mouvements Paysans et Crise Populiste*. Thèse pour le Doctorat de 3eme. Cycle. Paris, Université de Paris.
- CAMARGO, Ritinha. (1967). "Quais as Expressões Culturais para o Homem de Hoje?". *Texto e Contexto*, v. 1, n. 2, p. 35 a 46.
- CANABRAVA, Alice P.. (1971). "A Grande Lavoura". In, Sérgio Buarque de Holanda & Pedro M. Campos, Orgs. *História Geral da Civilização Brasileira*, v. IV, t. II, São Paulo, Difusão Européia do Livro.

- CARDOSO, Ruth. (1986). *A aventura antropológica: Teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CARNEIRO, Wilson. (1963). "A SUDENE e a Estrutura Agrária Canavieira". *Revista Brasiliense*, n. 50, pp. 14 a 18.
- CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. (1964). "Mensagem n. 33 ao Congresso Nacional". In, *Estatuto da Terra*. Brasília, IBRA.
- CAVALCANTI, Paulo. (1978). *O Caso eu Conto como o Caso Foi: da Coluna Prestes à Queda de Arraes - Memórias*. São Paulo, Alfa-Ômega.
- CESARINO JÚNIOR, A. F. (1964). *Direito Social Brasileiro*. 2 volumes. Rio de Janeiro, Freitas Bastos.
- CESCHIM, Joseli Ernesto. (1976). "Reforma Agrária: Um Lamentável Balanço". Rio de Janeiro, *Opinião*, n. 121.
- CHACON, Vamireh. (1964). "Pernambuco". In, T. Cavalcanti e R. Dubnic, (Orgs), *Comportamento Eleitoral no Brasil*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, p. 207 a 226.
- CHASIN, José. (1962). "Contribuição para a Análise da Vanguarda Política no Campo". *Revista Brasiliense*, 44, pp. 102 a 130.
- CHAUÍ, Marilena. (1980). *Cultura e Democracia: O discurso Competente e Outras Falas*. São Paulo, Moderna.
- CHAVES NETO, Elias. (1961). "A Próxima Conferência Econômica de Montevidéu". *Revista Brasiliense*, n. 36, pp. 1 a 8.
- CHAVES NETO, Elias. (1962). "Cuba no III Aniversário da Vitória da Revolução". *Revista Brasiliense*, n. 39, pp. 37 a 43.
- CHAVES, Christine A. (2000). *A Marcha Nacional dos Sem-Terra: um estudo sobre a fabricação do social*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará – UFRJ.
- CIDA. (1966). *Posse e Uso da Terra e Desenvolvimento Socioeconômico do Setor Agrícola - Brasil*. Washington, Pan-Americana.
- CNBB. (1961). *Mensagem da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil*. Rio de Janeiro, 14 de julho.
- CNBB/MEB. (1961). *Relatório Anual - 1961*. Rio de Janeiro, mimeografado.
- CNBB-NE. (1971). *PRORURAL: Começo de Segurança de Vida para o Homem do Campo: Lei Complementar n. 11 ao Alcance do Povo*. Recife, CNBB-NE, Setor Rural.
- COHN, Amélia. (1976). *Crise Regional e Planejamento: O Processo de Criação da SUDENE*. São Paulo, Perspectiva.
- COMBLIN, Joseph. (1977). *A Nova Prática da Igreja no Sistema de Segurança Nacional*. Documento da XV Assembléia Geral da CNBB, Itaiaci, Mimeografado.
- COMERFORD, John Cunha. (2003). *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. (2008). *Direito à Memória e à Verdade*. Recife, CEPE

- COMISSÃO ORGANIZADORA DA FESTA DE 83 ANOS DE GREGÓRIO BEZERRA. (1983). *História de um valente*. Recife, COF83GB.
- CONVENÇÃO DE NATAL. (1963). *I Convenção Brasileira de Sindicatos Rurais - Mensagem e Conclusões*. Natal, 15 a 20 de julho.
- CORADINI, Odaci Luiz. (1989). *Representações sociais e conflitos nas políticas de saúde e previdência social rural*. Rio de Janeiro, Tese em Antropologia Social, Museu Nacional/UFRJ.
- CORDERO, Beatriz Cardoso. (2005). *Universalização da Previdência Social no Brasil: uma questão ainda em aberto*. Dissertação. Campinas, Unicamp.
- CORRÊA DE ARAUJO, Maria Lia. (1990). *Nas Margens do Lago: Um Estudo sobre Sindicalismo Rural*. Recife, Editora Massangana.
- CORRÊA DE ARAUJO, Maria Lia; LIMA, Ana Eliza V. e CALDAS NETO, Magda. (2000). *Sonhos submersos ou desenvolvimento. Impactos sociais na barragem de Itaparica*. Recife, Massangana.
- CPT. (2008). *Conflitos no campo – Brasil 2007*. Goiânia, CPT Nacional.
- CRESPO, Padre Paulo. (1966). *Pequeno Resumo do Movimento Sindical de Pernambuco*. Recife, SORPE, mimeografado.
- CRESPO, Padre Paulo. (1973). "Apresentação". In, *PRORURAL: Começo de Segurança de Vida para o Homem do Campo: Lei Complementar n. 11 ao Alcance do Povo*. Recife, CNBB-NE, Setor Rural.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. (2007). *Aconteceu longe demais. A luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964)*. São Paulo, Editora da UNESP.
- DAGNINO, Evelina (Org.). (1994). *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- D'ANCONA, Maria Angeles Cea. (1996). *Metodologia cualitativa: Estratégias y técnicas de investigación social*. Madrid, Editorial Síntesis.
- DENZIN, Norman K. e LINCOLN, Yonna S. (Orgs). (2007). *O planejamento da pesquisa qualitativa: Teorias e abordagens*. 2ª. Edição, 1ª reimpressão, Porto Alegre, Artmed.
- DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. (1954). *População e Açúcar no Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil.
- DREIFUSS, René A. (1981). *1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis, Vozes.
- DUCHESNE, S. e HAEGEL, F. (2005). *L'entretien collectif*. Paris, A. Colin.
- DUMOND, Louis. (1985). *O individualismo: Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro, Rocco.
- DUTRA, Eloy. (1963). *IBAD - Sigla da Corrupção*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- EISENBERG, Peter. (1974). *The Sugar Industry of Pernambuco, 1840-1910. Modernization without Change*. Berkeley/Los Angeles, University of California Press.
- ELIAS, Norbert. (1990). *O processo civilizador: uma história dos costumes*. V. 1, Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor.

- ELIAS, Norbert. (1994). *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro, Zahar.
- ELIAS, Norbert. (1998). *Sobre o tempo*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- ELIAS, Norbert. (2005). *Introdução à Sociologia*. Lisboa, Edições 70.
- EMERSON, Robert et al. (1995). *Writing ethnographic fieldnotes*. Chicago, University of Chicago Press.
- EMERSON, Robert, editor. (2001). *Contemporary field research: perspectives and formulations*. 2ª Edition. Prospect Heights, IL, Waveland Press.
- ERICKSON, Kenneth Paul. (1979). *Sindicalismo no Processo Político do Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- ETR. (1963). *Estatuto do Trabalhador Rural, Lei n. 4.214 de 02 de maio de 1963*. Cadernos do Camponês n. 2. Recife, FETAPE.
- FAVARETO, Arilson. (2006). "Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 62, p. 27 a 44.
- FERNANDES, Florestan. (1972). *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. 2a. edição. Rio de Janeiro, Zahar.
- FERRAROTTI, F. (2005). *Histoire et histoires de vie*, Paris, Méridien.
- FERREIRA, Antonio Carlos de Moura. (1979). "Atuação da igreja junto aos trabalhadores rurais". *Ensaios de Opinião*, v. 11, pp. 41 a 50. (Rio de Janeiro, Paz e Terra).
- FERREIRA, Jorge (Org.). (2001). *O Populismo e sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- FERREIRA, Maria Silvana. (1999). *A Agricultura Familiar como ideal Cristão: uma Análise Sociológica da Política Agrária da Comissão Pastoral da Terra*. Dissertação. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora.
- FETAPE. (2006). *FETAPE – 4 décadas de luta*. Recife, FETAPE.
- FODDY, W. (1996). *Como perguntar, Teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*, Oeiras, Celta.
- FOLAND, Frances M. (1968). "Northeast Brazil: A Strike in the Sugar Zone". *Institute of Current World Affairs Newsletter*. FMF-24.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. (1974). *Os Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo, Ática.
- FURTADO, Celso. (1958). *Perspectivas da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, ISEB.
- FURTADO, Celso. (1959). *Operação Nordeste*. Rio de Janeiro, ISEB.
- FURTADO, Celso. (1964). *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- FURTADO, Celso. (2007). [1959]. *Formação Econômica do Brasil*. 34ª edição, São Paulo, Companhia das Letras.
- GARCIA JORBA, J.M. (2000). *Diários de Campo*, Madrid CIS, (Cuadernos Metodológicos, 31).
- GEERTZ, Clifford. (1978). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar.

- GEERTZ, Clifford. (2001). *O Saber Local. Novos ensaios em Antropologia Interpretativa*. 4ª. Edição, Petrópolis, Vozes.
- GOHN, Maria da Glória. (2000). "A Formação do Cidadão em Cursos do MST". *Sociologias*, v.2, n. 1, pp. 144 a 188. ISSN 1517-4522.
- GOLDMANN, Lucien. (1972). *A Criação Cultural na Sociedade Moderna*. Lisboa, Presença.
- GOMES, Ângela de Castro. (1996). "O populismo e as Ciências Sociais no Brasil. Notas sobre a trajetória de um conceito". *Tempo*, v. 1, n. 2, pp. 31 a 58. ISSN 1413-7704.
- GONDIM, Linda e LIMA, Jacob Carlos. (2006). *A pesquisa como artesanato intelectual: Considerações sobre método e bom senso*. São Carlos, Edufscar.
- GORENDER, Jacob. (1960). "V Congresso dos Comunistas Brasileiros". *Estudos Sociais*, n. 9, pp. 3 a 13.
- GOTTSCHALK, Louis; KLUCKHOHN, Clyde & ANGELL, Robert. (1945). *The use of personal documents in History, Anthropology and Sociology*. New York, Social Science Research Council.
- GRAMSCI, Antônio. (1976). "Observações sobre alguns aspectos do Estatuto dos Partidos Políticos nos Períodos de Crise Orgânica". In, *Obras Escolhidas*. Lisboa, Martins Fontes.
- GRAZIANO DA SILVA, José. (1996). "A nova dinâmica da agricultura brasileira". Campinas, Unicamp.
- GRZYBOWSKI, Cândido. (1987). *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis, Vozes.
- GTDN. (1967). *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*. 2ª Edição. Recife, SUDENE.
- GUATTARI, F.. (1985). "Espaço e Poder: A Criação de Territórios na Cidade". *Espaço e Debates*, n. 16: 15-18.
- GUIMARÃES, César. (1963). "O Nordeste e a Aliança para o Progresso: Algumas Perguntas". *Tempo Brasileiro*, v. I, n. 1, pp. 75 a 82.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. (1976). *Teologia e Libertação*. Petrópolis, Vozes.
- HABERMAS, J.. (1973). *La Technique et la Science comme Ideologie*. Paris, Gallimard.
- HIRANO, Sedi (Org). (1979). *Pesquisa Social*. São Paulo, Tao.
- HIRSCHMAN, Albert. (1963). *Journeys toward Progress: Studies of Economic Policy-Making in Latin America*. New York, The Twentieth Century Found.
- HONNETH, Axel. (2003). *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34.
- HYMAN, Richard. (1975). *Marxism and the Sociology of Trade Unionism*. London, Pluto Press.
- I CNLTA. (1962). "Carta sobre o Caráter da Reforma Agrária". *Estudos Sociais*, 12, pp. 433 a 438.

- IANNI, Octávio. (1973). "Relações de Produção e Proletariado Rural". In, Tamás Szmrecányi & Ariovaldo Queda, Orgs. *Vida Rural e Mudança Social*. São Paulo, Nacional. Pp. 184 a 198.
- IANNI, Octávio. (1975). "As Ligas Camponesas e a Criação da SUDENE". In, *Sociologia e Sociedade no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega. PP, 97 a 111.
- IANNI, Octávio. (1979). *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis, Vozes
- IBAD. (1961). *Recomendações sobre a Reforma Agrária*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Ação Democrática.
- IJNPS. (1965). *O Problema Agrário na Zona Canavieira de Pernambuco*. Simpósio realizado em 1963. Recife, Imprensa Universitária.
- INPS. (1971). "O Direito de Ser Trabalhador Rural". *Boletim Informativo do INPS*, v. IV, n. 32, p. 4 a 14.
- IOKOI, Zilda G. (1996). *Igreja e camponeses: Teologia da libertação e Movimentos sociais no campo. Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo, Hucitec / FAPESP.
- IPES. (1964). *Reforma Agrária - Problemas, Base e Soluções*. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisas Sociais.
- IRELAND, Rowan. (s.d.). *A Igreja Católica e a Mudança Social no Brasil na Década de 60: Uma Apreciação*. Recife, mimeografado.
- JACCOUD, Luciana de Barros. (1990). *Movimentos sociais e crises política em Pernambuco: 1955-1968*. Recife, Massangana.
- JESSOR, R. et al. (1996). *Ethnography and Human Development*. Chicago, The University of Chicago Press.
- JULIÃO, Francisco. (1962). *O que são as Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- JULIÃO, Francisco. (1968). *Brasil: Antes y Después*. México, Nuestro Tiempo.
- JULIÃO, Francisco. (1972). *Cambão - The Yoke: The Hidden Face of Brazil*. Middlesex. Penguin Books.
- JULIÃO, Francisco. (1979). "Entrevista". *Pasquim*, n. 497. Rio de Janeiro, 05 a 11.01.1979
- JULIÃO, Francisco. (1979a). "Entrevista: Segunda Parte". *Pasquim*, n. 498. Rio de Janeiro, 12 a 18.01.1979.
- KADT, Emmanuel de. (1970). *Catholic Radicals in Brazil*. London, Oxford University Press.
- KADT, Emmanuel de. (2007). *Católicos radicais no Brasil*. Brasília, UNESCO / MEC, (Coleção Educação para Todos, n. 17).
- KOCH-WESER, Caio K. (1973). *La SUDENE, Doce Años de Planificación para el Desarrollo en el Nordeste Brasileño*. Santiago de Chile, ILDES.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. (1976). *O Bagaço da Cana. Um Estudo de Ideologia na Região do Açúcar*. Dissertação. Recife, UFPE.

- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. (1980). "Sindicato e Política: Caso da Zona da Mata de Pernambuco, 1968/1974". *Nova Escrita Ensaio*, v. IV, n. 8, pp. 105 a 110.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. (1980a). "Greves rurais na Zona da Mata de Pernambuco Pós-64: Reflexões em torno das relações entre sindicalismo rural e Estado autoritário no Brasil". *Textos de Debate*, v. 1, n. 1, pp. 10 a 34.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. (1981). *Repensando sindicato e ação sindical: Dados de um survey entre sindicalistas e associados nos sindicatos de trabalhadores rurais do estado de Pernambuco*. Relatório de Pesquisa. Recife, Centro Josué de Castro e Brasília, CNPq.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. (1982). *The bitter sugar. Rural Syndicalism and State in Brazil: Research Report*. Glasgow, Institute of Latin American Studies / University of Glasgow.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. (1983). "Breve história do movimento camponês no Nordeste". *Raízes*, n. 2-3, jan./dez. de 1983.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. (1985). "O Marxismo e a Questão Regional no Brasil". *Cadernos do CEAS*, n. 98, pp. 67 a 71.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. (1985a). "Açúcar e Dominação". *Política & Trabalho*, v. 1, n. 1+4, p. 27 a 36.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. (1986). *Movimentos Sociais no Campo (Estudos)*. João Pessoa, Série Debates n. 09. MCS-UEPB.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. (2002). "Medo, vida cotidiana e sociabilidade". *Política & Trabalho*, n. 18, pp. 9 a 19.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. (2003). "O local enquanto elemento intrínseco da pertença". In: Claudia Leitão. (Org.). *Gestão Cultural - significados e dilemas na contemporaneidade*. Fortaleza, Banco do Nordeste, pp. 75-87.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. (2007). *Sufrimento Social. Movimentos sociais na Paraíba através da imprensa, 1964 a 1980*. João Pessoa, Editora Universitária, Edições do GEM.
- LACLAU, Ernest. (1969). *Política e Ideologia na Teoria Marxista*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LAVAREDA, Antônio. (1991). *A Democracia nas Urnas: O Processo Partidário Eleitoral Brasileiro*. Rio de Janeiro, IUPERJ/Rio Fundo.
- LEACOCK, Ruth. (1990). *Requiem for Revolution – The United States and Brazil, 1961-1969*. Ohio, The Kent State University Press.
- LEMOS, Clélio. (1961). "O Primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento do Nordeste". *Estudos Sociais*, v. 3, n. 11, pp. 319 a 327.
- LESSA, Sonia. (1985). *O movimento sindical rural em Pernambuco: 1958-1968*. Dissertação. Recife, PIMES / UFPE.
- LIMA, Haroldo e ARANTES, Aldo. (1984). *História da Ação Popular: Da JUC ao PC do B*. São Paulo, Alfa-Ômega.
- LINEBAUGH, Peter. (1983). "Crime, Violência e Poder". In: Paulo Sérgio Pinheiro, Org.. *Crime, Violência e Poder*. São Paulo, Brasiliense. Pp. 99 a 137.

- LINS, Etelvino. (1977). *Um depoimento Político: Episódios e Observações*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- LINS, Jomário da Fonseca. (1987). *As Ligas Camponesas e a organização do espaço canavieiro em Pernambuco: 1955-1964*. Dissertação, Recife, Mestrado em Geografia / UFPE.
- LÖWY, Michael. (2000). *A guerra dos deuses – religião e política na América Latina*. Petrópolis, Vozes;
- MAINWARING, Scott (1989). *Igreja Católica e Política no Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- MANÇANO FERNANDES, Bernardo. (2000), *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
- MARANHÃO, Ricardo. (1979). *Sindicatos e Democratização*. São Paulo, Brasiliense.
- MARTINS, André Luiz de Miranda. (2004). *Estado e força de trabalho no nordeste ocupação no setor público e aposentadorias rurais na década de 1990*. Tese, Campinas, Unicamp.
- MARTINS, José de Souza (1981). *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
- MARTINS, José de Souza. (1997). "O significado da criação da Comissão Pastoral da Terra na História social e contemporânea do Brasil". In: *CPT A Luta pela Terra: a comissão pastoral da terra 20 anos depois*. São Paulo, Paulus, pp 70 a 78
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. (1973). *La ideologia alemana*. 4ª. Edición, Buenos Aires, Ediciones Pueblos Unidos.
- MARX, Karl. (1974). *Capital*. 3 vols. London, Lawrence & Wishart.
- MATIJASCIC, Milko. (2002). *Crise e Reformas do Complexo Previdenciário no Brasil*. Tese. Campinas, Unicamp.
- MEB. (1963). *Anais do I Encontro de Coordenadores*. Rio de Janeiro, Comissão Nacional do MEB, 1963. Mimeografado.
- MEDEIROS, Leonilde Sérulo (1989). *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro, Fase.
- MEIRA, Carlos de. (1966). "O Pensamento Revolucionário Brasileiro". In, *A Revolução de 31 de Março - 2º Aniversário*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, p. 128 a 142.
- MENEZES NETO, Antonio Júlio. (2007). "A Igreja Católica e os movimentos sociais no campo: a teologia da libertação e o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra". *Cadernos do CRH*, v. 20, n. 50, pp. 331 a 341;
- MENEZES, M. A. (2002). "O cotidiano camponês e sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott". *Raízes*, n. 21, p. 32-44.
- MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. (1999). *Dos filhos deste solo. Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar – a responsabilidade do Estado*. São Paulo, Boitempo editorial / Fundação Perseu Abramo.
- MITCHELL, Fanny. (1967). "Trouble in the Zona da Mata". *Institute of Current World Affairs Newsletter*, FM-11.

- MONSMA, Karl. (2000). "James C. Scott e a resistência cotidiana no campo: uma avaliação crítica". *BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 49, pp. 95-121.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. (2001). "Cabra marcado para morrer: entre a história e a memória". In, Mariza de Carvalho Soares e Jorge Ferreira (Orgs.). *A história vai ao cinema*. Rio de Janeiro, Record, pp. 179 a 192.
- MONTORO, Franco. (1966). *Ideologias em Luta. Resposta ao Desafio do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Companhia de Artes Gráficas.
- MOORE JR., Barrington. (1987). *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo, Brasiliense.
- MORAES, Clodomir. (1970). "Peasant Leagues in Brazil". In, Rodolfo Stavenhagen (ed.). *Agrarian Problems and Peasant Movements*. New York, Anchor Books, pp. 443 a 501.
- MORAES, Clodomir. (1997). *História das Ligas Camponesas do Brasil*. Brasília, Iatermund.
- NEVES, Mozart Borba. (1979). "Uma Experiência com o Bóia Fria". *Ensaio de Opinião*, n. 2+9, p. 63 a 68.
- NOVAES, José Roberto e ALVES, Francisco (Orgs). (2007). *Migrantes: Trabalhadores e trabalhadoras no complexo agroindustrial canavieiro (Os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos, Edufscar.
- NOVAES, Regina. (1991). "Continuidades e rupturas no sindicalismo rural". In: Armando Boito Jr. (Org.), *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- NOVAES, Regina. (1997). *De corpo e alma. Catolicismo, classes sociais e conflito no campo*. Rio de Janeiro, Graphia.
- OLIVEIRA JR, Franklin. (2000). *Paixão e revolução. Capítulos sobre a história da AP*. Tese. Recife, PPGH / UFPE.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (2001). A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estudos Avançados*, vol.15, n.43, pp.185 a 206.
- OLIVEIRA, Francisco. (1975). "As Hostes Errantes". *Novos Estudos*, v. 1, n. 1, p. 20 a 24.
- OLIVEIRA, Francisco. (1993). *Elegia para uma Re(li)gião*. 6ª. Edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- ORWELL, George. (1976). *Nineteen Eighty-Four*. Middlesex, Penguin Books.
- PAGE, Joseph A. (1972). *The Revolution that Never Was: Northeast Brazil 1955-1964*. New York, Grossmann Publisher.
- PAGE, Joseph A. (1972a). *A Revolução que nunca houve: O Nordeste do Brasil, 1955-1964*, Rio de Janeiro, Editora Record.
- PAIVA, Vanilda. (Org). (1985). *Igreja e a questão agrária*. São Paulo, Loyola.
- PALMEIRA (Amaro Luís de Carvalho). (1966). *O movimento camponês na zona canavieira de Pernambuco*. Barra de Santo Antônio, Editora A Luta.
- PALMEIRA, Moacir. (1977). "Casa e Trabalho: Nota sobre as relações sociais na *plantation* tradicional". *Contraponto*, v. 2, n. 2, p. 103-114.

- PALMEIRA, Moacir. (1979). "Desmobilização e Conflito: Relações Entre Trabalhadores e Patrões na Agroindústria Pernambucana". *Revista de Cultura e Política*, v. 1, n. 1, p. 41 a 56.
- PALMEIRA, Moacir. (1985). "A Diversidade da Luta no Campo: Luta Camponesa e Diferenciação do Campesinato". In: Vanilda Paiva. (Org.). *Igreja e a questão agrária*. São Paulo, Loyola.
- PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; LEITE, Sergio; CINTRÃO, Rosângela. (2005). "Regional Impacts of land reform in Brazil". *Land Reform*, v. 15, p. 20-33.
- PANDOLFI, Dulce. (1984). *Pernambuco de Agamenon Magalhães*. Recife, Massangana.
- PCB. (1980). "Declaração de Março de 1958". In, *PCB: Vinte Anos de Política - Documentos*. São Paulo, Ciências Humanas, p. 3 a 27.
- PCB. (1980a). "Resoluções Políticas do V Congresso do PCB". In, *PCB: Vinte Anos de Política - Documentos*. São Paulo, Ciências Humanas, p. 39 a 69.
- PCdoB. (1975). "Meio Século de Existência". In, *PCdoB, Cinquenta Anos de Luta*. Lisboa, Maria da Fonte, p. 33 a 64.
- PCdoB. (1975a). "Meio Século de Lutas do PCdoB". In, *PCdoB, Cinquenta Anos de Luta*. Lisboa, Maria da Fonte, p. 17 a 20.
- PCdoB-ML. (1974). *Guerra Popular - Caminho da Luta Armada no Brasil*. Lisboa, Maria da Fonte.
- PENA, Maria Valéria Juno. (1990). "Fontes pouco convencionais na Sociologia Brasileira: Uma avaliação da produção recente". *Dados*, v. 33, n. 1, pp. 147 a 174.
- PENEFF, J. (1990). *La méthode biographique*, Paris, A.Colin.
- PEREIRA, Osny Duarte, Org.. (1976). *Vade-Mécum Forense: Breve Enciclopédia da Legislação Brasileira*. 8a. edição. Rio de Janeiro, Editora Brasília.
- PERNAMBUCO (1962). *Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa de Pernambuco*. Recife, Imprensa Oficial.
- PERNAMBUCO. (1965). *Anais da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco*. Sessões de 01 de julho a 30 de agosto de 1963. Recife, Gráfica da Assembléia Legislativa.
- PERRUCCI, Gadiel. (1978). *A República das Usinas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- POLETTO, Ivo. (1997). A Terra e a Vida em Tempos Neoliberais. Uma releitura da história da CPT. In: A Luta pela Terra: a Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois. São Paulo: Paulus, pp. 21 a 69.
- PORTELLA, Eduardo. (1963). "Desenvolvimento e a Aliança para o Progresso". *Tempo Brasileiro*, v. I, n. 3, pp. 156 a 160.
- PRADO JÚNIOR, Caio. (1960). "A Reforma Agrária e o Momento Nacional". *Revista Brasiliense*, 29, pp. 1 a 16.
- PRADO JÚNIOR, Caio. (1961). "A Conferência de Punta Del Este". *Revista Brasiliense*, n. 37, pp. 9 a 17.
- PRADO JÚNIOR, Caio. (1996). *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23ª edição, São Paulo, Brasiliense.

- PRADO JÚNIOR, Caio. (2006). *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- PRADO, Maria Emília. (2008). “Os intelectuais e a eterna busca pela modernização no Brasil e o significado do projeto nacional-desenvolvimentista das décadas de 1950 e 1960”. *HAOL – História Actual Online* n. 15, pp. 19 a 27. ISSN 1696-2060. <http://www.historia-actual.com/HAO/Volumes/Volume1/Issue15/esp/v1i15c3.pdf> [Retirado da internet em 02 de julho de 2008].
- PRICE, Robert E. (1964). *Rural Unionization in Brazil*. Wisconsin, Land Tenure Center.
- RIBEIRO, Ricardo Alaggio (2006). *A Aliança para o Progresso e as relações Brasil - Estados Unidos*. Tese. Campinas, Unicamp.
- RICCI, Rudá. (1999). *Terra de Ninguém: representação sindical rural no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp.
- RICCI, Rudá. (2005). A trajetória dos movimentos sociais no campo: história, teoria social e práticas de governos. *Revista Espaço Acadêmico*, a.5, n.54. Consultado na página: <http://www.espacoacademico.com.br/054/54ricci.htm>, em 22 de dezembro de 2007.
- RODRIGUES, José Albertino. (1966). *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. (1966). *Sindicalismo e Conflito Industrial no Brasil*. São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- ROETT, Riordan. (1972). *The Politics of Foreign Aid in the Brazilian Northeast*. Nashville, Vanderbilt University Press, 1972.
- ROLIM, Liz C.. (1969). *MEB: Le Mouvement d'Éducation de Base au Brésil*. Paris, IRFED.
- ROSA, Marcelo Carvalho (2004). “As novas faces do sindicalismo rural brasileiro: a reforma agrária e as tradições sindicais da Zona da Mata de Pernambuco”. *Dados*, v. 47, n. 3, p. 473 a 503.
- ROSA, Marcelo Carvalho. (2004a). *O engenho dos movimentos: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, IUPERJ.
- ROSA, Marcelo Carvalho. (2004b). Sobre os sentidos das novas formas de protesto social no Brasil. Os impactos das ações do MST sobre o sindicalismo rural. In, Alejandro Grimson (Org.) *La cultura en las crisis latinoamericanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, pp. 43-62.
- ROSA, Marcelo Carvalho. (2006). As novas faces do sindicalismo rural brasileiro: a reforma agrária e as lutas sindicais na Zona da Mata de Pernambuco. In, Bettina Levy; Natalia Gianetelli. (Orgs.). *Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe*. Buenos Aires CLACSO, 2006.
- ROSANVALLON, Pierre. (1981). *La Crise de L'État-Providence*. Paris, Seuil.
- RUGAI BASTOS, Elide. (1986). *Ligas Camponesas*. Petrópolis, Vozes.
- SADER, Eder. (1988). *Quando novos personagens entram em cena experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. São Paulo: Paz e Terra.
- SAR. (1961). *Anais do Congresso de Trabalhadores Rurais*. Natal.
- SCHWARZ, Roberto. (2000). *Ao vencedor as batatas*. 5ª Edição. São Paulo, Editora 34.

- SCOCUGLIA, Afonso C. (1994). "CEPLAR: história e movimento social", in *O Jogo da Verdade - Revolução de 64, 30 anos depois*. João Pessoa, A UNIÃO, pp. 291 a 300.
- SCOTT, James C. (2002). "Formas cotidianas da resistência camponesa". *Raízes*, v. 21, n. 01, pp. 10 a 21. ISSN 0102-552X.
- SCOTT, James C. (1985). *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. New Haven: Yale University Press.
- SCOTT, James C. (1990). *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. New Haven, Yale University Press.
- SCOTT, James. (1976). *The moral economy of the peasant: rebellion and subsistence in Southeast Asia*. New Haven, Yale University Press.
- SEALE, Clive et al, (Editors). (2003). *Qualitative Research Practice*. London, Sage Publications.
- SENNET, Richard. (2004). *Respeito: A formação do caráter em um mundo desigual*. Rio de Janeiro, Record.
- SERVAT, Padre José e Equipe da ACR. (1978). *Um Grito no Nordeste: A ACR no Brasil - 1965/1978*. Recife, Secretariado da ACR do Brasil.
- SGRECIA, Alexandre. (1979). *O Assalariado da Cana: A Resistência do trabalhador "Fichado" à Dominação do Capital*. Recife, IV PIPSA.
- SGRECIA, Alexandre. (1982). *ACR - Animação dos Cristãos no Meio Rural*. Belo Horizonte, IX PIPSA, mimeografado.
- SIGAUD, (1977). *Os Clandestinos e os Direitos, estudo sobre trabalhadores da cana de açúcar de Pernambuco*. Tese. São Paulo, USP.
- SIGAUD, Lygia. (1979). *Os Clandestinos e os Direitos: Estudo sobre Trabalhadores da Cana de Açúcar de Pernambuco*. São Paulo, Duas Cidades.
- SIGAUD, Lygia. (1980). *Greve nos Engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- SIGAUD, Lygia. (1981). "Congressos Camponeses (1953-1964)". *Reforma Agrária*, v. 11, n. 06, pp. 3 a 8.
- SIGAUD, Lygia. (1986). "A luta de classes em dois atos. Notas sobre o ciclo de greves camponesas". *Dados*, v. 29, n. 3, pp. 319 a 343.
- SIGAUD, Lygia. (1989). "A Presença Política dos Camponeses". In: Camargo, A.; Diniz, E. (Org.). *Continuidade e Mudança no Brasil da nova república*. São Paulo: IUPERJ/Vértice, p. 163 a 183.
- SIGAUD, Lygia. (1996). "Direito e coerção moral no mundo dos engenhos". *Revista Estudos Históricos*, n. 18, p. 1 a 29.
- SIGAUD, Lygia. (2000). "A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana". *Novos Estudos CEBRAP*, n. 58, pp. 73 a 92.
- SIGAUD, Lygia. (2001). Ir à Justiça!: os direitos entre trabalhadores rurais. In: Novaes, Regina. (Org.). *Direitos Humanos. Temas e Perspectivas*, v. 1, Rio de Janeiro: ABA/Mauad/Fundação Ford, p. 50-72.
- SIGAUD, Lygia. (2004). Ocupações de terra, Estado e movimentos sociais no Brasil. *Cuadernos de Antropología Social*, Buenos Aires, Argentina, v. 20, p. 11-23.

- SIGAUD, Lygia. (2004a). Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na mata pernambucana. *Mana - Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 131-163.
- SIGAUD, Lygia. (2005). As condições de possibilidade das ocupações de terra. *Tempo Social*, v. 17, n. 1, pp. 255 a 280.
- SILVA, Cátia Aida. (2001). “Promotores de justiça e novas formas de atuação em defesa de interesses sociais e coletivos”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.16, n.45, p.127 a 144. ISSN 0102-6909.
- SILVA, José Francisco da. (1971). "PROTERRA: Manifestação Preliminar da CONTAG". *Reforma Agrária*, v. 1, n. 8, p. 5 a 6.
- SILVA, José Francisco da. (1971a). "Mensagem aos Trabalhadores Rurais do Brasil". *Reforma Agrária*, v. 1, n. 6, p. 2 a 6.
- SILVA, José Francisco da. (1975). *Depoimento de José Francisco da Silva, Presidente da CONTAG, à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o PROTERRA*. Brasília, Câmara Federal.
- SILVA, José Francisco da. (1975a). *Discurso durante a inauguração da nova sede da CONTAG em 24 de abril de 1975*. Brasília, CONTAG, mimeografado.
- SILVA, José Francisco da. (1979). "Atuação dos Sindicatos junto aos Trabalhadores Rurais". *Ensaio de Opinião*, n. 2+9, p. 38 a 40.
- SILVA, José Francisco da. (1979a). *Discurso de Abertura no 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Agrícolas*. Brasília, CONTAG, Mimeografado.
- SILVA, José Francisco da. [Presidente da FETARN]. (1979). *Palestra Proferida no Centro de Estudos e Debates da Assembléia Legislativa do RGN*. Natal, 18 de setembro, mimeografado.
- SILVA, José Gomes da. (1971). *A Reforma Agrária no Brasil: Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento?* Rio de Janeiro, Zahar.
- SILVA, J. A. C. (1997). *Limites do sindicalismo rural frente à luta pela terra: o caso do Engenho Panorama em Timbaúba – PE. Período 1961 a 1996*. Dissertação. UFRPE.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. (1999). *Errantes do fim do século*. São Paulo, Editora da UNESP.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. (2004). *A luta pela terra: Experiência e memória*. São Paulo, Editora UNESP.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MARTINS, Rodrigo Constante e MELO, Beatriz Medeiros de. (2007). “Da luta no eito à luta pelos direitos”. In: CPT, *Conflitos no campo – Brasil 2007*. Goiânia, CPT Nacional, pp. 120 a 129.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. (2008). “Greve na fazenda”. In, Delma Pessanha Neves; Maria Aparecida de Moraes Silva. (Org.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil* v. 1, 1 ed. São Paulo, EDUNESP, 2008; Brasília, MDA, NEAD, p. 207-232.
- SILVA, Maria Auxiliadora Oliveira. (2007). *Evangelizar e Politizar: o sentido da atuação da Igreja Católica com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Seridó potiguar, 1964-1979*. Dissertação, Natal, UFRN.

- SIMÃO, Azis. (1966). *Sindicato e Estado*. São Paulo, Dominus/Edusp.
- SINGER, Paul. (1985). "A Estratégia da Sociedade Civil no Combate ao Desemprego". *Novos Estudos*, n. 11, pp. 10 a16.
- SMITH, Dennis. (1991). *The rise of historical sociology*. Philadelphia, Temple University Press.
- SOARES, José Arlindo. (1982). *A Frente do Recife e o Governo Arraes: Nacionalismo em Crise: 1955-1964*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SOUTO MAIOR, Heraldo Pessoa. (1970). *Atitudes, valores e aspirações do trabalhador rural da Zona da Mata de Pernambuco: Primeiras análises*. Recife, PIMES, (datilografado).
- SOUZA, José Francisco de. (1984). *Pedagogia da Revolução - Subsídios*. Dissertação. Recife, UFPE.
- STEDILE, João Pedro; MANÇANO FERNANDES, Bernardo. (2000). *Brava Gente: La trayectoria del MST y de la lucha por la tierra en el Brasil*. Coordinadora Latino Americana de Organizaciones del Campo, México.
- STEIN, Leila de Menezes. (2008). *Trabalhismo, círculos operários e política: a construção do sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil (1954 a 1964)*. São Paulo, Annablume, FAPESP.
- SZULC, Tad. (1966). *The Winds of Revolution: Latin America Today and Tomorrow*. New York, Frederick A. Praeger Publisher.
- TAMER, Alberto. (1968). *O Mesmo Nordeste*. São Paulo, Herder.
- TAVARES, Aurélio Lyra. (1966). "A Contra-Revolução no Brasil". In, *A Revolução de 31 de Março - 2º Aniversário*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, p. 104 a 127.
- TAVARES, R. (1992). *CONTAG, da ditadura à transição; memória social e construção política do "campesinato"*. Dissertação. Rio de Janeiro, IUPERJ.
- TAYLOR, S. e BOGDAN, R. (1996). *Introducción a los métodos cualitativos de investigación*. Barcelona, Paidós.
- TELLES, Jover. (1962). *O Movimento Sindical no Brasil*. Rio de Janeiro, Vitória.
- TELLES, Vera da Silva. (1984). *A Experiência do Autoritarismo e Práticas Instituintes*. Dissertação. São Paulo, USP.
- TELLES, Vera da Silva. (1990). "Espaço Público e Espaço Privado na Construção do Social: Notas sobre o Pensamento de Hannah Arendt". *Tempo Social*. v. 2, n. 1, pp. 23 a 48.
- THOMAS, William. & ZNANIECK, Florian. (1927). *The polish peasant in Europe and America*. 2 vols. 2ª Edition, New York, Knopf.
- THOMPSON, Edward P. (1987). "Prefácio". *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 9 a 14.
- THOMPSON, Edward P. (1979). "La Economía Moral de la Multitud en la Inglaterra del Siglo XVIII". In, *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase*. Barcelona, Crítica. Pp. 62 a 134.
- THOMPSON, Edward P. (1995). *Costumbres en común*. Barcelona, Crítica.
- THOMPSON, Paul. (1992). *A voz do passado: História oral*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

TURATTI, Maria Cecilia Manzoli. (1999). *Acampamentos do MST – uma discussão crítica sobre sociabilidade e poder*. XXIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 19 a 23 de outubro. Digitalizado.

UNITED STATES - DEPARTMENT OF STATE. (1962). *Northeast Brazil Survey Team Report*. Washington, DC, mimeografado.

VERA, Nestor. (1962). "O Congresso Camponês em Belo Horizonte". *Revista Brasiliense*, n. 39, pp. 94 a 99.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (1975). *L'Economie Sucrière du Pernambouc. Contribution a l'etude des Rapports entre la Propriété Foncière et le Capitalisme*. Thèse de Doctorat de 3eme. Cycle. Paris, Université de Paris.

WEBER, Max. (2003). *Ensaio sobre a Teoria das Ciências Sociais*. 2ª edição, São Paulo, Centauro.

WEBER, Max. (2001). "A política como vocação". In, *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo, Martin Claret, pp. 59 a 124.

WEBER, Max. (1999). "Os três tipos puros de dominação legítima". In, Gabriel Cohn, Org. *Weber: Sociologia*. 7ª edição, Coleção Grandes Cientistas Sociais, São Paulo, Ática.

WEBER, Max. (1944). *Economia y Sociedad*. 4 Volumes. México, Fondo de Cultura Económica.

WEBER, Silke. (1984). "Política e Educação: O Movimento de Cultura Popular no Recife". *Dados*, v. 27, n. 2, pp. 241 a 265.

WEFFORT, Francisco C. (1972). *Participação e Conflito Industrial - Contagem e Osasco: 1968*. São Paulo, Cadernos CEBRAP n. 5.

WEFFORT, Francisco. (1986). *O Populismo na Política Brasileira*. 3a. Edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

WILKIE, Mary. (1964). *A Report on Rural Syndicates in Pernambuco*. Rio de Janeiro, CLAPCS, mimeografado.

WOLF, Eric. (1975). "Fases de la Protesta Rural en América Latina". In, Ernest Feder, Org.. *La Lucha de Clases en el Campo: Análisis Estructural de la Economía Latinoamericana*. México, Fondo de Cultura Económica. Pp. 260 a 271.

Documentos

Jornais

A Classe Operária - Classop. Rio de Janeiro. (1962 a 1964).

A Hora. Recife, (1963)

A Liga. Rio de Janeiro. (1962 a 1964).

Correio da Manhã. Rio de Janeiro. (1961).

Diário da Noite. Recife. (1960 a 1964).

Diário de Pernambuco. Recife. (1950 a 1980).

Diário Oficial da União. Brasília. (1961).

Em Tempo. São Paulo. (1978 a 1981).

Folha de São Paulo. São Paulo. (1979 a 1984).

Folha do Povo. Recife. (1962).

Grito no Nordeste. Recife (1966 a 1980)

Jornal do Comércio. Recife. (1950 a 1980).

Movimento, Rio de Janeiro (1975 e 1976).

O Semanário. Rio de Janeiro. (1960).

Opinião. Rio de Janeiro, (1976)

Pasquim. Rio de Janeiro. (1979 e 1980).

Última Hora, Rio de Janeiro. (1950 a 1968)

Última Hora. Recife. (1960 a 1964).

Revistas

Boletim IADESIL. Rio de Janeiro. (1968 a 1975).

Desenvolvimento e Conjuntura, número especial em dois volumes, intitulado: *Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste: Anais*. Rio de Janeiro. (1959)

Estudos Sociais. Rio de Janeiro. (1960 a 1964).

Isto É. Rio de Janeiro. (1979)

Life. New York. (1961).

Novos Rumos. Rio de Janeiro. (1961 a 1964)

Revista Brasiliense. São Paulo. (1959 a 1964).

RELAÇÃO DE ENTREVISTAS UTILIZADAS NA TESE

No formato utilizado para apresentação desta relação de entrevistados será informada a fonte, isto é, quem a fez, e o ano de sua realização, bem como o nome do entrevistado ou, no caso dos entrevistados que não deram autorização para divulgação de seu nome, o cargo, a função ou o papel representacional para o qual se dispuseram a narrar sua versão.

ENTREVISTADOS
Advogado Sindical, ligado ao CDDP. Entrevista concedida ao autor, em 1981.
Agente Pastoral. Entrevista concedida ao autor em 1975.
Animador de Base da ACR. Entrevista concedida ao autor em 1976.
Animador de Base e um dos fundadores do CDDP. Entrevista concedida a Sgrecia (1979, p.37).
Animador Rural da ACR. Entrevista concedida ao autor, em 1981
Antonio José de Luna. Líder de um grupo de foreiros da Mata sul de Pernambuco, realizada pelo autor em 1973.
Assessor Sindical. Entrevista concedida ao autor, em 2002.
Assessor Sindical. Entrevistado pelo autor em 1975.
Euclides Almeida do Nascimento. Presidente da FETAPE entre os anos de 1966 a 1972. Entrevista concedida ao autor, em 1979.
Eufrázio de Carvalho. Jornalista atuante na época. Entrevista concedida ao autor, em 1999.
Ex-Assessor do SORPE. Entrevista realizada pelo autor no ano de 1990.
Ex-Dirigente do MEB. Entrevista concedida ao autor em 1981.
Ex-Lotista. Entrevista concedida ao autor, em 1975.
Ex-membro da ACR. Entrevista concedida ao autor, em 1981.
Ex-Militante da Ação Popular Marxista-Leninista - AP-ML. Entrevista concedida ao autor, em 1979.
Ex-militante do POR/FBT. Entrevista concedida ao autor, em 1979.
Francisco Julião, Ligas Camponesas. Entrevista concedida ao semanário <i>Pasquim</i> , em 1979.
Francisco Julião, Ligas Camponesas. Entrevista publicada na Revista Argentina <i>Che</i> , em 1961.
General Alves Bastos. Entrevista ao <i>Diário de Pernambuco</i> , dia 07 de março de 1964.
Gregório Bezerra, Militante PCB, Entrevista publicada no <i>Pasquim</i> , em 1979.
Gregório Bezerra. Militante do PCB. Entrevista concedida ao autor, em 1980.
Gregório Bezerra. Militante do PCB. Entrevista publicada na Revista <i>Isto É</i> , em 1979.
Jacob Gorender. Ex-Militante do PCB e fundador do PCBR. Entrevista concedida ao autor em 1976.
José Antonio dos Santos. Trabalhador permanente da Mata sul de Pernambuco, em entrevista ao autor em 1973.
José Francisco da Silva. Presidente da CONTAG. Entrevista concedida ao jornal <i>Folha de São Paulo</i> , de 13 de setembro de 1981.
José Maria Andrade. Ex-Seminarista e Assessor na época do Padre Antônio Melo. Entrevista concedida ao autor, em 1973.
Lincoln Gordon. Ex-embaixador dos EUA no Brasil. Entrevista concedida a Revista <i>Veja</i> , de 09 de março de 1977.

Luís Serafim. Presidente da Liga Camponesa de Vitória de Santo Antão. Entrevista concedida ao <i>Diário de Pernambuco</i> do dia 29 de fevereiro de 1964.
Manuel Silva dos Santos. Antigo morador de engenho, ameaçado com outros de expulsão. Entrevista realizada pelo autor em 1974.
Maria Celeste. Professora Estadual e Militante das Ligas Camponesas. Entrevista concedida ao autor, em 1980.
Miguel Arraes, Governador de Pernambuco. Entrevista concedida no seu retorno do exílio, ao <i>Pasquim</i> , em 1978.
Militante da Pastoral Rural. Entrevista concedida ao autor em 2002.
Militante do PCB na época. Entrevista concedida ao autor, em 1979.
Militante do PCB. Entrevista concedida ao autor em 1978.
Militante Simpatizante do PCdoB. Entrevista concedida ao autor em 1974.
Nativo Almeida Nascimento. Presidente da FETAPE entre os anos de 1972 a 1978. Entrevista a José Bonifácio de Andrade (1975).
Padre Antonio Melo. Entrevista ao autor em 1979.
Padre Antonio Melo. Entrevista ao <i>Jornal do Comércio</i> , do dia 20 de março de 1979.
Padre José Servat. Entrevista concedida ao autor, em 1980.
Padre Paulo Crespo. SORPE. Depoimento ao jornalista Alberto Tamer (1968, p. 130).
Padre Paulo Crespo. SORPE. Entrevista à Fundação Joaquim Nabuco, 1985.
Padre Paulo Crespo. SORPE. Entrevista concedida ao autor em 1978.
Político do PTB, na época eleito suplente de deputado estadual pela legenda do Partido Social Trabalhista – PST. Entrevista concedida ao autor, em 1975.
Rui Cardoso. Usineiro e Proprietário do engenho Tiriri, na mata pernambucana. Entrevista concedida ao jornalista Antonio Callado (1964, pp. 144 e 145).
Trabalhador ligado ao SORPE desde sua fundação. Entrevista realizada pelo autor no ano de 1999.
Trabalhadores rurais da Zona da Mata de Pernambuco. Conjunto de entrevistas realizadas pelo autor, durante os anos de 1973 e 1974.